Éder Aguiar Mendes de Oliveira

UM *BELLO HORIZONTE* PARA O PROJETO EDUCACIONAL BATISTA: o *Collegio Baptista Americano Mineiro* e a disputa pela oferta da educação privada na cidade (1918-1929)

Belo Horizonte
Faculdade de Educação da UFMG
Agosto de 2013

Éder Aguiar Mendes de Oliveira

UM *BELLO HORIZONTE* PARA O PROJETO EDUCACIONAL BATISTA: o *Collegio Baptista Americano Mineiro* e a disputa pela oferta da educação privada na cidade (1918-1929)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: História da Educação.

Orientadora: Maria Cristina Soares de Gouvêa
Co-orientadora: Mônica Yumi Jinzenji

Belo Horizonte
Faculdade de Educação da UFMG
Agosto de 2013

Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social

Dissertação intitulada, "Um *Bello Horizonte* para o projeto educacional batista: o *Collegio Baptista Americano Mineiro* e a disputa pela oferta da educação privada na cidade (1918-1929)", de autoria do mestrando Éder Aguiar Mendes de Oliveira, analisada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Banca Examinadora:

_____

Profa. Dra. Maria Cristina S. de Gouvêa – FaE/UFMG
Orientadora

_____

Profa. Dra. Mônica Yumi Jinzenji – FaE/UFMG
Co-orientadora

_____

Profa. Dra. Carla Simone Chamon – CEFET-MG

_____

Prof. Dr. Luciano Mendes Faria Filho – FaE/UFMG

_____

Prof. Dr. James William Goodwin Junior – CEFET-MG
(Suplente externo)

_____

Profa. Dra. Cynthia Greive Veiga – FaE/UFMG
(Suplente interno)

Belo Horizonte, 27 de agosto de 2013.

Em meio às inúmeras dúvidas, uma certeza:
minha amada e inesquecível mãe,
Lídia de Aguiar Mendes Oliveira.
Dedico este trabalho a você.

AGRADECIMENTOS

[Eu] Pensava que nós seguíamos caminhos já feitos, mas parece que não os há. O nosso ir faz o caminho. (C. S. Lewis, 1933)

Parece-me que a jornada foi muito longa. Mas ao rememorar o caminho percorrido me surpreendo com a sensação da rapidez com que o tempo passou. Porém, eu nunca estive sozinho ao atravessar mais essa etapa. A elaboração desta pesquisa só foi possível devido ao apoio e à contribuição intelectual, emocional e financeira de várias pessoas e instituições. Ao elaborar esse agradecimento eu espero não ter esquecido citar nenhum dos nomes daqueles que caminharam junto a mim.

À Maria Cristina Soares de Gouvêa, palavras não são suficientes para expressar a minha gratidão. Quando certa *neblina* pairava sobre a mente e o trajeto parecia ter se tornado um labirinto, nada melhor que os nossos encontros de orientação. Não tem como esquecer o sentimento de bem estar ao final de cada reunião. Obrigado pela confiança e pela orientação cuidadosa e competente deste trabalho.

À Mônica Yumi Jinzenji, sempre presente e eficaz. Agradeço pelas precisas e fundamentais contribuições a respeito do texto; pela prontidão em me ajudar nos momentos melindrosos e ao discutirmos as melhores possibilidades para o andamento da dissertação.

Aos professores Luciano Mendes de Faria Filho, Carla Simone Chamon, James William Goodwin Junior e Cynthia Greive Veiga por terem aceitado o convite de participar da banca examinadora. Particularmente agradeço ao professor Luciano e a professora Cynthia por terem contribuído enormemente, a partir das discussões fomentadas nas disciplinas do mestrado, para eu traçar novas perspectivas a fim de reelaborar o projeto de pesquisa e escrever esse trabalho.

Aos colegas da turma 2011: Daniela Fonseca, Gabriela Arantes, Gyna Ávila, Leonardo Gomes e Taciana Brasil. Apesar das dificuldades, passo a passo trilhamos os nossos caminhos com amizade e cooperação. Ao grupo de orientação: Ellen Rose, Leonardo Neves, Eliezer Costa, Henrique Dumont e Paula Guimarães. Por mais que o clima estivesse tenso, a presença de vocês suavizava o ambiente. Foi enorme o prazer de participar desse grupo que muito contribuiu para o meu crescimento intelectual. Não posso deixar de mencionar a colega de

viagem Priscilla Bahiense, minha enorme gratidão por aguentar toda a ladainha e ao repassar as valiosas informações salvadoras das inúmeras pendências surgidas.

À Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal de Sabará, pela licença concedida para a realização do mestrado e aos colegas da Escola Municipal Prof. Irene Pinto que me deram total apoio para a conclusão do estudo.

Aos inestimáveis professores, em destaque da área de história, supervisores e coordenadores do Colégio Batista Mineiro, que nos apertos da vida docente foram muito compreensivos e caminharam ombro a ombro, me sustentando nas horas conturbadas. Aos professores Elair Dias e Juliana Cristie do Centro de Memória do Colégio Batista Mineiro, que foram sempre muito receptivos e disponíveis para as demandas da pesquisa.

Aos funcionários da secretária da Pós-Graduação da FaE/UFMG, do Arquivo Público de Belo Horizonte, da Imprensa Oficial, do Arquivo Público Mineiro, da Biblioteca da Faculdade de Educação, da Pontifícia Universidade Católica – *campus* Coração Eucarístico e do Colégio Batista Mineiro, pelo apoio e informações precisas. Bons momentos foram aqueles das pausas para o lanche na qual abriram espaços para discussão e claro, para *bate-papo* de primeira qualidade.

À Rita Leite e a Ilida Medero pela revisão do texto e pelo carinho demonstrado todo esse tempo. À Renata Gibson, por toda a predisposição e competência na consultoria gráfica no tratamento das imagens e na elaboração do mapa escolar. Aos colegas do eterno TPD por fazerem parte dessa trajetória. Aos colegas do CPOR-BH que desde os tempos de caserna compartilham e fortalecem o *espírito de corpo*, mesmo que agora pelas redes virtuais.

Ao Victor Leandro Bagy, meus agradecimentos por todos os milagrosos feitos em campo. Faço parte da numerosa torcida que intercede para a conclusão do processo da sua beatificação. “São Victor, jogai por nós!” Não posso deixar de ressaltar os amigos e colegas que reforçaram semanalmente a “trincheira alvinegra” em todas as *batalhas* campais. Lembrem-se: o mundo é pequeno para o “Glorioso das Gerais!” Saudações atleticanas!

Agradeço aos seletores do RoodBoss Sound System, responsáveis por alegrar a árdua jornada com o melhor da música e cultura jamaicana da década de 1960. Seja nas praças públicas ou no *dancehall*, nada como agitar o esqueleto ao lado dos(as) amigos(as) embalados pelos ritmos da ilha caribenha. “Pow, Pow, Pow!!!”

Aos amigos mais chegados que um irmão: Rodrigo Ávila, Luiz Oliveira, Giordano Toniolo, Rodrigo Candido, Fabrício Araújo, Adalson Nascimento, Daniel Rocha e Leonardo Ramos, por tolerarem minha ausência e apoiarem nesse momento delicado. Não posso deixar de ressaltar os valorosos momentos de descontração, a dedicação nas leituras e claro, dos empréstimos dos inúmeros livros.

Aos meus avôs, tios(as) e primos(as), obrigado pelo amor, apoio e compreensão. Ao meu pai e às minhas queridas irmãs: Edi, Keila e Rackel Oliveira. Vocês são exemplos de caráter, perseverança e companheirismo. Sinto me honrado por tê-los em minha vida. Sem vocês eu não sou ninguém. Amo muito todos vocês! "É só o começo!!!"

E por último, mas não menos importante, eu agradeço a Deus por ter me concedido discernimento, para aprender com os que tiveram a minha volta, e, também saúde, para compartilhar com todos vocês a conclusão de mais uma etapa da vida.

* * * *

UM "BELLO HORIZONTE" PARA O PROJETO EDUCACIONAL BATISTA: o *Collegio Baptista Americano Mineiro* e a disputa pela oferta da educação privada. (1918-1929).

RESUMO

Em solo mineiro, a iniciativa educacional batista ocorreu no ano de 1897, antes mesmo da inauguração da *Nova Capital* de Minas, mas foi somente no início dos anos 1920 que a escola adquiriu certa expressividade após a compra do suntuoso terreno no bairro Floresta, área suburbana da cidade de Belo Horizonte. O presente trabalho tem como objetivo compreender o processo de implementação do *Collegio Baptista Americano Mineiro* (1920) a partir da atuação dos missionários norte-americanos, analisando as relações pela disputa da oferta da educação privada tendo como foco as tensões na cidade de Belo Horizonte, ocorrido entre o educandário batista e as demais instituições confessionais católicas da cidade. Ao mesmo tempo, pretendeu-se compreender como o educandário batista se relacionou com o plano espacial e urbanístico da *Capital de Minas*.

O recorte temporal delimita-se no ano da fundação da escola anexa batista de Belo Horizonte em 1918 até 1929, ano da mudança da legislação estadual a partir da Lei n. 1.092 (12/10/1929), que transformou a precária autorização para o ensino religioso nos grupos escolares em um instrumento legal. Compreende-se que essa Lei representou o "coroamento" das disputas ideológicas e políticas travadas pelos intelectuais católicos nos diferentes canais institucionais ao longo da década de 1920, dentre eles o jornal "O Horizonte". Nesse sentido, a nova legislação salientou o *desequilíbrio de forças* na disputa pelo campo educacional privado entre católicos e protestantes no período da Primeira República em Minas Gerais, marcada paradoxalmente pela jurisprudência do laicismo.

Para alcançar tais objetivos foram utilizados os periódicos confessionais batista e católico como um instrumento privilegiado de pesquisa para a construção do conhecimento em história da educação, a partir da análise dos discursos dos posicionamentos dos respectivos editoriais perante os debates sobre política e legislações educacionais foi possível a análise do momento no qual esses protagonistas se impuseram como "opinião pública" e se posicionaram perante a temática do laicismo republicano e dos seus respectivos projetos educacionais propostos à parcela da população belo-horizontina e mineira.

Palavras chaves: Educação batista, protestantismo, laicidade, Belo horizonte.

ABSTRACT

In Minas Gerais, the Baptist educational initiative took place in the year of 1897, even before the inauguration of Minas' New Capital. However, it was only in the early 1920's that the school became relatively important after purchasing the sumptuous terrain in the Floresta district, a suburban area of the city of Belo Horizonte. The present work aims at understanding the implementation process of the *Collegio Baptista Americano Mineiro* (1920) from the work of American missionaries, analyzing the relations in the struggle for the offer of private education with a focus on the tensions in the city of Belo Horizonte, which happened between the Baptist school and the city's other catholic, confessional institutions. At the same time, one sought to understand the Baptist school's relation with the spatial and urban plan of Minas Gerais' capital.

The time frame is delimited from the year of the founding of the attached Baptist school of Belo Horizonte in 1918 until 1929, the year of change in state law from the Law number 1,092 (10/12/1929), which transformed the precarious commitment to religious education in school groups in a legal instrument. It is understood that this law represented the "crowning" of the ideological and political struggles waged by Catholic intellectuals in different institutional channels throughout the 1920s, including the newspaper "O Horizonte". In this sense, the new legislation emphasized the imbalance of forces in the struggle for the private educational field between Catholics and Protestants in the period of the First Republic in Minas Gerais, paradoxically marked by the jurisprudence of secularism.

In order to reach such objectives, the Baptist and Catholic confessional periodicals were used as a privileged research instrument for the construction of knowledge in the history of education. From the analysis of the discourses about the positions of the respective editorials before the debate on educational policy and legislation, it was possible to analyze the moment when these protagonists asserted themselves as "public opinion" and took a stand before the issue of the republican laicism and their respective educational projects proposed to part of the population of Belo Horizonte and Minas Gerais.

Keywords: Baptist Education; Protestantism; Laicity; Belo Horizonte.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CCNC – Comissão Construtora da Nova Capital

PIB-BH – Primeira Igreja Batista de Belo Horizonte

CBM – Convenção Batista Mineira

CBAM – Collegio Baptista Americano Mineiro

OBM – O Baptista Mineiro

CMCBM – Centro de Memória do Colégio Batista Mineiro

ICAR - Igreja Católica Apostólica Romana

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Mapa 60 anos de atividades Batistas em Minas 34
Imagem 2: Palacete Sabino Barroso, 1924.....63
Imagem 3: Colégios particulares confessionais em Belo Horizonte, 1924.....65
Imagem 4: Anúncio do CBAM - 1927.....67
Imagem 5: Anúncio do CBAM - 1922.....68
Imagem 6: Anúncio do Instituto Evangélico- 1923.....68
Imagem 7: Anúncio do Collegio Izabela Hendrix- 1924.....68
Imagem 8: Collegio Baptista Americano Mineiro.....71
Imagem 9: Anúncio do Collegio Baptista.....75
Imagem 10: Vista Panorâmica da cidade de Belo Horizonte – bairro Floresta.....76
Imagem 11: Vista Panorâmica da região central de Belo Horizonte – bairro Floresta.....77
Imagem 12: Anúncio do CBAM - 1920.....94
Imagem 13: Anúncio do CBAM - 1924.....94
Imagem 14: Anúncio do CBAM - 1924.....95

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Matrícula de alunos – 1918 - 1968 / 13 a 2.213.....14

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Subdivisões particulares aprovadas pela prefeitura.....73
Tabela 2: Reformas educacionais estaduais ocorridas na década 1920.....123

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: 14
Breve história da denominação batista no Brasil 17
A construção do objeto de pesquisa 20
Metodologia e fontes 24
1. UM "BELLO HORIZONTE" PARA O PROJETO EDUCACIONAL BATISTA EM MINAS GERAIS 30
1.1 – A inserção da denominação batista em Minas Gerais e a laicidade republicana 34
1.2 – Belo Horizonte e o projeto urbano-educacional na República. 40
1.3 - Primeiras experiências educacionais batistas na Nova Capital mineira 46
2. O FUTURO QUE SE DESCORTINA: O COLLEGIO BAPTISTA AMERICANO MINEIRO 58
2.1 – Da Floresta para a Cidade: o *Collegio Baptista Americano Mineiro* 60
2.2 – CBAM e o projeto educacional batista em Minas Gerais 78
2.3 – "O Batista Mineiro" e a divulgação do CBAM 88
3. A EDUCAÇÃO COMO CAMPO EM DISPUTA 98
3.1 – A laicidade republicana e o ensino religioso em Minas Gerais 99
3.2 - "O Horizonte": o arauto da "restauração católica" em Minas Gerais 108
3.3 - A laicidade em questão: a Lei de 1.092 de 1929. 121
CONSIDERAÇÕES FINAIS: 127
REFERÊNCIA BIBLIOGRAFICA 133
ANEXOS 149
Anexo 1: Instrução Superior , Ensino Secundário e Profissional em Belo Horizonte - 1924 150
Anexo 2: Informativo enviado a Junta de Missões Estrangeiras de Richmond 160
Anexo 3: Lei nº 1092, de 12 de outubro de 1929 161

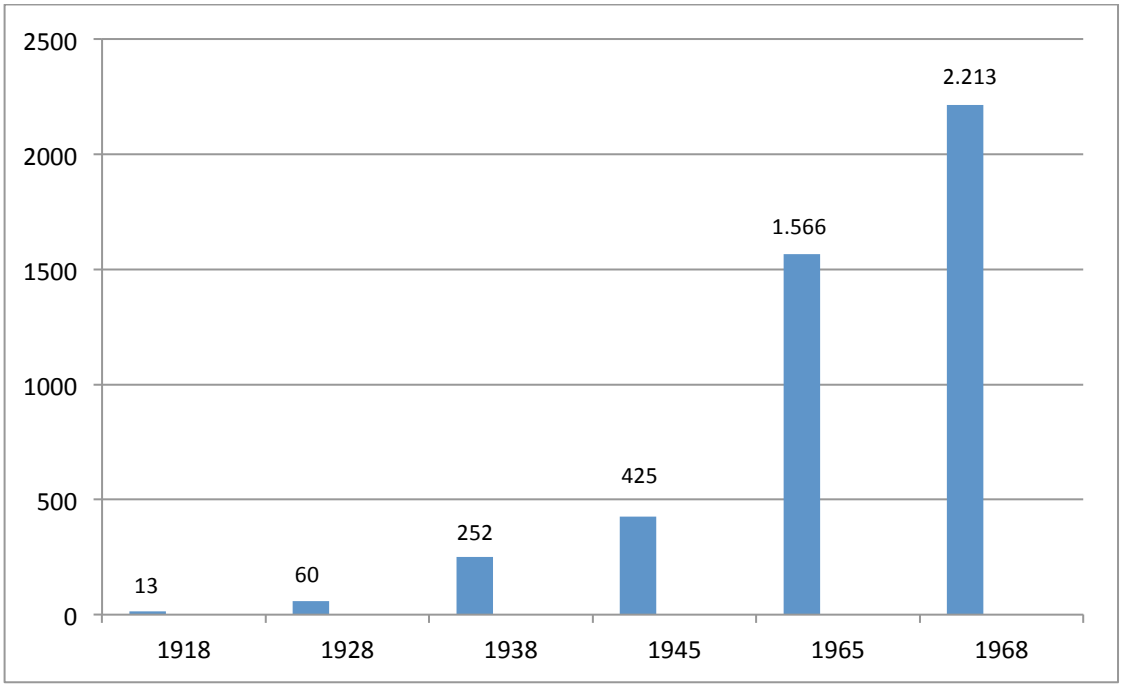
INTRODUÇÃO:

No mês de novembro de 1965 foi encaminhada carta de Joseph Arnol Harrington à Junta Administrativa do Colégio Batista Mineiro informando sua exoneração do cargo de diretor. Dentre os conteúdos referentes ao balancete de sua direção, destaca-se o seguinte:

> Fomos eleitos como reitor do Colégio no fim do ano 1945. Não temos receio em dizer que temos nos dado completamente à nossa tarefa. A matrícula do Colégio está mil alunos acima da matricula de 1945 e temos este ano o maior número de formandos na história da instituição. O seu patrimônio está intacto. O seu valor é grande. Devemos este patrimônio a Deus. Veio às nossas mãos por Dr. Maddox, que fez a compra original e pelos seus administradores, que o têm conservado até hoje. (...) O Colégio tem, além dos dois quarteirões ocupados pelos prédios, 80 lotes. Haverá um superávit apreciável este ano. O Colégio tem estabilidade econômica. (HARRIGTON, 1968, p.66)

Os relatórios da Junta Administrativa do Colégio[1] demonstram que a partir da década de 50 ocorreu uma maior representatividade do educandário batista na cidade de Belo Horizonte e no estado de Minas Gerais. Entre 1918 e 1968, a instituição batista obteve um crescimento de aproximadamente 2.000 alunos, que perdurou nos vinte anos posteriores, 1966-1988, período na qual o Colégio Batista Mineiro atingiu 7.400 matrículas, alcançando o *status* de maior educandário Batista da América do Sul e o segundo maior do mundo.[2]

Gráfico 1: Matrícula[3] – 1918 - 1968 / 13 a 2.213



[1] Centro de Memória do Colégio Batista Mineiro.
[2] Segundo SILVA (2002, p. 105), no período de janeiro de 1966 a dezembro de 1989, as matrículas do Colégio Batista Mineiro de Belo Horizonte passaram de 1.400 para 7.400 alunos, que somadas às matrículas das Unidades do Colégio Batista em Ouro Branco e Betim, chegaram a aproximadamente 10.000 alunos.
[3] HARRIGNTON, 1968, p. 87.

O grau de crescimento significativo alcançado pelo educandário batista nesse período (1968 – 1988), de certo modo, demonstra a dimensão alcançada pelo projeto educacional batista para o estado de Minas Gerais e sua influência na sociedade mineira. Esse elevado índice de matrículas permite o questionamento com relação aos motivos que levaram as famílias a matricularem seus filhos no Colégio Batista Mineiro. Por outro lado, é possível pensar essa estabilidade como o "galardão" da trajetória dos batistas que "combateram o bom combate"[4] ao enfrentar as inúmeras tensões no processo de implementação de seus projetos denominacionais no estado de Minas Gerais, historicamente marcado pela presença do catolicismo romano no campo da oferta da educação privada confessional.

Em solo mineiro, a iniciativa educacional batista ocorreu no ano de 1897, antes mesmo da inauguração da *Cidade de Minas*,[5] mas foi somente no início dos anos 1920 que a escola adquiriu certa expressividade após a compra do suntuoso terreno no bairro Floresta, área suburbana da cidade de Belo Horizonte.[6] Mesmo podendo se caracterizar como potencial objeto de estudo, esta dissertação não tem como objetivo analisar o período de estabilidade e expansão do atual *Colégio Batista Mineiro*.[7] Pelo contrário, o foco recaí sobre a origem dessa instituição, no intuito de compreender o processo de implementação do *Collegio Baptista Americano Mineiro* a partir da atuação dos missionários batistas norte-americanos. Busca-se analisar as relações pela disputa da oferta da educação privada tendo como foco as tensões na cidade de Belo Horizonte, ocorridas entre o educandário batista e as demais instituições confessionais católicas da cidade. Ao mesmo tempo, pretende-se compreender os motivos que levaram os missionários batistas a escolherem Belo Horizonte como espaço privilegiado para a divulgação do seu projeto educacional em Minas Gerais.

De certo modo, a pesquisa da história do atual Colégio Batista Mineiro deve-se à relação umbilical que tenho com o objeto. Como ex-aluno, faço parte da terceira geração que

---

[4] Na análise dos documentos, tanto dos batistas como dos católicos foi comum o uso de simbologia sotereológica e/ou apocalíptica (revelação divina) dos organismos confessionais. No caso, "o bom combate" foi apropriado pelos dois grupos confessionais e esse fragmento citado refere-se à passagem do apóstolo Paulo localizada no livro de Segundo Timóteo, capítulo 4 e versículos 7 e 8.

[5] A capital, inicialmente chamada de "Cidade de Minas", foi inaugurada no dia 12 de dezembro de 1897 por Bias Fortes, presidente de Minas (1894-98). Durante o Governo Provisório do Estado houve pedido para que se mudasse oficialmente o nome "Cidade de Minas" para "Belo Horizonte". Porém, a mudança só ocorreu em 1906, através de um decreto expedido pelo então governador João Pinheiro da Silva.

[6] Ao longo da sua história, o Colégio Batista Mineiro exerceu forte influência na constituição do bairro Floresta em Belo Horizonte. Hoje seus terrenos se localizam no atual bairro *Colégio Batista*, região desmembrada do antigo bairro Floresta. Juntamente com o bairro *Santo Agostinho*, esses são os únicos bairros do entorno da Avenida do Contorno que receberam o nome dos respectivos colégios que os integram.

[7] No ato de sua inauguração, 1918, a instituição educacional batista recebeu o nome de "Escola Baptista de Bello Horizonte", sendo que em 1920, o nome foi mudado para "Collegio Baptista Americano Mineiro". Somente após a concessão governamental do curso ginasial, no meado dos anos de 1930, o educandário recebeu o atual nome "Colégio Batista Mineiro".

estudou no educandário em Belo Horizonte, característica marcante entre o alunado da instituição. Essa prática foi utilizada e reforçada pelos diretores da instituição e sendo assim, era e ainda é comum encontrar no corpo discente[8] o vínculo de *parentesco*, seja sanguíneo ou mesmo *confessional*.[9] Caso expressivo foi a do diretor Armindo de Oliveira Silva, que após a sucessão da direção do Colégio Batista Mineiro no lugar do diretor J. A. Harrington em 1968, afirmou que a propaganda feita pelo colégio à sociedade de Belo Horizonte continuaria a mesma, ou seja, sua gestão não faria "promoções ou oferecimentos. Quem promovia a Escola eram os próprios alunos e famílias" (SILVA, 2002, p. 106).

Importante ressaltar que o propósito deste trabalho não é, nem poderia ser, comemorar a presença e participação dos batistas no estado mineiro, mas, sim, problematizar esse processo no interior da história da educação mineira, com questões como: quais os motivos que levaram a escolha da Nova Capital de Minas Gerais como espaço por excelência para as ações dos missionários no campo educacional? Como o "Collegio Baptista Americano Mineiro" se relacionou com o plano espacial e urbanístico da cidade de Belo Horizonte? Quais as estratégias de divulgação e de consolidação do projeto educacional batista na cidade de Belo Horizonte e em Minas Gerais? Que interlocuções e tensões a "comunidade" batista estabeleceu com as demais instituições educacionais − confessionais ou laicas − no contexto da primeira República em Minas Gerais? Quais os discursos referentes à educação *neutra* e religiosa, elaborados por parte do clero e dos intelectuais católicos a partir do jornal "O Horizonte"?

Para tentar responder tais questionamentos, essa dissertação não prioriza a análise das tramas internas do educandário batista, ou seja, não se pretende buscar a compreensão da capacidade da instituição escolar de produzir um saber específico e nem mesmo a percepção das práticas escolares.[10] A ênfase recai sobre o entendimento da relação entre a escola e a dinâmica educacional da própria cidade. Para isso, faz-se necessário compreender o equipamento escolar como parte indissociável do processo de urbanização. Analisar o processo de institucionalização da escola, a partir da atuação dos sujeitos em sua rede de sociabilidade e no espaço geográfico é compreender a história da própria cidade.

---

[8] Minha afirmação sobre o contexto atual do corpo discente deve-se ao fato da minha participação no corpo docente do Colégio Batista Mineiro na disciplina de História. Dessa forma, é possível encontrar alunos de uma mesma classe ou série que fazem parte da mesma igreja, não necessariamente da denominação batista.

[9] Era comum encontrar no livro de matrículas e durante a época em que estudei no colégio, alunos que eram irmãos em Cristo, ou seja, além de frequentarem a mesma escola, frequentavam também as atividades da mesma igreja da qual os pais eram membros.

[10] Com relação à categoria "Cultura Escolar" ver *a priori* os estudos de Julia (2001) e Chervel (1990).

Breve história da denominação batista no Brasil

A chegada dos missionários norte-americanos batistas em terra brasileira insere-se na conjuntura do último quartel do século XIX, profundamente marcado pelas grandes transformações nos setores produtivos das sociedades ocidentais. Isso afetou diretamente as formas de interação na economia, política e sociedade a partir da introdução das novas relações de trabalho. No continente norte americano, os Estados Unidos já apresentavam altos índices de crescimento tecnológico que se intensificaram com o fim da guerra civil, tais como as estradas de ferro e o telefone. As cidades tiveram expressivo crescimento e dessa forma, novos hábitos e "confortos" afloraram no equipamento urbano, tais como a energia elétrica, imprescindível aos bondes e outros aparelhos elétricos, que impressionavam os norte-americanos e concomitantemente as elites republicanas da América Latina.

Esse avanço tecnológico de certa maneira contribuiu para a formação da mentalidade do "Destino Manifesto" e assim, os diversos grupos protestantes conhecidos por "denominações" organizaram-se em associações voluntárias, organizados em igrejas desestatizadas, com a tarefa de cristianizar não somente a República norte-americana. Eles também se sentiam eleitos por Deus para anunciar as "boas novas" do evangelho aos diferentes povos do mundo "não civilizado", sendo o ímpeto missionário e a criação das agências missionárias característica marcante desse período.

Um dos principais instrumentos norte-americanos de intervenção internacional nas áreas de religião e da educação foi a missão estrangeira. As missões eram organizações administrativas, também denominadas de Juntas, pertencentes a diversas sociedades constituídas para o fim de manter a propaganda evangélica no país e no estrangeiro (MENDONÇA, 1995, p. 50 e 51).

Nesse contexto, as juntas missionárias norte-americanas, tanto da região norte como da região sul do país, enviaram missionários com o intuito de evangelizar os países ao "sul do Equador". Esses missionários geralmente tinham se formado nos grandes centros teológicos e normais do norte dos Estados Unidos (Princeton, Harvard e Yale) ou nos do sul (Vanderbilt e Richmond) e eram portadores de um *protestantismo de civilização*, ou seja, estavam "convencidos de que possuíam as chaves da modernidade religiosa e econômica" (BASTIAN, 1994, p. 108). Foram eles os agentes propagadores das representações protestantes[11] na

[11] A designação "protestante" tem sido aplicada aos cristãos não católicos no Brasil, num sentido histórico, devido às suas raízes na Reforma Protestante do século XVI. Nesse caso, por serem considerados frutos da ação

América Latina, importantes também "na transmissão de modelos organizativos importados, e na apresentação, em seu país de origem, da realidade latino-americana". Segundo Bastian (1994, p. 111), eles se apresentavam "como representantes de uma cultura mais adiantada, civilizada, podendo ser um pastor, um médico, um enfermeiro, um professor ou também, uma missionária, uma enfermeira, ou uma instrutora".

Por volta de 1870, aproximadamente dez mil norte-americanos abandonaram suas terras, e cerca de dois mil vieram para o Brasil e fundaram colônias nas províncias de Pará, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná (GOLDMAN, 1972, p. 10). A única colônia bem sucedida foi a que se estabeleceu em Santa Bárbara d'Oeste, entre Campinas e Limeira (SP), na qual se realizou a primeira experiência efetiva dos batistas, juntamente com colonos presbiterianos e metodistas.[12] Tratava-se de uma igreja fundada pelos e para os imigrantes norte-americanos que se estabeleceram na região durante o período imperial. O pastor fundador, Richard Ratcliff, escreveu várias vezes à Junta de Richmond, organização missionária batista norte-americana, pedindo que fossem enviados missionários para o Brasil.[13]

A Primeira Igreja Batista da colônia Santa Bárbara, 1871, pretendia receber missionários por meio da Junta das Missões Estrangeiras da Convenção Batista do Sul. Mas, somente em 1880, a Junta resolveu iniciar uma atividade entre os brasileiros e assim, foram enviados os missionários William B. Bagby e Zacharias C. Taylor.

Particularmente no Brasil, o *protestantismo civilizatório* encontrou um campo social totalmente diferente do lugar de sua gênese. Oriundos dos Estados Unidos, sociedade republicana, de matriz anglo-saxã e que defendia a separação entre Igreja e Estado, aqui encontraram uma sociedade monárquica, de formação ibérica e com uma igreja estatal.[14]

Importante destacar que sob a égide do Império prevalecia a Constituição outorgada de 1824[15] que consolidava a igreja Católica Apostólica Romana como religião do Império, na

---

missionária norte-americana, os batistas têm sido comumente classificados no grupo Protestante Históricos de Missão. Para maiores informações, ver: MENDONÇA, 1990, p. 12.

[12] O grupo protestante que obteve maior sucesso foi o do interior da Província de São Paulo, em Santa Bárbara, próximo a Campinas. Em 1871, foram organizadas igrejas presbiterianas, metodistas e batistas. Diferentemente, os colonos não se preocuparam em aprender o português, pois não era uma igreja missionária. Apud: PEREIRA, 1982, p. 10.

[13] Esse impulso missionário foi motivado por um relatório do general sulista A. T. Hawthorne, que, em 1865, já tentara organizar uma colônia na Bahia.

[14] No período Imperial a Igreja Católica gozava de exclusividade quanto às manifestações religiosas. Havia ainda o estatuto do "patrimônio dos santos" que vinculava os centros urbanos ao domínio exclusivo da Igreja. Segundo Mendonça (1990), até o final dos anos 80, em algumas cidades do Estado de São Paulo, havia igrejas protestantes que não tinham a posse de seus imóveis e pagavam laudêmio às respectivas dioceses.

[15]Constituição Política do Brazil, 25 de março de 1824. *In:* http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ constituicao /constitui%C3%A7ao24.htm. Acesso em 14 de janeiro de 2012.

qual o Brasil foi considerado nação cristã em todas as suas comunhões, garantindo a liberdade de culto às outras religiões. Contudo, para as denominações não católicas existiam restrições com relação aos lugares de culto, à construção de templos, aos cemitérios e ao proselitismo. Segundo Mendonça (2008, p. 99), por essas razões as igrejas protestantes tinham certas características "neotestamentárias", ou seja, a igreja era simplesmente o grupo de pessoas inscritas no livro de rol, que se reuniam em cultos nas casas dos adeptos.[16] Antes mesmo da aquisição dos salões de culto, encontra-se nas cartas missionárias relatos de experiências educacionais nas casas particulares. Muitas vezes, o próprio pastor podia ser o professor, assim como sua esposa.

Essas limitações de atuação no espaço público durante o Império não impediram a vinda e a atividade dos casais de missionários protestantes que fundaram várias igrejas nas principais capitais dos estados brasileiros: Salvador (1882), Rio de Janeiro (1884), Maceió (1885) e São Paulo (1901). Sendo assim, desde o período monárquico, a introdução da educação protestante na sociedade brasileira esteve associada à organização das igrejas que paralelamente implantavam as escolas paroquiais ou escolas anexas.

Percebe-se que os missionários protestantes que vieram do norte e do sul dos Estados Unidos partilhavam de um conceito de evangelização que incluía conscientemente a educação como estratégia para moldar, em longo prazo, uma nova sociedade, formando pessoas cujos valores fossem influenciados pela cultura anglo-saxã. Isso implicava a liberdade de consciência e religião, o livre comércio e os ideais de progresso da época. Em geral, o grupo nortista partilhava de uma teologia mais aberta às pesquisas e ao diálogo com a sociedade. Já os missionários que vieram do sul dos Estados Unidos (região hoje conhecida como "cinturão da Bíblia"), por sua vez, pendiam para linhas teológicas conservadoras que, anos mais tarde, se solidificaram no que hoje se denomina "fundamentalismo religioso".[17]

---

[16] Desde o tratado de 1810, os súditos britânicos já usufruíam da liberdade religiosa, porém os cultos deveriam ocorrer dentro de suas capelas e igrejas que não poderiam ter formas diferentes de casas de habitação. Ou seja, os cultos se restringiam ao interior das casas ou as fachadas dos templos não poderiam ser externadas para a rua. Além disso, não poderia haver manifestações proselitístas.

[17] Após o atentado contra as "Torres Gêmeas" do *World Trade Center,* promovido por radicais islâmicos em 2001, essa expressão foi banalizada, principalmente pelo uso constante nos meios de comunicação, tornando-se quase um sinônimo de intransigência e radicalismo, religioso ou não. A desnaturalização desse termo, ou seja, a sua problematização torna-se necessária para evitarmos o anacronismo histórico. Assim, o termo "fundamentalismo religioso" tem na virada do século XIX para o XX, no seio do protestantismo norte-americano, sua data e local de nascimento. De acordo com Moltmann (1993, p. 142), "o fundamentalismo original não se defrontou diretamente com os princípios do mundo moderno, mas apenas com as influências que este exercia sobre sua comunidade de fiéis", ou seja, o movimento fundamentalista foi antes de tudo, um movimento religioso contra o avanço da secularização do cristianismo norte-americano na qual os teólogos buscaram no exercício da exegese compatibilizar os escritos bíblicos com as novas descobertas da ciência, sendo assim denominados de modernismo teológico ou liberalismo teológico. (*Apud*.: ROCHA, 2013, p.110)

A construção do objeto de pesquisa

A historiografia constituída em torno do tema protestantismo na região Sudeste não destaca como mereceria a história da denominação batista, principalmente ao referir-se ao espaço geopolítico mineiro.[18] Em levantamento realizado nas revistas especializadas em história e história da educação, foram encontrados artigos referentes à temática doutrina protestante e educação no Brasil. De maneira geral, percebe-se na historiografia a respeito da história educacional protestante uma predominância quase absoluta de trabalhos relacionados às denominações presbiterianas e metodistas, tais como: *"'Ide por todo mundo' a província de São Paulo como campo de missão presbiteriana"* de Marcus Levy Bencosta (1996), "*Missionárias norte-americanas na educação brasileira*"[19] e "*O movimento missionário e educacional protestante na segunda metade do século XIX*: para cada igreja uma escola"[20] de Jane Soares Almeida, "*Religião e projetos educacionais para a nação"*: a disputa entre metodistas e católicos na Primeira República brasileira" de Ana Lúcia Cordeiro,[21] "*A Influência da Pedagogia Norte-Americana na Educação em Sergipe e na Bahia:* reflexões iniciais" de Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do Nascimento,[22] "*A trajetória profissional de uma educadora:* Maria Guilhermina e a pedagogia norte-americana" de Carla Simone Chamon[23] e *"A inserção protestante em Minas Gerais – Notas para debate"* de Marcela Pimentel da Silva.[24]

Os livros escritos sobre a história da inserção e expansão da denominação batista no Brasil e em Minas Gerais foram elaborados pelos próprios missionários e pastores[25] que se utilizaram efetivamente dos discursos memorialistas, juntamente das fontes das Atas de reunião da Convenção e dos jornais de sua denominação, além de recortes dos jornais seculares.

Com relação a esses trabalhos produzidos a respeito da educação batista no Brasil, existe certa tendência em dividir a "obra educacional batista" em cinco períodos: primeiramente entre os anos de 1888 – 1898, caracterizado pela iniciativa da abertura de

[18] Cf. Azevedo, 1996; Bezerra, 1960; Crabtree, 1940; Feitosa, 1974; Mead, 1936; Mesquita, 1940; Oliveira, 2011; Pereira, 1979 e 1982; Taylor, 1941; Tognini, 1960
[19] Revista Brasileira de Educação v. 12 n. 35 maio/ago. 2007.
[20] Revista Educar, v. 20, p. 185-207. 2002.
[21] Revista Horizonte: Belo Horizonte, v. 4, n. 7, p. 110-124, dez. 2005.
[22] Revista Brasileira de História da Educação, julho/dezembro 2001, n. 2.
[23] História da Educação, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, v. 12, n. 24, p. 73-99, Jan/Abr 2008
[24] Revista de C. Humanas, Viçosa, v. 11, n. 2, p. 307-316, jul./dez. 2011.
[25] Cf. Rangel (1930), Mesquita (1940), Costa (1964); Harrington (1968), Pereira (1982 e 1987); Crabtree (1962), Pereira (1982 e 1987), Machado (1994 e 1999) e Maddox (2008).

escolas advindas dos próprios membros de igrejas e missionários em particular, não partindo da denominação em si. Em segundo momento, os anos de 1898 a 1907, na qual ocorreu o comparecimento da denominação batista de modo singelo. Depois, os anos entre 1907 a 1936, período em que ocorre a criação da "Sociedade Educandária" da Convenção Batista Brasileira, em que os batistas como denominação contribuem efetivamente para a "obra educacional". Os meados de 1936 referem-se à concessão feita pelos integrantes da Convenção Batista Brasileira aos batistas brasileiros, dando-lhes maior participação direta na direção das instituições educacionais e, por último, após 1937, quando a Junta de Richmond elabora um cronograma para a retirada gradual dos recursos financeiros internacionais da "obra educacional batista" no Brasil.

A respeito da inserção dos batistas no "Campo Mineiro", destaca-se a obra "Das trilhas de Minas para a Estrada Real: panorama histórico da Convenção Batista Mineira" (SOUZA, 2008). O livro foi produzido em 2008 com o intuito de rememorar os 90 anos da fundação da Convenção Batista Mineira (CBM) e propõe-se a avaliar a trajetória da história dos batistas em Minas Gerais. Ressalta-se que os dois primeiros capítulos, que visam analisar o início da difusão batista no Estado e em Belo Horizonte, são predominantemente marcados pelo teor narrativo, característica comum aos trabalhos denominacionais que analisam o período entre a virada do século XIX até a segunda década do século XX.

Levantamento recente, realizado nas bibliotecas da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, na Universidade Federal de Juiz de Fora e na Universidade Federal de Minas Gerais demonstra que existe certo silêncio sobre o projeto educacional batista no Estado e, em particular, para a cidade de Belo Horizonte.

Dentre os trabalhos levantados, que abordam o tema educação e batista, destaca-se a monografia da Maira Ivanice de Andrade Viegas intitulada "A (Re) Produção do Espaço do Bairro Colégio Batista", apresentada ao curso de Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais no ano de 2003. O trabalho buscou compreender o papel dos agentes que protagonizaram o processo de produção e reprodução do espaço do bairro Colégio Batista a partir de uma análise de sua formação e evolução enquanto bairro, destacando, sobretudo, o momento em que foi alcançado pelo processo de metropolização e pelas transformações ocorridas durante o período das décadas de 1920 a 1950.[26]

[26] A pesquisadora considerou o Colégio Batista Mineiro como o protagonista da produção do espaço do bairro Colégio Batista. Ela analisou os fatores que contribuíram para a instalação do educandário e discutiu o papel dos conflitos religiosos e políticos que se esboçaram entre os representantes da igreja Católica e Batista quando se deu essa instalação do Colégio em Belo Horizonte. Segundo ela, esses conflitos atuaram, em grande medida, como condicionantes da localização que essa instituição veio a possuir no espaço suburbano da cidade.

A monografia de Taciana Brasil intitulada "Para o pleno desenvolvimento de nossas crianças: a Escola Baptista de Bello Horizonte (1918-1927)", apresentada ao curso de Pedagogia pela Universidade Federal de Minas Gerais no ano de 2009, analisa a representação coletiva de escola e formação moral envolvida no processo de fundação da *Escola Baptista de Bello Horizonte*, até a consolidação de sua primeira administração, compreendendo os anos de 1918 a 1927.

A dissertação de mestrado de Hercules Pimenta Santos intitulada "Católico e protestantes*:* escolas confessionais fundadas por missionários estrangeiros, Belo Horizonte − MG *(1900-1950)*", apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais no ano de 2010. Numa perspectiva comparativa o autor investigou as práticas educacionais, organizacionais e disciplinares de duas instituições particulares de ensino constituídas por missionários estrangeiros, alemães e norte-americanos, na cidade de Belo Horizonte, durante a primeira metade do século XX (1900-1950). No caso, o educandário norte-americano refere-se ao "Collegio Baptista Americano Mineiro".

Para o desenvolvimento da pesquisa, objetivou-se a realização de uma história das instituições escolares, no intuito de compreender a presença do *Collegio Baptista Americano Mineiro* em Belo Horizonte, e analisar sua trajetória de implementação. Trata-se de um procedimento metodológico, um movimento que rompeu com antigas tradições de pesquisa, objetivando construir novas formas de interpretações e representações, ocupando-se dos processos de formação e constituição das instituições educativas.[27] Entre outros fatores, nos permite conhecer a identidade de uma instituição educativa, compreendendo e explicando sua existência, de modo a integrá-la na realidade mais ampla que se configura no sistema educativo; contextualizando sua trajetória, possibilitando apresentar seu itinerário de vida e suas várias dimensões, conferindo a ela um sentido histórico.

Buffa & Nosella (2006) destacam a ocorrência de estudos que se preocupam com os sujeitos particulares às instituições escolares. Segundo as autoras, uma sociedade que condiciona a criação e a manutenção de uma instituição de ensino pode se constituir na condição de existência desta, determinando-lhe as relações de diversos tipos com a localidade onde está instalada. Rever a problemática da cidade no contexto a ser estudado permite saber

[27] Com relação à História das Instituições Escolares verificar os trabalhos de: ARAUJO, José Carlos Souza (org.); GATTI JUNIOR, Décio (org.) *Novos temas em historia da educação brasileira*: instituições escolares e educação brasileira. Uberlândia: Edufu; Campinas, SP: Autores Associados, 2002; e, NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; SANDANO, Wilson; LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval. *Instituições Escolares no Brasil*: Conceito e Reconstrução Histórica. Campinas, SP: Editora AUTORES ASSOCIADOS. 1ª Edição, 2007.

das representações relacionadas à escola, seus sujeitos e sua relação com a sociedade local. Nesta pesquisa, pretendeu-se analisar as relações e tensões entre o educandário batista e o contexto político, social e religioso mineiro da terceira década do século XX.

Como esse período da história republicana foi marcado pelo efetivo trabalho dos batistas norte-americanos e brasileiros no estado mineiro, o recorte temporal da pesquisa delimita-se ao ano da fundação da *Escola Baptista de Bello Horizonte* em 1918 até o ano de 1929. Essa década da história brasileira foi marcada pela efervescência nas discussões de um projeto a respeito da educação brasileira. Percebe-se, da parte dos educadores envolvidos neste debate, por meio de suas discussões, entusiasmo pela educação, pois se estabelecia a forte crença de transformar o mundo pela escola.

Nesse sentido, os projetos políticos dos governos estaduais empreenderam reformas de seus sistemas de ensino, destacando-se a de Sampaio Dória, no Estado de São Paulo (1920); a de Lourenço Filho, no Ceará (1923); a de Anísio Teixeira, na Bahia (1925); a de Francisco Campos[28] e Mário Casasanta, no Estado de Minas Gerais (1927); e a de Fernando de Azevedo, no Distrito Federal (1928).

Como todo recorte historiográfico é arbitrário, sendo as escolhas do historiador justificadas pela objetividade do trabalho, nesta pesquisa não foi privilegiado o tradicional recorte político entre Primeira República e Período Vargas. Tendo em vista o objeto de análise: as relações e tensões entre projetos de educação confessional em disputa, o ano de 1929 se justifica pela mudança da legislação estadual a partir da Lei n. 1.092 (12/10/1929), que transformou a precária autorização para o ensino religioso nos grupos escolares em um instrumento legal. Compreende-se que essa Lei representou o "coroamento" das disputas ideológicas e políticas travadas pelos intelectuais católicos nos diferentes canais institucionais ao longo da década de 1920,[29] dentre eles o jornal "O Horizonte". Nesse sentido, a nova legislação salientou o *desequilíbrio de forças* na disputa pelo campo educacional privado entre católicos e protestantes no período da Primeira República em Minas Gerais, marcada paradoxalmente pela jurisprudência do laicismo.

---

[28] Verificar, PEIXOTO, Ana M. C. *A reforma educacional Francisco Campos* − Minas Gerais, governo Presidente Antônio Carlos. 1981. 2 v. Dissertação de Mestrado − Universidade Federal de Minas Gerais.

[29] Ação Universitária Católica (A.U.C), União dos Moços Católicos (U.M.C), Liga Eleitoral Católica (L.E.C), Confederação Católica do Trabalho (C.C.T) são órgãos que estiveram a serviço da arregimentação e atuação dos leigos, instituídos e/ ou apoiados pela alta hierarquia, num sinal de clara abertura da Igreja Católica para o laicato (COSTA, 1989, p. 27).

Metodologia e fontes.

O uso da imprensa como fonte histórica desdobra-se do movimento da crítica epistemológica à história tradicional que reconfigurou as reflexões a respeito do fazer historiográfico. Como afirma Le Goff (1994), representante da terceira geração dos Annales, "a história problema se impôs à história documento", e dessa forma, os tipos de documentos e os modos de inquiri-los alteraram-se profundamente, acarretando uma "revolução documental". Esse alargamento do conceito de fontes exigiu uma renovação empírica da documentação já identificada e possibilitou o levantamento de novos materiais de investigação, tais como as tradições orais, as publicações periódicas, as biografias e autobiografias, os relatos de vida escolar, a iconografia, os materiais didáticos e os cadernos escolares.

De fato, a variedade de fontes históricas no campo historiográfico, a partir da década de 70, se tornou múltipla. Porém, segundo Vieira (2007, p. 12), o campo da História da Educação manteve-se inicialmente distanciada dessas discussões e, somente a partir da década de 1980, as questões postas foram gradativamente enfrentadas e discutidas de forma abrangente no meio acadêmico. Efetivamente, foi na década de 1990 que se problematizou a relação entre historiografia educacional e fontes, e por isso, nos últimos quinze anos, a História da Educação no Brasil vem vivenciando as diversas modificações referentes ao alargamento temático para os pensares, os saberes, as práticas, os processos, as pedagogias, os agentes e as instituições.

Nesse sentido, ocorreu um crescimento significativo de pesquisas que ora problematizam a imprensa como fonte, ora como objeto de investigação,[30] sendo que a imprensa pedagógica em específico tem sido estabelecida inclusive como eixo de apresentação de trabalhos nos congressos da área. Araujo (2002, p. 9) ressalta que tem consolidado uma tradição a realização da pesquisa histórico-educacional a partir da análise da imprensa, na qual "são vários os esforços de investigação na direção do aproveitamento da imprensa periódica como fonte de estudo da educação em suas várias dimensões."

Vieira (2007, p. 13) apresenta a potencialidade do uso dos jornais como fonte de pesquisa para a História da Educação a partir do momento em que essa documentação

[30] Sobre o assunto, pesquisar os trabalhos de CATANI (1989), SOUSA E CATANI (1994), CATANI E BASTOS (1997) e ARAÚJO e GATTI JUNIOR (2002).

> permite uma ampla visada da experiência citadina: dos personagens ilustres aos anônimos, do plano público ao privado, do político ao econômico, do cotidiano ao evento, da segurança pública às esferas cultural e educacional. Nela encontramos projetos políticos e visões de mundo e vislumbramos, em ampla medida, a complexidade dos conflitos e das experiências sociais. Talvez, nas sociedades modernas, urbanas e complexas que emergiram em temporalidades distintas na Europa e na América e se difundiram pelo mundo, não tenhamos outro documento que forneça, ainda que de forma superficial e opaca, uma perspectiva tão ampla da sociedade e dos seus problemas. Em outras palavras são incomensuráveis as possibilidades de reconhecimento e de problematização do passado por meio das páginas da imprensa.

Neste trabalho foram utilizados diferentes jornais (*O Baptista Mineiro, The Foreign Mission Journal, Home and Foreign Fields, O Horizonte e Minas Geraes*) como fonte de pesquisa com o intuito de explorar suas potencialidades como documento, como suporte de sentidos e também seu protagonismo como agente social. Para tal abordagem, Vieira (2007) apresentou a proposta de situar as fontes "como feixes de relações, como resultado de conflitos e de negociações que tornam visíveis ou invisíveis certas questões, acontecimentos ou formas de pensar.*"* Para o autor, o jornal deve ser entendido como potente mecanismo de produção de memória e sendo assim, necessita ser problematizado para que o texto jornalístico seja interpretado como enunciado, isto é, como intervenção que visa demarcar e fixar formas de pensar que se expressam como valores, juízos, modos de classificação, enfim, explicações para a ação social (VIEIRA, 2007, p. 14).

Para tal operação historiográfica, deve-se estar ciente de que existem vários tipos de imprensa derivada dos diferentes grupos sociais organizados que a produz como meio de se expressarem e persuadirem a sociedade do seu entorno. Ao mesmo tempo, a problematização do documento torna-se importante para evitar a sua naturalização a fim de buscar a compreensão do processo social de sua produção e, consequentemente, o protagonismo social dos textos produzidos no passado.

Zicman (1985, p. 92) alerta contra essa naturalização da fonte ao afirmar que

> devemos lembrar que na Imprensa a apresentação de notícias não é uma mera repetição de ocorrências e registros, mas antes uma causa direta dos acontecimentos, onde as informações não são dadas ao azar, mas ao contrário denota as atitudes próprias de cada veículo de informação, todo jornal organiza os acontecimentos e informações segundo seu próprio filtro.

A autora apresenta ainda três grandes vantagens da utilização da imprensa como fonte documental: a periodicidade, os jornais se configuram como "arquivos do cotidiano"; disposição espacial da informação, ou seja, o registro de diferentes acontecimentos

componentes de um contexto mais amplo; tipo de censura: sua forma mais imediata e instantânea.

Nessa perspectiva cabe ao pesquisador desconstruir o texto publicado a fim de descortinar os significados, as contradições e as diferenças de forma e de conteúdo das falas que produz. Segundo Bastos (2002), essa operação historiográfica significa análise do processo e das condições da produção/construção do periódico, a partir dos seus discursos polissêmicos "o texto não é mais restrito a uma leitura única, harmoniosa e confiável. Ao invés disso, torna-se plural, aberto à releitura e não mais objeto de consumo passivo, mas objeto de trabalho, através do qual o leitor produz significado."

A autora ressalta ainda o lugar da imprensa como formadora da opinião pública sendo compreendida como um dos diversos dispositivos para forjar o sujeito/cidadão "a partir da necessidade de informar sobre fatos, opiniões e acontecimentos, a imprensa procura engendrar uma mentalidade (...) no seu destinatário, constituindo um público leitor" (BASTOS, 2002, p. 152).

Na tentativa de reconstituir o lugar social ocupado pelos jornais analisados, buscou-se levantar indícios que permitem analisar a influência cultural exercida por esses meios de comunicação, tais como a tiragem, a periodicidade, o número de anunciantes e de assinantes e a posição social e política ocupada pelos principais editorialistas.

Percebe-se que a imprensa adquire o poder político através de sua dupla condição como expressão de uma realidade e como agente social interessado em intervir na realidade. E nesse sentido,

> não se pode ignorar que nessa relação o jornal capta os interesses do leitor e os retrabalha de acordo com os objetivos e interesses da própria empresa jornalística. A massa de informações de que dispõe, as formas de selecionar e transmitir a notícia, implicam uma possibilidade de manipulação considerável, que não pode ser negligenciada. (CAPELATO, 1991: 138)

Nessa perspectiva, as proposições de Foucault (1996), em *A ordem do discurso*, nos possibilitam pensar a respeito do papel do intelectual e relacioná-lo com o que seria um processo ordenado de produção de discursos em nossas sociedades. Os discursos cotidianos são mais efêmeros do que os "discursos sérios" da instituição, tais como o da medicina, da psiquiatria e da política. Segundo o autor, "o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo pelo que se luta, o poder que queremos nos apoderar" (FOUCAULT, 1996, p. 10).

Foucault extrapola a preocupação estrita de interpretação do texto ao compreender o discurso como prática social. Ele então se coloca além do nível da proposição de um texto para analisar o discurso enquanto um "acontecimento" que se dá mediante condições de possibilidades e regras preestabelecidas. O ponto de partida do autor é a seguinte hipótese,

> Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que tem por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (FOUCAULT, 1996, p. 8).

O autor identifica e analisa três grupos de procedimentos de controle, seleção, organização e redistribuição da produção dos discursos, a saber: os sistemas de exclusão externos e internos ao discurso, bem como as regras impostas aos sujeitos.

Nessa perspectiva, pretende-se utilizar os periódicos confessionais batista e católico como um instrumento privilegiado de pesquisa para a construção do conhecimento em história da educação, que possibilitou a compreensão da "faceta educativa da atividade jornalística". A partir da análise dos discursos dos posicionamentos dos respectivos editoriais perante os debates sobre política e legislações educacionais foi possível a análise do momento no qual esses protagonistas se impuseram como "opinião pública" e se posicionaram perante a temática do laicismo republicano e dos seus respectivos projetos educacionais propostos à parcela da população belo-horizontina e mineira.

Assim, para o desenvolvimento da pesquisa foi pensada a divisão do trabalho em três capítulos. No primeiro pretende-se analisar as representações de cidade e/ou educação do projeto republicano implementado em Belo Horizonte na busca da compreensão dos motivos que levaram os missionários batistas norte-americanos a escolherem a Nova Capital como espaço por excelência do campo educacional mineiro. Ao mesmo tempo, será problematizada a história referente às primeiras experiências educacionais batistas na cidade a partir dos periódicos digitalizados pela Junta de Missão Estrangeira,[31] localizada no banco de dados virtual da "International Mission Board's" (IMB's),[32] órgão da Convenção Batista do Sul dos Estados Unidos. Dentre os títulos dos jornais digitalizados, destacam-se os seguintes:

[31] O banco de dados contém Anuários da Convenção Batista do Sul dos Estados Unidos entre 1845 a 1979. As "minutas" ou "proceedings" depois de 1979 estão disponíveis mediante solicitação do arquivista.

[32] O Conselho de Missão Internacional fornece acesso aos arquivos e serviços de gerenciamento de registros para os pesquisadores que pretendem estudar a história das missões dos Batistas do Sul. O Centro de Arquivos e Registros localiza-se em Richmond, Virginia. <http://archives.imb.org/solomon.asp>

"Southern Baptist Missionary Journal", "Home and Foreign Fields" (1916-1937) e "The Foreign Mission Journal" (1877-1916).

Esses documentos foram importantes para o desenvolvimento da pesquisa por serem fontes inéditas, o que possibilitou repensar parte da historiografia da história batista em Belo Horizonte, elaborada basicamente a partir das memórias dos ex-diretores da instituição. Além de possibilitar também a problematização dos discursos utilizados pelos missionários para descrever suas ações no espaço belo-horizontino juntamente a sua entidade financiadora.

No segundo capítulo será abordada a trajetória dos missionários batistas para a implementação do projeto educacional em Belo Horizonte a partir do "Collegio Batista Americano Mineiro". Levando em conta suas atuações no espaço público, na tentativa de constituição de uma nova identidade cultural através da educação, procura-se compreender as tensões postas entre os sujeitos envolvidos na disputa pelo campo educacional da capital mineira. Ao mesmo tempo, pretende-se compreender como o educandário batista se relacionou com o plano espacial e urbanístico da *Nova Capital*. Acredita-se que a análise dos conflitos referentes à chegada da denominação batista e a implantação da sua escola em Belo Horizonte permite perceber a influência do educandário batista na cidade. Para isso, foram analisadas principalmente as fontes localizadas no Centro de Memória do Colégio Batista Mineiro, das quais se destacam as Atas da Junta Executiva da Convenção Batista Mineira, de julho de 1918 a dezembro de 1929, órgão que administra o colégio e as igrejas; as Atas da Convenção Batista Mineira, a partir de 1920, os boletins enviados pelos missionários à Junta de Richmond (EUA) e os Prospectos Escolares da escola no ano de 1921, 1924 e 1927. Do entrecruzamento dessas fontes procurou-se perceber a relevância do educandário batista para o projeto proselitista dos batistas para a sociedade mineira.

Ao mesmo tempo, nesse capítulo, objetiva-se analisar as formas de divulgação do projeto educacional batista na cidade de Belo Horizonte e em Minas Gerais e perceber as intervenções e/ou tensões entre os educandários particulares confessionais pela disputa sobre o "mercado educacional" em Belo Horizonte. Para tal objetivo, foi necessária a análise do discurso educacional divulgado pela denominação através do jornal *"O Batista Mineiro"* e, concomitantemente, dos recortes de notícias do jornal *"Jornal de Minas"*[33] referentes ao

[33] No levantamento realizado na Hemeroteca Pública do Estado de Minas Gerais não foi encontrado esse jornal referente ao recorte temporal do trabalho.

educandário batista em Belo Horizonte,[34] além das propagandas levantadas no jornal *"Minas Geraes",* localizado na Imprensa Oficial.[35]

No último capítulo pretende-se conferir visibilidade às relações e tensões entre os diferentes segmentos religiosos na oferta da instrução confessional e/ou laica, bem como às expressões da população acerca das demandas por escola em Belo Horizonte. Para compreender tais questões, faz-se necessária a análise dos discursos referentes à educação, elaborados por parte do clero e dos intelectuais católicos a partir do jornal "O Horizonte".[36] Esse periódico representou uma parcela importante do movimento restaurador da Igreja Católica em Minas Gerais, e o conteúdo de suas publicações contribuiu para a definição do conservadorismo católico no estado, representando um campo de atuação política que teve um papel significativo na construção e na expressão do pensamento "recristianizador" nas décadas de 1920 e 1930.[37]

Nesse sentido, pretende-se tornar visíveis algumas ações e representações educacionais/religiosas do grupo de católicos, que tinha no jornal o seu centro de articulação. Ao mesmo tempo, ao analisar o discurso católico, busca-se perceber as influências/efeitos que o modelo educacional norte-americano batista exerceu sobre o sistema educacional particular confessional em Belo Horizonte, ao longo da década de 1920.

* * * *

[34] No Centro de Memória do Colégio Batista Mineiro encontram-se recortes de jornais referentes às suas ações institucionais na cidade de Belo Horizonte.

[35] Ao todo foram pesquisados os exemplares do jornal "Minas Geraes" entre os anos de 1918 e 1930. *A priori*, pesquisei todos os exemplares entre os anos de 1918 e 1920. Nesses três anos pesquisados observei que houve maior ocorrência de propagandas dos educandários mineiros, cariocas e paulistas nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro. Em decorrência do curto prazo para realizar a pesquisa, priorizei esses três meses entre os anos de 1921 e 1930, além dos meses de março pelo fato de ser o mês de comemoração da fundação do educandário batista mineiro. Ao mesmo tempo, procurei os responsáveis pelo acervo à procura de informações sobre o jornal "Minas Geraes", principalmente com relação aos diversos valores cobrados pelos diferentes tipos de anúncio, mas não consegui informação necessária para tal questão.

[36] Localizado no acervo da biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, *campus* Coração Eucarístico, o jornal católico "O Horizonte" (1923 – 1935) encontra-se microfilmado.

[37] No acervo do Memorial da Arquidiocese de Belo Horizonte, localizado no bairro Santa Efigênia, pesquisei os jornais católicos "A bussola" (1912 a 1915) e o "Lar Catholico" (1920 a 1928).

1. UM "BELLO HORIZONTE" PARA O PROJETO EDUCACIONAL BATISTA EM MINAS GERAIS

"A 'urbs' está criada, faltando, porém, a 'civitas'."
Francisco Sá (BARRETO, 1996, v. 2, p. 752)

A constituição da República Federalista no Brasil foi marcada por paradigmas que circularam entre as elites intelectuais desde a Proclamação da Independência política do Brasil, em 1822. Tais projetos de organização do Estado, de construção da identidade e da unidade nacional se alimentaram de referências advindas tanto da Europa, fonte da cultura e da civilização, como dos Estados Unidos. Essa movimentação que se deu no mundo das ideias e das mentalidades no Brasil na virada do século XIX para o século XX aglutinava várias vertentes do pensamento europeu[38] que se misturavam sem nenhuma preocupação lógica ou substantiva (CARVALHO, 1997).

Nas duas décadas que antecederam a República, o ambiente social brasileiro – reflexo das mudanças históricas que estavam se processando em outras partes do globo – estava de tal modo carregado pelo pensamento cientificista e liberal que desencadeou um processo de renovação das mentalidades. Contudo, é importante ressaltar que o movimento modernizante brasileiro, nesse período, caracterizava-se por uma modernização conservadora em que não se pressupunha mudanças abruptas com a enraizada sociedade patrimonial, mas apenas a sua reformulação. E como se não bastasse o problema das contradições conceituais e da legitimidade de seus interlocutores, o liberalismo no Brasil foi tardiamente absorvido pela cultura política acarretando empecilhos para a reforma do Estado brasileiro inspirada também pelas ideias modernizantes advindas dos Estados Unidos da América (VIEIRA, 2009, p. 5).

Sendo assim, os ideais e o sistema de valores norte-americanos passaram a fazer parte integrante dos discursos dos líderes republicanos, ao atacar o regime monárquico com violentas campanhas, sobretudo pela imprensa, pelas lojas maçônicas e pelas conferências públicas. De acordo com Carvalho (1990), o grupo ou corrente político-ideológica dos

[38] Iniciou-se no Brasil a reformulação do pensamento político influenciado pela presença das novas correntes filosóficas e doutrinas religiosas tais como o positivismo, o evolucionismo, o materialismo, o espiritismo, o socialismo, o anarquismo, o protestantismo e também pelas principais medidas liberalizantes propostas pelo estado civil, tais como a liberdade de religião, o casamento civil, a secularização dos cemitérios e a liberdade de imprensa.

intelectuais[39] voltados para o modelo norte americano foi o que granjeou maior sucesso e posteriormente se constituiu em porta-voz das principais reformas em âmbito jurídico, político e educacional.

Dessa forma, a recente formada república da América do Norte era considerada por muitos desses intelectuais brasileiros como uma verdadeira "terra prometida", nação que, purificada das mazelas da envelhecida e conflituosa Europa, oferecia ao Brasil a demonstração de que era possível, em tempo abreviado, relativamente à longa história europeia, elevar-se ao nível da civilização (WARDE, 2000a, p.37). "A propaganda republicana se fez em parte em torno do argumento de que a República fazia parte da identidade americana. República e América eram o novo, o progresso, o futuro" (CARVALHO, 1998, p.110). Ou seja, foi-se produzindo aqui a ideia de que os Estados Unidos ofereciam importante espelho para a modernidade no Brasil, pela difusão da crença de que lá estava sendo concretizada a esperança de forjar o "homem novo", necessário à modernidade (WARDE, 2000b, p.5).

Esta concepção foi amplamente apropriada na elaboração dos projetos urbanísticos das grandes metrópoles norte-americanas e europeias, sendo os casos mais emblemáticos as da cidade de Washington (1791) e de Paris (1853). Com o intuito de conceber uma representação de cidade moderna, os engenheiros chefes das respectivas metrópoles incorporaram as preocupações higienistas vigentes na época, tais como: reforma e demolição de áreas e edificações degradadas em condições sanitárias precárias, além da ampliação e redefinição dos limites da cidade. No Brasil, foi o plano de Aarão Reis para a Capital de Minas,[40] primeiramente denominada de *Cidade de Minas* e posteriormente de *Bello Horizonte*, na última década do século que aplicou com notoriedade os princípios hausmannianos, acrescidos de elementos barrocos como no plano de Washington D.C..[41]

Ao mesmo tempo, a utopia da formação do "homem novo" também circulou fervorosamente no campo educacional tendo pautado discursos e ações de políticos, intelectuais e educadores brasileiros, fomentando a convicção de que a educação, mais do que

---

[39] Dentre eles, destacaram-se nomes como o de Aureliano Candido Tavares Bastos, Quintino Bocaiúva, Francisco Rangel Pestana, Francisco Quirino dos Santos, João Quirino dos Santos, Prudente de Moraes Barros, Caetano de Campos, Alberto Salles, Bernardino de Campos, Salvador Furtado de Mendonça e outros (CARVALHO, 1990, p. 17)

[40] Em outras capitais estaduais, como Manaus e Belém, Rio de Janeiro e São Paulo, além de cidades como Santos, engenheiros engajados nos melhoramentos e reformas urbanas, como Saturnino de Brito, Pereira Passos e Prestes Maia, entre outros, incorporaram e empregaram seus ensinamentos nas diversas intervenções que fizeram nas cidades brasileiras.

[41] Existem inúmeros livros sobre essas experiências urbanísticas destacando-se por uma síntese histórica a obra de Carlos Lessa (2000) e uma análise das ações higienistas no Rio de Janeiro, por Sidney Chalhoub (1996).

índice de progresso e civilização, constituía fator essencial à sobrevivência da nação (CARVALHO, 1997, p. 42). Os Estados Unidos e sua experiência educativa surgiram como mais um modelo para as iniciativas de reforma da educação no Brasil, porque tais homens criam que lá as ideias e métodos da ciência haviam sido convertidos em eficazes princípios de organização de um sistema público de ensino (WARDE, 2000a, p. 42).

A entrada do "protestantismo civilizatório" (BASTIAN, 1994, p. 108) no Brasil contribuiu para a propagação desse projeto porque os missionários norte-americanos objetivavam a "reforma do mundo" a partir da visão de uma população "cristã" livre, letrada, industriosa, honesta e obediente às leis (MENDONÇA, 2008, p. 61). Influenciados principalmente pelo princípio do liberalismo, a partir da doutrina do livre-arbítrio, os missionários batistas fomentaram a abertura de escolas particulares e, concomitantemente, escolas anexas e dominicais em seus templos religiosos, no intuito de disputar a hegemonia cultural da sociedade contra a influência católica a partir também do campo educacional particular.

Em seus livros, Émilie G. Léonard (2002) e Bandeira (1973) estabeleceram certa comparação das ações proselitistas dos missionários norte-americanos no Brasil, através de seus colégios, com a catequese jesuítica implantada em solo brasileiro desde o século XVI. Mesmo tendo compreensão dos limites históricos dessa comparação, é possível perceber que a estratégia da educação como instrumento de consolidação dos ideais protestantes esteve presente nos discursos e ações dos missionários. Essa estratégia pode ser melhor percebida durante o contexto republicano a partir da análise da ação protestante no espaço público. Segundo Crabtree *(apud* RAMALHO, 1976, p. 69),

> É simplesmente impossível que a religião evangélica concorra com o catolicismo sem se munir do poder e da influência da educação. Cada sistema tem a sua ideologia e as suas vantagens. Nós, evangélicos, estamos plenamente convencidos da superioridade de nossos ideais, mas o povo culto em geral não aceita o evangelho, antes de ficar convencido da cultura evangélica. É justamente no campo da educação que o evangelho produz os seus frutos seletos e superiores, homens preparados para falar com poder à consciência nacional. (Grifo meu)

De acordo com o professor Horace Lane, diretor do Colégio Mackenzie e colaborador na reforma do ensino público em São Paulo, o princípio norteador da campanha evangélica deveria ser: "muitas escolas, mais escolas, sempre escolas. É o que fazem os sacerdotes católicos e é o que fazemos nós: na educação da mocidade reúne-se grande parte de nosso ideal" (*apud* NASCIMENTO, 2001, p. 15).

De maneira geral, a educação protestante é compreendida neste trabalho como uma das estratégias missionárias para difusão do *ethos protestante* com o intuito de promover a conversão religiosa, individual e lenta da sociedade brasileira a partir da formação intelectual, moral e espiritual dos filhos dos fiéis "evangélicos". Nesse sentido, na mentalidade dos missionários norte-americanos, o Brasil era como um campo aberto para a introdução do protestantismo que traria em si uma nova maneira de vida em sociedade. Ou seja, os missionários batistas não consideravam sua missão apenas o ato de evangelizar, pois sua ação centrava-se também no objetivo de educar indivíduos imbuídos do sentido de coletividade com o intuito de promover sua ascensão social (ALMEIDA, 2007. p. 329).

De acordo com Rega (2001, p.98 *apud* SILVA, 2004, p. 69), as expectativas desses missionários se adequavam ao projeto republicano do "homem novo", pois

> a pregação salvadora dos batistas abrangia muito mais do que apenas a vida espiritual, era também uma pregação para a conversão a um desenvolvimento civilizatório total. Aproveitando-se do imaginário da República, tinham a convicção de que o brasileiro só conseguiria constituir uma nação nova, aceitando a mensagem redentora dos batistas. O missionário passava a ser o 'grande irmão' que trazia a solução ao povo e os Estados Unidos, a Grande Nação, era o modelo a ser seguido.

A educação como estratégia missionária, estava impregnada nas práticas dos missionários norte-americanos que desempenhavam duplo papel de evangelistas e professores. Além disso, outro fator que reafirmou esse binômio foi o alto índice de analfabetismo presente na população brasileira, sendo, portanto, um obstáculo à conversão baseada no acesso à leitura e livre interpretação da Bíblia pelo fiel.[42]

Portanto, as missões norte-americanas que vieram para o Brasil tiveram papel importante no campo educacional, uma vez que adotaram em suas escolas e colégios aqui instalados alguns dos padrões educacionais norte-americanos, tornando-se, portanto, um veículo de circulação e visibilidade de novas práticas culturais para a sociedade. Por este motivo, as empresas missionárias incluíram em seu quadro pessoal especialistas em educação, principalmente mulheres como Carlota Kemper (Lavras, MG), Marcia Brown (São Paulo),[43] Martha Watts (São Paulo/ Belo Horizonte) (MENDONÇA, 2008. p, 95), Anna Bagby (Rio de Janeiro) e Effie Maddox (Rio de Janeiro e Belo Horizonte).

[42] Na época da proclamação da República a população era estimada em 14 milhões de habitantes, com 85% de analfabetos contabilizados acima dos 15 anos. (Romanelli, *apud* VEIGA, Cinthya Greive, 2002)

[43] Segundo citação de Mendonça, Marcia Brown participou da reforma educacional do Estado de São Paulo, em 1890, ao lado de Caetano de Campos. (*apud* Fernando Azevedo, 1958, tomo III, p. 140)

1.1 – A inserção da denominação batista em Minas Gerais e a laicidade republicana

Com relação à história da denominação batista no solo mineiro, os trabalhos elaborados dividem as ações proselitístas dos obreiros em dois períodos (O COLÉGIO BATISTA MINEIRO, 1958; HARRINGTON, 1968; ASSIS, 1992). No primeiro, entre os anos de 1888 e 1911, considerado o primórdio da atuação denominacional caracterizada pela iniciativa individual e descentralizada dos missionários. Posteriormente, entre 1911 e 1929, momento em que ocorreu uma organização mais sistematizada das atividades dos batistas na "Terra de Tiradentes" a partir da abertura do campo Mineiro, por determinação da Junta de Richmond, com o intuito de desvinculação da Convenção Batista do Rio de Janeiro e do Espírito Santo.

Dentre as obras historiográficas, destaca-se o primeiro livro produzido pelos batistas mineiros, intitulado "História da denominação Batista em Minas Gerais" de Herval S. Rangel (1930). Segundo o autor, é possível perceber o "plano intelligente e estratégico de evangelização" ao observar o mapa de Minas Gerais e a localização das vinte e quatro igrejas fundadas ao longo do período da Primeira República. Isso porque o conjunto dessas igrejas "estão dispostos em forma de uma grande estrela, cujos bicos se estendem para os mencionados pontos", da qual a propaganda batista "partiu do suleste, irradiou-se para o centro, para o norte, para o sul e para o oeste."

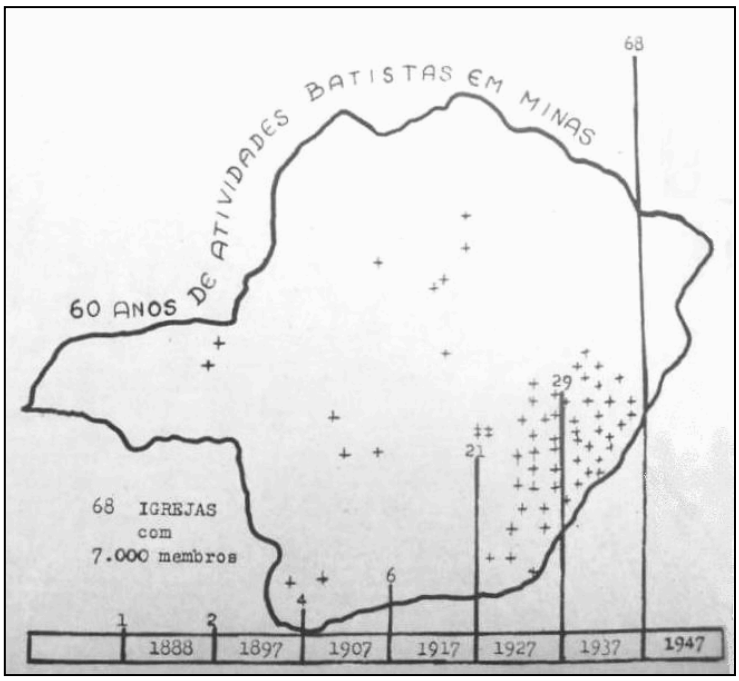


Imagem 1: 60 anos de atividades Batistas em Minas. (*O Batista Mineiro*, Março e Abril de 1947, Ano XXVI, n. 57, p. 1)

Ao observar o mapa e as representações cartográficas referentes ao número de igrejas fundadas ao longo das primeiras décadas do século XX, percebe-se que os primórdios do trabalho missionário batista no estado ocorreram em duas frentes principais: primeiramente proveniente do Rio de Janeiro e posteriormente advinda do Espírito Santo. Sendo assim, esses trabalhos proselitistas estiveram vinculados com cada um desses polos e respectivamente com a história dos missionários pioneiros da obra batista brasileira: William Buck Bagby (1855-1939) e Zachary Clay Taylor (1851-1919).[44]

Em linhas gerais, os trabalhos escritos sobre a temática possuem caráter estritamente narrativo e foram elaborados a partir dos relatos dos obreiros batistas norte-americanos e brasileiros, além das Atas da Convenção Batista Mineira e do jornal "O Baptista Mineiro". Esses trabalhos priorizam a história batista no estado após a denominada "segunda fase" da evangelização. Porém, os jornais norte-americanos que divulgavam os relatórios anuais dos missionários batistas norte-americanos enviados para a Junta de Missões Estrangeiras em Richmond, no estado da Virginia,[45] são fontes que contribuem para a problematização da historiografia produzida no período do primórdio e também da efetivação dos trabalhos da denominação batista no território mineiro. Isso porque essas fontes possibilitam a analise da trajetória denominacional e da mentalidade dos missionários a respeito do Brasil e no caso específico de Minas Gerais.

Efetivamente, a primeira tentativa para estabelecer a denominação batista em Minas ocorreu por determinação dos missionários norte-americanos no Rio de Janeiro, quando, de mudança da Bahia, no ano de 1888 chegou a Juiz de Fora o missionário Charles G. Daniel[46] com sua esposa, D. Lena, e o "irmão de fé", Antônio Marques.

Já no ano de 1889, devido ao estado de saúde da sua esposa, o casal de missionários findou os trabalhos na cidade e retornou aos Estados Unidos. Após um ano sem assistência pastoral, em 1890, o trabalho proselitista em Juiz de Fora foi assumido pelos missionários ingleses E. H. Sopper e D. Grace Sopper, que permaneceram na cidade até o ano de 1893 quando rumaram para Nova Guiné.

---

[44] Na tentativa de historicizar essa experiência religiosa buscou-se alguns traços característicos do protestantismo missionário norte-americano que se instalou no Brasil a partir da segunda metade do século XIX, com ênfase na denominação batista. Não foi objetivo do trabalho fazer uma longa digressão sobre a história dos batistas no Brasil. Sobre esse assunto existem estudos clássicos, como os realizados por Vicente Themudo essa (1938), Júlio Andrade Ferreira (1960), Émile Léonard (1963), Frank Goldman (1972), Boanerges Ribeiro (1981) e Antônio Gouveia de Mendonça (1984).

[45] O Centro de Arquivos e Registros localiza-se em Richmond, Virginia. http://archives.imb.org/solomon.asp

[46] Charles Daniel vivenciou a experiência da colônia de Santa Bárbara e passou sua mocidade em São Paulo. Segundo relatos ele dominava bem a língua portuguesa. Suas atividades iniciaram-se em Recife, onde ajudou a organizar a Primeira Igreja Batista no local. Alguns meses depois, dirigiu-se para a Bahia a fim de ajudar Z. C. Taylor no trabalho missionário; posteriormente, transferiu-se para o Rio de Janeiro.

Em Juiz de Fora foi alugada uma casa onde foi aberto um ponto de pregação. Segundo Rangel (1930, p. 5), a igreja crescia lentamente e desde o seu início, os missionários organizaram uma Escola Dominical, pois "attrahidas pela novidade, entravam varias pessoas a tomar assento nas reuniões." O trecho de um dos relatórios do missionário batista Sopper a respeito da pregação realizada no interior da casa do "irmão de fé" C. G. Daniel, quando esteve em visita na cidade de Juiz de Fora em 15 de fevereiro de 1889, apresenta elementos que demonstram a aspiração por mudanças no regime político brasileiro. Segundo o relato,

> o povo mantem-se em forte opossição ao presente estado de cousas e esta ansioso pela mudança da fórma de governo. (...) eram, talvez, umas setenta pessoas, todas com optima atenção (...) Enquanto pregava, todos os olhares convergiam em mim, e o poder da Palavra fazia nadarem os olhos, em lagrimas que deslizavam pela faces abaixo (RANGEL, 1930, p. 6).

Esse relatório foi escrito no período das primeiras obras batistas no estado mineiro e tinha como uma das suas finalidades a legitimação dos trabalhos proselitistas no estado mineiro perante o campo missionário responsável, no caso o campo fluminense. A partir dessa constatação, é possível problematizar o registro do elevado número de pessoas que participaram da pregação do missionário em um espaço residencial que provavelmente não comportava tamanha quantidade de "almas". Por outro lado, segundo o relato, os participantes mantiveram uma postura de alto grau de concentração frente à "novidade" da Palavra proferida, independentemente das horas transcorridas.

O discurso apresentado por Sopper tem como objetivo demonstrar aos responsáveis pelo empreendimento missionário no solo mineiro, no caso o missionário W. B. Bagby, a potencialidade dos trabalhos denominacionais batistas no estado mineiro e assim, a necessidade de maiores esforços para a implantação dos trabalhos proselitistas dos batistas em Minas Gerais. Dessa forma, o discurso contraria a visão apresentada pelo missionário C. G. Daniel, escrita no momento do seu retorno aos Estados Unidos, a respeito da iniciativa da abertura do campo missionário batista em Minas. "Vocês sabem que eu não fui a favor de Minas como um campo missionário, mas como nós já entramos no campo, vamos mantê-lo, a despeito de todos os riscos" (*apud* OLIVEIRA, 1999, p. 64).

Em todo o caso, é possível perceber que o modelo organizacional batista a partir da democracia exercida pelos membros nas igrejas, seus esforços pelo modelo educacional liberal, as denúncias sobre as consequências "economicamente retrógradas" do domínio católico no Brasil contribuíram para que, naquele momento, suas propostas apresentassem

como força em diálogo com as transformações políticas, culturais, econômicas e sociais no país (FONSECA, 2003. p.79).

Essas transformações vivenciadas no contexto da instauração da república brasileira propiciaram a entrada e veiculação das ideias batistas, o que contribuiu para uma renovação ideológica após quase quatrocentos anos de predomínio absoluto do catolicismo.[47] O laicismo da nova Constituição Federal determinou igualdade de direitos aos pertencentes a outros grupos religiosos o que possibilitou de maneira geral a atuação dos missionários protestantes no espaço público.

> Art 72 - A Constituição assegura a brasileiros e a estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade, à segurança individual e à propriedade, nos termos seguintes:
> §3º Todos os indivíduos e confissões religiosas podem exercer publica e livremente o seu culto, associando-se para esse fim e adquirindo bens, observadas as disposições do direito commum. (…)
> § 5º Os cemitérios terão caráter secular e serão administrados pela autoridade municipal, ficando livre a todos os cultos religiosos a prática dos respectivos ritos em relação aos seus crentes, desde que não ofendam a moral pública e as leis.
> §6º Será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos.
> §7º Nenhum culto ou igreja gosará de subvenção official, nem terá relações de dependencia, ou alliança com o governo da União, ou o dos Estados. (A Constituição Federal e as Constituições dos Estados, 1896. p. 33-34.) (Grifo meu).

Desde as décadas de 1870 e 1880, a luta de liberais, maçons e positivistas pela separação entre Igreja e Estado havia provocado verdadeira ebulição política no Brasil. Por esse objetivo estiveram empenhados personagens destacados do período monárquico, como Silveira Martins, Saldanha Marinho, Joaquim Nabuco e Rui Barbosa. Essa elite intelectual e política acompanhavam a construção da laicidade nos países europeus e nos Estados Unidos e a ansiavam no Brasil (CUNHA, 2013, p. 39).

A laicidade do Estado foi um dos pontos culminantes da institucionalização do regime republicano que declarou a Igreja Católica separada do Estado e, sendo assim, ela passou da esfera pública para a esfera privada. O Estado foi proibido de financiar qualquer tipo de atividade religiosa e assumiu importantes funções, até então responsabilidade do clero, tal como o registro do nascimento e de casamentos. Todos os indivíduos e todas as confissões religiosas passaram a gozar de liberdade de culto público, podendo adquirir bens com a única dependência do direito comum.

[47] Desde o Tratado de 1810 até a proclamação da República, a religião católica já não teve a exclusividade, mas deteve a força do monopólio sobre as demais religiões cristãs, garantida pelo Estado que a mantinha materialmente e de cuja administração fazia parte (CURY, 2013, p. 34)

Cabe destacar o artigo sexto da Constituição, referente à educação, que expressou de modo evidenciado a laicidade republicana. Segundo Cunha (2013, p. 44),

> a despeito da confusão entre leigo e laico, essa foi a única passagem de uma Constituição brasileira, até os dias atuais, em que uma atividade do Estado brasileiro foi explicitamente qualificada na legislação de laica. Em todas as demais, a laicidade é implícita, e tem de ser deduzida, devido às ambiguidades remanescentes no ordenamento jurídico do nosso país.

Em seu livro "Cidadania Republicana e Educação", Cury (2001) buscou compreender a fase inicial da República no Brasil, concentrando-se nos atos que formalizaram o regime e transformaram o Estado Brasileiro. Apoiado na documentação e na legislação do Congresso Constituinte de 1890-1891 o autor analisou principalmente os debates referentes à temática educação, ocorridos ao longo do processo de elaboração da Carta Magna do Brasil.[48]

Importante desnaturalizar o documento legislativo e atentar-se para os debates que antecederam a confecção do aporte legal. Isso porque as constituições são tributárias dos contextos em que são produzidas, expressando correlações de forças que perpassam a produção das políticas públicas no âmbito do Estado. Ao mesmo tempo, expressam desejos de reforma da sociedade, apontando perspectivas, ou então reforçam privilégios de grupos que fazem valer seus interesses junto ao Legislativo (VIEIRA, 2007, p. 307).

Nesse sentido, a mera instituição do princípio da laicidade na primeira Constituição Brasileira não garantiu o pleno usufruto desse direito pelos diferentes sujeitos históricos nas esferas da sociedade brasileira. A busca pela garantia do direito à laicidade foi marcada por tensões entre os grupos sociais e políticos que apoiaram e lutaram pela sua inserção na Carta Magna e os grupos conservadores que resistiram contra a sua aplicação e ansiavam o retorno do *status quo* anterior.

No âmbito religioso as iniciativas proselitistas batistas no espaço público no Brasil e em Minas Gerais não se deram de forma pacífica. Os embates, em torno da disputa e ao mesmo tempo da manutenção do monopólio religioso por parte dos católicos romanos, podem ser percebidos a partir das análises dos jornais norte-americanos que divulgavam os relatórios escritos pelos missionários norte-americanos batistas aos seus respectivos líderes do campo missionário de origem, seja no Brasil ou nos Estados Unidos.

Segundo o relato do missionário E. H. Sopper, os fiéis batistas foram impedidos de continuar uma das reuniões ao ar livre na cidade de Juiz de Fora, ao serem perseguidos pelo

[48] As constituições têm-se revelado um tema preferencial de pesquisa no campo da educação. Dentre os trabalhos acadêmicos ressalta-se: COSTA, 2002; CURY, 2001, 2003; CATANI, OLIVEIRA, 1993.

padre local e atacados por um homem com uma cruz preta e uma espada, acompanhado de cinquenta pessoas com cacetes, pedras e bombas de pólvora. Segundo o relato, "uma irmã batista foi golpeada na cabeça, mas não seriamente ferida; um irmão foi batido na mão, mas seu hinário foi mais prejudicado que ele".[49]

A perseguição não parou na redondeza e em cada cidade na qual os batistas tentavam penetrar, inicialmente pela região da Zona da Mata, o direito a liberdade religiosa não era garantido e eles enfrentavam perseguições, como descreve o missionário C. C. Daniel em uma de suas cartas à Junta de Richmond:

> Nós somos obstados, perseguidos e ameaçados, como se fôssemos os piores inimigos de Deus e dos homens. Jogadores, bêbados, mentirosos e adúlteros são respeitados e se movimentam em todos os círculos da sociedade, porque eles são bons romanistas; mas cada um dos verdadeiros servos do Senhor Jesus Cristo é odiado, evitado e perseguido, exatamente como se fosse um monstro que merecesse a morte pelas mãos de cada homem, mulher e criança que o encontrasse.[50] (Grifo meu)

Percebe-se que, na mentalidade dos missionários norte-americanos, os católicos não possuíam uma prática social coerente com o Evangelho e, por isso, se autodenominam "verdadeiros servos do Senhor Jesus Cristo". Em suas concepções de mundo, a crença no catolicismo não era capaz de transformar profundamente os corações e mentes dos seus seguidores para que estes fossem um exemplo social e moral a serem seguidos na sociedade, tal como os missionários acreditavam ser.

Por outro lado, os batistas não foram os primeiros e nem os únicos protestantes a serem perseguidos no Brasil e este contexto de tensões reforçou nos primeiros batistas os ressentimentos contra a Igreja Romana. Em outro episódio de perseguição contra o missionário C. C. Daniel em Minas Gerais, ele afirmou que "se der ao Romanismo o domínio nos Estados Unidos, em menos de cem anos qualquer batista será queimado na estaca, por ser tão imprudente a ponto de chamar os romanistas de irmãos" (Foreign Mission Board, 1889, p.3 *apud* OLIVEIRA, 1999, p. 62).

Paradoxalmente a propagação do discurso da ideia do espírito da liberdade religiosa, o sentimento antirromanismo acentuou-se entre os protestantes. Acusados pelo atraso social, cultural e econômico do país, o clero católico foi em diversos momentos responsabilizado por

---

[49] FORTHY-SEVENTH Annual Report of the Foreign Mission Board. "Proceedings (Thirty-seventh Session – Forty-seventh Year) of the SBC, 1892. Atlanta, Ga.: Jas. P. Harrison & Co., 1892, p. XXVIII.
[50] C. D. Daniel. "From Bro Daniel." Foreign Mission Board, n.s, XXI, December 1889, p.3. Apud OLIVEIRA, 1999, p. 62.

envenenar "o coração magnânimo, justiceiro e religioso" do povo mineiro com "o apego às tradições do catholicismo idolatra e intolerante" propagados nas missas (RANGEL, 1930, p. 1).

Após a saída do missionário inglês Sopper, os missionários J. J. Taylor e Samuel J. Poster assumiram respectivamente a liderança da Igreja em Juiz de Fora em março de 1894. A partir desse momento, foram abertos pontos de pregações itinerantes nas cidades de Barbacena, Ubá, Lima Duarte e Mariano Procópio. No ano de 1895, foi inaugurada a Igreja Batista de Barbacena e em Juiz de Fora foi aberta uma livraria evangélica, ambiente estratégico para a venda de Bíblias, Cantores Cristãos e ainda, para a distribuição de folhetos e do jornal batista "As Boas Novas",[51] editados na cidade de Campos, Rio de Janeiro (RANGEL, 1930, p. 7).

Porém, mesmo esse aparente período de ampliação das atividades batistas na Zona da Mata mineira, as igrejas de Juiz de Fora e Barbacena fecharam suas portas respectivamente nos anos de 1895 e 1897[52] devido às várias dificuldades vivenciadas, tal como a descontinuidade da assistência pastoral e missionária e também a perseguição por parte dos católicos. Além disso, cabe ressaltar que nesse período ocorreram as tensões políticas referentes ao separatismo regional de Minas Gerais defendido pelos políticos da região sudeste do estado.

Dessa forma, parte significativa dos membros dessas duas igrejas – que no auge alcançaram juntas, sessenta membros – transferiram-se para o estado do Rio de Janeiro, e os outros membros mudaram-se para a nova capital do Estado, cooperando para o florescimento da denominação no novo centro político mineiro, a cidade de *Bello Horizonte*.

1.2 – Belo Horizonte e o projeto urbano-educacional na República.

Desde a Antiguidade a fundação de cidades gerou ao longo da história espaços de glória. Essas cidades fundadas não nasciam sem procedência e sem mitos de origem. A cidade surgia com raízes dos feitos heroicos da anterior; o povo, com a proteção divina e dos pais fundadores.

[51] O trecho do jornal "As Boas Novas" de janeiro de 1895 apresenta dados estáticos da Igreja Batista de Juiz de Fora, que contava com o total de 20 membros sendo que a média de frequência à Escola Dominical foi de 20 pessoas. *(apud* Rangel, 1930, p. 8 e 9).

[52] Rangel (1930, p. 9) afirma que as atas e demais livros de registro das respectivas Igrejas Batistas foram perdidos com o passar do tempo.

Nesse sentido, fundar cidades e preservar origens foram atos inaugurais de uma nação (MELLO, p. 13 a*pud* DUTRA, 1996).

Após o quinze de novembro no Brasil, a disputa pelo poder e direção política entre os republicanos mineiros foi acirrada, como ocorreu também nas outras antigas províncias.[53] Durante os primeiros anos republicanos renasceram perigos, e a integridade do território mineiro voltou a passar por uma situação delicada. Nesta conjuntura de quase dissolução da ordem interna, da divisão do território original e do risco do fracasso do novo regime para os destinos do Estado, que a construção de uma cidade que pudesse fazer concatenar origens e tradição, progresso e República, se tornaria a substância capaz de realizar a síntese sonhada pelo novo tipo de governo: povo, nação, Estado, regime; passado e futuro (MELLO, 1996, p. 25).

De acordo com Mello (1996) a construção da nova capital de Minas Gerais significou, no discurso republicano que a justifica e glorifica, não uma ruptura do tipo novo/velho, moderno/antigo, mas uma recomposição do tempo histórico dentro de uma legitimação do binômio tradição/futuro. Ou seja, a fundação de Belo Horizonte possibilitou a síntese do estado-nação republicano com suas origens: o século XVIII, estágio final da criação do novo homem, que rompia com seu passado colonial e ansiava dirigir seu futuro (MELLO, 1996, p. 12).

Minas e o Brasil, segundo os discursos republicanos da época, podiam preservar o passado comum, mantendo puro seu centro gerador do ideal libertário. Sendo assim, Ouro Preto continuava pura e fiel às origens, berço do movimento da Inconfidência, espaço de um ser humano livre e novo porque não se curvara à opressão colonial e buscara a liberdade. Mudar a capital era ganhar o futuro pelo passado e, assim, tornar Ouro Preto santuário era criar o altar dos heróis republicanos de 1789, fundar para as elites suas origens e ideais que demoraram cem anos para efetivar seus sonhos republicanos (MELLO, 1996, p. 25, p. 33 e 34).

As repúblicas, com frequência, evocam *cidades* e exigem *repúblicos.* Cada um exige o outro como condição própria de existência, e sendo assim, a República exige um lugar de ocorrência, um território próprio para seu agente intervir. Cidades sem repúblicos são ruínas vazias e sem espírito; repúblicos sem cidades são seres exilados, passageiros, de uma diáspora sem fim (LESSA, 2003, p. 86 e 87).

Nessa perspectiva, a Nova Capital de Minas, ao contrário da maioria das cidades brasileiras desse contexto,[54] foi construída pela intervenção estatal num traçado modernizante

[53] A Primeira República, federativa, entendeu a autonomia estadual de modo amplo. Para os agora Estados, plenos de autonomia, além da questão nacional, a questão da acomodação das forças e interesses internos de cada um era fundamental.

[54] No Brasil, o surgimento dos mais importantes centros urbanos, ou pelo menos a reordenação urbana de algumas antigas cidades − capitais brasileiras, como Rio de Janeiro e São Paulo na primeira década do século

inspirado nas experiências urbanísticas marcada pela consolidação de um novo paradigma na vida das coletividades modernas que buscavam a adequação das cidades já existentes e a criação de centros urbanos baseando-se num padrão burguês de cidade moderna.

Durante a construção da cidade, na fase de transformação do Arraial Curral Del-Rey para a futura capital de Minas, o cenário era de preparação, de transitoriedade para os novos tempos. Nesse período prevaleceu a improvisação: barracões travestidos em lojas, residências provisórias, o desconforto e a falta de infraestrutura que garantissem o pleno funcionamento da futura cidade (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1997, p. 36).

Enquanto os alicerces da "Nova Capital" iam sendo preparados e levantados, com muito esforço e trabalho, dando origem e formato a uma representação de cidade moderna e arrojada, com novos habitantes e novos comportamentos sociais, os escombros do velho arraial Curral Del-Rey empoeiraram e sufocaram os moradores locais, que sem alternativa viram destruídos suas antigas relações sociais e culturais.

Esse processo de urbanização e o surgimento da Nova Capital acarretaram mudanças que extrapolaram os limites de uma evolução tecnológica, arquitetônica e econômica. A vida da cidade é "mais do que um amontoado de homens individuais e de conveniências sociais, ruas, edifícios, luz elétrica, linhas de bonde, telefones; algo mais também do que uma mera constelação de instituições e dispositivos administrativos" (PARK, 1979, p. 26), ela é marcada, também, pelas relações sociais que ocorrem no seu interior. Mais importante do que a análise dessa nova estrutura urbanística, desse novo padrão de vida existente nas cidades modernas, é a relação que esse aparato tem com o morador da cidade. As benfeitorias técnicas e científicas só têm razão de ser para a vida urbana quando demonstram sua utilidade e passam a fazer parte da vida da cidade através de sua interligação, por intermédio do seu uso e costume, com os indivíduos e com o funcionamento da cidade.

A Comissão Construtora da Nova Capital (CCNC) procurou se aproximar dos ideais urbanistas vigentes à época na tentativa de aliar o progresso material ao progresso das mentes. Suas preocupações perpassavam em torno de como incorporar culturalmente os sujeitos sociais em suas diferentes manifestações, para perspectivas de homens e mulheres civilizados e educados. Segundo VEIGA e FARIA FILHO (1997, p. 204), a produção de um novo sujeito urbano foi parte das inúmeras utopias da modernidade, em que se elaborou, entre outras, a dimensão educativa da cidade e a perspectiva urbanizadora da escola. Ao planejar e construir

---

XX − coincidiu com o surgimento e implantação do regime republicano. A chamada "República Velha" procurou romper, também neste aspecto, com o passado colonial na tentativa de criar o "lugar da República" na vida citadina, baseando-se nos modelos urbanísticos bem-sucedidos do mundo ocidental, no caso a reforma de Paris com o Barão de Haussman e no planejamento de Washington por Léfant.

Belo Horizonte, a Comissão Construtora preocupou-se em reeducar os sujeitos na sua relação com a urbanidade, tanto através do processo de implementação da nova organização urbana em fins do século XIX, como pelo processo de organização escolar da cidade em seus primeiros anos de fundação.

Portanto, as cidades e as escolas foram apresentadas como os novos templos da república em constituição. Na sua simbologia, esteve presente o imaginário de regenerar toda uma população através da alteração de sua subjetividade, da produção de novos talentos e da reorientação de condutas. Nessa perspectiva, reforça-se a ideia da necessidade de uma "racionalidade exterior" que viesse socorrer a "irracionalidade interior", substituindo práticas sociais tradicionais por práticas modernas, com o objetivo de alocar os indivíduos, tanto material como culturalmente, em seus devidos espaços sociais (VEIGA e FARIA FILHO, 1997, p. 205).

Sendo assim, o empreendimento de Belo Horizonte revelou ir além do desenho de um novo traçado. A execução da planta urbana expressou os novos contornos sociais e culturais a serem assimilados pelas populações, redefinindo suas relações com a cidade de forma tensa e conflituosa. Na perspectiva da configuração humana e a configuração espacial como "tábulas rasas", o espaço geográfico foi transformado em oficina de trabalho ansiando a concretização do ideal de progresso e de civilidade, no sentido de reeducar as pessoas, reorientar seus caminhos rumo à modernização (VEIGA e FARIA FILHO, 1997, p. 206).

Influenciado pela nova ordem republicana, positivista e científica, o engenheiro-chefe Aarão Reis, a partir do seu rigor geométrico, pretendeu a utopia de traçar com régua e compasso uma ordem social harmônica. Nessa perspectiva, ele elaborou a planta da nova cidade, dividindo-a em três zonas: a urbana, a suburbana e a rural.[55] Esse planejamento visava de uma só vez aprisionar a realidade a um modelo de cidade, no qual as atuações conflitantes dos atores urbanos deveriam ser inibidas por uma gestão técnico-racional do espaço (JULIÃO, 1996, p. 56).

Contudo, os contrastes dos espaços urbanos, entre as zonas urbanas e suburbanas, evidenciaram as tensões postas, entre a ordem e o progresso. No progresso situaram-se as possibilidades de novas relações proprietárias e novas oportunidades de trabalho. Já na esfera da ordem localizaram-se os problemas dos moradores dos subúrbios, das cafuas e dos

[55] A zona urbana constituía o espaço moderno e ordenado reservado para as elites mineiras. Possuía avenidas largas, retas, geométricas, infraestrutura sanitária e técnica, área que deveria ser espelho das cidades mais modernas do mundo. Já a zona suburbana, fora dos limites da Avenida do Contorno, pretendia funcionar como uma fronteira que separava a vida urbana da suburbana, onde as moradias eram sofríveis e os serviços precários. Por fim, a zona rural, um cinturão verde, onde se localizariam os núcleos coloniais que abasteceriam a Capital de frutas, legumes verduras e matéria prima para a sua construção.

barracões, estigmatizados constantemente nas representações encontradas nos discursos republicanos como vadios, arruaceiros, preguiçosos, indolentes, inertes e doentios (MELLO, 1996, p. 29).

O projeto republicano pelo desejo da construção de um espaço que refletisse os ideais de ordem, progresso e controle do mundo físico e social acabou se defrontando com as interferências produzidas pelos diversos sujeitos da cidade. Dentre eles destacamos os operários, os imigracionais, os espíritas e particularmente os fiéis protestantes. Ou seja, várias foram as tensões entre esses distintos grupos pela garantia do direito à laicidade republicana e, ao mesmo tempo, pela implantação de seu projeto educacional para a formação do "novo" cidadão republicano.

As formas educativas, enquanto tecidas na cidade, nas experiências urbanas, nos confrontos entre os diferentes sujeitos sociais, ocasionaram nas elites a preocupação por assegurar o acesso à propriedade ao mesmo tempo em que procurou incorporar as camadas mais pobres da população ao projeto pedagógico-modernizador da cidade. A mesma cidade que segrega deveria ter o poder de homogeneizar e incorporar, educando assim a suposta irracionalidade e falta de autocontrole por parte dos "desvalidos" (VEIGA e FARIA FILHO, 1997, p. 215).

Nesse sentido, percebe-se todo um esforço na concretização de um *ethos urbano*. As relações entre cidade e educação que o projeto urbano inspirou, tensionam com as práticas de prioridades e provisoriedades que foram acentuadas ao longo da construção e constituição da cidade. Segundo Julião (1996, p. 62), a modernidade em Belo Horizonte assumia muito mais seus aspectos normativos e excludentes que suas promessas emancipatórias, prestando-se a perpetuar os abismos sociais e políticos de uma sociedade arcaica e patriarcal. A capital não passava de um cenário fundado na miragem do progresso, monumento de uma sociedade empenhada numa modernização superficial, na qual deveriam permanecer intocados seus alicerces sociopolíticos.

Foi nesse contexto das políticas de ordenação dos espaços direcionadas pelo urbanismo em Belo Horizonte, assim como em outras capitais, que a escola apareceu como uma das faces educadoras e civilizadoras principalmente das populações pobres. Segundo Veiga e Faria Filho (1997, p. 215) a estratégia educativa direcionou-se também para a formação de uma escola tipicamente urbana, num processo de mútua influência no qual o lugar da escola foi definido no espaço da cidade enquanto prática de apropriação específica do/no urbano, ao mesmo tempo em que definiu o lugar específico da cidade no espaço da escola.

Os autores ressaltam que a participação da escola no movimento da cidade faz-se de maneira diversificada. Cabe aqui ressaltar uma dessas formas, o processo de construção dos grupos escolares. Para tal empreendimento foi necessária a substituição das escolas isoladas por essas instituições escolares, iniciada no ano de 1906 no governo João Pinheiro.[56] Sendo assim, a recente capital mineira foi também o marco inicial desse projeto modernizador que necessitava da construção física desse equipamento escolar. As construções suntuosas e bem localizadas apresentavam-se como verdadeiros palácios para serem vistos e admirados, espaços que demonstravam a importância adquirida pela escola para a República (Cf. FARIA FILHO, 2000).

O *Regulamento da Instrucção Primaria e Normal do Estado de Minas*, de 16/12/1906, em seu preâmbulo estimava Minas Gerais com 4.000.000 de habitantes, o que implicava em 800.000 alunos; no entanto, no Estado o número de alunos matriculados na escola primária era 54.825. Destes, 11.607 alunos se vinculavam à iniciativa particular e municipal. Nessa perspectiva, não dispondo o governo de elementos necessários para "diffundir a instrucção primaria pelas 800.000 crianças em edade escolar existentes no Estado, entende que deve estimular a iniciativa particular, francamente revelada nesta materia, para que ella possa com mais efficacia collaborar com o Estado na lucta contra a ignorância".[57]

Dessa maneira, nas primeiras décadas do século XX, a criação dos grupos escolares na cidade produz diversas contradições. Dentre elas, ressalta-se o aumento da demanda da população para que as escolas isoladas cessassem e dessem lugar aos novos prédios dos grupos escolares. Concomitantemente, no intuito de expandir o acesso à educação para uma parcela específica da população, os grupos dirigentes do Estado incentivaram e apoiaram a abertura de escolas particulares ao cederem lotes de terras na zona urbana de Belo Horizonte. Aproveitando-se dessa política de governo, diversos grupos religiosos construíram seus "templos educacionais" numa perspectiva que dialogava com o imaginário republicano de regenerar os "corações" e as "mentes" da população mineira.

[56] Com relação à reforma educacional mineira de 1906, observam-se preocupações com o método intuitivo, com o caráter substitutivo dos grupos escolares em relação às escolas isoladas, com a organização física das escolas, com a parceria necessária do público e do privado na luta contra o analfabetismo, com o papel dos municípios e sua adesão para a configuração de tal política pública estadual, com a formação para a cidadania, com o papel da inspeção escolar como a alma do ensino. (ARAUJO, 2010)

[57] MINAS GERAES, *Regulamento da Instrucção Primaria e Normal do Estado de Minas*, 1906, p. 4.

1.3 - Primeiras experiências educacionais batistas na Nova Capital mineira

No momento em que no antigo arraial Curral d'El-Rey eram rasgadas as longas avenidas e se erguiam os primeiros edifícios da futura capital, conhecida pelo título de rainha das cidades mineiras, os missionários J. J. Taylor e W. B. Bagby acentuaram suas visitas e vislumbraram em Belo Horizonte um centro de propaganda evangélica (RANGEL, 1930, p. 8).

As iniciativas batistas na Nova Capital ocorreram em 1896, antes mesmo da sua inauguração em 1897. Nesse início os batistas tiveram uma participação muito limitada, destacando-se as ações do cirurgião dentista Antônio Fonseca,[58] cuja esposa Margarida da Fonseca, e a filha Laura mantiveram, por algum tempo, uma escola primária em sua casa. Segundo Souza (2008), neste pequeno educandário eram realizados os cultos, com leitura bíblica e cânticos de hinos, antes da abertura das aulas. Essa instituição não recebeu o nome de batista; e a princípio chamou-se Ensino Primário (1896) e, posteriormente, Colégio Progresso (1897). O autor afirma que foi a partir da escola que surgiu uma pequena igreja, no dia 1º de janeiro de 1897, a primeira em moldes batistas de Belo Horizonte, denominada de "Igreja de Deus" (SOUZA, 2008, p. 30 e 31). Ressalta-se que na perspectiva de Rangel (1930, p. 8), tanto a escola como a igreja não levaram a identificação oficialmente de batista para não oferecer aos "inimigos dos crentes" um pretexto para mentiras e perseguições.

Assim como na Zona da Mata, o início do trabalho batista na *Nova Capital* de Minas também foi marcado por tensões.[59] Nos relatos dos boletins dos missionários, enviadas para à Junta de Richmond foi denunciado que o pastor batista de Belo Horizonte foi despedido de seu emprego público, sob a acusação de ser protestante.[60] É possível pensar que o pastor referido na carta seja Antônio Fonseca, pois nesse mesmo período a família Fonseca transferiu-se de Belo Horizonte, indo residir no Distrito Federal e com sua ausência, tanto a igreja como a escola fecharam suas portas (SOUZA, 2008, p. 31).

---

[58] Convertido no Estado do Rio e, inicialmente, batizado em uma igreja presbiteriana, Antônio Fonseca mudou-se para Paraíba do Sul, onde iniciou um trabalho de evangelização, em parceria com cristãos metodistas. Nessa cidade, foi aberta uma escola, a partir da qual a obra missionária foi implementada de tal maneira que o grupo fundou uma igreja metodista independente. Anos depois, ao receber a visita de um colportor batista, convenceu-se da doutrina do batismo por imersão. Após isso, acompanhou o grupo dos batistas liderado pelo missionário William Bagby. No ano de 1895, foi fundada a Igreja Batista da Paraíba do Sul e na qual Antônio Fonseca foi ordenado pastor pelo missionário norte-americano. (ASSIS, 1989, p. 47)

[59] Segundo DIAS (1897, p. 62 e 68), a ação dos missionários protestantes remete para antes da construção de Belo Horizonte, no período do Arraial Curral Del' Rey. Em seu livro percebem-se as tensões vividas pelos missionários frente ao repúdio da população local contra seus ensinamentos dos "asseclas de Lutero".

[60] "*EXTRACTS from Missionaries' Letters".* Foreign Mission Journal, LII, september 1901, p. 94

Após o insucesso dessa iniciativa, os missionários William Bagby e J. J. Taylor dirigiram-se para a "Cidade de Minas" e fundaram uma nova igreja, no ano de 1897, sob a direção do pastor J. J. Alves e do diácono João Alves Tibúrcio.[61] Nesse mesmo ano, mudaram-se para a capital mineira duas jovens americanas, Mary Wilcox e Bertha R. Stenger, ambas de Nova Iorque, que abriram uma escola a princípio no próprio templo da Igreja de Belo Horizonte. Segundo Rangel (1930, p. 10), essas duas missionárias "contrataram um moço para ajuda-las no ensino. Era entre quatro paredes de um pequeno comodo para fins commerciaes que se reuniam as três classes da pequena escola." Posteriormente, Mary Wilcox fez erigir um pequeno edifício na Avenida Paraná que servia de moradia e colégio. Porém, as dificuldades financeiras e a enfermidade de Stenger[62] contribuíram para que no ano de 1899 ocorresse o fechamento da segunda escola batista na nova capital de Minas.

O mesmo autor afirma que as duas missionárias nova-iorquinas estudaram na escola da Filadélfia e decidiram trabalhar no campo brasileiro. Elas chegaram ao Brasil em 1895 onde viveram até meados de 1897 na residência da família Bagby, aprendendo a língua portuguesa. Ressalta-se que a missionária Anna Luther Bagby atuou na direção do Colégio Progresso Brasileiro[63] em São Paulo durante o período de 1901-1919. Além disso, em 1907, na reunião para a criação da Convenção Batista Brasileira, ficou estabelecido que William Bagby compusesse a Junta de Educação e Seminário com sede no Rio de Janeiro (*apud* MESQUITA, 1940, p. 24).

A atuação das duas missionárias insere-se na concepção de evangelização dos batistas norte-americanos a partir da prática pedagógica pela via escolar que posteriormente foi discutida e definida no ano de 1908 pela Junta Educacional como programa educacional batista para o país. Em linhas gerais, esse programa foi apresentado no discurso de William Bagby no qual compreendia que:

> Tais colégios prepararão o caminho para a marcha das igrejas (...) Colégios fundados nestes princípios triunfarão sobre todo o inimigo e conquistarão a boa vontade até dos

[61] "Ao encerrar o ano de 1897, a I. B. de Belo Horizonte já contava 25 membros; e, ao final do ano seguinte, este número subia para quarenta". *In*: ASSIS, 1989, p. 49-50.

[62] Rangel (1930, p. 10) afirma que Miss Stenger adoeceu de febre tifoide. William Bagby enviou correspondência à Convenção Baptista do Sul dos Estados Unidos intercedendo pelas duas missionárias. Segundo o autor, a Convenção prometeu metade do salário de uma pessoa, mas, mesmo assim, a condição da escola continuava precária havendo a necessidade de fechá-la.

[63] Observa-se que nesse contexto tanto a escola de Belo Horizonte como a escola da capital paulista possuíam o título de "Progresso" e por extensão, não se apresentavam como "Batista". A historiografia explica tal atitude como uma forma de evitar perseguições religiosas. Porém, é possível pensar e problematizar o simbolismo que tal léxico representa para o pensamento republicano, carregada da concepção modernizante, racionalista e positivista. Ao mesmo tempo, o tal "progresso" relaciona-se com a representação da modernização difundida pelos norte-americanos como projeto a ser espelhado para o desenvolvimento da nação brasileira.

> nossos adversários. Mandi missionários que estabeleçam colégios evangélicos, e o poder irresistível do evangelho irá avante na América do Sul, e a terra do Cruzeiro do Sul brilhará com a luz resplandecente do Reino de Cristo. (MENDONÇA, 2008, p, 95). (Grifo meu)

As inúmeras narrativas elaboradas por pastores e ex-diretores do Colégio Batista Mineiro a respeito da história dos batistas em Belo Horizonte apontam que essas duas missionárias vieram de forma independente para Belo Horizonte, não fazendo parte da Junta de Richmond (O COLÉGIO BATISTA MINEIRO. 1958; HARRINGTON. 1968). Esses livros abordam com mais detalhes as experiências dos missionários no período após 1917, denominado por eles de fase da consolidação das obras dos batistas no estado mineiro, devido à chegada de Otis Pendleton Maddox e sua esposa Ephigênia Maddox que organizaram a "Escola Baptista de Bello Horizonte" (1918).[64] Eles também instituíram a Convenção Batista Mineira (CBM), no salão da Primeira Igreja Batista de Belo Horizonte (PIB-BH), e posteriormente fundaram o jornal Batista Mineiro (1920).

Contudo, a matéria intitulada *"Our works In Bello Horizonte – Miss Mary B. Wilcox"*[65] do jornal *"The Foreign Mission Journal",* anuário da Convenção Batista do Sul dos Estados Unidos, possibilita a análise das experiências batistas em Belo Horizonte na primeira década do século XX, assim como a compreensão da visão dos missionários sobre a própria cidade. Ao mesmo tempo, é possível repensar a rede de sociabilidade dessas missionárias que, ao contrário do que foi afirmado pela historiografia, possuíam certo vínculo com a Junta de Richmond.

Nos primeiros parágrafos, Mary Wilcox relatou as características geográficas do estado de Minas Gerais e o compara com o "Grande Estado do Texas". A Nova Capital foi apresentada como local importante para a abertura dos trabalhos missionários devido ao seu desenvolvimento, onde prédios são levantados rapidamente e as ruas iluminadas pela luz elétrica. Isso demonstra a importância da cidade, assim como sua posição geográfica estratégica, para a organização, coordenação e expansão do trabalho batista em Minas Gerais, que de fato efetivaram-se na década de 20 após aquisição do lote no bairro Floresta onde funcionou (e funciona) o *Collegio Batista Americano Mineiro*, atual Colégio Batista Mineiro.

Com relação à abertura da escola protestante, Wilcox relata que durante a mudança de local do educandário,

---

[64] No ato de sua inauguração a instituição educacional batista recebeu o nome de "Escola Baptista de Belo Horizonte", sendo que em 1920, o nome foi mudado para "Collegio Baptista Americano Mineiro".

[65] "Our works In Bello Horizonte – Miss Mary B. Wilcox". The Foreign Mission Journal, Vol. XLIX, may, 1899, p. 387-389.

> o espaço utilizado como sala de pregação foi mudado, momento em que um padre procurou o proprietário da antiga sala e pediu permissão para entrar com o objetivo de expulsar o diabo estrangeiro. Ele aspergiu 'água benta' no quarto para matar os germes do Protestantismo, que poderiam ter permanecido no local. [66] ("Our works In Bello Horizonte – Miss Mary B. Wilcox". The Foreign Mission Journal, Vol. XLIX, may, 1899, p. 387 *)*

Tudo indica que o clero católico buscou de várias maneiras expulsar o "demônio estrangeiro" e eliminar "o germe do Protestantismo" antes que "infectasse" a sociedade em Belo Horizonte. Cabe ressaltar que a perseguição não se limitava aos batistas, sendo estendida aos metodistas, presbiterianos, espíritas[67] e também maçons. Outro relato de conflito religioso refere-se à abordagem do padre católico à "servente negra" que trabalhava para as missionárias. Segundo o relato,

> um dia um padre parou a nossa servente negra e perguntou se ela havia sido contratada como servente em nossa casa. Quando ela lhe disse que sim, ele disse a ela que ela não deveria estar ou permanecer por mais tempo, perguntando o que nós pagávamos a ela e dizendo-lhe que ele iria arranjar outro lugar para ela trabalhar. Ele também lhe disse para não prestar atenção nas coisas que nós dizíamos a ela ou na nossa Bíblia, já que a Bíblia Protestante era um livro mau, e que era pecado lê-lo, dando como prova de que nós vendemos a nossa Bíblia por muito pouco dinheiro, e até mesmo a dávamos de graça, e tudo que é bom vem com um alto preço. Ela perguntou a ele se era pecado ler uma Bíblia católica, e ele disse a ela que não era, mas que a leitura só era permitida ao Papa, aos bispos e sacerdotes. O preço da edição da bíblia católica é tão grande que muito poucos podiam dar ao luxo de comprar uma, assim, você percebe, as pessoas são mantidas na ignorância da palavra de Deus.[68] (Grifo meu) ("Our works In Bello Horizonte – Miss Mary B. Wilcox". The Foreign Mission Journal, Vol. XLIX, may, 1899, p. 387)

O alerta do padre para a servente não ouvir a mensagem dos batistas e posteriormente, para não ler a Bíblia protestante, possibilita pensar os instrumentos e as práticas usadas pelos batistas para evangelizar seus fiéis. Além de permitir a percepção do público alcançado pelos

---

[66] Original: "the room used as a preaching hall was changed, at which time a priest went to the owner of the former room and asked permission to enter it for the purpose of driving out the foreign devil. He sprinkled the room with 'holy water' to kill any germs of Protestantism that might have remained".

[67] No acervo da "Coleção Linhares Digital" encontra-se exemplares do jornal "O Espírita Mineiro" referentes ao contexto da Primeira República, sendo eles dos anos 1908 (agosto e novembro), 1910 (janeiro) e 1911 (novembro). Acessar o endereço eletrônico: <http://linhares.eci.ufmg.br/>

[68] Original: "One day a priest stooped our black servant girl and asked her if she was not employed in our home. When she told him that she was, he told her that she should not be, and must not remain longer, asking what we paid her and telling her that he would arrange another place for her. He also told her not to listen to anything that we told her, or to our Bible, as the Protestant Bible was a bad book, and that it was a sin to read it, giving as a proof that we sold it for a very little money, and even gave them away, and that everything good came high. She asked him if it was a sin to read a Catholic Bible, and he told her that it was not, but that it was only intended for the Pope, bishops and priests. The price of the only edition they have is so high that very few could afford to buy one, thus, you see, the people are kept in ignorance of the word of God."

batistas.[69] Segundo Nascimento, de certo modo a igreja protestante procuraria minimizar as diferenças de raça, de instrução e de classe social, integrando os menos favorecidos às atividades eclesiásticas. Nessa perspectiva, a notícia "O leigo e a pregação do Evangelho" do jornal "O Baptista Mineiro"[70] apresenta a discussão entre o posicionamento batista frente ao presbiteriano em relação à participação do fiel leigo nos cultos e evangelismo. Ao contrário dos protestantes presbiterianos, os batistas apoiam veementemente a atuação do fiel leigo e até incentivam sua participação, principalmente na função de colportores.[71]

Com relação a essa capacidade de leitura do texto sagrado, Rangel (1930, p. 36) destaca que

> os baptista têm sempre revelado amor à Palavra de Deus. (...) Ella é a luz inexcedivel que aponta em Jesus Christo o caminho, a verdade e a vida. Assim cremos, e por isto fazemos empenho que todo homem se instrua e eduque, para que leia por si mesmo e investigue as verdades eternas da Biblia. Não receamos o estudo intelligente e aprofundado do Livro dos Livros, pois disto só resultará bem para os que de boa mente inquirem a verdade. (Grifo meu)

Ressalta-se que o culto protestante possui característica informal, ao contrário do católico essencialmente simbólico e ritualizado no qual a missa era rezada em latim e não havia o incentivo de disseminar a leitura da Bíblia. Sendo assim, o culto protestante requer atenção por parte dos fiéis e também exige uma aquisição de vocabulário para entender o sermão do pastor, cabendo ao fiel a responsabilidade de acompanhar a pregação, exercendo a sua livre interpretação da Bíblia e acompanhando o hinário cristão.[72] Assim, com o intuito de atingir o segmento da sociedade profundamente marcada por analfabetos, os missionários instalaram ao lado de cada igreja uma escola denominada de "paroquial", alfabetizadora e elementar, utilizando também o material litúrgico – a Bíblia e o livro de hinos – como material pedagógico e instrumentos de conversão (NASCIMENTO, 2001, p. 18).

Em sua ação dirigida às elites, no curto período de funcionamento (1897-1899), a escola inaugurada pelas missionárias passou por momentos de crescimento, mas também por momento de dificuldades, dentre eles a evasão de alunos. Essa instabilidade inquietava as

---

[69] No Centro de Memória do Colégio Batista Mineiro encontram-se iconografias referentes aos eventos da Igreja Batista de Belo Horizonte. Essas fontes são importantes para melhor compreender a análise do público batista em Belo Horizonte

[70] O leigo e a pregação do Evangelho, O Batista Mineiro, Setembro de 1928, Ano 08, p. 2.

[71] O colportor é comparado a um missionário, mas não é propriamente um pastor, já que usualmente é leigo. Também pode ser chamado de missionário de sustentação própria, pois trabalha por seu próprio sustento, obtido pela aquisição e revenda de literatura religiosa, em livros, revistas ou outros artigos que queira vender. (RIBEIRO, 1981, p. 35)

[72] Na citação do relato sobre o ataque ao fiel batista em Barbacena, a ênfase recai sobre as condições precárias do hinário após o ataque. Tanto o Cantor Cristão como a Bíblia protestante são símbolos característicos principalmente dos cristãos batistas e por isso, foram alvos de críticas do clero católico.

missionárias que *a priori* afirmavam não compreender os seus motivos. Segundo o relato, a causa da saída de alunos ia além das respostas apresentadas pelos pais, perpassando assim, pela esfera religiosa.

> Alguns meses atrás, duas garotas brilhantes e atraentes entraram em nossa escola, e depois de permanecer três meses desapareceram de repente. Nós ouvimos dizer que elas tinham ido para a escola dos padres. O pai veio e pagou as mensalidades, disse que estava satisfeito com o progresso das garotas, mas que a outra escola era mais perto, então ele as mudou de escola. Ouvimos dizer de outro aluno, após muito questionamento, que essas meninas tinham sido retiradas da escola porque somos protestantes, e acreditamos que isso seja verdade, porque depois de pouco tempo, ouvimos as crianças e seus pais falando quando eles passaram em frente a nossa casa. Uma criança leu a nossa placa, "Colégio Americano" e imediatamente o pai disse: 'Collegio Demonial!' Outro pai nos disse que estava muito satisfeito com o progresso de seus filhos, mas que se descobrisse que estávamos estamos ensinando qualquer coisa da nossa religião, ele seria obrigado a retirar seus filhos imediatamente. Assim, em muitos aspectos, somos constantemente lembrados de que as pessoas, especialmente da classe mais alta, têm medo de nós por causa de nossa religião.[73] (Grifo meu) (Our works In Bello Horizonte – Miss Mary B. Wilcox". The Foreign Mission Journal, Vol. XLIX, may, 1899, p. 388)

Tudo indica que era considerável a pressão religiosa católica sobre as famílias em Belo Horizonte, especialmente as mais abastadas. Mesmo com os aparentes "progressos" dos alunos na escola, os pais os retiravam pelo fato de apresentarem uma fé não católica, caracterizada como "Demonial". Percebe-se que o advento da República no Brasil não trouxe completo rompimento com as estruturas do regime imperial. "A mudança da roupa não implicou necessariamente da pele". Ou seja, a determinação legal do Estado garantido a educação laica não retirou do catolicismo sua presença marcante, sobretudo na constituição dos valores morais e construção dos modos de vida na produção do cidadão (PASSOS, 2002, p. 185).

Mesmo nesse contexto, a missionária Wilcox apresentou o projeto de abrir uma "grande" escola autossuficiente. Porém, devido aos entraves apresentados pelo "mundanismo" da sociedade local, o diretor deveria saber lidar com essa particularidade cultural para atrair novos alunos.

---

[73] Original: A few months ago two bright, attractive girls entered our school, and after remaining three months suddenly disappeared. We learned that they had gone to the priests' school. The father came and settled their account, and that the other school was nearer, so he changed them. We learned from another pupil, after much questioning, that these girls had left because we are Protestants, and we believe this to be truth, because not long afterward we overheard the children and their parents talking as they passed our home. One child read our sign, "Collegio Americano" and immediately the father said, "Collegio Demonial!" Another parent told us that he was very much pleased with the progress of his children, but that if he found we were teaching any of religion, he would be obliged to take them out at once. Thus, in many ways, we are constantly reminded that the people, especially of the better class, are afraid of us on account of our religion.

> Como nossa escola deve manter o nosso próprio apoio financeiro, não temos sido capazes de aceitar muitos alunos de graça. Se pudéssemos fazer isso, acreditamos que poderíamos ter uma grande escola. Mas para ter uma escola autossuficiente, nós pensamos que o diretor teria que ser uma pessoa que ajustaria ao mundanismo dessas pessoas, e exteriormente, pelo menos, favorecer a sua religião. As escolas públicas são, como regra, miseráveis, portanto, os pobres respeitáveis não têm onde educar seus filhos já que até mesmo as escolas católicas são escolas pagas. Isso explica enormemente a grande ignorância do povo. Nós muitas vezes desejamos ser capaz de abrir as nossas portas a essas pessoas que agradeceriam o recebimento de uma educação, mas não podem pagar por isso.[74] (Grifo meu) ("Our works In Bello Horizonte – Miss Mary B. Wilcox". The Foreign Mission Journal, Vol. XLIX, may, 1899, p. 387)

Rangel (1930, p. 9) considera essa experiência educacional das missionárias um importante esforço para a evangelização de Belo Horizonte denominando-a de primeiro colégio batista de Minas Gerais. O autor afirma ainda que esse educandário foi o prenúncio do *Collegio Baptista Americano Mineiro*, na qual sua implantação e consolidação serão abordadas no próximo capítulo.

Segundo a compreensão da missionária, as escolas públicas eram miseráveis e as crianças pobres não eram atendidas de forma eficiente. Além disso, as escolas particulares católicas eram acessíveis à pequena parcela da população. De maneira geral, para os batistas essa seletividade social explicava o motivo do alto grau de ignorância da sociedade belo-horizontina e brasileira,[75] pois para eles, "a democracia não pode florescer entre um povo sem instrução" (CABTREE, A. B. 1962, p. 41).

De acordo com Faria Filho (2000, p. 45-46), a precária situação da escola pública primária na capital mineira delonga até 1906, na qual a "rede" de instrução era constituída unicamente pelas escolas isoladas. Após esse período, houve esforço para superar esse atraso representado pelas escolas isoladas ao iniciar a construção dos grupos escolares não apenas para "organizar" o ensino, mas principalmente, como uma forma de "reinventar" a escola, objetivando tornar mais efetiva a sua contribuição aos projetos de homogeneização cultural e política da sociedade, pretendidos pela elite mineira. Segundo o autor, até o ano de 1917 eram nove escolas públicas em Belo Horizonte.

---

[74] Original: "As our school must help toward our support, we have not been able to take many free pupils. Could we do so, we believe we could have a large school. But to have a self-supporting school, we think the director would have to be a person who would pander to the worldliness of these people, and outwardly at least, favor their religion. The public schools are, as a rule, miserable, so that the respectable poor have no place to educate their children, as even the Catholic schools are pay schools. This accounts largely for the great ignorance of the people. We often long to be able to open our doors to such people as would appreciate an education but cannot pay for it."

[75] Na época da proclamação da República a população era estimada em 14 milhões de habitantes, com 85% de analfabetos contabilizados acima dos 15 anos. (*Apud:* Romanelli, p. 62. *In*: VEIGA, Cinthya Greive, 2002.)

Durante a Primeira República brasileira, o embate entre o *ethos católico* e o *ethos protestante* acentuou-se devido à ocupação dos espaços públicos por parte dos não católicos e ao fim do ensino religioso nas escolas oficiais. Assim, para manter sua hegemonia, o clero católico mobilizou-se em uma campanha para a recristianização da sociedade, através da catolicização das principais instituições, organizações sociais e práticas pessoais (PEIXOTO, 1992, p. 38).

A partir disso, percebe-se o investimento da rede escolar católica, especialmente no regime de internato que possibilitava o afastamento do estudante do ambiente social e suas influências, favorecendo a formação religiosa. Os alunos das instituições católicas de ensino participavam, diariamente, da missa, além de pertencer a diversas associações religiosas. No caso de Belo Horizonte, algumas escolas privadas católicas e também protestantes ocuparam terrenos cedidos pelo Estado e suas instalações se deram em prédios considerados verdadeiros monumentos, como por exemplo, o Colégio Santa Maria (1903), o Colégio Metodista Izabela Hendrix (1904),[76] o Colégio Sagrado Coração de Jesus (1911) e Colégio Arnaldo (1912).[77]

Com relação à introdução das primeiras escolas confessionais particulares em Belo Horizonte, cabe a problematização frente ao não subsidio estatal referente às primeiras experiências educacionais batistas na cidade. Ao contrário das escolas religiosas citadas,[78] as aberturas dos dois educandários batistas se deram pela iniciativa individual das missionárias norte-americanas. É possível pensar que esse fato deve-se também ao princípio batista da defesa incessante do liberalismo e da laicidade.[79] Segundo Rangel (1930, p. 9),

---

[76] "A presença do Izabela Hendrix na paisagem urbana de Belo Horizonte assinala várias mudanças, passando por diversos endereços, antes de o Instituto vir a ocupar o conhecido edifício com entrada pela Rua da Bahia. O início de suas atividades deu-se em uma casa alugada na Praça da Estação, na Av. Santos Dumont, 208. Posteriormente, o Instituto mudou-se para a Av. João Pinheiro, nas imediações da edificação hoje utilizada pelo Arquivo Público Estadual. Em 1907, ocupou seu primeiro prédio próprio, em terreno doado pela Prefeitura, situado à Rua Espírito Santo, 605, junto ao antigo endereço da Igreja Metodista. Ali funcionou até o ano de 1938. Para a instalação definitiva do educandário, foi comprada, em janeiro de 1929, uma chácara incluindo a residência dos proprietários, que ocupava toda a quadra limitada pelas ruas da Bahia, Tomás Antônio Gonzaga, Espírito Santo e Alvarenga Peixoto. Por empenho da então diretora Mary Sue Brown e retomando um estudo preliminar desenvolvido em Nashville, E.U.A., foi elaborado, em 1937, o projeto arquitetônico definitivo pelo Raffaello Berti." (INSTITUTO METODISTA IZABELA HENDRIX, p. 18).

[77] A planta da Comissão Construtora de Belo Horizonte não apresentou espaços destinados à escola pública. Citação de Aarão Reis aponta a tendência de transferir a responsabilidade da educação para a iniciativa privada. (BARRETO, 1995)

[78] Particularmente, a escola protestante metodista recebeu uma doação, por obra da Comissão Diretora da nova capital, de um terreno na Avenida Afonso Pena esquina com Rua Espírito Santo, para construção de uma igreja e uma escola. Esse terreno localizava-se na principal avenida da cidade, defronte à Igreja de São José.

[79] Segundo Assis (1989, p. 46), para se adquirir propriedades para templos protestantes era necessário usar de diversos artifícios. Em algumas cidades os católicos fizeram pressões para afastar os templos batistas das praças. O caso específico de Divinópolis reforça essas tensões frente à ocupação do espaço público no Estado Laico e ao mesmo tempo, percebe-se a defesa do princípio da laicidade por parte da denominação batista. No caso, as terras do município foram doadas pela Igreja Matriz e, por isso, a Igreja Católica moveu ação judicial para tomar a propriedade adquirida pelos batistas. A denominação não aceitou a doação do terreno feita por parte da prefeitura

> a história baptista é a história do Evangelho, da Liberdade e da Educação. E é por isso que havemos de pugnar sempre pela separação entre a egreja e o estado, e pela educação evangélica, afim de que os nossos homens sejam perfeitos e perfeitamente preparados para toda boa obra.

Concomitantemente, o período da concessão dos lotes e da abertura das respectivas escolas confessionais ocorreu no momento em que a denominação batista estava desarticulada na Capital, sendo esse contexto uma hipótese considerável que justifica o não recebimento de terreno público por parte dos batistas.

Após a tentativa fracassada de consolidação do educandário batista em Belo Horizonte iniciada pelas missionárias (1897 - 1899), várias foram as tentativas para a continuidade do trabalho da denominação na capital. Porém, por diversos motivos os esforços dos obreiros batistas não se efetivaram e foi somente no ano de 1911 que houve a abertura do Campo Batista Mineiro. Tudo indica que esse fato trouxe novos ânimos para os trabalhos evangelísticos, principalmente com a designação do missionário Daniel F. Crosland por parte da Junta de Richmond, que escolheu a Capital mineira como sua residência a fim de coordenar as ações proselitistas no estado mineiro.

A Primeira Igreja Batista de Belo Horizonte foi reorganizada, sendo os cultos realizados em um salão alugado na Rua Guarani. Posteriormente foi transferida para a Rua Tupinambás, 527. No ano de 1914, nesse local de reunião religiosa, houve nova reordenação do pastorado assumido por Henrique E. Cockell e, efetivamente, chegou à capital mineira outra família de missionários norte-americanos.

Percebe-se que a segunda década do século XX foi marcada por uma nova iniciativa dos batistas para a efetivação de um educandário em Belo Horizonte. Isso porque segundo carta enviada por H. E. Cockell referente à elaboração do livro memorando dos 50 anos da instituição Colégio Batista Mineiro, registra-se,

> quando cheguei a Belo Horizonte nos últimos dias de dezembro de 1914, uma das primeiras coisas que mencionei ao missionário D. F. Crossland foi a questão da instrução para os filhos. Escolas públicas eram poucas, que me recordo existiam os grupos Rio Branco, no bairro Funcionarios e Barão de Macaúbas, na Floresta. (...) Crosland falou-me da Escola Isabela, na rua do Espirito Santo, onde seus filhos estudavam. Resolvi matricular os nossos, e assim fiz no começo de 1915. Senti a necessidade de uma escola para melhor desenvolvimento dos filhos batistas. Cada vez mais crescia o sentimento de que necessitávamos de uma escola nossa (HARRINGTON, 1968, p. 12). (Grifo meu)

---

e, portanto, comprou-o do município. Foi com a apresentação da escritura de compra e venda que se deu o fim dos embates judiciais.

Além da disputa ideológica e cultural entre os protestantes e os católicos, é importante destacar o embate no interior do próprio grupo protestante pela influência religiosa perante os habitantes de Belo Horizonte e ao mesmo tempo, pela busca da ocupação dos espaços públicos na cidade. Não descartando os cuidados ao analisar a fonte memorialista − no caso a carta enviada por Cockell e a sua intencionalidade para rememorar e registrar a sua participação na história do Colégio −, é possível perceber certa compatibilidade de projetos pedagógicos entre os protestantes. Tal afirmativa apoia-se na atitude dos missionários batistas ao matricularem seus filhos no educandário metodista. Ao mesmo tempo, o discurso apresentado explicita a tensão na disputa entre os projetos educacionais protestantes a partir do momento que os mesmos demonstram vontade de propiciar um ambiente agradável aos filhos dos batistas. Espaço esse que seria capaz de reafirmar sua cultura, considerada superior, e evangelizar toda a comunidade discente − entendendo a evangelização como a comunicação de uma notícia nova, capaz de recriar o mundo e os homens. Como aponta o trecho:

> Daqui veremos, não em época muito remota, sahir os campeões baptistas, com o sacrificio do proprio sangue si fôrmister, para implantar os principios de liberdade e democracia no Brasil e no mundo.
> Como havemos de conseguir isso? De certo não ha de ser deixando os filhos dos baptistas de atrophiarem no ambiente estreito e muitas vezes prejudicial das escolas hoje existentes, umas mantidas pelos partidarios acérrimos do dogma, que mata as nobres aspirações infantis, outras da moral sem Deus, da moral absurda, que não satisfaz a todas as necessidades humanas, incapaz de alcançar o fim collimado. Precisamos de escollas baptistas, mantidas e dirigidas pelos baptistas, onde ao physico como ao moral se proporciona uma instrucção egual, equilibrada, não descurando de um em proveito do outro, porque a boa e verdadeira pedagogia não podia desconhecer a natureza dupla do homem e a intima, indissolúvel relação existente entre ambas (O Batista Mineiro, jan./1920, p. 3).

Efetivamente, a concretude do terceiro projeto educacional em Belo Horizonte ocorreu em dezembro de 1917 após a chegada da família do missionário norte-americano Maddox.[80] Os livros referentes à história batista em Minas Gerais apresentam como razão principal da vinda dessa família missionária a situação delicada de saúde da filha Kathleen, que sofria de tuberculose. Porém, é possível pensar que a chegada do casal faz parte de um projeto educacional por parte da Junta de Richmond devido ao fato de esse missionário possuir certa influência na entidade. O. P. Maddox participou da elaboração do projeto proselitista batista para o Brasil ao fazer parte da Convenção Batista Brasileira (1908), participando da Junta Educacional que elaborou os planos pedagógicos para o país.

[80] O casal Maddox chegou ao Brasil em junho de 1906 e inicialmente trabalharam como missionários no Estado do Rio de Janeiro. Com efeito, Otis Maddox participou da criação da Convenção Batista Brasileira e do Colégio e do Seminário Batista do Rio de Janeiro. (SOUZA, 2008, p. 39)

Segundo o relato da referida carta de Cockell, a partir do momento da chegada do casal norte-americano, iniciou-se uma "Campanha Pró Nossa Escola" com o intuito de levantar a mobília necessária para iniciar as atividades educacionais no salão de culto da Primeira Igreja Batista de Belo Horizonte, sob a responsabilidade da D. Efigenia Maddox.[81]

A tensão religiosa imposta às crianças das famílias não católicas matriculadas nas escolas públicas apresenta-se também como uma das motivações para a fundação do educandário batista. Cabe ressaltar que a instauração do ensino leigo nos grupos escolares não foi sinônimo de respeito às diferenças religiosas. Os alunos não católicos, mesmo que não participassem das aulas de religião, não poderiam escapar das variadas manifestações religiosas que ocorriam nos grupos escolares. Coroações de Maria, entronização de imagens sagradas, preparação para a Primeira Comunhão faziam parte do cotidiano escolar.[82] Sendo assim, a notícia intitulada "From Rio Field to the Minas Field" escrita pelo Pastor O. P. Maddox no jornal "Home and Foreign Fields" aponta essas tensões na escola pública em Belo Horizonte.

> Não temos escolas ainda e vai ficar muito difícil porque, por causa da influência da igreja católica, o governo do estado ordenou que colocassem imagens em todas as escolas públicas. [83] (Home and Foreign Fields, nov. 1918, p. 27.)

Além desse motivo, o aumento da procura por educação e a falta de espaço na residência dos missionários norte-americanos contribuiu para que no dia 1º de março de 1918 fosse fundada a *Escola Baptista em Bello Horizonte*, no salão da Primeira Igreja Batista de Belo Horizonte (PIB-BH).[84] De acordo com a ata da reunião, foram matriculados 13 alunos ao final do culto de inauguração da escola. Dentre eles encontram-se os quatro filhos da família

---

[81] Harrigton (1968, p. 12) afirma que Effie Maddox "era professora nata e mãe de todos – e onde ela se encontrasse, juntamente com alguns meninos, ali surgiria, mesmo que informalmente, uma escola em ação – uma professora com um, dois, ou mais alunos. Assim, na casa de D. Efigenia sempre havia aulas, mesmo no Rio de Janeiro, antes de vir para Belo Horizonte, primeiramente para seus filhos, mas também para outros meninos que queriam fazer parte da instrução. Há menção de oito alunos que faziam parte de aulas informais na sua residência antes da organização do Colégio."

[82] Segundo BARROS (2009, p. 21-22), a União dos Moços Católicos conseguiu, no ano de 1916, juntamente com o Secretário do Interior, Dr. Américo Lopes, a permissão para entronizar, nas escolas públicas, a imagem de Cristo crucificado. Dr. Américo Lopes relembrou a posição não intervencionista do Estado e permitiu a entronização, desde que os alunos e alunas de outras crenças não fossem obrigados a prestar veneração. As entronizações se intensificaram, sendo o ano de 1917 marcado por um grande número delas, principalmente nos espaços dos grupos escolares, cabendo ao grupo da Vila de Santa Quitéria o privilégio de ser o primeiro. (*Op. cit.*: REIS, 1980, p. 11)

[83] Original: "We are without schools as yet and are hard put it since through Catholic influence the state government has ordered images put in all public schools".

[84] Em 1918, ano da fundação da "Escola Baptista de Bello Horizonte", a cidade vivia os efeitos da Primeira Guerra Mundial, através da epidemia da gripe espanhola, que espalhou temor na população.

Maddox; além desses, Noemia Cockell, Adolpho Bellohouby, Antonio Freire, Carlota Freire, Luis Prisco Moreira e Adilia Rangel.[85]

Os planos da Escola Batista foram apresentados aos membros presentes na reunião, sendo o principal motivo para sua criação a educação dos filhos batistas, mas seriam aceitas crianças de qualquer família que desejassem confiá-las para serem educadas. O Pastor H. E. Cockell apresentou também os "Deveres e Opportunidades dos Paes para com a Escola", destacando cinco pontos essenciais: "Zelar pela pontualidade dos alunos; Cuidar do asseio dos mesmos – corpo – roupa – linguagem; Ver que preparam as lições marcadas para casa; Apoio moral á Escola – diretora e professores; Orar constantemente em favor da Escola".[86]

Tudo indica que, durante os dezessete primeiros anos do século XX em Minas Gerais, a prática educacional dos batistas era exercida predominantemente nas escolas anexas aos templos batistas no interior.[87] O mesmo ocorreu nas duas experiências dos trabalhos batistas na capital mineira na virada do século XX, que foram precedidos pelos esforços em prol da educação.

Somente após o ano de 1908, denominado pelos batistas como a fase de expansão, foi necessário implantar uma entidade capaz de coordenar efetivamente o projeto evangelizador dos batistas, dando direção ao trabalho das respectivas igrejas espalhadas por Minas Gerais. Segundo Rangel (1930, p. 17 e 18), a efetivação dessa proposta ocorreu no dia 19 de junho de 1918, três meses após a fundação da Escola Batista de Belo Horizonte, com a fundação da Convenção Batista Mineira (CBM), em assembleia também realizada no salão de cultos da PIB-BH.

Dessa maneira, o CBM possibilitou a coordenação das ações dos diversos obreiros espalhados pelo estado mineiro e definiu a realização de planos e empreendimentos mais definidos. Dentre esses projetos o autor destaca as determinações da Junta Estadual em prol da educação evangélica, principalmente a partir da criação de um jornal batista para o Campo Mineiro e também na perspectiva de fundação de um educandário secundário para a capacitação dos filhos dos batistas assumirem os cargos nas recém-formadas instituições de sua denominação e também atuarem nos diferentes espaços da sociedade.

* * * *

[85] A Ata de inauguração não mostra a lista do nome dos 13 alunos. O ex-diretor J. A Harrington, em seu livro "50 anos: 1918 – 1968", apresentou a lista dos respectivos nomes listados no trabalho a partir dos relatos dos membros mais antigos da Igreja Batista, assim como dos ex-alunos do Colégio.

[86] Ata de Abertura da Escola Batista em Belo Horizonte, marco de 1918, Centro de Memória do Colégio Batista Mineiro.

[87] Segundo Rangel (1930), em 1911 havia sete igrejas espalhadas no sudeste, centro-oeste e norte do estado mineiro.

2. O FUTURO QUE SE DESCORTINA: O COLLEGIO BATISTA AMERICANO MINEIRO

O "plano intelligente e estratégico de evangelização" batista no estado mineiro perpassou pela sistematização do trabalho denominacional em Belo Horizonte. A racionalização das ações proselitistas é percebida principalmente a partir da análise da ocupação do centro do território mineiro, referente às igrejas de Belo Horizonte, Itaúna e Divinópolis, porque foi "admiravelmente estratégica, (...) comprehende a capital, de topographia encantadora e saluberro clima, centro invejável para todos os ramos de propaganda evangélica e, especialmente, para o collegio, hospital e casa publicadora (RANGEL, 1930, p. 2)."

O trabalho batista em Minas Gerais possuiu particularidades em relação aos outros estados do Brasil. Primeiramente, a expansão do trabalho evangelizador foi coordenada pela Convenção Batista Brasileira (CBB), criada em 1908. Além disso, desde 1911 a Junta de Richmond havia determinado e apoiado a abertura do campo mineiro, na busca da desvinculação da Convenção Batista Fluminense e do Espírito Santo.

A consolidação das obras dos batistas no estado mineiro ocorreu somente no ano de 1917, após a chegada da família de missionários Maddox[88] que, logo após três meses em Belo Horizonte, organizou em março de 1918 o atual Colégio Batista Mineiro,[89] e em julho foi instituída a Convenção Batista Mineira (CBM). Outra importante iniciativa da denominação batista mineira foi a fundação em 1920 do periódico "O Baptista Mineiro" (OBM), que tinha por finalidade o estreitamento dos vínculos entre as igrejas batistas mineiras.

Outra particularidade do "Campo Mineiro" deve-se ao equilíbrio na composição da nacionalidade dos dirigentes da CBM. A liderança mineira preveniu-se contra as tensões internas da denominação batista denominada "Radicalismo". Esse movimento iniciou-se em 1918 no nordeste do Brasil por batistas brasileiros insatisfeitos com a hegemonia norte-americana na liderança das organizações denominacionais.[90] Ao mesmo tempo, esse movimento trouxe tensões no interior da denominação batista porque os batistas norte-

[88] O casal Maddox chegou ao Brasil em junho de 1906 e inicialmente trabalhou como missionário no Estado do Rio de Janeiro. Com efeito, Otis P. Maddox participou da Convenção Batista Brasileira e do Colégio e do Seminário Batista do Rio (SOUZA, 2008, p. 39).

[89] No ato de sua inauguração a instituição educacional batista recebeu o nome de "Colégio Batista de Belo Horizonte", sendo que em 1920, o nome foi mudado para "Collegio Baptista Americano Mineiro".

[90] Sobre o movimento conhecido como Radicalismo ou Construtivismo, ver: MESQUITA, 1940, p. 161-191.

americanos disputavam com os batistas brasileiros o projeto mais eficiente para a evangelização do Brasil: os primeiros defendiam a via educacional com a construção de escolas, já os segundos, acreditavam na via proselitista a partir da construção de novas igrejas.

Em 1919, a CBM traçou seu plano quinquenal (1920-1925) para centralizar e expandir o projeto de evangelização em Minas Gerais e arrecadar fundos para a obra missionária mundial.[91] A Junta Estadual definiu que, durante o período entre 1920 e 1925, cada igreja da Convenção deveria contribuir com certa quantia para alcançarem juntas o compromisso de 80 contos de réis feito à Convenção Batista Brasileira. Além do endividamento quase geral das igrejas, no final dos cinco anos, a "Grande Campanha" em Minas obteve os seguintes resultados: em 1919 havia três missionários, cinco pastores, dez igrejas, 700 membros, 39 pontos de pregação e andava em menos de vinte contos a contribuição média anual do Campo. Ao fim do movimento, esses números subiram para: dez missionários, onze pastores, quatro evangelistas, dois colportores, dezessete igrejas, 1.058 membros, 65 pontos de pregação e quarenta contos de contribuição média anual (RANGEL, 1931, p. 34-35).

Torna-se perceptível a expansão do número de igrejas e de fiéis batistas em solo mineiro num curto espaço de tempo. Paralelamente a esse crescimento quantitativo, era necessário pensar numa maneira de qualificar os futuros líderes que assumiriam os cargos nas recentes instituições batistas. Para suprir a demanda advinda das ações proselitístas apresentadas pelo plano quinquenal, os coordenadores do Campo Mineiro necessitavam estruturar um espaço educativo capaz de preparar principalmente os filhos dos batistas para assumirem os cargos nas recém-formadas instituições de sua denominação.

As Actas dos trabalhos da 3ª Convenção Batista Estadual foram divulgadas no jornal OBM e apresentaram o balanço do campo educacional em Minas Gerais, principalmente a respeito da *Escola Baptista de Bello Horizonte*. Segundo o relatório divulgado em agosto de 1920, quatro meses antes da aquisição do terreno do bairro Floresta,

> Este Collegio nosso tem por fim proporcionar as vantagens de educação christa aos Baptistas e a seus filhos, portanto, é precisa a mais leal cooperação da parte de todas as egrejas. Não temos por emquanto edifícios nem terrenos próprios. Esta é a mais urgente necessidade. É absolutamente impossível continuar por muito tempo funccionando na Egreja Baptista em Bello Horizonte. Ficou para ser deliberado por esta Convencao decidir aonde deve ser a sede do nosso Collegio. De todas as partes vêm pedidos dos jovens Baptistas para estudarem neste Collegio. (...) Devemos e havemos de comprar ou adquirir terrenos e edifícios adequados para os que desejam

[91] Em meados de 1919, ainda sob o impacto da Primeira Guerra Mundial, os batistas da América do Norte iniciaram uma campanha cujo alvo era levantar 75 milhões de dólares para a causa denominacional dos diversos campos espalhados no mundo. No norte e no sul do Brasil, os batistas se mobilizaram para contribuir com a "Grande Campanha". (ASSIS, 1989, p. 56)

> estudar. (Actas dos Trabalhos da 3ª Convencção Estadoal, O BAPTISTA MINEIRO, Bello Horizonte – Minas, Agosto de 1920, Anno 1, N. 8, p. 3, 2ª coluna.)

A proposta de aquisição de um local para a instalação de um educandário secundário também foi apresentada na ocasião da primeira Assembleia da CBM na qual foi discutida a necessidade de "instalação de um Collegio Batista, em Divinopólis, que seria de toda a conveniência para aquela cidade que está em ponto de convergência de diversas estradas de ferro (...), além disso, já há pedidos de matrícula."[92] Segundo Harrigton (1968, p. 14), os membros da Assembleia discutiram as pendências referentes à temática educacional e optaram *a priori* pela implantação do curso secundário na *Escola Baptista de Bello Horizonte*, pois no educandário funcionava apenas um curso primário, cujos diretores eram o casal Maddox. Na mesma reunião o "Sr. Maddox propoz (...) que se escreva a 'Junta norte-americana' pedindo enviar um casal de missionário para o serviço de instrução."

A partir do estudo a respeito da participação das missionárias protestantes para a abertura das escolas presbiterianas paulistas na segunda metade do século XIX, Almeida (2007, p. 330) afirma que as "pequenas escolas" criadas no interior da província de São Paulo nos moldes das escolas anexas às igrejas não foram determinantes na ação educativa missionária. Mas sim a criação dos colégios endereçados à elite e a uma classe média que, na capital paulista e no interior, incorporavam cada vez maior poderio econômico e intelectual.

Nesse sentido, é possível pensar que a discussão a respeito da organização educacional no estado a partir da abertura do ensino secundário demonstra a preocupação dos dirigentes batistas com relação à importância da educação para a efetivação do projeto proselitista iniciado no estado mineiro. Educação esta que traria em si a proposta de uma educação liberal, de acordo com os ideais batistas norte-americanos e seria voltada para os interesses do capitalismo, capaz de seduzir as classes dominantes e os setores progressistas da sociedade mineira que seriam atraídos pelos métodos pedagógicos e estilo de vida propagado nesses colégios.

2.1 – Da Floresta para a Cidade: o *Collegio Baptista Americano Mineiro*

A terceira década do século XX foi marcada pelo efetivo trabalho dos batistas norte-americanos e brasileiros no campo educacional em Belo Horizonte e em Minas Gerais. Em dezembro de 1920, um grupo de missionários norte-americanos solicitou à Junta de

[92] Atas da Junta Executiva da Convenção Batista Mineira – julho de 1918 a dezembro de 1929, p. 3.

Richmond, em nome da Junta Estadual da CBM, um empréstimo financeiro no valor de U$ 25.000,00 (vinte e cinco mil dólares), que foram cambiados em 146.206 contos de réis. Essa quantia foi direcionada para à aquisição de um terreno apropriado para comportar as instalações do colégio e das atividades evangelísticas do "Campo Mineiro".[93]

Até a referida data, a participação da denominação batista no campo educacional não havia sido efetivada e limitou-se à abertura de "escolas anexas" junto às Igrejas.[94] Segundo Crabtree (1962, p.138), o termo *Escola* foi a designação comum utilizada entre os batistas para instituições escolares que tinham por objetivo ensinar somente as primeiras letras, ou que no máximo ofereciam o curso primário aos seus membros e à comunidade.

Além do limite evangelístico para a denominação batista, a organização pedagógica e a estrutura arquitetônica da escola anexa esbarraram com a representação do modelo escolar ideal difundido no contexto do regime republicano. As Escolas Isoladas foram identificadas com pocilgas, pardieiros, estalagens, escolas de improviso − impróprias, pobres, incompletas, ineficazes. E de certo modo, as Escolas Anexas às igrejas batistas fazem referências diretas às escolas isoladas que durante esse período eram representadas na imprensa como espaços educacionais inadequados, e ao mesmo tempo, eram associadas ao atraso escolar. Ou seja, esses "pardieiros" deveriam ser substituídos por "palácios" do saber, que segundo o pensamento vigente, eram compreendidos como signo do moderno, da higiene e da própria república. Os grupos escolares eram considerados, portanto, equipamentos urbanos responsáveis pela organização e alavancada do sistema escolar brasileiro a fim de concretizar o projeto civilizatório do cidadão republicano.[95] Sob a égide desta representação em negativo era, portanto, fundamental para os dirigentes batistas, comprometidos com a constituição do novo regime, produzir outros marcos e lugares de memória para a educação republicana.

Essa preocupação para a implantação do ensino secundário se enquadra na busca dos dirigentes batistas por um "templo do saber" que fosse capaz de expressar o projeto educacional batista apresentado para a sociedade de Belo Horizonte e Minas Gerais como "moderno, democrático e republicano". Segundo Escolano (1998),

---

[93] É comum perceber nos livros produzidos que abordam a compra desse terreno um discurso próximo da perspectiva épica, enfatizando os esforços dos missionários norte-americanos para de certa forma burlar toda uma trama articulada pelos católicos para impedirem tal aquisição. (RANGEL, 1930, SILVA, 2002; HARRIGNTON, 1968; SOUZA, 2008)

[94] A experiência das missionárias nova-iorquinas merece destaque porque Mary Wilcox e Bertha R. Stenger propuseram a abertura de uma escola em local próprio. Porém, devido à limitação de fontes históricas, não é possível constatar se durante o seu funcionamento houve nesse educandário a oferta do ensino secundário. As fontes apontam para a proposta da abertura de uma escola autossuficiente, temática discutida no capítulo 1.

[95] A implantação dos Grupos Escolares tem sido abordada por pesquisadores que buscam renovar as investigações sobre a escola primária brasileira na perspectiva da história cultural. Cf. FARIA FILHO, 1998; SOUZA, 1998; VAGO, 2002; CARVALHO, 2003; FARIA FILHO E VIDAL, 2000, entre outros.

> não apenas o espaço-escola, mas também a localização, a disposição dele na trama urbana dos povoados e cidades, tem de ser examinada como um elemento curricular. A produção do espaço escola no tecido de um espaço urbano pode gerar uma imagem da escola como centro de um urbanismo racionalmente planificado ou como uma instituição marginal e excrescente. (VIÑAO e ESCOLANO, 1998, p. 28).

No campo da história das instituições escolares, a arquitetura da escola, a distribuição do espaço e do tempo escolar tornam-se importantes para o entendimento da implantação de um determinado projeto pedagógico. Na perspectiva dos autores,

> A arquitetura escolar é também por si mesma um programa, uma espécie de discurso que institui na sua materialidade um sistema de valores, como os de ordem, disciplina e vigilância, marcos para a aprendizagem sensorial e motora e toda uma semiologia que cobre diferentes símbolos estéticos, culturais e também ideológicos. Ao mesmo tempo, o espaço educativo refletiu obviamente as inovações pedagógicas, tanto em suas concepções gerais como nos aspectos técnicos. (VIÑAO e ESCOLANO, 1998, p. 26).

Os dirigentes batistas compreenderam que era preciso dar visibilidade ao seu projeto educacional e, sendo assim, era necessário construir e/ou adquirir edifício escolar para que, na monumentalidade do prédio, a escola projetasse e divulgasse o que os batistas pretendiam imprimir àquela educação. Nesse intuito, em dezembro de 1920, a comunidade batista mineira, com ajuda financeira internacional e nacional, adquiriu considerável terreno no bairro Floresta,[96] para onde foi transferido o educandário no momento batizado de "Collegio Baptista Americano Mineiro", que passou a funcionar no espaço do palacete Sabino Barroso.[97]

[96] O processo de aquisição do terreno foi marcado por inúmeras tensões. Os missionários, ao tomarem conhecimento da venda em hasta pública da propriedade no bairro Floresta, enviaram vários cabogramas solicitando à Junta de Richmond o envio do valor necessário para estabelecerem o colégio. Segundo os relatos, ao receberem a notícia de que o dinheiro necessário estava disponível no Rio de Janeiro, Ottis Maddox tomou a providência de resgatar a quantia. Mas, ao invés de transferir o valor da quantia via sistema bancário, os missionários batistas mineiros, receosos de levantar suspeitas do clero católico que poderia atrapalhar suas expectativas no leilão, decidiram resgatar o dinheiro na própria Convenção Batista Brasileira, no Rio de Janeiro, através da compra de uma passagem de trem. O mesmo cuidado para não despertar suspeitas foi usado na compra do terreno em hasta pública. Por indicação do gerente do Banco Hipotecário e Agrícola, os missionários batistas contrataram Flávio Fernandes dos Santos, advogado da Mina do Morro Velho.

[97] O terreno possuía quase cinco alqueires, cerca de 220 mil metros quadrados. Em termos de benfeitorias, encontrava-se elegante palacete, além de outras dependências na Rua Pouso Alegre. (SOUZA, 2008, p. 40).

Imagem 2: Palacete Sabino Barroso, 1924, Acervo iconográfico do CMCBM.

Nesse momento, não eram somente o poder público e as escolas confessionais católicas e também a metodista que possuíam seus respectivos "palácios". A denominação batista adquiriu destacado equipamento escolar e passou a disputar o campo educacional na capital divulgando em diferentes jornais seu projeto educacional para a sociedade. A notícia publicada no jornal "Minas Geraes", órgão oficial dos poderes do Estado, possibilita a percepção do patamar alcançado pelo projeto pedagógico dos batistas a nível municipal e estadual após a mudança da instituição para o bairro Floresta (MINAS GERAES, domingo, 21 de dezembro de 1924, p. 5-14). (Anexo 1)

O editorial do jornal destacou nas três primeiras páginas a vitória do candidato Mello Vianna a presidência do Estado Mineiro ao apresentar sua biografia e o seu plano de governo. Ao mesmo tempo, percebe-se o destaque da temática educacional em Belo Horizonte, o que permite problematizar a intencionalidade do editorial ao associar a ascensão do novo presidente ao governo do Estado com tal conteúdo. Das doze laudas do corpo do jornal, cinco laudas possuíam o objetivo de ilustrar e descrever os educandários particulares de Belo Horizonte. Ao todo foram destacadas vinte e duas instituições educandárias em Belo Horizonte, sendo elas divididas e apresentadas respectivamente nas seguintes categorias: "Instrucção Superior" (Faculdade de Direito e a Faculdade de Medicina), "Ensino Secundário

e Profissional" (Escola de Engenharia, Escola Chimica Industrial, Escola de Odontologia e Farmacia, Escola de Agronomia e Veterinaria, Escola de Comercio e Instituto D. Silverio, Escola Livre de Musica, Collegio Arnaldo, Instituto Brasil, Collegio Santa Maria, Collegio Izabella Hendrix, Collegio Coração de Jesus, Collegio Immaculada Conceição, Escola de Aprendizes Artifices, Collegio Baptista, Escola Profissional Feminina, Collegio Malheiros, Seminario, Collegio Bello Horizonte e Colégio Mineiro). (MINAS GERAES, domingo, 21 de dezembro de 1924, p. 4-14)

A temática educacional possuiu tamanho destaque nessa edição do jornal que a configuração das seções habituais foi prejudicada a ponto de o editorial alegar que "devido ao grande espaço que reservamos no jornal de hoje ao serviço da instrucção superior, secundaria e profissional da Capital, fomos obrigados, à última hora, a sacrificar parte do noticiário e a mateira paga" (*Idem*, p. 4). Ao lado de cada iconografia da arquitetura escolar foi noticiada uma descrição que, de maneira geral apresenta o seguinte conteúdo: fundação, corpo docente, cursos oferecidos, número de alunos matriculados e frequência de alunos em cada educandário.[98] A elaboração da Imagem 3[99] objetiva a identificação espacial dos colégios particulares confessionais, elencados nessa notícia da imprensa oficial, na cidade de Belo Horizonte.

[98] Destaque-se que ao contrário das divulgações dos outros educandários que ocuparam o espaço de metade da folha, ou seja, duas instituições escolares dividiam o espaço de uma folha. A divulgação destinada a apresentar o educandário batista ocupa um terço da folha do jornal, portanto a última lauda apresenta três colégios em cada lado da folha sendo eles: "Collegio Baptista, Escola Profissional Feminina, Collegio Malheiros, Seminario, Collegio Bello Horizonte e Collegio Mineiro". Uma hipótese para explicar tal divisão pode ser de ordem cronológica, pois esses colégios citados adquiriram suas sedes na capital mineira ao longo da década de 1920. Ao mesmo tempo, é possível pensar que tal divisão da diagramação do jornal deve-se ao alto número de laudas já ocupado pela notícia, o que a meu ver é pouco provável porque essa lógica de corte de gastos financeiros e diagramação poderia ser aplicada para à formatação gráfica na divisão dos outros educandários.

[99] Planta Geral da Cidade de Bello Horizonte 1928-1929. (APCBH, Coleção Comissão Construtora da Nova Capital)

Imagem 3: Colégios particulares confessionais em Belo Horizonte, 1924

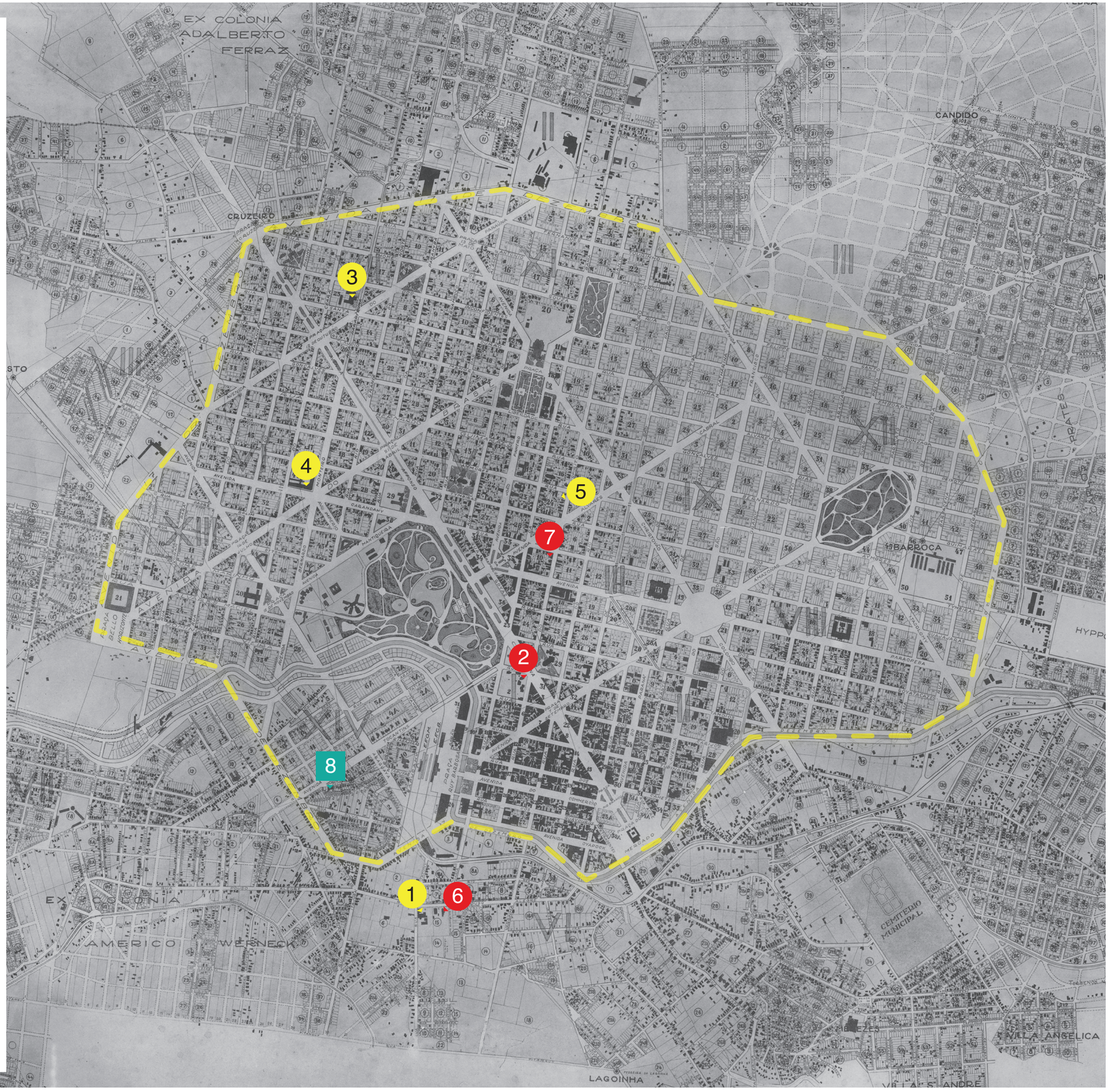
O mapa foi elaborado a partir das informações, a respeito dos educandários da cidade de Belo Horizonte, apresentadas pelo editorial do jornal "Minas Geraes — 21 de dezembro de 1924". Dentre os colégios confessionais, destaca-se o "Collegio Santa Maria" e o "Collegio Baptista Americano Mineiro", situados no bairro Floresta, região externa à Avenida do Contorno. A presença do Grupo Escolar Barão de Macaúbas explica-se por esse educandário ter sido a primeira instituição escolar pública do bairro Floresta.

LEGENDA

- Avenida do Contorno
- Colégios Confessionais Protestantes
- Colégios Confessionais Católicos
- Grupo Escolar

Lista de Instituições:

1 – Collegio Santa Maria
2 – Collegio Izabella Hendrix
3 – Collegio Sagrado Coração de Jesus
4 – Collegio Arnaldo
5 – Collegio Immaculada Conceição
6 – Collegio Baptista Americano Mineiro
7 – Collegio Bello Horizonte
8 – Grupo Escolar Barão de Macaúbas



Com relação ao educandário batista, o editorial do jornal "Minas Geraes" apresentou os missionários F. R. Morgan e Ephygenia Maddox como fundadores do Colégio Batista. Essa informação permite problematizar a participação da missionária Ephygenia Maddox no projeto educacional batista em Belo Horizonte porque a maioria dos livros escritos a respeito da fundação dessa instituição exalta o missionário Ottis P. Maddox como o responsável por tal ato. Cabe, assim, a problematização com relação à participação feminina nos projetos proselitistas da denominação batista no campo educacional e também a compreensão do grau de participação e influência das mulheres nas funções eclesiásticas batistas. De certa maneira, são poucos os estudos sobre a História da Educação Brasileira que priorizam a participação das mulheres como dirigentes e educadoras nas escolas protestantes. A busca de novas fontes a fim de rever suas vidas e contar sua história significa resgatar o papel feminino frequentemente acobertado ou omitido na história oficial.[100]

O discurso apresentado no boletim enviado pelo missionário Maddox à Junta de Missões Estrangeiras (Richmond/ EUA) após a aquisição do terreno no bairro Floresta permite a análise do projeto dos batistas para a escolarização da sociedade em Belo Horizonte e em Minas Gerais.

> Oh que alegria indizível! Alegria no simples exercício da fé que os fez reservar o dinheiro (...). Também a grande alegria da possibilidade de ter um lugar para educar os meninos e meninas deste estado. Este é apenas o começo da longa e gloriosa história da educação Batista no Estado de Minas que podemos ver no futuro que se descortina a nossa frente. As possibilidades são gloriosas e já visíveis. (...) (Relatório a Junta de Richmond, jan. 1921) (Grifo meu)

Esse discurso apresentado pelo missionário norte-americano a respeito do projeto educacional batista remete ao interesse de estruturação, consolidação e ampliação para o futuro. Ao mesmo tempo, segundo o fragmento do trecho citado, o "futuro que se descortina" era vislumbrado pelos missionários no momento da compra do lote.[101] Na perspectiva de Foucault, o discurso dos batistas entendido como uma prática social aponta para a aspiração da denominação de alcançar maior representatividade perante a sociedade mineira a partir do investimento no campo educacional.

A transferência do educandário batista para o palacete Sabino Barroso, localizado no bairro Floresta, permite pensar a relação entre a ocupação do palacete e a escolha da Nova Capital de Minas como local por excelência para o relevante investimento internacional.

[100] Para maiores informações a respeito da participação feminina nos educandários protestantes na virada do século XIX até meados dos anos 1930, procurar primeiramente os trabalhos acadêmicos de Almeida (2001 e 2007) e Chamon (2005).

[101] Após o ano de 1968, o Colégio Batista Mineiro tornou-se o segundo maior colégio batista do mundo, sendo o primeiro da América do Sul.

Percebe-se a preocupação dos dirigentes batistas de se adequar ao discurso modernizante da época e essa tentativa pode ser pensada a partir da localização geográfica do bairro Floresta em relação à cidade de Belo Horizonte, que ao longo da década de vinte vivenciava um período de expansão urbana.

No Centro de Memória do Colégio Batista Mineiro (CMCBM) foram levantados documentos que possibilitam compreender os motivos para tal escolha. Entre eles destacam-se os prospectos divulgados pelos dirigentes do educandário com o intuito de propagandear a instituição na cidade, sendo assim importantes fontes que possibilitam a reflexão sobre tal questão. Tudo indica que essa forma de divulgação era comum à época entre os educandários protestantes, porque em levantamento feito no jornal "Minas Geraes" foram encontradas propagandas referentes a outras instituições escolares protestantes que anunciavam aos interessados que estes poderiam buscar o prospecto pessoalmente com o diretor escolar.[102]

COLLEGIO BAPTISTA
AMERICANO-MINEIRO

As aulas do Collegio abrir-se-ão no dia 2 de março para todos os cursos

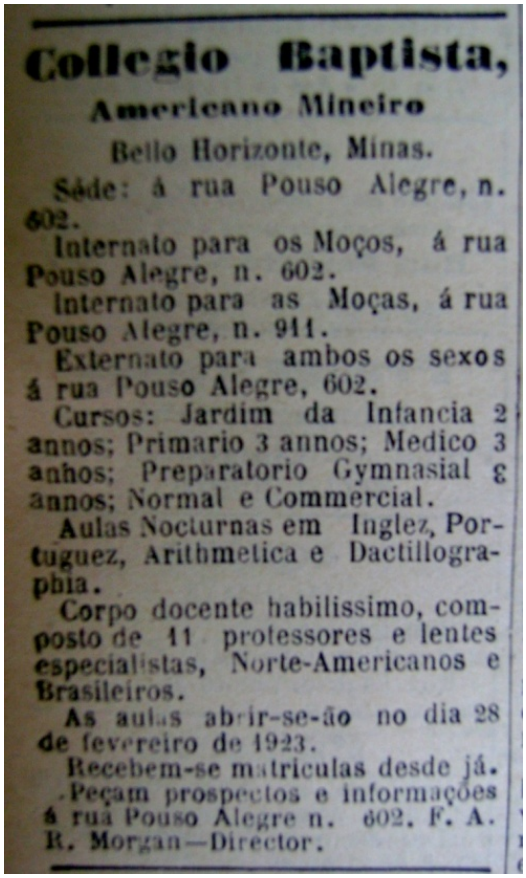
Nesse Collegio o caracter e a moral são incutidos junto com as coisas intellectuaes.

Offerecemos 12 annos de instrucção, dividido na forma seguinte: Jardim da Infancia; Curso Primario 3 annos; Curso Medio 3 annos; Curso Gymnasial 4 annos e 3 Cursos Superiores de 2 annos cada um em Engenharia, Sciencias Domesticas, Normal, Biblia e Musica. Haverá aulas nocturnas em Portuguez, Arithmetica, Inglez, Geographia, Francez, Escripturação Mercantil, Desenho, etc.

Preços modicos. Pedem informações e prospectos de F. A. R. Morgan, Presidente do Collegio, á rua Pouso Alegre, n. 605. — Bello Horizonte, Minas

Imagem 4: Anúncio do CBAM. (Fonte: MINAS GERAES, Sabbado, 5 de fev. 1927)

[102] O levantamento realizado no jornal "Minas Geraes" tinha como objetivo perceber as formas de propagandear o educandário batista para a sociedade mineira. Sendo assim, tenho catalogado as propagandas anunciadas pela EBAM entre os anos de 1918 e 1930 nos meses de dezembro a março. Ao mesmo tempo, procurei levantar as propagandas de outras instituições protestantes no estado, mas não com o intuito de quantificar os dados recolhidos. Com relação aos educandários confessionais católicos não se pode fazer inferências com relação à utilização dos prospectos para a divulgação dos seus respectivos colégios porque não levantei dados suficientes.



Collegio Baptista,

Americano Mineiro

Bello Horizonte, Minas.

Séde: á rua Pouso Alegre, n. 602.

Internato para os Moços, á rua Pouso Alegre, n. 602.

Internato para as Moças, á rua Pouso Alegre, n. 911.

Externato para ambos os sexos á rua Pouso Alegre, 602.

Cursos: Jardim da Infancia 2 annos; Primario 3 annos; Medico 3 anhos; Preparatorio Gymnasial 6 annos; Normal e Commercial.

Aulas Nocturnas em Inglez, Portuguez, Arithmetica e Dactillographia.

Corpo docente habilissimo, composto de 11 professores e lentes especialistas, Norte-Americanos e Brasileiros.

As aulas abrir-se-ão no dia 28 de fevereiro de 1923.

Recebem-se matriculas desde já. Peçam prospectos e informações á rua Pouso Alegre n. 602. F. A. R. Morgan—Director.

Imagem 5: Anúncio do CBAM. **(**MINAS GERAES, 2 mar. 1922, p. 8, coluna 5.)

Instituto Evangelico

LAVRAS—ESTADO DE MINAS

FUNDADO EM 1893

TRES ESCOLAS

ESCOLA AGRICOLA DE LAVRAS

Curso de quatro annos de Agronomia e curso pratico de um anno

GYMNASIO DE LAVRAS

Com banca examinadora official

COLLEGIO CARLOTA KEMPER

Curso normal em vias de equiparação — Curso gymnasial — Cursos de musica, desenho, pinturas e de artes domesticas.

Para prospectos e album de vistas dirijam-se os interessados ao

REITOR DO INSTITUTO EVANGELICO

Lavras-Estado de Minas

Imagem 6: Anúncio do Instituto Evangelico. (MINAS GERAES, 15 de fevereiro de 1923, p. 6)

COLLEGIO IZABELLA HENDRIX

INSTITUTO DE ENSINO

BRASILEIRO-AMERICANO

FUNDADO EM 1904

BELLO HORIZONTE

Direcção Norte-Americana

Internato, semi-internato e externato para meninas

Externato para meninos até 12 annos de edade

Curso primario e secundario

Dactylographia e tachygraphia, Musica, Pintura, Artes Domesticas e Educação Physica ministradas por professoras especialistas

Installado em edificios especialmente construidos para o fim a que se destinam, com mobilia moderna e installações completas, acha-se este estabelecimento em condições de satisfazer o gosto dos mais exigentes

Inicio do anno lectivo: 6 de fevereiro, as matriculas abertas desde já

Prospectos e mais informações com a directora

EMMA CHRISTINE

Imagem 7: Anúncio do Collegio Izabela Hendrix (MINAS GERAES, 16 de janeiro de 1924, p. 12)

No CMCBM, foram analisados os três exemplares dos prospectos do educandário batista referentes aos anos de 1921, 1924 e 1927.[103] De maneira geral, essas fontes mostram discursos caracterizando o terreno e o edifício escolar adquiridos pela denominação e apresentando também os motivos pelo qual a capital Belo Horizonte foi escolhida como espaço por excelência para coordenar e efetivar as atividades proselitistas dos batistas no estado mineiro.

O editorial do Prospecto de 1921 divulgou, na parte das "Informações Geraes", as características da "Localidade e Terreno" da seguinte maneira:

> O Collegio está situado na parte Norte de Bello Horizonte, na divisão chamada Floresta, que é o bairro mais alto e saudável da cidade.
> Accessível pelo bonde da Floresta, é de fácil e rapida communicação com o centro comercial. Sendo esta cidade uma das mais bellas e opulentas metrópoles do Brasil, com uma população de 56 mil e tantas almas, centro educacional, commercial e de industria, não é de se admirar que a tenhamos preferido para a localização da nossa Instituição.
> Os terrenos do Collegio abrangem mais de 205 mil metros quadrados, estando apenas parte d'elles cultivada. N'elles acha-se com certeza o melhor local para a construção de prédios escolares. (1921, s.p.) (Grifo meu)

Com relação ao mesmo tópico "Localidade e Terreno", os editoriais dos prospectos de 1924 e 1927 utilizaram o corpo do texto do documento citado e acrescentaram mais dois parágrafos que apresentaram com mais detalhes as representações que exaltam Belo Horizonte como

> uma cidade moderna em todo sentido; tem bondes, luz electrica, museu, biblioteca publica, muitos edifícios do Estado; a cidade é servida por duas estradas de ferro, ruas calçadas e largas, bem arborizadas - muitas escolas superiores do Estado, e muitas fabricas. É uma cidade bem hygienica, possuindo um dos melhores climas do Brasil. Os terrenos do Collegio são muito bem apropriados e amplos. O panorama da cidade visto de nossas propriedades, não podem ser melhor. Os ditos terrenos abrangem uns 225 mil metros quadrados; uma parte está cultivada, outra é usada pelo collegio como campo athetico, e o resto é pastagem. (1924, p. 11) (Grifo meu)

É perceptível nos documentos discurso semelhante ao se referirem a Belo Horizonte e ao bairro Floresta. Com relação à capital mineira, o discurso do editorial ressalta os equipamentos urbanos que simbolizam a modernização das metrópoles do mundo ocidental na época, tais como o bonde, a energia elétrica, estradas de ferro, instituições educacionais do

[103] Além dos prospectos, durante o levantamento de fontes do jornal "O Baptista Mineiro" na biblioteca do atual Colégio Batista Mineiro, foi encontrado folheto entre as folhas dos jornais que se encontram encadernados, o que de certa forma possibilita a percepção dos métodos de divulgação da instituição para os seus membros denominacionais e para a sociedade.

ensino superior, bibliotecas e edifícios públicos. A ênfase na ideia higienista também está presente no discurso dos batistas ao destacarem as ruas calçadas e largas, a arborização da cidade e também ao se referirem aos espaços apropriados e amplos ocupados pelo educandário.[104] De certa forma, o editorial demonstra a preocupação da denominação batista de se adequar ao discurso modernizante predominante no período com o intuito de se tornar referência na busca de influenciar a sociedade mineira. Essa tentativa pode ser pensada a partir da localização geográfica do bairro Floresta, isso porque devido à altura "avantajada" do terreno CBAM toda a população da cidade estaria atenta à imagem do progresso e da modernização refletida pelas ações dos dirigentes batistas no campo educacional na Capital.

Ainda com relação à parte das "Informações Geraes", o tópico "Edificios" dos prospectos do educandário batista dos anos de 1921, 1924 e 1927 destacou que "as aulas funcccionam na antiga residencia do Dr. Sabino Barroso, situada no extremo da rua Januaria, continuação da importante rua da Bahia". Segundo o editorial, o palacete Sabino Barroso foi apresentado como um edifício amplo e confortável, mas que era preciso acrescentar ao edifício novos compartimentos para melhor funcionamento do internato e externato.

De acordo com o discurso dos missionários norte-americanos batistas, o projeto educacional da denominação pretendia alcançar dimensões maiores. A ocupação do palacete era por tempo limitado, porque o propósito dos batistas era "construir um novo e grande edifício principal. Com este novo aumento poderemos ter ao menos 30 moços internos".

Outra fonte analisada no CMCBM foi o boletim enviado a Junta de Missões Estrangeiras de Richmond com o objetivo de apresentar o novo espaço ocupado pelo educandário batista em Belo Horizonte. (Anexo 2) Assim como nos prospectos, a cidade foi descrita com elementos que simbolizam a modernização urbana, tais como "ruas pavimentadas, carros de rua, Universidades Estaduais, diversas escolas bem equipadas, vários hospitais, quatro jornais diários, e oito bancos".[105] As características destacadas do estado de Minas Gerais relacionavam-se à sua extensão territorial e demográfica, na qual "este Estado tem uma população de 7,2 milhões, o maior do Brasil. A área é quase igual à do Texas e existem 215 municípios. Em vinte deles há Igrejas Batistas".[106] A comparação do estado

[104] Em 1918, ano da fundação da "Collegio Baptista de Bello Horizonte", a cidade vivia os efeitos da Primeira Guerra Mundial, através da epidemia da gripe espanhola, que espalhou temor na população. Esse fato pode ter influenciado o editorial a enfatizar a questão higienista com o intuito de amenizar a preocupação das famílias que pretendiam matricular seus filhos no educandário. Faz-se referência principalmente aos membros batistas das vinte igrejas espalhadas pelo estado mineiro. Para mais informações: SILVEIRA, Anny Jackeline. 2004.

[105] Original: "Paved streets, street cars, State University, many well-equipped schools, various hospitals, four daily papers, and eight banks". (Collegio Baptista Americano Mineiro, s/d)

[106] Original: this State has a population of 7,200,000, the largest of Brazil. The area is almost equal to that of Texas and there are 215 municipalities. In twenty of those there are Baptist Churches". (Idem, s/d)

mineiro ao estado do Texas levanta certas problematizações, tais como: Essa comparação se resume à extensão territorial?[107] Qual a representação do Texas para os norte-americanos no campo religioso, político, econômico e social? No campo religioso, qual era a participação e a influência religiosa dos batistas frente à sociedade texana?

Imagem 8: Collegio Baptista Americano Mineiro, s/d. (Acervo CMCBM)

A partir da análise da iconografia no documento percebe-se novamente o destaque atribuído ao bonde elétrico, à rede elétrica e até mesmo à ordenação das vias de transportes, símbolos da modernização da capital mineira. Ao mesmo tempo, a legenda da imagem destaca as reformas iniciadas pelos batistas no terreno do bairro porque "atrás desses pitorescos pinheiros encontram-se as típicas construções antigas que foram reformadas a partir de antigas moradias para servir como a sede do Collegio Baptista Americano Mineiro".[108] A partir desse discurso é possível pensar certo propósito por parte dos missionários batistas de civilizar a região suburbana da "Floresta", o que levanta a

[107] O estado do Texas possui a extensão de 695 621,06 km², sendo que o estado de Minas Gerais possui 586.528 km².

[108] Original: "back of these picturesque pines lie quaint old buildings which have been remodeled from ancient dwellings to serve as the home of Collegio Baptista Americano Mineiro". (Collegio Baptista Americano Mineiro, s/d)

possibilidade de que essa ação urbanizadora seria percebida e analisada pelos moradores da área urbana da Capital.

O contexto da década de 1920 apresentou um novo reordenamento urbano na cidade de Belo Horizonte, que acirrou as contradições já presentes entre a cidade planificada entre 1894 e 1895 e a cidade real, construída entre 1895 e 1920.[109] Segundo AGUIAR (2006, p. 344), durante esses vinte e cinco anos, Belo Horizonte passou por um processo de consolidação que perpassava ora de acordo com o plano original da CCNC, ora em desconformidade com esse plano. Nesse sentido,

> o povoamento dos bairros suburbanos se deu basicamente de duas formas. Primeiramente, seguindo a concepção da CCNC para a ocupação da zona suburbana, foram construídas casas em grandes lotes, formando chácaras. Os moradores dessas chácaras pertenciam a diversas camadas da sociedade, inclusive das camadas altas e medias da população da nova capital. (...) Particularmente na Floresta, na VI seção suburbana moravam o coronel Júlio Cesar Pinto Coelho, juiz de paz da cidade, na Rua Pouso Alegre, deputado federal Sabino Barroso Junior, à rua Januária, e Joseph de Jaegher, engenheiro e comerciante, na rua Jacuí, junto os limites da área demarcada pela CCNC para construção da Cidade de Minas. (*apud* LIMA, J. R., 1900,p. 63-94).

Concomitantemente, a ocupação dos bairros também se deu por operários, pequenos comerciantes e funcionários públicos de baixo escalão que povoaram os subúrbios.[110] Para essas camadas da população surgiram, além de casas e lotes individuais, conjuntos chamados de vilas, em que várias casas de aluguel barato ocupavam um mesmo lote suburbano.

A perspectiva de Aguiar (2006, p. 188) problematiza a historiografia a respeito do planejamento de Belo Horizonte referente ao isolamento ou dissociação entre a zona urbana e suburbana da cidade. Segundo o autor, a zona suburbana foi concebida pela CCNC como

---

[109] O plano da Cidade de Minas, elaborado por Aarão Reis em 1895, expressou o projeto de modernização, propondo uma cidade organizada em bases técnicas apuradas, com infraestrutura urbana sofisticada para as condições brasileiras do fim do século XIX. Esse plano urbanístico procurou criar um centro urbano para estimular a modernização do estado através da industrialização. Concomitantemente, os subúrbios foram pensados como transição entre campo e cidade, recebendo arranjo espacial peculiar, que articulava a área urbana e a zona rural. Porém, esse plano não foi rigorosamente seguido na implantação dos subúrbios, cedendo lugar, em 1898 e 1899, a outra iniciativa do governo mineiro voltada para a modernização regional, a criação da zona colonial. Esse empreendimento de colonização associou ao projeto da Cidade de Minas outro projeto de desenvolvimento do estado, em bases agrárias. (AGUIAR, 2006, p. 340)

[110] Donato Donati, jornalista italiano nascido em Florença, na Itália, em 1866, e falecido em Belo Horizonte em 1928. Mudou-se para São Paulo no ano de 1891, ocasião em que participou da fundação do semanário da esquerda, o "*Avanti!,* do qual foi diretor durante três anos. Transferiu-se para a capital mineira em 1901 e, segundo as obras de Abílio Barreto (1995) e Paulo Krüger (1962), Donati foi fundador e presidente da "Societá Italiana Beneficente di Mutuo Soccorso", professor na escola italiana e fundador da União Espírita Mineira. Posteriormente, ele foi também presidente da Liga Operária − a mais ativa das associações operárias belo-horizontinas − e Presidente do Centro Operário Sindical e da Federação do Trabalho do Estado de Minas Gerais. Morador da Rua Pouso Alegre esquina com a atual Rua Varginha, sua casa era local de distribuição do informativo "O Operario". (*apud* OLIVEIRA, 2009)

espaço de transição entre a área urbana e a zona rural e não apenas como reserva de espaço para expansão urbana. Nesse sentido, a zona suburbana seria uma ligação, não uma barreira. Através dela, o espaço urbano foi se diluindo até a conversão em espaço rural, paulatinamente. Daí o fato de a rede de vias da zona suburbana se tornar menos densa à medida que se afastava da área urbana e se aproximava da zona rural. Ou seja, a presença de arruamentos que seguiam os caminhos já existentes buscava estabelecer com facilidade vínculos entre a nova cidade e a região circunvizinha.

Nesse contexto de crescimento da malha urbana da capital, a análise do processo de aquisição do terreno do bairro Floresta pela denominação batista permite perceber a relação do processo de constituição da escola com essa dinâmica de urbanização da cidade. Isso porque, antes da realização do leilão em hasta pública, um corretor de imóveis "tinha oferecido aos herdeiros 130 contos de réis pela propriedade e já havia dividido o terreno em belos lotes públicos e a maioria dos quais já havia sido vendido verbalmente (...)".[111] Cabe ressaltar que, até a aprovação da lei mineira n. 832, de 15 de setembro de 1922 era marcante a especulação de imóveis na cidade marcada pelos interesses privados e sem controle da municipalidade.

De maneira geral, essa legislação buscou a retomada do plano original da CCNC, retificando desvios que pudessem ser corrigidos e ajustando o plano da CCNC à cidade que foi construída após a inauguração de Belo Horizonte em 1897 ao promover nova aprovação do plano da CCNC (AGUIAR, 2006, p. 358-360).

Tabela 1: Subdivisões particulares aprovadas pela prefeitura – set. 1928 a set. 1930

Terrenos nas seções suburbanas			Divisão			Data de aprovação
Localização	Proprietário	Área (ha)	Ruas	Quarteirões	Lotes	
I seção suburbana	Paulo Leal &Cia.	3,4	3	5	75	3/12/1928
I seção suburbana	José Rizzo	1,7	6	3	38	4/7/1930
I seção suburbana	José Daniel	0,2	1	1	8	16/6/1930
I seção suburbana [Serra]	Carolina de Figueiredo	2,6	3	3	58	9/1/1930
II seção suburbana	José Dolabella	16,7	9	18	308	8/4/1929
II seção suburbana	José Dolabella e outros	3,1	3	4	60	8/5/1929
II seção suburbana [Sion]	Antonio Mourão Guimarães	8,1	10	14	166	4/9/1930
VI seção suburbana	José Mancini e outros	1,2	1	2	20	27/2/1929
VI seção suburbana [Floresta, alto do Colégio Batista]	Igreja Batista	9,0	8	9	137	14/5/1929
VI seção suburbana	João Baptista Pereira Sampaio	0,6	1	2	19	19/5/1929
VI seção suburbana	Feliciano Augusto dos Santos	10,9	8	12	199	12/9/1929
VIII seção suburbana	Dr. Carlos Goulart e outros	6,4	5	11	151	23/4/1929
VIII seção suburbana	Victorio Marçolla e Necesio Tavares	1,7	1	2	41	1/7/1929
VIII seção suburbana [Serra]	Affonso Alves Branco	12,5	11	17	244	12/7/1929
Total das seções suburbanas		67,2	-	-	1.524	-

Fonte: BELLO HORIZONTE, 1929, p. 51-53 *apud* AGUIAR, 2006, p. 442.

[111] Boletim dos missionários norte-americanos em Belo Horizonte à Junta de Missões Estrangeiras, 30 de dezembro de 1920 − Acervo de Memória do Colégio Batista Mineiro.

Ao mesmo tempo, a partir da compra do terreno torna-se possível perceber as tensões entre os batistas e o clero católico na disputa educacional e/ou religiosa na cidade de Belo Horizonte. Esse embate vem à tona na medida em que "no local mais imponente do terreno (na planta do corretor) que dá vista para a Capital, os católicos tinham a promessa de construir uma igreja". Para acentuar esse conflito, o internato masculino do "Collegio Baptista Americano Mineiro", recém-inaugurado no palacete Sabino Barroso à Rua Pouso Alegre, 605, fazia divisa com o internato feminino do Colégio Santa Maria. E na tentativa de solucionar esse impasse, os clérigos católicos

> pediram ao governador de Estado que intercedesse por eles a fim de que pudessem comprar uma área de 7 metros ao longo da lateral do terreno deles e toda a área que estava atrás da escola. O governador nos chamou para uma conferencia em seu palácio, mas nós gentilmente lhe dissemos que isso arruinaria a frente de nosso terreno e nos deixaria sem acesso à outra rua. É, com certeza, um exemplo do caso do réu que se torna juiz. Conte isso em Gath e publique nas ruas de Askelon que os católicos do estado de Mina Gerais, Brasil, pedem para comprar terras dos pobres desprezados Batistas! [112] (Grifo meu)

Cabe aqui a problematização referente à intervenção estatal em prol dos impasses entre os católicos e os batistas, esse governo era marcado pelo laicismo ou o Estado era legalmente definido como laico? Pode-se pensar, também, que nessa intervenção estatal está contido o princípio de cunho liberal, no qual o Estado é um elemento externo à sociedade, que funciona como um árbitro na solução dos conflitos e problemas. As permanências políticas advindas de épocas anteriores permaneceram durante os governos da Primeira República, o que possibilita pensar a influência do catolicismo na sociedade da época. Ao mesmo tempo, essa tensão política, religiosa e cultural permite compreender a disputa nas relações de poder que permearam o regime republicano principalmente a partir da "reação católica".[113]

Com relação ao processo de urbanização da cidade, o bairro Floresta não se situava na área central do projeto da Nova Capital. Assim, a maior parte do terreno adquirido na década de vinte, com exceção da parte da Rua Pouso Alegre, era todo coberto de mata. Contudo, com a enorme atração populacional exercida pelas atividades políticas e econômicas da cidade, o crescimento demográfico foi considerável e, em decorrência disso, o uso das áreas "suburbanas" fez-se necessária.

De acordo com Viegas (2002, p. 17), a expansão urbana de Belo Horizonte era perceptível ao longo da década de 1920 tanto que o terreno da área suburbana era considerado

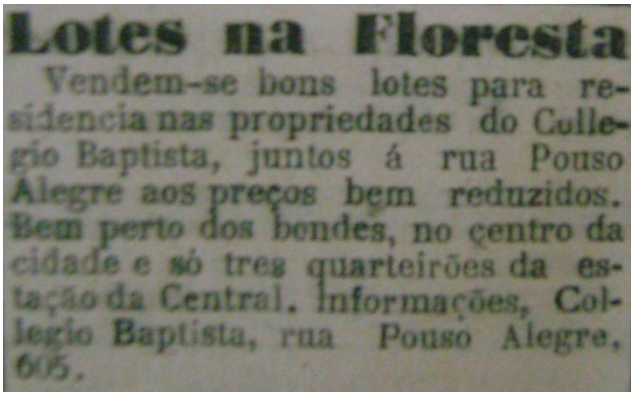
[112] Boletim dos missionários norte-americanos em Belo Horizonte à Junta de Missões Estrangeiras, 30 de dezembro de 1920 - Acervo de Memória do Colégio Batista Mineiro.
[113] A temática a respeito da laicidade republicana será abordada com mais detalhes no capítulo 3.

uma fonte de investimento. Ao comprarem o terreno do bairro Floresta em hasta pública, as ações dos dirigentes batistas podem ser equiparadas a dos agentes imobiliários, pois comandaram, através de ação direta, o processo de inicial de urbanização que se processou na VI seção suburbana de Belo Horizonte.

Isso pode ser percebido em meados da década de 1920 no momento em que os dirigentes batistas vivenciaram inúmeras dificuldades financeiras para consolidar o funcionamento e ampliar as instalações do educandário. Sendo assim, a terra apresentou-se como uma oportunidade de levantar recursos e dessa forma, houve a alienação de parte do patrimônio do atual bairro Colégio Batista.

Uma vez iniciada a venda de seu patrimônio, os dirigentes batistas a partir da Junta Batista Mineira, passaram a vislumbrar nessa estratégia uma forma de levantar recursos para sobrevivência da instituição, nos momentos de dificuldade financeira. Entretanto, houve paralelamente por parte dos missionários a reivindicação da ação do Poder Público na introdução de equipamentos urbanos. (Viegas, 2002, p. 27)

A participação do educandário enquanto agente principal da produção do espaço geográfico de parte do bairro Floresta não se fez menor a partir da atuação do Estado, pois foi esta instituição educacional que controlou todo o processo urbanizatório da área, se utilizando de diversos artifícios para manutenção desse controle. Segundo a autora, um desses recursos foi o de controlar o número de lotes que seria vendido a cada pessoa. A fim de que não se desenvolvesse algum tipo de atividade impertinente para a escola, foi adotado um sistema diferenciado na venda dos lotes. Seria vendido apenas um lote por família, sendo que, se porventura, alguém desejasse a compra de mais de um lote, os mesmos não poderiam ser contíguos. Ao mesmo tempo, a propriedade não foi toda loteada de uma única vez, sendo uma parte da mesma reservada para loteamentos futuros.


Lotes na Floresta

Vendem-se bons lotes para residencia nas propriedades do Collegio Baptista, juntos á rua Pouso Alegre aos preços bem reduzidos. Bem perto dos bondes, no centro da cidade e só tres quarteirões da estação da Central. Informações, Collegio Baptista, rua Pouso Alegre, 605.

Imagem 9: Anúncio do Collegio Baptista. (MINAS GERAES, 24 de março de 1927, p. 12)

Percebe-se que a motivação inicial para o loteamento e venda de parte da sua propriedade, decorreu de dificuldades financeiras que levaram a instituição a enxergar nessa estratégia, uma forma de levantar recursos. Porém, ao optar pela venda de seu patrimônio, os dirigentes batistas passaram a se utilizar de estratégias cada vez mais elaboradas, a fim de auferir uma renda maior com este negócio. O processo de negociação dos lotes se dava diretamente com o Colégio, sendo que este estabelecia seus próprios critérios de venda a fim de garantir seus interesses em formar um bairro *residencial e de classe média* (Silva, 2002, p. 49).

No Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte foram levantadas iconografias referentes à Belo Horizonte e particularmente ao bairro Floresta durante as primeiras décadas do século XX. Dentre elas destacam-se as fotografias do acervo da Coleção José Góes datadas respectivamente de 1910 e 1930. Mesmo tendo compreensão que as fotografias não possuem o mesmo ângulo, percebe-se o considerável grau de urbanização da zona suburbana da região da Floresta ao longo dos vinte anos de história da capital mineira.

Imagem 10: Vista Panorâmica do centro da cidade de Belo Horizonte (MG), possivelmente a partir do bairro Floresta, com vista da Praça Rio Branco (onde se vê o coreto) e da Capela de Nossa Senhora do Rosário no Alto Esquerdo. (APCBH, Coleção J. Góes, C.13/L-001)

Imagem 11: Vista Panorâmica da região central de Belo Horizonte (MG) a partir do bairro Floresta. Veem-se, em primeiro plano, a ferrovia e a torre do palacete do conde de Santa Marinha; mais além, a fábrica de tecido da "Companhia Industrial Bello Horizonte" e a alfândega. Ao fundo, a Serra do Curral e o Pico de Belo Horizonte. (APCBH, Coleção J. Góes, C.13/c-020)

Em decorrência desse processo de metropolização, a população das regiões ainda não urbanizadas se mobilizou e exigiu os seus direitos. No acervo da Hemeroteca do Estado de Minas Gerais foram levantados jornais que ajudam a compreender as atuações dos moradores da região da Floresta em prol da educação dos seus filhos. Em um dos jornais, "A Floresta", encontra-se notícia referente à festa realizada no Colégio Santa Maria e ao mesmo tempo, em outro jornal do bairro, denominado "Floresta", foi encontrada notícia sobre o início das obras do Grupo Escolar da Floresta, sendo assim "reparada uma das maiores injustiças que soffria o nosso grandioso bairro que incontestavelmente tem o primeiro logar nessa Capital. Por este motivo saudamos os habitantes do bairro Floresta." Cabe ressaltar ainda que, segundo notícia do jornal "Minas Geraes", o Colégio Santa Maria possuía no ano de 1924 uma escola gratuita para meninos pobres do bairro Floresta (MINAS GERAES, domingo, 21 de dezembro de 1924, p. 10). Ao mesmo tempo, o educandário batista, a partir do dia 14 de agosto, oferecia aulas noturnas das matérias de "Portuguez, Arithmética e Inglez", sendo cobrada mensalmente a quantia de 10$000 por um curso e 25$000 pelos três cursos.

Tudo indica que existia certa demanda educacional dos habitantes do bairro Floresta. Sendo assim, a abertura do educandário batista se insere no contexto de ampliação da

urbanização do espaço geográfico belo-horizontino e ao mesmo tempo, delineia as "fronteiras" geográficas e ideológicas de disputa entre as práticas educadoras dos batistas e dos católicos na Floresta e em Belo Horizonte.

2.2 – CBAM e o projeto educacional batista em Minas Gerais

A historiografia a respeito da história dos batistas no Brasil aponta que, durante a fase de implementação da doutrina no Brasil (1898 – 1907), a denominação teve uma participação muito tímida na fundação de escolas e o fator motivador em atuar nessa área parecia ser principalmente o fervor religioso dos próprios missionários. Segundo Crabtree (1962, p. 135-136), os missionários norte-americanos até os anos 1900 preocuparam-se *a priori* em pregar diretamente ao povo a mensagem de Cristo; então, foram poucos os estabelecimentos educacionais estabelecidos com o objetivo de educar e preparar os obreiros batistas. Nessa perspectiva, no ano de 1894, William Bagby enviou o seguinte pedido à Junta de Richmond:

> Queremos chamar a atenção especial da Junta a um aspecto do trabalho missionário, a saber, o de viajar e evangelizar. Os membros desta missão devem ficar convencidos de que o trabalho principal dos missionários estrangeiros não é o de ficarem estacionados em um ou dois lugares, e ali trabalharem exclusivamente, mas sim, o de pregarem o evangelho em muitos campos, fixando as residências em certos centros, mas viajando e pregando de lugar em lugar. Não sentimos que Deus nos enviou ao Brasil para pastorear igrejas, mas antes para sermos missionários e evangelistas. Se nós aceitamos o pastorado de uma igreja temporariamente, consideramos isto um trabalho secundário. O nosso serviço principal será sempre e distintamente missionário evangélico. (*apud* CRABTREE, 1962, p.136.)

O autor destacou também a iniciativa do missionário norte-americano William B. Bagby que reconheceu "o grande interesse dos brasileiros na educação dos seus filhos e recomendou o estabelecimento de escolas como meios de atrair o povo" (CRABTREE, 1962, p. 135-136). Nesse período de implantação da doutrina batista no Brasil, as instituições educacionais passaram por dificuldades financeiras para se sustentar e, concomitantemente, muitas tiveram um curto tempo de funcionamento. Foi a partir de certas experiências expressivas[114] na área educacional que os missionários batistas passaram a apelar mais

[114] Machado (1994, p. 55-61) apresenta uma breve cronologia da abertura dos educandários batistas na Primeira Republica. Dentre a abertura das diversas instituições educandárias batistas destaca-se as experiências no Colégio Batista Brasileiro de São Paulo (1902); Colégio Batista Industrial em Corrente, PI (1905); Colégio Americano Batista do Recife, PE (1906); Colégio Americano Batista de Vitória/ES (1907); Colégio Batista Shepard/RJ (1908); Instituto Batista Fluminense, Friburgo/RJ (1910); Colégio Batista Mineiro, Belo

intensivamente à Junta norte-americana que passou a respaldá-los financeiramente, mesmo sendo apenas com relação à liberação do tempo dos missionários sem prejuízo dos seus salários (MACHADO, 1999, p. 45).

O relato do missionário norte-americano Ginsburg permite a problematização com relação ao grau de relevância da via educacional como instrumento para levar as "boas novas" batistas à sociedade brasileira. Segundo o missionário

> Uma necessidade urgentíssima é um educandário para o treinamento de jovens nacionais para o ministério. O nosso trabalho neste país nunca pode ser estabelecido em bases próprias até que tenhamos as facilidades para adquirir um ministério competente entre os brasileiros. (...) Mais uma vez chamo a atenção dos irmãos ao importantíssimo assunto da educação de um ministério nacional. Irmãos se o Brasil há de ser convertido, será conseguido pelos brasileiros. Vamos, portanto preparar nossos homens, para que no futuro eles possam tomar nossos lugares. Eu insisto nisso com todo o meu coração e alma. Olhais as outras denominações. Os presbiterianos e metodistas têm campos imensos ocupados por nacionais que são eficientes e bem sucedidos. Não somos imortais e a Junta não pode enviar missionários para todo o sempre. (*apud* CRABTREE, 1967, p. 137.) (Grifo meu)

O relato do missionário Ginsburg aponta para a necessidade de mudança nos planos de evangelização batista que, ao serem comparados com o "êxito" do trabalho evangelístico dos presbiterianos e metodistas pela área educacional, apresentavam debilidades. De maneira geral, é possível pensar que os batistas não possuíram desde o início um projeto educacional como estratégia proselitista, assim como apresentavam os presbiterianos e dos metodistas no Brasil. Ao mesmo tempo, percebe-se que a educação batista foi direcionada *a priori* para os filhos dos fiéis com o intuito de prepará-los para ocuparem cargos nas diversas funções eclesiásticas. Existiu entre parte dos missionários norte-americanos a preocupação pela nacionalização dos líderes eclesiásticos e/ou abrasileiramento dos missionários batistas.[115]

Segundo Crabtree (1964, p. 138), nos primeiros quinze anos da história batista "não existe qualquer referência nos relatórios anuais, nas correspondências e nos editorias do 'The Foreign Mission Journal' sobre um plano definitivo e prático de educação nas missões brasileiras." O fato de os missionários fundarem e dirigirem escolas por conta própria praticamente sem os auxílios da Junta de Richmond, pode ser um indício para a compreensão

---

Horizonte/MG (1920); Colégio Batista Americano, Maceió (1922) e Colégio Batista de Porto Alegre, Porto Alegre/RS (1926).

[115] Exemplo do abrasileiramento dos missionários batistas foi o caso do "irmão" Antonio Mauricio. Segundo notícia intitulada "Os Grandes Exemplos", esse fiel batista era um mineiro analfabeto que sentiu em seu coração o chamado de Deus para ser um missionário. Devido a sua predisposição, ele recebeu certa ajuda de custo para estudar no Rio de Janeiro e depois de terminado o curso foi para Portugal cumprir sua obra missionária. Esse e outros exemplos de brasileiros/ mineiros foram utilizados pelo editorial do OBM como forma de influenciar outros membros batistas a contribuir financeiramente nos gastos de alunos separados para a obra da denominação batista ou então, para encaminhar seus próprios filhos ao *Collegio Baptista Americano Mineiro*. (O BAPTISTA MINEIRO, Bello Horizonte, Minas, Junho de 1921, Anno 2, n. 3, p. 2.)

do valor educacional e das suas possibilidades no programa batista. Tudo indica que, gradualmente, os missionários perceberam a relevância de implantar um sistema educacional a fim de se inserir na sociedade brasileira.

Comparada às denominações presbiteriana e metodista, foi no ano de 1907, vinte e cinco anos após a chegada dos primeiros batistas nos Brasil, que se concretizou por parte dos batistas a proposta de unificar os esforços regionais em torno de um programa comum a partir da criação da Convenção Batista Brasileira (CBB) (MESQUITA, 1940, p. 20-23). No Programa da Convenção Geral destacaram-se os pareceres da Comissão de Educação[116] que lançou a tese do "Sistema Educacional", criando, assim, a "Junta de Educação e Seminário",[117] responsável por "cuidar de fortalecer os colégios nos diversos Estados, (...) como também para fundar escolas nas diversas localidades das igrejas."[118]

Importante salientar que, nos anos seguintes, o Jornal Batista foi usado como arauto para propagandear as bandeiras aprovadas nessa reunião. Dentre elas, destacam-se as iniciativas do Dr. Shepard para levantar os recursos nacionais e internacionais para concretizar o projeto do colégio e seminário que segundo ele "seria o padrão educativo para todo o Brasil e os batistas (...) sentir-se-iam orgulhosos de possuir na capital da República um educandário modelo" (MESQUITA, 1940, p. 28).

Nessa perspectiva, notam-se características particulares da fundação da "Collegio Baptista Americano Mineiro" em relação às demais escolas batistas do Brasil.[119] Primeiramente, o educandário batista minério foi fundado após a criação da Convenção Batista Brasileira (CBB – 1907) e, provavelmente por isso, conseguiu o apoio da Junta Missionária de Richmond que enviou considerável quantia de dinheiro para a aquisição do seu terreno.[120]

Analisando a notícia do Jornal de Minas de 4 de fevereiro de 1921 que relata a instalação da nova sede do "Collegio Baptista Americano Mineiro" (Jornal de Minas, 4 de fevereiro de 1921, p. 23), percebe-se certa tendência de unificação em torno de um projeto educacional no momento em que foi apresentada uma característica peculiar da instituição

---

[116] "Faziam partes da Junta de Educação e Seminário os Drs. João W. Shepard, A. B. Deter, W. B Bagby, D. L. Hamilton, O. P. Maddox, Z. C. Taylor e W. H. Cánada." *apud* MESQUITA. 1940, p. 26.
[117] Atas da Convenção, 1907, n. 6 *apud* MESQUITA. 1940, p. 25.
[118] "O Jornal Batista", abril de 1907 a*pud* MESQUITA. 1940, p. 26.
[119] Colégio Batista Industrial (1905), em Corrente, Piauí; Colégio Americano Batista do Recife (1906); e Colégio Americano de Vitória (1907), no Espírito Santo. Até esses três últimos colégios, além dos já mencionados, não houve a presença da Junta de Richmond em termos de ajuda financeira.
[120] Em 1920, foi solicitado à Junta de Missões Estrangeiras dos batistas, à Junta de Richmond, o envio de U$ 25.000,00 (vinte e cinco mil dólares), que foram cambiados em 146.206 contos de réis.

que de maneira geral, a difere das demais escolas belo-horizontinas, pois no Colégio Batista "o (...) systema é Americano".

Nessa perspectiva, no dia 8 de fevereiro de 1921, a Junta Estadual reuniu-se para designar a diretoria do novo Colégio e o funcionamento dos internatos. Nessa reunião ficou "determinado adotar o mesmo curso elaborado pelo Colégio Batista em Recife para uniformização do ensino em nossos collegios batistas. Êste curso compreende doze anos, além do jardim de infância" (HARRINGTON, 1968, p. 24).

Isso possibilita pensar uma possível unidade nas ações proselitistas das instituições batistas no Brasil sobre a coordenação da Convenção Batista Brasileira, principalmente com relação ao projeto educacional, como apresentado no relatório da Reunião da CBB, que desejava "cooperar com todas as forças educacionaes que existem para o fim de cultivar largamente a instrucção no seio do povo" (Relatório sobre Educação. 10ª Reunião da CBB, 1916, p. 1 *apud* MACHADO, 1999, p. 105).

No entanto, destaca-se que o modelo batista representa uma nova forma de ser igreja, onde as decisões são votadas numa "sessão" ou "assembleia" local, onde cada membro tem um voto. O modelo congregacional é uma forma de ser igreja altamente voluntarista que se baseia no sistema federativo norte-americano.[121]

Assim, a denominação organizada na forma de convenção ou assembleia geral, não determina a fé das congregações ou dos indivíduos. Seja em nível nacional, regional, ou local, as convenções ou associações da denominação existem para gerir projetos de largo porte, cujo custo estaria acima das possibilidades das congregações locais. Essa função coordenadora faz das convenções e associações órgãos a serviço das congregações locais (PARKER, 1988).

Outras particularidades levantadas a partir da fundação do "Collegio Baptista Americano Mineiro" em relação às demais escolas batistas do Brasil remontam à considerável ajuda financeira internacional para a compra do terreno no bairro Floresta. Ao mesmo tempo, com relação ao contexto do acirramento do "Radicalismo" no interior da denominação batista, é possível levantar a hipótese de que o educandário batista em Belo Horizonte foi projetado pela Junta de Richmond para divulgar e reforçar a concepção proselitista pela via educacional, contrariando, assim, o projeto evangelista a partir da construção de templos religiosos, defendida pelos batistas nacionais, em destaque os da região do nordeste brasileiro.

[121] Os batistas trazem para o Brasil um modelo diametralmente oposto ao presbiteriano e ao católico de ser igreja. A denominação não é propriamente uma Igreja, e sim uma federação de congregações autônomas, que simplesmente partilham da mesma tradição teológica. Tanto do ponto de vista de organização eclesiástica como do ponto de vista teológico, cada congregação tem ampla liberdade de decidir como expressar a sua fé. (PARKER, 1988; YANCE, 1978)

A análise dos Prospectos Escolares dos anos de 1921, 1924 e 1927, elaborados pelos responsáveis do educandário batista permite estabelecer certa relação do programa educacional do Colégio Mineiro com as orientações pedagógicas dos batistas aprovadas nos trabalhos da Convenção Batista Brasileira de 1922. O programa de mais de 120 páginas, apresenta as seguintes recomendações feitas aos colégios:

> - Fidelidade ao evangelho e à apresentação da pessoa de Jesus Cristo como mestre por excelência; - Preocupação com o analfabetismo, porque ele é o responsável e causador de atraso; - Co-educação; - Ênfase as atividades extra-classe; - Exemplo de vida, como ilustração concreta dos seus princípios, organização e métodos; - Respeito à liberdade religiosa; - Preocupação com a qualidade do corpo docente; - Participação no atendimento dos alunos carentes e aos órfãos; - Seriedade no cumprimento das obrigações do Estado, sem subserviência; - Currículo dinâmico (ênfase à necessidade de adaptar a criança ao seu meio físico, intelectual e espiritual); (...) - Metodologia influenciada pelos norte-americanos, dentro do espírito da Escola Nova; - Empenho na democratização do relacionamento professor-aluno. (SILVA, 2004, p. 77 *apud* MACHADO, 1994, p. 50)

As recomendações do programa educacional batista se identificam com a prática escolanovista, com ênfase na experiência prática do educando, com um cotidiano escolar que oferecesse condições à participação dos alunos nas várias atividades extraclasse além de também valorizar um relacionamento menos autoritário entre educador e educando. De acordo com Almeida (2007, p. 335.), as escolas norte-americanas notabilizavam-se por enfatizar um ensino em que a tônica era a solidariedade e o individualismo ético, em que imperavam valores como honra, virtude, respeito mútuo, temperança e liberdade, derivados da religião e do acatamento de seus preceitos. Buscava-se motivar e incentivar os alunos a seguir um modelo de educação que propiciasse mudanças comportamentais e instituísse valores diferenciados na sociedade brasileira, que não aqueles calcados no modelo clerical católico.

O conjunto das propostas citadas foi explicitado principalmente nos Prospectos dos anos de 1924 e 1927 na qual apresentaram o "princípio de coeducação, isto é, alumnos e alumnas são recebidos e educados sob os mesmos princípios e com os mesmos privilégios". O local da biblioteca foi apresentando como espaço na qual os alunos "podem tomar emprestados livros para lerem sem custo algum. (...) afim de que eles possam melhor adquirir a finura de espirito e a perfeição moral lendo bons livros". A existência de um "Club Litterario" para que os alunos conquistem a arte de falar bem e ao mesmo tempo, "para atingir o desenvolvimento intelectual e retorico dos alunos, (...) que foi designado com o nome de 'Tiradentes', em homenagem ao magnanimo heroe mineiro (...)." Segundo o editorial, todos os alunos do colégio eram obrigados a serem sócios deste Club e participar dos programas

elaborados nele.[122] Outro destaque era com relação ao desenvolvimento do corpo do aluno que o exercitaria na prática do "Basket-ball, Volley-ball, Base-ball, corridas, etc. [em] um grande campo destinado a este fim." Todos os alunos eram obrigados a participar dos "jogos athleticos, especialmente na gymnastica antes da abertura das aulas".

Além disso, os Prospectos ressaltam a importância do "Ensino Religioso" devido ao fato de o colégio ter sido criado e ser sustentado pelos batistas. O editorial ressalta que o educandário aceitava a inscrição de alunos de qualquer outra "seita", porém assinala que a Bíblia era ensinada conforme os princípios batistas, mas que os alunos não eram obrigados a se sujeitarem a eles, somente se fosse por livre-arbítrio.

Essa característica também foi apontada no estudo de Almeida (2007) que buscou estudar a implantação do projeto educacional presbiteriano nas escolas do interior de São Paulo no final do século XIX. Tudo indica que era comum entre as divulgações das escolas presbiterianas, metodistas, batistas e congregacionais, o uso do discurso não proselitista ao referir-se à obrigatoriedade da frequência dos alunos de outras religiões, cristã ou não cristã, na aula de religião. Segundo a autora,

> na orientação pedagógica nas escolas evitavam o proselitismo, não exigiam conversão à sua fé, nem a observação de seus preceitos religiosos. Mas, nos relatórios enviados à junta, demonstravam inequivocamente que também queriam formar pastores para dar prosseguimento à sua missão e atrair os jovens para o protestantismo. (ALMEIDA, 2007, p. 335).

Importante ressaltar que o contexto da abertura do ensino secundário no "Collegio Baptista Americano Mineiro" refere-se à expansão do número de igrejas e de fiéis batistas em solo mineiro. Esse crescimento quantitativo demandava um projeto para a qualificação dos futuros líderes que assumiriam os cargos nas novas instituições batistas. Em artigo analisando a pedagogia norte-americana presbiteriana no nordeste brasileiro, Nascimento (2001, p.14) afirma que os missionários ofereceram a suas comunidades o ensino primário através das escolas chamadas "paroquiais" e organizaram os grandes colégios nas principais cidades brasileiras, a fim de formar os pastores para as igrejas e professores para suas escolas, como

[122] No acervo do Centro de Memória do Colégio Batista Mineiro, foi encontrado um exemplar do jornal mensal "O Bandeirantes – Orgam Literario dos alumnos do Collégio Baptista", do dia 31 de julho de 1923 – Ano 1, número 4. Mesmo com a escassez de fontes, é possível pensar que esse jornal funcionou como instrumento de divulgação das atividades do "Club Litterario Tiradentes". Torna-se importante destacar-se a escolha dos nomes das referidas instituições. Qual seria a intenção de apropriação do nome dos personagens símbolos do desbravamento e o início da "civilização europeia" para o interior de Minas? O uso do termo "Bandeirante" remete à representação do ato de desbravar a região das Minas Gerais por parte dos fiéis batistas? Ao mesmo tempo, é possível pensar a intencionalidade da escolha do patrono "Tiradentes" como uma alternativa de estabelecer vínculos com a cultura e história locais do povo mineiro e brasileiro. Principalmente em um contexto brasileiro marcado pelo exacerbado nacionalismo ao longo da década de 1920.

também educar os filhos das classes mais abastadas que, mesmo sem se converter ao protestantismo, provavelmente seriam tolerantes em relação à nova religião.

Segundo Rangel (1930, p. 36), as escolas anexas do campo mineiro tiveram maior atuação após a transferência da *Escola Baptista de Bello Horizonte*, situada no salão da PIB-BH, para o terreno adquirido no bairro Floresta, período no qual o educandário passou a ser chamado de *Collegio Baptista Americano Mineiro*. Para o autor, esse educandário foi a "chave do problema da educação" no campo mineiro. Isso porque

> compete-lhe não só ensinar, mas ainda preparar os futuros docentes da denominação; cabe-lhe superintender e orientar a instrucção, guiando as escolas annexas para a realização adequada às nossas necessidades. (...) A sua história é, por assim dizer, a da educação baptista em Minas. (Rangel, 1930, p. 36)

Tudo indica que o projeto educacional batista se baseou em um tripé: as escolas anexas das Igrejas Batistas, a escola secundária de Belo Horizonte e as escolas dominicais que, muitas vezes, precediam a própria igreja. Rangel (1930, p. 44) afirma que existiu entre as escolas anexas e o colégio de Belo Horizonte uma estreita relação que possibilitou o progresso educacional no estado mineiro. Segundo o autor,

> as escolas preparam os alunos para o Collegio, e fazem verdadeira propaganda; este, por sua vez, as professoras para aquellas. É um intercâmbio vital e indispensável no plano geral da educação no nosso Campo. Assim têm pensado os directores do nosso educandário. Com este escopo já se criaram varias escolas, principalmente de 1922 a 1924, entregando-se muitas dellas à direção de alumnas ou ex-alumnas do Collégio de Bello Horizonte, como por exemplo, a de Itauna, aos cuidados de D. Maria Rodrigues, 1922; a de Buenopolis, confiada, ao mesmo anno, a D. Carlota Freire, que teve ocasião de discutir publicamente com um padre, vencendo-o galhardamente; a de Boa Vista dos Mattos, no mesmo anno, sob a direcção das irmãs D. Annita Soares, Esther Silva e Diva Lopes, que se tornou alumna do Collegio, depois de ensinar na escola annexa; (...) a de Pirapora, sob a direcção de D. Maria Rodrigues, e a de Tocantins, sob a direcção de D. Carlota Freire. Todas estas irmãs tiveram no Collegio Baptista, e demonstraram a possibilidade destas relações. (Grifo meu)

Destaca-se o projeto educacional batista com características descentralizadoras com o intuito de expandir a alfabetização no estado mineiro, visando alcançar novas almas através da livre interpretação da bíblia. Essa proposta de "cada igreja, uma escola" (ALMEIDA, 2007) pode ser compreendida a partir da notícia "Parecer da Commissão do Fundo Predial" no jornal OBM, que sugeriu às igrejas batistas do interior mineiro realizar o depósito à Junta Patrimonial de uma quantia extra destinada à ampliação de seus templos. Ao mesmo tempo, o editorial apresentou como necessidade fundamental para a requisição desse empréstimo financeiro, a necessidade de os líderes das igrejas batistas apresentarem em seus projetos de

ampliação arquitetônica o espaço destinado exclusivamente a "Escola Annexa e Dominical" (O BAPTISTA MINEIRO, nov 1922, Anno 3, n. 11, p. 2, 2ª e 3ª colunas).

Cabe ainda ressaltar a intenção desse sistema educacional descentralizado que pretendia preparar seus alunos no educandário de nível secundário, a fim de capacitar esses "futuros" professores para retornarem às suas respectivas igrejas e atuarem como propagadores dos ideais batistas perante a sociedade. Destaca-se também a preocupação do relato de Rangel em exaltar a capacidade de uma das alunas/professora, no caso a D. Carlota Freire, de confrontar publicamente os princípios teológicos da Igreja Católica.

Percebe-se essa proposta de expansão da "rede educacional" batista, alicerçada nas Escolas Annexas e Dominicais, a partir do anúncio do jornal OBM de junho de 1922. O editorial destacou o retorno do casal Maddox que estava nos Estados Unidos a fim de levantar fundos junto às igrejas do sul desse país para aumentar as estruturas do prédio do educandário batista para acomodar o internato feminino. Ao mesmo tempo, juntamente com o casal Maddox, vieram em visita os "srs. Carter e Love, aquelle secretário da Junta de Missões Estrangeiras do Sul e este professor em Missões no Seminário de Louville no mesmo pais."[123] A notícia desdobra-se para "duas cousas" importantes para os membros das Igrejas Batistas do estado mineiro; a primeira com relação à ajuda financeira mensal para manter o projeto educacional batista na cidade de Belo Horizonte. O segundo ponto refere-se às igrejas batistas que desejarem requisitar professores para as suas escolas anexas durante as férias ou permanentes: devem fazer seu pedido desde já. Isso porque "temos certaz moças que podem prestar bons serviços durante os trez meses de férias e devem ser utilisadas. Ellas querem trabalhar e soffrer pela causa de evangelização e educação do nosso povo" (O BAPTISTA MINEIRO, Bello Horizonte, jun 1922, anno 3, n. 6, p. 2, 2ª e 3ª colunas).

Nos relatórios da Convenção Batista Mineira, assim como nas notícias levantadas no jornal "O Batista Mineiro",[124] foi possível perceber a circulação de alunos e alunas no período do recesso escolar para as escolas anexas e escolas dominicais das igrejas batistas do interior de Minas Gerais. Essas fontes apresentam dados importantes que apontam a extensão do projeto educacional batista centrado na cidade de Belo Horizonte, porque são apresentados dados quantitativos do número de alunos atendidos pelas escolas anexas dirigidas por

[123] O editorial não apresenta os motivos da vinda desses representantes da Junta de Richmond, e isso possibilita o levantamento de problemas, tais como: estariam eles encarregados de vistoriar o lote adquirido pela denominação batista mineira? Essa vistoria relaciona-se a uma prestação de contas à Junta Missionária do Sul e, ao mesmo tempo, uma possibilidade de outros investimentos por parte da Junta de Richmond?

[124] Além dos prospectos, durante o levantamento de fontes do jornal "O Baptista Mineiro" na biblioteca do atual Colégio Batista Mineiro, encontrei folheto entre as folhas dos jornais que se encontram encadernados, o que de certa forma possibilita a percepção dos métodos de divulgação da instituição para os seus membros denominacionais e para a sociedade.

alunas/professoras do *Collegio Baptista Americano Mineiro* ao longo do período de recesso escolar nos anos de 1922 a 1925.

De certo modo, a ênfase na "Escola Annexa" no modelo de *para cada igreja, uma escola* foi predominante entre as práticas educacionais protestantes. No caso da denominação batista em Minas Gerais, essa perspectiva foi divulgada na notícia "Ao lado de cada Egreja" do jornal OBM, na qual

> Um dos grandes ideaes dos Baptistas mineiros é terem ao lado de cada egreja uma escolar annexa.
> Este é um ideal que já se vae atingindo. As escolas anexas, orientadas pelos princípios baptistas, deverão possuir edifícios próprios, do lado, em frente ou atrás dos templos. O ideal que promove este desejo é o desenvolvimento espiritual e intelectual da nossa gente. Por isso nosso ideal é ver bem juntos, bem casadas, a igreja e a escola.
> Por enquanto, as escolas anexas funccionam dentro de casas de culto e outra vezes longe delas. Mas este é o começo, e Roma não se fez num dia. (...)
> A escola [de Divinopolis], fundada há poucos anos, tem passado por algumas vicissitudes, mas, com a graça de Deus progride agora, a passos firmes, para um futuro brilhante. (...)
> Esta irma [Noemia Cockell] tem o dom de ensinar e já conseguiu a sympathia do povo divinapolitano, de modo que a escola vae crescendo e accommodando-se, por enquanto, dentro do próprio templo da egreja. O edifício escolar fica ao lado esquerdo da egreja, mas ainda esta em construção. (O BAPTISTA MINEIRO, Rio de Janeiro, Março de 1926, Anno 7, n. 3, p. 2, 3ª coluna.)

O estudo de Almeida (2007, p. 331) nos permite pensar certa semelhança entre as formas de implantação dos projetos educacionais protestantes no Brasil. A escalada protestante pela província de São Paulo, no último quartel do século XIX, contribuiu para certa expansão do acesso à escolaridade no interior paulista, que, segundo a autora, era precário na capital e praticamente inexistente no interior, onde a população permanecia quase que inteiramente analfabeta, com o beneplácito do poder público e a omissão da Igreja católica. Sendo assim, a autora afirma que a abertura de escolas em lugares distantes da capital também foi uma maneira de atingir uma parcela da população que se espalhava em pequenas vilas interioranas de difícil acesso e onde os representantes do clero não costumavam chegar.[125] E de maneira geral, para essa população, a religião era bem-vinda e

[125] A notícia "Que padre!!..." divulgada pelo editorial do OBM denuncia a ação do padre Lessa que, "indo a Buenópolis semanalmente ao invés de anualmente como fazia antes e isto para estovar o progresso da causa do evangelho no referido logar", anunciou aos pais e familiares para não matricularem seus filhos no colégio batista. Segundo a notícia, o padre afirmava que era "preferível conservar os filhos na ignorância que deixa-los instruirem no referido collegio." (O BAPTISTA MINEIRO, Bello Horizonte- Minas, Março de 1922, Anno 3, n. 2, p. 3, 2ª coluna).
A atitude do padre insere-se no duplo movimento tanto em relação ao crescimento da denominação batista em Minas Gerais e como no processo de retomada do papel de intervenção social experimentado pela Igreja Católica desde a proclamação da República no Brasil e principalmente durante a década de 1920, denominado "Restauração Católica". Esse assunto será abordado com mais detalhes ao longo do capítulo 3.

possibilitava casamentos e batizados, além da devoção cotidiana, e de permitir o acesso ao ensino das primeiras letras para meninos e meninas com dificuldades de acesso à educação pública ou particular católica.

Para alcançar certa expansão proselitista, os participantes da Junta Estadual da Convenção Batista Mineira, na sessão regular semestral de 1923, aprovaram que Comissão de Educação possuísse como objetivo "coperar com o diretor do Collegio B. A. Mineiro no estabelecimento das Escolas Annexas nas Egrejas e zelar da Educação geral em todo o campo."[126] Além disso, a Ata da Sessão Extraordinária da Junta Estadual dessa Convenção Baptista Mineira, apresentou levantamento das igrejas "onde os estudantes deverão trabalhar durante as férias, ficando assim distribuídos: Olindo de Castro – em Juatuba, Manoel G. dOliveira em Bocayuva, Ananias Lopes, em Agua Limpa, Munelar M Maia, em Buenopolis e Pirapora, Astrogildo Malheiros em Sitio, Barbacena e Palmyra."[127]

O tópico "Estudantes para o Ministerio" dos Prospectos Escolares (1921, 1924 e 1927) e principalmente as notícias do jornal "OBM" utilizaram discursos convocando os líderes das igrejas batistas do estado mineiro a enviarem moço que tenha vocação para "o Santo Ministerio, chegando aqui recomendado por um Egreja Batista, receberá todo o ensino grátis, com a condição única de ser fiel e dedicado à causa do Senhor."[128] Ao mesmo tempo, as igrejas batistas mineiras contribuíam com ofertas mensais para auxiliar as despesas escolares dos seminaristas. Porém, "este dinheiro é distribuído segundo as necessidades de cada estudante, conforme o julgamento da comissão encarregada do assumpto."[129]

O editorial do jornal OBM frequentemente apresentava a importância do CBAM para a formação dos alunos e alunas batistas no intuito de contribuírem na coordenação e ensino das *Escolas Annexas* e *Dominicais* das igrejas mineiras. Percebe-se que o projeto proselitista da denominação batista perpassava pela via educacional através do colégio secundário de Belo Horizonte, estendendo-se para as respectivas "Escolas Annexas" e "Escolas Dominicais" que deveriam ser assumidas pelos "moços e moças" enviados pelas igrejas para estudar no CBAM no intuito de ramificar o alcance educacional para facilitar a evangelização batista da sociedade mineira.

---

[126] Junta estadoal da Convençao Baptista Mineiro, 21/01/23, p. 22b e 23. Centro de Memória do Colégio Batista Mineiro.
[127] Acta da Sessão Extraordinária da Junta Estadual da Convenção Baptista Mineira, 24/10/24, p. 33. Centro de Memória do Colégio Batista Mineiro.
[128] Prospecto do Collegio Baptista Americano Mineiro, 1924, p. 14. Centro de Memória do Colégio Batista Mineiro.
[129] *Idem.*

2.3 – "O Batista Mineiro" e a divulgação do EBAM

A ideia de criação de um jornal que fosse o arauto batista no estado de Minas Gerais foi apresentada, no mínimo, duas vezes: em 1915, após a chegada do missionário Henrique Crossland com a abertura do Campo Mineiro, e, em 1918, na ocasião em que foi organizada a Convenção Batista Mineira. Somente na segunda década do século XX, no contexto nacional da Grande Campanha, surgiu a necessidade de manter as igrejas batistas mineiras integradas, informadas e incentivadas para alcançarem os objetivos firmados na Campanha Batista Nacional e Mundial. Com esse objetivo, em janeiro de 1920, entrou em circulação O Baptista Mineiro aos cuidados dos missionários Daniel Crossland e H. E. Cockell (SOUZA, 2008, p. 42).

No primeiro momento, o jornal denominacional continha quatro páginas e era impresso mensalmente no Rio de Janeiro, após ser editado na cidade de Divinópolis, por H. Cockell. Em sua edição inaugural, o editor apresenta os objetivos, a curto e longo prazo, que justificaram a fundação do órgão informativo, doutrinário e noticioso.

> O modesto arauto tem por missão cooperar grandemente na realização dos planos da Campanha, instruindo as igrejas e os irmãos individualmente quantos aos fins da mesma e como atingir o feliz êxito, informando do movimento em toda a parte, noticiando aquilo que já se tiver realizado, oferecendo ideias e sugestões a fim de podermos alcançar o ideal desejado.
> É igualmente sua missão defender as doutrinas puras do Evangelho e instruir os irmãos nestas mesmas doutrinas, pois, faz-se mister que sejamos um povo forte para atingirmos o nosso ideal e só podemos ser fortes conhecendo bem as doutrinas de que somos defensores.
> É também sua missão unificar os batistas de Minas, como nunca antes, a fim de se tornarem como diz a Palavra de Deus "como um só homem" e isto será feito pelo noticiário onde se registrarão as notícias do trabalho em cada Igreja e tornando os nossos ideais e empreendimentos causa comum. (O Batista Mineiro, janeiro de 1920, Anno I, n. 1, p.1)

Em julho de 1920, o missionário H. Cockell, responsável pela direção do jornal, pediu exoneração à Convenção Batista Mineira, que a aceitou e passou o cargo de redator para Antonio Villas Boas. Nesse momento, a redação mudou-se para a sede da *Primeira Egreja Baptista de Bello Horizonte*, à Rua Curityba, 527, sob os cuidados do mesmo até a Convenção em Belo Horizonte, em julho de 1921.

Nessa Convenção Batista Mineira, foram eleitos como redactores Casimiro Gomes de Oliveira, Jurandyr Freire e Gasparino Soares, e a redação mudou-se para a sede do Collegio Baptista Americano Mineiro, a Rua Pouso Alegre, 602. Na Convenção de 1922, reunida em Buenópolis, deram a responsabilidade de redator para Achilles Barbosa que foi substituído

por Casimiro G. de Oliveira e Hygino T. de Souza, como redator auxiliar, na Convenção de 1924. Nos anos de 1926 até meados de 1928, o periódico batista esteve sob a direção de Herval S. Rangel, auxiliado por Ubaldino F. de Souza, sendo substituído por Munelar M. Maia e D. Julieta G. Maia no ano de 1929 (RANGEL, 1930, p.47-48).

Segundo Rangel (1930, p. 48), todos esses redatores eram *"*pessoas de continuas occupações em outros misteres do Reino; mas ainda assim, sempre acharam occasião para servir o jornal, valendo-se dos próprios momentos que lhes deviam ser de repouso". O autor apresenta essa característica dos editores como um dos motivos para as diversas dificuldades enfrentadas para a divulgação do jornal, sendo que nos primeiros anos, devido ao fator financeiro, houve variação na qualidade do papel, no cabeçalho, na distribuição da matéria e até mesmo a não publicação do periódico em determinado mês do ano.

> Desligou-se da redação desta folha, não só pelo excesso de trabalho, que o sobrecarrega como também por estar com a attenção voltada para o serviço de evangelização, que o obriga estar ausente sempre desta Capital, o irmão D. F. Crossland.
> Com pesar, registramos este fato.
> A redação está, d'ora avante a cargo do irmão Antonio Villas Bôas, que espera a collaboração de todos para que o nosso órgam preencha o seu fim -. que é trazer os baptistas mineiros bem informados de tudo quanto faz nesta unidade da federação, em favor da Causa do Mestre. Toda a correspondência deve ser dirigida a – Rua Curityba, 527 – Egreja Baptista, Bello Horizonte.
> (O Batista Mineiro, Novembro de 1920, Anno I, n. 9, p.2)

Apesar dessas adversidades na trajetória d'*O Batista Mineiro*, para garantir o objetivo de manter informados os trabalhos das igrejas espalhadas pelo estado mineiro, o editorial do jornal buscava incentivar os pastores e fiéis a enviar relatos das atividades realizadas pelos membros das suas igrejas para divulgação nos periódicos posteriores.

> Pedimos as Egrejas e trabalhadores mandem noticias bôas e resumidas de todos os seus trabalhos. Este numero sahe com bastante atrazo, devido à ausencia do redactor, que esta visitando a Egreja de Agua Limpa. Esperamos ser desculpados pelo atrazo involuntário. (Grifo meu) (O Batista Mineiro, Março de 1920, Anno I, n. 3, p.2)

Percebe-se a função do jornal como aglutinador e difusor da obra batista no estado mineiro ao propiciar a divulgação das notícias "boas" das demais igrejas em Minas Gerais, no Brasil e no mundo. Cabe a pergunta com relação ao que se compreendia como uma notícia boa: seria o aumento do número de batismo dos fiéis? Ou o cumprimento das metas firmadas para a "Grande Campanha"?

Nos exemplares dos jornais "O Batista Mineiro" pesquisados entre os anos de 1920 e 1929, não foi encontrado no cabeçalho o número de exemplares publicados mensalmente. Essa informação também não foi encontrada nas Atas da Convenção Batista Mineira pesquisadas durante esse período. A análise e compreensão da circulação do jornal no estado mineiro ficaram limitadas, mas não impossibilitadas, porque, segundo as atas da Reunião da Convenção Batista Mineira, o jornal era distribuído aos líderes das igrejas batistas mineiras e disponibilizado aos membros no final de cada culto. Muitas vezes, com o intuito de diminuir os gastos mensais, foi recomendada a diminuição da impressão do jornal porque ao final dos cultos os exemplares ficavam empilhados, pois os membros não os levavam para seus domicílios. E por isso, nas discussões relatadas nas Atas da Convenção Batista Mineira, encontram-se orientações para os pastores reforçarem incessantemente aos seus membros a importância do jornal como instrumento de evangelização da "Causa Batista".

A transcrição no jornal "O Batista Mineiro" dos trabalhos realizados durante as Convenções Batistas no estado foi uma constante. Com relação à temática educação, ressalta-se a publicação dos relatórios das "Actas de Trabalho da 3ª Convenção Batista Estadoal". Esse documento torna-se importante porque apresenta as resoluções dos membros da Convenção quatro meses antes da compra do terreno do bairro Floresta. Em um discurso carregado de representações teológicas, foi apresentada a preocupação com o elevado grau de analfabetismo no Brasil e foi discutido como esse fato apresentava-se como entrave à implantação, consolidação e expansão da denominação batista em Minas Gerais e no Brasil. Como demonstra o trecho a seguir.

> Para levar adeante seu fim primordial – a Evangelização do Estado de Minas Geraes nesta geração – o pequenino povo de Deus tem de enfrentar e vencer um gigante Goliath e a pedra que pode ser mais certeira para a sua funda é sem duvida a instrucção. Como sabemos, o Brazil, infelizmente, é um paiz onde a maioria dos analphabetos é esmagadora e vexatória. As pessoas que não tem o poder de ler são cegas e surdas ao meio mais cômodo de evangelizar – a palavra escripta. Quem não sabe o manejo fácil e proveitoso das vinte e cinco lettras do alphabeto, não tem o grande privilegio de ouvir mais directamente a voz de Deus contida na Bíblia, guia indispensavel e seguro da nossa vida religiosa e moral.
> Vem agora o caso perguntar o que tem feito cada Baptista até aqui, affim de debellar esse mal tão grande que tolhe o desenvolvimento de nossa Pátria e prende os pés e as mãos dos nossos pastores e evangelistas no seu trabalho de levar almas a Christo. Creio si todos já tivessem cumprido o seu dever, as nossas condições atuaes seriam muito melhores; mas não compete ao povo eleito só cumprir o seu dever, é necessário que seguindo o exemplo do Mestre, também se sacrifique em prol dos seus patrícios que perecem nas trevas do peccado.
> Então, pondo da parte as minúcias necessarias, o ponto central e mais importante deste relatório é concitar os baptistas mineiros a voltarem as suas vistas para a causa nobilissima da instrucção dos seus filhos e do nosso povo e para isso estarem promptos a sacrificar-se por ella. (Grifo meu).
> (O Batista Mineiro, Agosto de 1920, Anno I, n. 6, p.3)

A arma apresentada pelos batistas para vencer a "davídica" luta pela evangelização de Minas Gerais dar-se-ia pela via educacional. O "gigantesco" grau de analfabetismo no Brasil sucumbiria frente à certeira e eficaz instrução oferecida pelos batistas. Nesse sentido, o editorial do jornal apropriou-se das discussões presentes no país sobre importância da alfabetização para superar as condições de atraso e construir uma civilização. Ao construir uma argumentação voltada para os princípios teológicos da Igreja, segundo a qual o domínio da língua escrita era condição de exercício da fé, o fiel batista foi convocado para ser imitador de Cristo e se sacrificar pela "Causa Batista" a fim de salvar os brasileiros que não compreendiam as "boas novas do Evangelho" anunciadas por eles.

Para tal objetivo, o trecho aborda ainda o caminho que o fiel batista deveria seguir a fim de contribuir para os esforços da denominação batista em Minas Gerais. Primeiramente, destacou-se o apoio espiritual e material do crente batista ao Seminário Batista localizado no Rio de Janeiro que preparava professores e ministros para suas instituições. Em segundo lugar, o envio dos filhos batistas para a escola secundária em Belo Horizonte. Particularmente, o documento aponta para a construção do projeto educacional batista para Minas Gerais ao apresentar as demandas necessárias para serem atingidos os objetivos da denominação no estado, tais como: a necessidade de adquirir uma propriedade onde se possa instituir um colégio industrial e agrícola, "visto como entendemos, que essa espécie de ensino é a que mais convém ao Brazil – paiz essencialmente agrícola." Ao mesmo tempo, foi levantada sugestão para que a Junta Estadual trate do estabelecimento e localização definitivos do "Collegio Baptista Americano Mineiro". A terceira forma apresentada foi a partir da criação das Escolas Anexas a cada Igreja Batista de Minas Gerais e a recomendação à Casa Publicadora, no Rio de Janeiro, para a criação de um departamento com vistas à instrução dos adultos e jovens nas respectivas igrejas, escolas dominicais e outras organizações. Por último, foi sugerido à Junta Estadual que encaminhasse à Junta de Richmond o pedido do envio de um casal de missionários destinados ao serviço da educação (O Batista Mineiro, ago 1920, Anno 1, n. 6, p. 3 e 4).

Como divulga o editorial na capa do jornal do mês de dezembro, o problema educacional batista no estado mineiro foi resolvido com a aquisição do terreno no bairro Floresta, em Belo Horizonte, para o funcionamento permanente do "Collegio Baptista Americano Mineiro". Segundo a notícia,

> Os nossos irmãos de todo o Estado, que se interessam pela instrucção, tem um justo motivo para glorificar o nome de Deus, por tamanha dádiva. De facto, o nosso Salvador estava attento as nossas súplicas (...) para nos colocar no melhor ponto da

> Capital do nosso Grande Estado. Da chácara que hoje nos pertence, descortina-se quasi toda a cidade de Bello Horizonte, que vista dali, oferece um aspecto Majestoso e imponente. (Está resolvido o problema educacional baptista, em Minas! O Batista Mineiro, dez 1920, Anno I, n. 10, p.1)

Tudo indica que o jornal "O Batista Mineiro" era o arauto do projeto educacional do "Collegio Baptista Americano Mineiro". As inúmeras edições pesquisadas apresentaram trecho de notícias a respeito do valor da instrução para a denominação batista. Essas notícias direcionadas principalmente aos pais batistas da "terra de Tiradentes" utilizam de discurso que procurou associar naturalmente instrução à essência do fiel batista.

> Não é necessário falar ao nosso povo à cerca do valor da instrucção, como se elle não o conhecesse.O Povo Baptista em todo o paiz, em todo o clima, de toda a raça, reconhece que o Baptista é essencialmente amigo da instrucção e inimigo declarado da ignorância. Os nossos princípios nos obriga a procurar sermos intelligentes. A responsabilidade de cada um de, por si mesmo, examinar as Escripturas Sagrada para poder, com intelligencia, obedecer aos mandamentos de Christo, nos obriga fazer guerra ao analphabetismo. Tambem nossa DEMOCRACIA nas egrejas nos obrigado a procurar sermos intelligentes para podermos governarmos a nos mesmo com intelligencia e ordem. E tambem, o dever de cada crente proclamar o Evangelho aos perdidos nos estimula a estudar. Temos que annunciar o Evangelho a pessoas muito intelligentes e devemos estar promptos para responder às objeções que se nos offereçam. O Baptista acha logar e uso para toda a luz da Sciência. (...)
> (J. R. Allen, Valor da Instrucção. O Batista Mineiro, nov. 1921, Anno II, n. p07, p.1)

Além do esforço pela democracia na sociedade, tal como em suas igrejas, os batistas mineiros, letrados e democráticos, argumentavam em suas linhas editoriais outros valores advindos da instrução capazes de elevar o interessado que a adquirisse.

> Há muita cousas que podemos mencionar, discutindo o Valor da Instrucção: 1. Começando pela parte menos importante, (...) a instrucção tem valor commercial . Aqui difficil especialmente no Brazil, arranjar-se um emprego bom e lucrativo para o homem analphabeto. (...) E, na maravilhosa época de progresso que agora esta surgindo, a Patria esta chamando em alta voz a mocidade brasileira a fim de se apromptar para servi-la no desenvolvimento da vida economica do Paiz. (...) Não devemos servir só para ficarmos ricos. Ao mesmo tempo, os brasileiros devem accordar-se e não esperar até que o estrangeiro entre e se enriqueça com o bem que Deus deu aos brasileiros. (...) O que é preciso é que tenham a regeneração do Espírito de Deus para lhes dar força de caracter, aprender com o carpinteiro de Nazareth a DIGNIDADE do Trabalho Honesto e uma boa e solida INSTRUCÇÃO INDUSTRIAL. (...)
> 4. Cursando um bom collegio alumno vem a conhecer pessoalmente muitos homens de alto valor na sociedade. Um collegio quasi sempre se acha num centro onde ha estadistas,advogados, etc. (...) Os professores devem ser d'esta qualidade. E, cursando um bom collegio sempre se encontram alumnos que vão ser os autores, poetas, professores, pregadores, jornalistas, estadistas, capitalistas, engenheiros, etc. (...) Esta parte tem mais valor que as lições nos livros. (...) Os Baptistas do Glorioso Estado de Tiradentes têm o seu pequeno Collegio d'esta qualidade. Este Collegio pretende dar uma instrucção solida, industrial-literaria e distinctamente CHRISTA.
> (J. R. Allen, Valor da Instrucção. O Batista Mineiro, nov. 1921, Anno II, n. p07, p.1 e 2)

O editorial procurou enfatizar a trajetória educacional dos batistas relacionando o incentivo à educação dada pelos protestantes como fator principal para o desenvolvimento dos Estados Unidos da América. E no caso, esse exemplo deveria ser seguido pelos brasileiros caso quisessem trilhar o caminho da "Grande Nação".

Nas diversas edições pesquisadas foram encontradas notícias ora divulgando ações do educandário batista tais como festas, atividades esportivas e recesso escolar, ora impulsionando e até mesmo convocando os pais batistas a matricularem seus filhos no "exemplar" educandário de Minas. Ao apresentar metodologias educacionais consideradas modernas e/ou ao defender práticas higienistas, os dirigentes do CBAM buscavam atrair alunos, principalmente entre seus membros denominacionais, a fim de prepará-los para a "Causa Batista".

> O crente em Christo precisa preparar se para o trabalho santo. O christão é filho da luz e não tem nenhuma parte com as trevas. Urge, portanto, que aquelles que podem educar-se, venham matricular-se no "Collegio Baptista Americano Mineiro", vossa gloriosa instituição de ensino. As facilidades que a "Junta Estadual" proporciona aos irmãos e a seus filhos, deixam, sem a menor justificativa, as vacillações de alguns e a má vontade de muitos.
> A religião de Jesus Christo exige que o homem seja preparado de coração, de mente e de corpo.
> A instrucção fornecida pelo "Collegio Baptista A. Mineiro", attinge esse triplo ideal. É um estabelecimento evangélico, como optimo corpo docente e com elementos para tornar o corpo sadio, pois que elle está localizado no ponto mais saudável da Capital Mineira.
> (Preparae-vos! O Batista Mineiro, jun. 1921, Anno II, n. 6, p.3)

Visando divulgar e valorizar a educação a partir do educandário batista, nos primeiros anos de edição, entre os anos de 1920 a 1924, era frequente encontrar na quarta página do jornal propaganda referente ao colégio em Belo Horizonte. Os anúncios diferenciam em relação ao tamanho e tipo de fonte. Porém, basicamente foi possível encontrar em destaque a descrição do lugar ocupado pelo colégio na capital mineira e os equipamentos urbanos que se encontravam ao longo do seu terreno.

Imagem 12: Anúncio do CBAM. (O BAPTISTA MINEIRO, ago. 1920, Anno I, n. 8, p. 4)

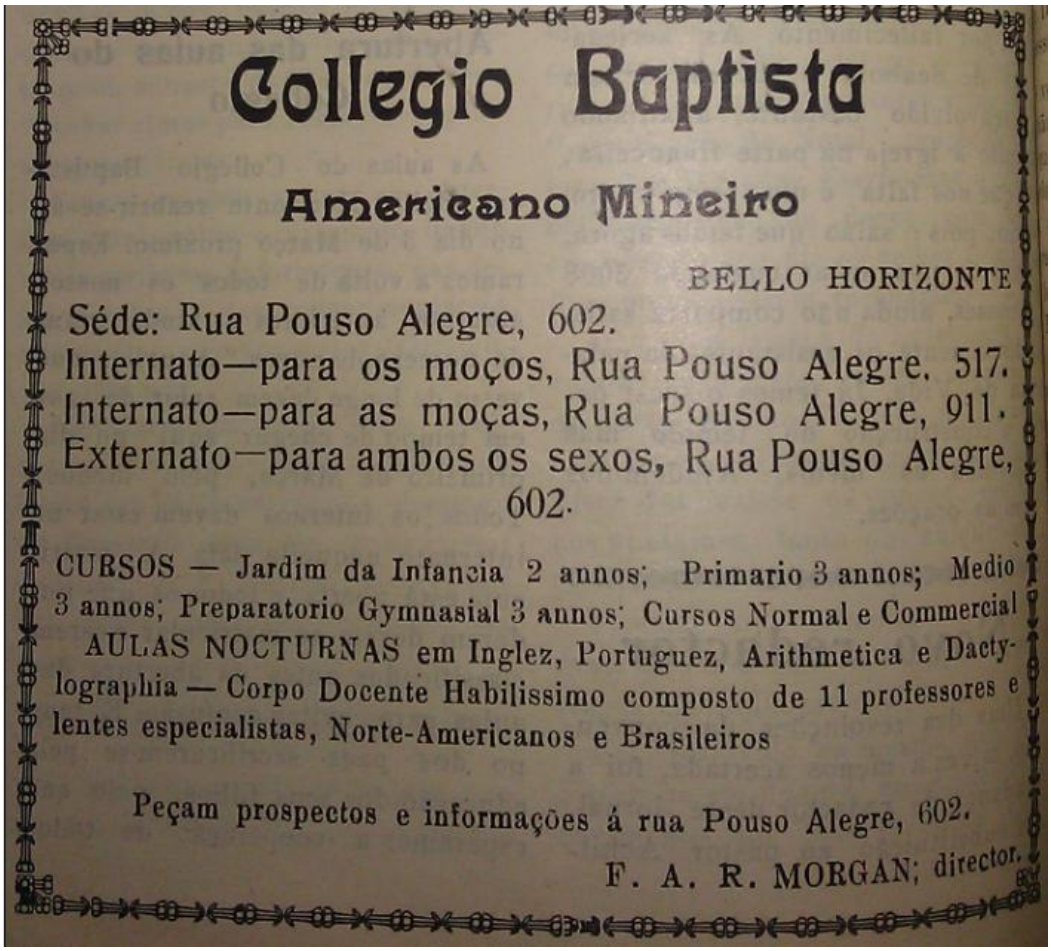


Imagem 13: Anúncio do CBAM – 1924. (O BAPTISTA MINEIRO, jan. 1924, Anno IV, n. 1, p. 4

Após meados da década de 1920, o editorial do jornal "O Batista Mineiro" utilizou-se do discurso com caráter combativo. Algumas edições noticiaram os embates entre padres católicos contra os fiéis batistas do interior e da capital mineira. Ao mesmo tempo, o termo referente aos brasileiros que não aderiram à fé batista mudou de "patrícios" para "compatriotas". E concomitantemente, a educação oferecida pelos batistas passou a ser enfatizada como "patriótica". Tudo indica que essa mudança no discurso do jornal batista deve-se à crescente influência política e social do movimento Restaurador Católico, principalmente no estado de Minas Gerais.

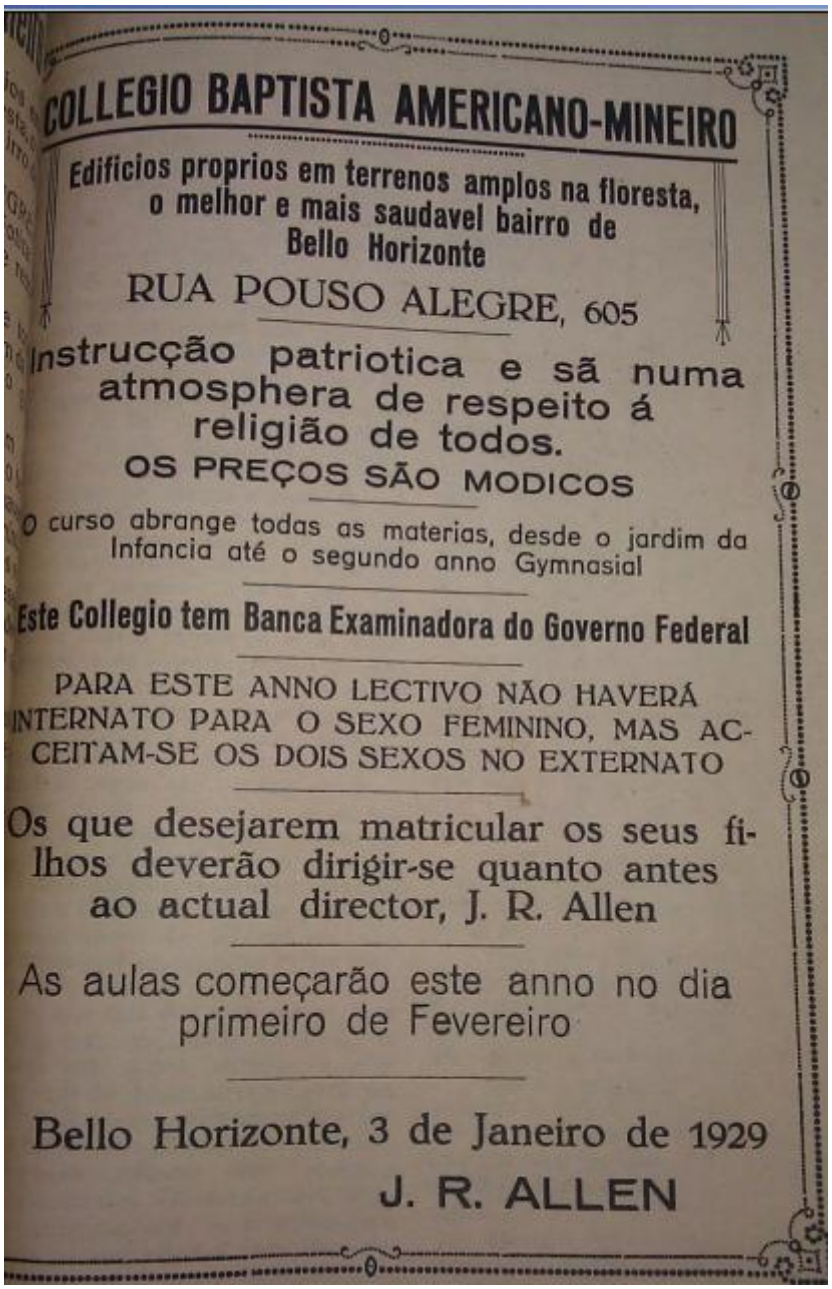


Imagem 14: Anúncio do CBAM – 1924. (O BAPTISTA MINEIRO, jan. 1929, Anno X, n. 13, p. 6).

Os fatos políticos nos anos de 1928 e 1929 mudaram o discurso editorial do jornal "O Batista Mineiro". O contexto era de disputa na relação de poder entre católicos e vertentes dos grupos liberais a favor da manutenção do Estado Laico e a manutenção do fim das aulas de catecismo nos grupos escolares. Sendo assim, o jornal batista apresentou-se como instrumento político para defender o liberalismo e a democracia na República Brasileira e pressionar o governo do Estado a expandir a educação a todo homem. No caso, se essa atribuição não fosse atendida pelo poder estatal, caberia aos próprios batistas tentar levar adiante a proposta educacional, peça fundamental para a expansão da sua denominação religiosa.

> A educação é democratica. A theoria dos baptistas é a educação de todo o homem. Não a uma só creança que não mereça a instrução. É o dever do Governo de qualquer povo collocar a opportunidade da instrucção às portas de todas a família e depois obrigar os paes aproveitarem-na aos seus filhos. Mas infelizmente essas condições ideaes ainda não se attingiram e os Baptistas precisam providenciar sobre seus filhinhos, muitas vezes, por fundarem escollas primarias em suas egrejas. A escola annexa tem um trabalho a fazer uma funcção muito importante nas egrejas. Para ter uma boa escola annexa é necessário arranjar uma boa professora e um bom professor. Temos no Collegio Baptista do Rio a Escola Normal para preparar pessoas para desempenhar este papel. Na escola Annexa o ensino deve ser administrado de modo a crear a creança no Evangelho.
> (Pensamentos sobre Educação, O Batista Mineiro, out. 1928, Anno IX, p. 2)

A mobilização das organizações católicas em prol da aprovação da lei n. 1.092 (12/10/1929), que institucionalizou o ensino religioso nos grupos escolares, propiciou a mudança no tom discursivo do editorial do jornal batista, tal como a notícia publicada no mês de março de 1929.

Após a aprovação da lei n. 1.092 (12/10/1929), que institucionalizou o ensino religioso nos grupos escolares, o editorial do jornal apresentou abertas críticas ao clero católico. Até então, as tensões eram apresentadas na forma de denúncia contra padres católicos no interior de Minas, que proibiram batizados e casamentos dos fiéis batistas. No caso, em março de 1929, foi publicada notícia denunciando a articulação do alto clero católico e seus representantes no poder legislativo na busca pela aprovação da lei do "catecismo nas escolas de Minas".

> Não nos é estranha a insaciável ambição do povo romano de envolver nos seus tentáculos o mundo todo, e delle sorver as riquezas, os poderes, as intelligencias, a razão e as proprias consciências. 'O fim justifica os meios'... E perseguindo, envenenado, insinuando-se, intromettendo-se, Roma atropela as constituições impera nos lares, ostenta-se nos banquetes e nas festividades, levanta monumnetos de propaganda religiosa nos lugares mais elevados de qualquer cidade, abençoa espadas, benze canhões, aeroplanos, gazes asphyxiantes e exércitos inteiros; grita, salta, ulula contra reuniões publicas dos evangélicos; promove emendas religiosas, introduz imagens nas escolas, nas salas do jury e depois dansa deante delas, como

> vimos em Divinopolis; entriga nações, attribuindo a intuitos puramente religiosos manejos políticos de absorpção e predomínio; e afinal, mente do púlpito e pela imprensa, indispondo o espírito do povo contra o Evangelho. Tu ló isto e só isto, porque a civilisação não tolera a inquisição.
>
> A ultima novidade é a intromissão do catecismo nas escolas de Minas. Contra este desrespeito ao espírito perfeitamente conhecido da nossa constituição clamaram, de toda parte, justos protestos, até mesmo daquelles a quem não importam assumptos religiosos (...)
>
> Qual, então, a utilidade do protesto? Para nós, baptista é do pouco ou nenhuma valor pratico, visto que somos poucos em Minas e em quase não attinge a violência.
>
> O seu valor assenta-se somente, (...) na opportunissima ocassião de repetirmos ao mundo sublime lição de civismo, da separação entre a egreja e o estado, consequencia fatal [...] competência da alma.
>
> Neste principio se baseia a concepção moderna de democracia, que promanou (...) dos baptistas norte-americanos e atravez da constituição dos Estados Unidos chegou ate [ali] e arraigou-se na consciencia dos brasileiros. (...) Mas que faremos os baptistas? (...) Não é possível que nos traiamos: a nossa posição é a de baptista; e o baptista não deseja apoiar interpretações errôneas e muito menos capciosas. Se temos consciência de não ser este o espírito da nossa constituição, como poderíamos chegar a um fim desejável por meio diametralmente opposto ao Novo Testamento? Batamos-nos contra este mal, sustentando, porém, as honrosas tradições da nossa história; e pela nossa fidelidade o Senhor abençoará o querido Brasil.
>
> (Catecismo nas escolas de Minas. O Batista Mineiro, mar. 1929, Anno X, p. 2 e 3)

Percebe-se que o mesmo sendo uma força de menor expressão no estado mineiro e no Brasil, os batistas procuraram através do discurso mobilizar seus fiéis ao denunciar a ilegitimidade da lei n. 1092 que, segundo eles, abalava as bases do sistema Republicano do Brasil. Na compreensão dos batistas, a aprovação dessa legislação era compreendida como um retrocesso ao projeto civilizatório defendido pelos mesmos que se alicerçava principalmente no modelo laico e republicano norte-americano. Sendo assim, o fim do laicismo do Estado acirrou o *desequilíbrio de forças* na disputa pelo campo educacional na cidade de Belo Horizonte e no estado de Minas e por esse motivo, o editorial do jornal OBM apresentou uma mudança de foco ao introduzir a presença do Estado e das instâncias políticas, bem como da mudança de linguagem, que se tornou virulenta e combativa.

* * * *

3. A EDUCAÇÃO COMO CAMPO EM DISPUTA

A República trouxe consigo a separação entre o Estado brasileiro e a Igreja Católica Romana. O artigo 4º do decreto n.119-A do Governo Provisório, de 7 de janeiro de 1890, impôs o fim do padroado, e dessa forma, o catolicismo deixou de ser a religião oficial do Brasil. A nova legislação criou as condições para um movimento crescente de diversificação do cenário religioso. Nesse novo contexto, diferentes doutrinas religiosas e filosóficas, presentes no país desde os tempos do Império, como o positivismo, a maçonaria, o socialismo, o comunismo, o anarquismo, o cientificismo, o espiritismo kardecista e o protestantismo, apresentavam-se como alternativas ao monopólio e hegemonia da Igreja Romana na sociedade brasileira.

De acordo com Marcelo Camurça (2000, p. 97), as ações da Igreja Católica visando a restauração do monopólio religioso sobre a população brasileira não permitiram a configuração de uma situação de livre e equilibrada disputa de "mercado religioso"[130] que deveria ser arbitrada isentamente pelo Estado. Destaca-se que essas pretensões monopolizadoras e restauradoras da Igreja integravam um processo internacional de reação da Santa Sé ao avanço do mundo moderno e à difusão de correntes ideológicas e políticas heterodoxas. Na visão da Igreja, a sociedade moderna era essencialmente maligna, na medida em que destruía o sentido devocional da fé, incentivava o culto da personalidade, do poder e do dinheiro, corrompendo certos valores relacionados à religião, tais como a família tradicional e o respeito pela autoridade (MAINWARING, 2004).

Em meio ao contexto de pluralidade religiosa e filosófica do começo da República, positivistas, maçons, espíritas e protestantes sofreram a oposição da Igreja Católica Romana, que procurava alertar seus fiéis a respeito dos perigos dessas doutrinas. No caso específico, o estabelecimento das Igrejas protestantes de caráter missionário no Brasil não se deu, portanto, sem a oposição católica. Não apenas a Igreja batista, mas todas as outras denominações protestantes, com maior ou menor intensidade, estiveram envolvidas em conflitos com a Igreja romana. No pensamento católico de então, o protestantismo, além de se constituir num dos "erros do mundo moderno" – assim como as demais doutrinas religiosas e filosóficas

[130] A formulação de "mercado religioso" advém do sociólogo Peter Berger em sua obra "O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião". Para o autor, a situação de "mercado religioso" e seu correlativo "pluralismo", configura-se nos casos "em que diferentes grupos religiosos são tolerados pelo Estado e mantêm competição uns com os outros" (BERGER,1985, p. 146 *apud* CORDEIRO, 2008).

condenadas pelo *Syllabus*[131] −, era considerado um desvio do "cristianismo original", visto ser o fomentador do livre exame, motivo de toda revolta e de toda contestação de autoridade.

Concomitantemente, o ideário republicano laico também trazia inovações percebidas pela Igreja Católica Apostólica Romana (ICAR) como "heresias modernas". A implantação da República no Brasil gerou uma postura, senão de oposição, pelo menos de desconfiança por parte das autoridades eclesiásticas católicas. Nesse sentido, durante a Primeira República a hierarquia católica buscou iniciativas no sentido de no mínimo, adaptar-se às novas condições políticas e religiosas do país. Porém, mesmo a partir desse movimento, a separação entre Igreja e Estado e o fim do regime de padroado provocaram uma serie de reações no episcopado brasileiro.

3.1 – A laicidade republicana e o ensino religioso em Minas Gerais

De um país oficialmente católico pela Constituição Imperial, a Carta Magna de 1891 instituiu um Estado laico com o reconhecimento da liberdade de religião e de expressão religiosa, impedindo ao Estado o estabelecimento de cultos, sua subvenção ou formas de aliança. A primeira Constituição Republicana estabeleceu ao ensino oficial, em qualquer esfera de governo e da escolarização, o caráter laico. Ou seja, a partir da proclamação da República, o ensino tendeu a perder a influência religiosa.

De acordo com Capelato, a liberdade de pensamento reivindicada nas escolas significava a não introdução do ensino religioso.[132] Se a ideia era configurar uma nova mentalidade, moderna, por isso mesmo laica e fundamentada na razão, a influência da religião deveria ser combatida, pois estava associada ao tradicional, ao que se queria suprimir. No entanto, a instituição do caráter laico na Constituição de 1891 não foi sinônimo de um sentimento antirreligioso ou confessional, não se assemelhando assim à laicidade francesa ou à laicidade estadunidense da época (CORDEIRO, 2008, p. 57). De acordo com Aquino (2012, p. 151), a laicidade expressa na Constituição de 1891 pode ser caracterizada como uma

[131] Compêndio dos principais erros apontados nas alocuções consistoriais, encíclicas e outras cartas apostólicas de Pio IX. A condenação do protestantismo pelo Syllabus pode ser encontrada em DzH 291. (BRUNEAU, 1974. *apud* CORDEIRO, 2008)

[132] Cf. JACOMELI, Mara Regina Martins e XAVIER, Maria Elisabeth. A consolidação do liberalismo e a construção da ideologia educacional liberal no Brasil. *In*: LOMBARDI, José Claudinei (org). *Temas de pesquisa em educação*. Campinas (SP): Autores Associados, 2003.

"laicidade pragmática",[133] uma vez que o Estado brasileiro, ao garantir sua própria independência civil ante o eclesiástico, criou com o Decreto 119-A um amplo espaço relacional com as diferentes Confissões Religiosas que oportunizou alianças, omissões, negociações e perseguições segundo os interesses próprios dos dirigentes do Estado.

Para o referido autor, o fato de a primeira Constituição republicana ter sido promulgada em nome dos representantes do povo brasileiro e não em nome de "Deus" demonstra uma resposta aos conflitos e aos resultados oriundos do processo histórico brasileiro, estabelecendo no país uma forma de laicidade caracterizada pelo reconhecimento da personalidade jurídica das Confissões Religiosas, que acomodaria boa parte das tensões sociais inerentes ao início do regime republicano no Brasil (AQUINO, 2012, p. 152). A configuração desse modelo de laicidade tornou-se possível porque

> a teoria do Estado leigo fundamenta-se numa concepção secular e não sagrada do poder político, encarado como atividade autônoma no que diz respeito às confissões religiosas. Estas confissões, todavia, colocadas no mesmo plano e com igual liberdade, podem exercer influência política, na proporção direta de seu peso social. O Estado leigo, quando corretamente percebido, não professa, pois, uma ideologia 'laicista', se com isto entendemos uma ideologia irreligiosa ou antirreligiosa. (ZANONE, 2000. p. 670 *apud* AQUINO, 2012, p. 152)

O contexto era propício para a disputa do "mercado religioso" e, ao mesmo tempo, do "mercado educacional". Separada do Estado pela República, a hierarquia católica precisou negociar com os governantes republicanos a manutenção e ampliação da sua esfera de influência na sociedade, exigindo esforços por parte das autoridades eclesiásticas católicas brasileiras.[134] O movimento de enfrentamento do episcopado e as tensões postas ao novo regime político podem ser percebidas nos documentos produzidos, como, por exemplo, a Carta Pastoral, na qual os bispos afirmaram:

> Queremos que a religião, que presidiu o nosso nascimento, acompanhou e abençoou no nosso progresso, e foi nosso conforto nos dias de aflição e de perigo, continue a ser a nossa defesa, nossa consolação, nosso remédio. Somos católicos a quase totalidade dos brasileiros, queremos que nossa religião não seja nivelada com os inventos de Lutero e Calvino [...], com os delírios de Augusto Comte. [...] Protestamos bem alto que não pactuamos com essa inovação ímpia; e esse protesto uniforme, solene, ecoando de norte a sul por todo o Brasil é parte importantíssima da Homenagem que lhe preparamos nesta passagem de século [...] Não queremos ser nação sem religião e sem Deus; não queremos ser governados por um governo ateu. (Grifo meu) (EPISCOPADO BRASILEIRO, 1981, p. 65-66).

[133] Para o autor, o pragmatismo refere-se às noções de utilidade e praticidade, mas também implica o conjunto de regras ou fórmulas para cerimônias da Corte e da Igreja.
[134] A respeito da relação dos dirigentes do Estado Republicano e as autoridades eclesiásticas, pesquisar os trabalhos de BRUNEAU (1974) e AZZI (1976).

As exortações do episcopado brasileiro na Carta Pastoral de 1890 foram ambíguas quanto à separação, situando-se entre o lamento da perda de privilégios e o júbilo pela liberdade institucional. A princípio predominava certa oposição ao regime republicano, tendo em vista principalmente a sua política de laicização, acusada pelo discurso católico de ser um regime ateu devido ao silêncio total a respeito de Deus. Posteriormente, a Igreja buscou uma reaproximação em novas plataformas, procurando assegurar sua autonomia do poder público. Segundo Cordeiro (2008, p. 55), ao enquadrar as ideologias contrárias à ordem republicana − como, por exemplo, o socialismo e o anarquismo − no mesmo patamar das heresias contra a ortodoxia pontifical, o clero católico assumiu sua responsabilidade na luta contra os inimigos do Estado e, de certo modo, exigiu em contrapartida, que o governo Federal e Estadual abrigasse suas instituições dos perigos − como o laicismo − liberados com o advento da modernidade.

Importante destacar que nesse contexto o próprio estabelecimento da ordem republicana laica por todo o território brasileiro teve que se sujeitar às peculiaridades locais. Mesmo o forte sentimento de entusiasmo pela educação presente entre os legisladores da nova Constituição de 1891, o governo brasileiro não elaborou um sistema nacional de ensino. A União desobrigou-se desse dever, sendo que, durante todo o Império e a Primeira República, a educação básica esteve sob a responsabilidade das Províncias e, posteriormente, dos Estados Federados.[135]

Exemplo do federalismo brasileiro foi a atuação dos dirigentes políticos de Minas Gerais que elaboraram algumas reformas estruturais. No que tange à educação, destaca-se a reforma promovida por João Pinheiro, durante seu governo estadual, através da lei n.º 439, de 28 de setembro de 1906.[136] De certo modo, as diversas reformas educacionais ocorridas nesse início do século XX demonstram a iniciativa por parte dos entes federados de promover os ideais republicanos e ingressar de maneira mais efetiva nos novos rumos da política nacional.

Efetivamente, a reforma de 1906 representou forte abalo nas relações entre a Igreja Católica e o governo mineiro. Adepto dos princípios positivistas, João Pinheiro compreendia

---

[135] Com a República, as antigas províncias imperiais assumiram o estatuto de federações, implicando considerável liberdade jurídico-administrativa dos estados. Cada estado contava, por exemplo, com uma Constituição própria, esforçando-se para distinguir-se das demais unidades federativas da República.

[136] A modernização proposta por João Pinheiro se sustentava em três grandes critérios por ele definidos como prioritários, pois desses dependiam todo o restante da estrutura: sempre a elite de uma unidade federativa deve corroborar e apoiar um projeto de desenvolvimento de qualquer setor da sociedade. Sem o apoio da elite, nada pode ser consumado em termos de reforma; a agricultura é considerada a maior bússola de sucesso ou insucesso do desenvolvimento econômico, pois é responsável pela sustentação básica da estrutura; além do mais, há uma forte interdependência entre a racionalização, a qualificação para o trabalho e o desenvolvimento econômico. (LIMA, 2009)

o ensino religioso nas escolas públicas como uma manifestação de retrocesso e, ao mesmo tempo, submissão à Igreja. Por esse motivo, a reforma extinguiu a instrução religiosa do currículo escolar e suspendeu a ajuda oficial aos seminários, além de outras iniciativas importantes para a implantação do ensino laico, tais como: a maior fiscalização do ensino através dos inspetores escolares; a introdução de componentes curriculares ligados ao ensino da agricultura; melhorias na formação dos futuros professores; criação de um espaço próprio para a atividade da instrução, agrupando todas as escolas antes isoladas em um único equipamento escolar, os denominados "Grupos Escolares" (PEIXOTO, 1993, p. 57).

Como todo processo de mudança, esse período de reformulação do ensino público em Minas Gerais não ocorreu de forma harmônica e consensual. A imposição do novo papel social da educação escolar foi exercida em meio a tensões, na relação com outros sujeitos sociais. Se, por um lado, existia a mobilização do episcopado católico para pressionar as iniciativas estatais pela implementação e consolidação da laicidade, de outro, percebe-se iniciativas como a dos inspetores governamentais que fiscalizavam o cotidiano dos Grupos Escolares.

Nesse contexto da política laicizante do governo João Pinheiro, ocorreu um fato conflitante no ambiente escolar. No interior de Minas, na cidade de Santa Bárbara do Monte Verde, "[...]um inspetor impôs aos professores a obrigação de darem aulas nos dias santificados e proibiu-lhes o ensino religioso, mesmo fora das horas de curso [...]" (TORRES, [s.d.], p. 148 a*pud* BARROS, 2009, p. 76). No anseio de modificar a rotina do ambiente escolar e adequá-la às novas exigências governamentais, em 1909, na cidade Estiva, localizada no Sul de Minas, outro inspetor escolar determinou o seguinte: "recomendo-vos que retireis de vossa sala todas as imagens e emblemas religiosos que nela conservais [...]" (REIS, 1980, p.5. *Apud* BARROS, 2009, p. 76). Segundo Barros (2009, p. 17), em represália a essa determinação do inspetor, a população de São Caetano de Chopotó decidiu colocar o crucifixo no interior de todas as salas de aulas. A autora afirma que esse conflito, envolvendo as duas cidades, Estiva e São Caetano de Chopotó, foi uma espécie de estopim que reforçou o movimento em prol do ensino religioso em Minas Gerais.

Na mesma perspectiva da ação governamental, no Livro de Ofício da diretoria da Escola Normal Municipal de Barbacena (1909-1920)[137] foi levantado discurso referente aos exames ocorridos na Escola Normal Municipal de Barbacena elaborados pelo Inspetor Regional Antonio Osini em dezembro de 1924, em que foram exaltados os métodos de ensino

[137] O documento encontra-se na referida escola na cidade de Barbacena.

escolar aplicados no referido estabelecimento educacional. Ao mesmo tempo, foi apresentada a necessidade de maiores investimentos por parte do governo Estadual para que o educandário pudesse cumprir os objetivos a ele destinados. No entanto, ressalta-se a parte do relatório na qual foi apresentado um "pequeno, mas desagradável incidente" de caráter religioso que alterou a harmonia predominante em todo o período dos exames. Segundo o inspetor, a temática religião "não devia ser ventilada, pois estes e outros institutos de instrucção publica não foram e nem poderiam ser criados para uma seita ou seitas, mas para o povo educar seus filhos".

De acordo com Cordeiro (2012, p. 71), no decorrer da Primeira República, as esferas governamentais ampliaram seus investimentos no ensino primário. No entanto, com relação ao ensino secundário, a ampliação mais significativa se deu no âmbito particular. Ou seja, a marcada insuficiência oficial quanto ao ensino médio e a relativa facilidade para a abertura de escolas particulares de nível secundário contribuíram para o crescimento numérico dessas instituições de ensino. Nesse contexto, além das escolas públicas oficiais, o cenário educacional foi marcado por uma tendência de abertura de colégios confessionais católicos e protestantes, assim como de educandários de orientação positivista e de origem estrangeira.[138]

A descentralização política característica do regime federativo implantado pela República propiciou aos dirigentes da Igreja Católica diversas ações tendo em vista seus objetivos de manter sua hegemonia religiosa, política e cultural posta em disputa a partir do novo regime.[139] Porém, no âmbito religioso, a ICAR havia a forte centralização exercida pela Santa Sé, possibilitando uma unidade doutrinária à ação da igreja romana, a partir dos Concílios e Conferências das Províncias Eclesiásticas que produziram normas e orientações para toda diocese, respaldada em uma tradição inventada ao longo dos séculos. Nesse sentido, foi possível identificar ações comuns no conjunto das dioceses[140] brasileiras desencadeadas a

[138] Segundo ROMANELLI (1987, p. 41), cabia à União criar e controlar a instrução superior do país, bem como criar e controlar o ensino secundário acadêmico e a instrução em todos os níveis do Distrito Federal; e aos Estados era conferido a criação e o controle do ensino primário e o ensino profissional, que compreendia na época basicamente as escolas normais para moças e escolas técnicas para rapazes.

[139] Almeida (1996) apresenta as disputas e conflitos ocorridos entre os poderes públicos e religiosos em Belo Horizonte sob o prisma da arquitetura e da ocupação do espaço citadino. De maneira geral, a autora parte do pressuposto de que a não aceitação da derrubada da Matriz de Boa Viagem por parte da arquidiocese de Mariana pode ser compreendida como uma forma de demarcar as fronteiras ideológicas e políticas frente ao projeto republicano da cidade moderna e laica. Para a Igreja, a manutenção da Matriz colonial representava a luta pela preservação, na nova capital, de um lugar que lhe pertencia. A solução para o impasse foi encontrada a partir da proposta de construção de uma Catedral, obra iniciada em 1911 e concluída apenas em 7 de setembro de 1922. Data extremamente simbólica para o período republicano, com sentido de se promover a fraternidade nacional e a comunhão dos brasileiros com seu passado. Dessa maneira, a nova Igreja não seria apenas o lugar de sociabilidade, tal como vivida na antiga Matriz, mas um local de comemorações cívicas republicanas.

[140] A diocesanização foi uma forma encontrada pela ICAR da Europa, na segunda metade do século XIX, para compensar a perda dos territórios eclesiásticos na península itálica e em outros lugares. Efetivou-se uma

partir de diretrizes políticas gerais emanadas do Vaticano, nas quais os espaços de atuações dos bispos coincidiram com os respectivos territórios dos estados brasileiros.[141]

Miceli (1988 a*pud* KULESZA, 2002, p. 3) denominou esse rebatimento espacial entre as dioceses e os estados de "processo de estadualização do poder eclesiástico", em que o governador e o bispo eram obrigados a estabelecerem um acordo sobre suas atribuições no que se referia aos poderes públicos. Segundo Aquino (2012, p. 157), essa realidade exigiu do episcopado brasileiro certo ajustamento de sua gestão para atender e lidar de maneira particular com cada Estado. Nesse ambiente, a criação de dioceses nesses novos territórios tornou-se fundamental para os projetos eclesiásticos. Ao afirmar que a diocesanização do catolicismo no Brasil ocorreu no ritmo próprio da ICAR, em tempos de reestruturação institucional, o autor descarta a ideia de que as dioceses tenham sido criadas a reboque da fundação de capitais federais e distritos regionais, a partir dos esforços eclesiásticos para à construção de um pacto oligárquico.

Assim, a diocesanização do catolicismo no Brasil, como parte de um movimento internacional de reorganização da ICAR, apresentou-se como uma ação eclesiástica fundamental para ampliar a presença eclesiástica na sociedade brasileira, respondendo às demandas da Cúria Romana e às necessidades sociopolíticas e religiosas específicas de cada unidade federativa da República brasileira.[142] A diocesanização indicou ainda a antagônica e tensa relação da ICAR com a modernidade, afinal, ela incorporou muitas de suas novidades científicas e tecnológicas, mas combateu as suas repercussões morais e religiosas.

Ressalta-se que essa ação centralizadora ocorreu a partir de um duplo movimento: por um lado, os bispos procuraram reforçar seus laços com o Vaticano, ao trazer para o Brasil várias congregações religiosas europeias a fim de assumirem escolas, hospitais, seminários e paróquias; por outro, o episcopado buscou adaptar o catolicismo tradicional praticado pelo povo brasileiro ao modelo romano. A introdução de religiosos europeus insere-se no contexto de sistematização da política imigracional principalmente na região sudeste do Brasil.

---

territorialidade religiosa que, em princípio, tornava todo o mundo passível de intervenções jurisdicionais eclesiásticas. O mundo poderia ser recortado em dioceses, prefeituras, prelaturas, paróquias etc. (*Apud.:* AQUINO, 2012, p. 147).

[141] De acordo com OLIVEIRA (1985), o processo de romanização do catolicismo brasileiro iniciou-se durante o Segundo Império, a partir dos chamados "bispos reformadores". Entre os principais expositores deste movimento no Brasil, temos inicialmente o bispo de Mariana, D. Viçoso, e D. Antônio Joaquim de Melo, bispo de São Paulo. Na década de 1870, dois outros nomes se destacaram: o bispo do Pará, D. Macedo Costa e D. Vital, bispo de Pernambuco.

[142] Nos primeiros vinte anos da República foram criadas 25 dioceses. Nos 20 anos finais, mais 31 novas dioceses. Apenas entre 1908 e 1922, foram criadas 32 das 56 dioceses fundadas na Primeira República. (AQUINO, 2012, p. 159)

No caso mineiro,[143] as congregações masculinas e femininas, principalmente de origem alemã e italiana, tiveram como porta de entrada a cidade de Juiz de Fora.[144] Entre os religiosos que chegaram ao estado mineiro ao final do século XIX encontraram-se os Redentoristas (1894), as Irmãs da Congregação Santa Catarina (1898), a Congregação do Verbo Divino (1900) e as Servas do Espírito Santo (1900). Após a fundação da Nova Capital mineira, essas congregações fundaram paróquias e educandários em Belo Horizonte. Dentre eles destacam-se o Colégio Santa Maria (1903 – Missionárias Dominicanas/ França), Colégio Arnaldo (1912 - Congregação do Verbo Divino/ Alemanha) e o Colégio Sagrado Coração de Jesus (1911 – Missionárias Servas do Espírito Santo/ Alemanha).

Ancorado nos ensinamentos da encíclica *Rerum Novarum*[145] de 1891, segundo a qual "as confrarias, as congregações e as ordens religiosas de todo gênero nascidas da autoridade da Igreja e da piedade dos fiéis (...) no que elas têm de relativo à religião, não dependem senão da Igreja" (Leão XIII, p.49-50), o clero brasileiro elegeu a difusão da doutrina cristã como instrumento de afirmação social e política frente ao Estado com o intuito de buscar a vitalidade do cristianismo católico brasileiro perante a sociedade.

AQUINO (2012, p. 162-163) afirma que foi no espaço de referência criado pela diocese/ prelatura/ prefeitura[146] que o catolicismo ultramontano ganhou legitimidade e pôde se desenvolver. Isso porque a ICAR

> consolidou uma concepção de territorialidade religiosa que reuniu os territórios materiais aos espirituais, os civis aos eclesiásticos, enfatizando, entretanto, a supremacia daquele espiritual e eclesiástico sob o seu controle, reconhecido, por vicissitudes históricas e necessidades sociopolíticas, como realidade geográfica com personalidade jurídica pelo próprio Estado brasileiro, cujos governantes adotaram uma concepção ambígua e pragmática de laicidade que foi bem aceita pela hierarquia católica, apesar dos discursos protocolares em favor das prerrogativas da ICAR, que pôs fim à ideia de um partido católico – cujas experiências no Brasil, aliás,

[143] Após a proclamação da República, o Estado de Minas, através do decreto de 23 de novembro de 1894, criou uma sede da superintendência mineira que se situava na cidade de Genova, sendo nomeado para o cargo de Superintendente de Emigração na Europa, o Dr. David Moretzohn Campista. (MONTEIRO, 1973, p. 91) A partir dos dados da Hospedaria Horta Barbosa, durante 1894 a 1901 entraram no Estado 52.582 estrangeiros, localizados, preferentemente, nas lavouras de café da Mata e do Sul. (GÓES, 1973. p.159)

[144] Para receber esse enorme contingente de imigrantes em um prazo bastante curto, foi iniciada a construção da Hospedaria em Juiz de Fora que recebeu o nome do então presidente da província, Dr. Luiz Eugênio Horta Barbosa. (OLIVEIRA, 2004, p. 47)

[145] De maneira geral, a encíclica *Rerum Novarum* − Sobre a condição dos operários de LEÃO XIII, nome pontifício do Cardeal Gioachino Pecci (1880 -1903) − foi um documento de 1891 que pretendia a reorientação das efervescências da modernidade alertando sobre os direitos e deveres do operário, do patrão e do Estado.

[146] As arquidioceses estavam um grau acima das dioceses na medida em que eram sedes metropolitanas de uma província eclesiástica formada por um conjunto de dioceses, em geral, criadas no antigo território da arquidiocese, mantendo com esta um vínculo territorial. As prelaturas, por sua vez, foram reconhecidas pelo Código de Direito Canônico de 1917 como dioceses, mas, na prática eram dirigidas por determinada Congregação religiosa masculina, cujo abade ou prior ou superior era o ordinário da prelatura, circunscrição criada em regiões próximas às terras de missão. (AQUINO, 2012, p. 156)

> foram sempre malogradas – e estabeleceu uma tensa, mas contínua articulação entre Estado e ICAR na Primeira República brasileira, com profundos efeitos sobre as formas e as dinâmicas de controle do território nacional.

Os avanços e retrocessos da atuação dos bispos nos diversos estados justificavam a construção de uma intervenção unitária da Igreja. Em contraposição à política laicizante de João Pinheiro, o clero católico, sob a liderança de D. Joaquim Silvério Pimenta, bispo de Mariana, se mobilizou numa campanha para a "recristianização" da sociedade mineira. Devido ao poder de articulação, os dirigentes da Igreja Católica passaram a congregar, em Minas Gerais, os diversos segmentos da sociedade em organizações, tais como: Associação dos Moços Católicos (AMC),[147] União Popular, Ligas pela Moralidade, Confederação Católica do Trabalho e, concomitantemente, promoveu a iniciativa no campo educacional.

Nesse contexto a educação apresentou-se como campo em disputa, e foram fundados vários educandários particulares católicos, primários e secundários, para a preparação dos jovens, principalmente os da elite, que serviriam como elementos multiplicadores na sociedade.[148] Cabe ressaltar que a ação educativa da Igreja Católica no Brasil também fez parte de sua missão evangelizadora, objetivando a difusão da doutrina e da fé cristã. Segundo Passos (1998, p. 398),

> Nesse período era muito comum o regime de internato nas escolas católicas, o que predominou até meados deste século. Dessa forma, as famílias que moravam no interior tinham condições de educar seus filhos, pois a escassez de escolas era grande no Brasil. Além disso, o regime de internato favorecia a formação religiosa, pois os estudantes estavam longe do ambiente social e das influências, segundo o pensamento da época. Paralelamente, existia o regime de externato e semi-internato. De certa forma, essas opções eram meios de fazer frente aos colégios protestantes que, também, foram-se abrindo em diversas regiões. Isso respondia aos interesses do projeto católico a servir de mediação entre a família e o Estado, no âmbito da educação da infância e da juventude. (Grifo meu).

Essa característica proselitista do modelo educacional não foi, portanto, uma exclusividade das denominações protestantes, perspectiva de certo modo predominante no campo da história, que associam os países de origem ibérica católica ao analfabetismo e atraso. Nesse sentido, o editorial do jornal católico "O Horizonte" divulgou inúmeras denúncias na tentativa de descontruir esse discurso de associar o protestantismo ao "desenvolvimento do letramento" e, portanto, ao desenvolvimento nacional.

---

[147] Segundo (WIRTH, 1977, p. 11), para compreender a influência dos católicos no cenário político e social da Primeira República, somente a ACM congregava à época 15.000 membros. (*Apud.:* PEIXOTO, 1993, p. 57)

[148] Segundo AZZI (1995), esses colégios passaram a se constituir na principal fonte de sustento econômico das novas fundações religiosas católicas, sobretudo porque o governo republicano se negava a amparar as obras de cunho religioso.

Até o início da década de 1920, as relações dos representantes da Igreja romana com o Estado republicano foram antagônicas. Se no começo da República o episcopado brasileiro iniciou um movimento de reação ao regime republicano, devido ao seu caráter "neutro", a partir da segunda década do século XX, nota-se uma mudança de postura ao enfatizar a necessidade de uma maior atuação do catolicismo na sociedade. Nesse sentido, fez-se necessário que a ICAR recuperasse certos privilégios a partir da reaproximação com o governo Federal e os Estaduais, dentre eles destaca-se o anseio dos dirigentes da Igreja pela restauração do ensino católico nas escolas públicas.

Em Minas Gerais, no contexto pela recristianização, os Congressos Católicos Mineiros foram exemplos da força política dos leigos que professavam a fé católica e do clero que conjuntamente lutaram em prol dos interesses da Igreja. Em número de quatro, esses Congressos foram realizados no período entre os anos de 1910 e 1918, com intervalo de tempo variável, de um a quatro anos entre eles (BARROS, 2009, p. 18).

Segundo Menezes (1994, p. 58), o *Primeiro Congresso Catholico Mineiro*, articulado pelo Arcebispo Dom Joaquim,[149] foi realizado de 1º a 6 de janeiro de 1910, em Juiz de Fora/MG, e os temas tratados foram: a imprensa católica e a arte cristã; a educação e a instrução católica; as instituições de caridade; e a união dos católicos. Dentre eles, a autora afirma que o maior debate travado foi a respeito do ensino religioso, em que várias medidas foram tomadas pelos congressistas, visando proteger a formação cristã da sociedade mineira.

A respeito dos quatro Congressos Católicos Mineiros, cabe destacar as deliberações aprovadas no último deles, o Quarto Congresso ocorrido em setembro de 1918, convocado pela "União dos Moços Católicos" por ordem de Dom Silvério Gomes Pimenta. Como nos outros três congressos anteriores, a questão do ensino laico e o ensino religioso estiveram na pauta de discussão, sendo que entre os delegados participantes ficou definida a necessidade da implantação de um movimento popular a fim de pressionar o governo mineiro na questão da liberdade para o ensino religioso.

> I – O Quarto Congresso Católico de Minas Gerais convida a todos os mineiros a organizarem uma vasta e poderosa Associação, sob o título Agremiação Católica pró Ensino Religioso, em particular, e demais reivindicações católicas.
> II – Tal agremiação será orientada e dirigida por uma comissão central na capital do Estado, com filiais nas sedes das dioceses, dos municípios e dos distritos de paz. Os fins primordiais da Agremiação pró Ensino Religioso são:
>
> a- auxiliar por todos os meios os revmos. Vigários no ensino do catecismo, da história sagrada e da doutrina cristã;

[149] Dom Joaquim foi um dos mais ativos membros participantes do 1º, 2°, 3º e 4º Congressos Católicos Mineiros, realizados respectivamente nos anos de 1910, 1911, 1914 e 1918, em Belo Horizonte. (MENEZES, 1994, p. 60-61 a*pud* BARROS, 2009, p. 20).

> b- velar cuidadosamente pela pureza da moral ensinada nos grupos escolares, nas escolas isoladas e nos estabelecimentos de ensino em geral;
> c- velar atentamente sobre os programas, manuais e compêndios destinados ao ensino primário, normal e superior, combatendo, através da imprensa diária, dos periódicos, de folhetos, de livros, etc. contra as doutrinas e ensinamentos filosóficos e históricos, etc. falsos, contrários à fé, à doutrina da Igreja e aos bons costumes;
> d- desenvolver intensa propaganda em favor do ensino religioso e, em geral, lutar pela sua adoção, pelo Congresso Estadual de Projeto n. 135 do Revmo. Sr. Cônego Xavier Rolim (REIS, 1977, p.14 a*pud* BARROS, 2009, p. 22).

Nesse contexto a iniciativa de líderes do clero restaurador[150] e de leigos católicos para a organização dos Congressos Católicos tinha como objetivo principal a mobilização da sociedade civil, a partir dos grupos leigos que se multiplicaram por todo o Estado de Minas, em prol da reintrodução do ensino religioso nas escolas públicas. Essas agremiações se constituíram em elementos de ligação entre o episcopado e o poder, e representavam para os profissionais e estudantes, pertencentes à classe média, "um veículo não institucional de acesso à elite política" (DUTRA, 1979, p. 76 a*pud* PEIXOTO, 1993, p. 57). Ressalta-se que o investimento na luta pela educação, seja através dos colégios católicos como a partir da reconquista do ensino religioso nos grupos escolares, evidencia que a Igreja compreendeu ter a educação infantil um papel fundamental na formação moral do futuro adulto.

3.2 - "O Horizonte": o arauto da "restauração católica" em Minas Gerais

A trajetória do jornal *O Horizonte* (1923-1935*)* insere-se nesse momento de retomada do papel de intervenção social experimentado pela Igreja Católica desde a proclamação da República no Brasil, de certo modo compreendida pelos católicos como a verdadeira "cristalização do espírito antirreligioso dos republicanos" (MATOS, 2003, p. 26). Desta forma, os primeiros anos de República representaram uma fase de extremas dificuldades para a Igreja, que enfrentava uma enorme debilidade institucional e via seu prestígio e poder de intervenção social se reduzir. Ao mesmo tempo, o contexto internacional também não era

[150] O movimento reformador católico, mais conhecido pelos termos Ultramontanismo, Romanização e Restauração Católica, consistiu em uma política realizada pelo Vaticano e posta em prática em todos os países como forma de reforço da autoridade e da hierarquia eclesiásticas católicas em resposta às revoluções do pensamento que tiveram sua expressão na ilustração, iluminismo, racionalismo, positivismo, etc. Inspirado no Concilio de Trento, enfatizando a autonomia da Igreja, o termo reforma significou a tentativa de substituir os elementos considerados deficientes ou sem validade, por novas formas que permitissem à fé católica apresentar-se com nova face. A este respeito ver AZZI (1991).

favorável à Igreja e sua doutrina social, pois o século XIX marcou a ascensão de modelos de mundo, a economia liberal capitalista e o movimento comunista, que se confrontavam diretamente com o papel e a visão de mundo católica. Somente no pontificado de Leão XIII (1878-1903) a Igreja procurou uma "reconciliação" do catolicismo com o mundo moderno, buscando transformá-lo de mera força reativa à modernidade em uma expressão ativa que almejava recuperar sua capacidade de influir nos rumos da humanidade (OLIVEIRA, 2010, p. 13).

Uma mudança de orientação da Igreja no país aconteceria por volta dos anos 1920, período em que a instituição reformularia sua organização, ações e objetivos com o anseio de retomar seu papel dentro da sociedade brasileira e sendo assim, essas atitudes foram designadas como a "Restauração Católica".[151] Para isso, o clero e os leigos tornaram-se uma grande força conservadora que alcançou uma importante participação na construção de um novo projeto de poder no país naquele período. A partir de então, a Igreja assume um novo modelo cujo apogeu ocorreu nos anos 1930 (MAINWARING, 1989, p. 43).

O movimento restaurador compreendia a influência política como um instrumento oportuno de mobilização social e transmissão da fé e, para tal objetivo, fomentava a formação de elites católicas capazes de colaborarem e se fazerem presentes no Estado brasileiro. Nesse contexto, houve a formação de diversas lideranças eclesiásticas e leigas que se destacaram como importantes protagonistas do cenário político brasileiro dos anos 1920 e 1930. Dessa forma, a hierarquia católica e as lideranças leigas através da atuação nas diversas instituições eclesiásticas, criadas para atuar no espaço público, motivavam a luta pela superação do laicismo, a contenção do protestantismo, o fortalecimento do ensino da doutrina católica e a manutenção da ordem em oposição às tendências de mudança social no Brasil (AZZI, 1994, p. 29-31).

Segundo Oliveira (2010, p. 15), o contexto da Restauração Católica em Minas Gerais era bem mais favorável do que nos outros estados brasileiros. Isso porque a tradição religiosa do estado, construída historicamente, e a presença de diversas instituições leigas, entre outros fatores, contribuíram para a criação de um terreno fértil para o movimento restaurador. A liderança e atuação dos arcebispos de Dom Helvécio Gomes de Oliveira (arcebispo de Mariana) e Dom Antônio dos Santos Cabral (primeiro arcebispo da região metropolitana de Belo Horizonte) em conjunto com vários grupos de leigos militantes, permitiu uma reaproximação mais rápida e amena entre a Igreja e o Estado, especialmente após o governo

[151] Essa expressão faz uma alusão ao lema do pontificado de Pio XI, "Restaurar todas as coisas em Cristo".

de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, iniciado em 1926. Dom Cabral articulou a participação dos leigos na causa da Restauração Católica, fazendo com que o Estado de Minas passasse pelas primeiras vitórias do movimento, como o retorno do ensino religioso às escolas oficiais.[152]

A Carta Pastoral de 1916, elaborada por Dom Leme, apresenta-se como um documento importante para a compreensão da reação da Igreja diante do Estado laico e dos seus efeitos. Segundo Passos (1998, p. 147),

> a carta pastoral teve grande repercussão nos meios católicos e, por outro lado, confirmou sua autoridade como porta-voz do episcopado. Seu conteúdo diz respeito a toda a Igreja do Brasil, por isso se torna um marco importante no processo de restauração do catolicismo. Faz uma análise da situação do catolicismo e convoca os brasileiros a um verdadeiro apostolado [...]

Na terceira parte deste documento foram apresentados os males que atingiam a sociedade brasileira, e posteriormente Dom Leme apontou os meios para solucioná-los.

> Meios para conjurar o grande mal da ignorância religiosa:
> I – A necessidade premente da instrução religiosa.
> II – A pregação: veículo indispensável da instrução religiosa.
> III – A leitura: precioso meio de instrução religiosa.
> IV – A instrução religiosa por meio da educação do lar.
> V – A escola: fonte de instrução religiosa.
> VI – O catecismo: grande meio de instrução religiosa
> (Grifo meu). (CINTRA *apud* PASSOS, 1998, p. 147-148)

Dentre as várias ações promovidas pela Igreja e pelos leigos católicos em seu propósito restaurador, destaca-se a imprensa religiosa como um dos instrumentos de maior êxito. A imprensa católica atuou de forma significativa na defesa da doutrina social da Igreja, e algumas publicações surgidas no contexto da Restauração Católica destacaram-se na sociedade, tal como o jornal mineiro "O Horizonte".

No início do século XX em Minas Gerais, como na maior parte do país, os jornais começavam a se apresentar como um espaço significativo de atuação dos intelectuais de diferentes correntes ideológicas. Segundo Castro (1995, p. 24-25), os primeiros jornais de Belo Horizonte apresentavam feições bastante modestas e, em geral, tinham uma pequena duração. Ao analisar as primeiras publicações desse período, Joaquim Nabuco Linhares[153]

[152] Os eventos organizados pelo clero e pela militância católica consolidavam a imagem de "Minas Católica" e até a geografia da região era citada com o uso de simbologias do Calvário e de fortaleza em alusão às montanhas do Estado.

[153] Joaquim Nabuco Linhares organizou uma vasta coleção, 839 títulos, ao recolher os jornais publicados em Belo Horizonte entre os anos de 1895 e 1954. Grande parte do acervo da "Coleção Linhares" está

afirmou que estes materiais eram espécies de "folhas ao vento", feitos sem nenhum investimento financeiro e quase sempre sem nenhuma expectativa de remuneração econômica. Mas mesmo assim, possuíam o poder de interligar as pessoas dispersas na cidade e ainda apresentar à população belo-horizontina as aspirações dos diferentes grupos que formavam essa incipiente imprensa (LINHARES, 1995).

Somente no ano de 1926, com o surgimento do *Correio Mineiro*, foi que houve o rompimento com a chamada primeira fase da imprensa belo-horizontina, marcada pelo estreitamento entre o jornalismo e a literatura, e, assim, iniciou-se um período de modernização das publicações no qual os jornais passaram a ser organizados como empreendimentos econômicos, sem que isso significasse a perda de sua função e teor político (Castro, 1997, p. 43).

O movimento restaurador católico reconhecia o valor dos jornais como instrumentos de intervenção social e, portanto, foram realizados diversos esforços para o surgimento de uma imprensa católica significativa no país. Inspirados nas ideias de Dom Leme,[154] reproduzindo o ponto de vista do papa Pio XI, as lideranças eclesiásticas e leigas procuravam defender o conceito de uma "Boa Imprensa" com a tarefa de combater os inimigos do catolicismo e divulgar os ensinamentos cristãos.

Em Minas Gerais, Dom Cabral foi o defensor da imprensa confessional e articulador para a criação de um jornal católico que atendesse a causa do movimento restaurador. À frente da diocese de Belo Horizonte, Dom Cabral organizou a fundação do Conselho de Imprensa, composto por leigos, com o objetivo de providenciar a criação de um jornal católico na cidade, preferencialmente de circulação diária. Os esforços de Dom Cabral e dos leigos militantes de Belo Horizonte concretizaram-se no dia 8 de abril de 1923, com a circulação do jornal "O Horizonte",[155] órgão oficial do Conselho de Imprensa da Arquidiocese de Belo Horizonte. [156]

---

disponibilizada virtualmente resultado de um projeto de pesquisa desenvolvido por professores e funcionários técnico-administrativos da Escola de Ciência da Informação, do Departamento de História e da Biblioteca Universitária. Maiores informações: http://linhares.eci.ufmg.br.

[154] A Carta Pastoral de Dom Sebastião Leme Silveira Cintra marca a retomada do papel da Igreja na sociedade brasileira. O documento, redigido em 1916 no Rio de Janeiro, tornou-se célebre por clamar por uma reação dos católicos contra os problemas vividos pela Igreja, destacando-se, dentre eles, a decadência do catolicismo no país, a ignorância religiosa de cientistas, literatos e intelectuais, além de denunciar os problemas das práticas religiosas populares. (MATOS, 2003, p. 48).

[155] O jornal teve a sua primeira edição publicada no dia 8 de abril de 1923 e a última datada de 29 de março de 1934, perfazendo um total de 1.065 edições variando entre 6 e 8 páginas, durante os seus 11 anos de existência. A partir do dia 12 de abril de 1924, na semana do seu 1.º aniversário, passou a ser "bi-hebdomadário", saindo às quartas e aos sábados e, posteriormente, às quintas e domingos (COSTA, 1989, p. 2).

[156] O Conselho de Imprensa, que editava "O Horizonte", funcionava na Rua Espírito Santo, 1.059, onde hoje se localiza o Edifício Pio XII, sendo um órgão formado por intelectuais católicos, como professores universitários,

Ao entrar em contato com essa fonte documental e realizando um levantamento dos repetitivos temas abordados, percebe-se que durante os três primeiros anos do jornal (1923 a 1926), durante a chamada primeira fase da imprensa da capital mineira, a composição dos artigos aparentava feições modestas, com mais artigos do que noticiários. Muito desses artigos utilizavam-se de uma linguagem rebuscada, abordando conteúdos estritamente teológicos, entremeados de citações nas línguas latina, grega, inglesa, francesa e italiana. Ao mesmo tempo, os anúncios e propagandas publicados nas duas últimas páginas do jornal sobre alguns setores de serviços, como de clérigos, médicos, advogados, escolas particulares, casas comerciais, bancos, indicam que esse discurso jornalístico atingia um público-leitor formado por setores intelectualizados com algum poder de consumo.

Posteriormente, verificou-se a expansão dos conteúdos na composição dos artigos jornal, ao noticiar "contos literários" ao longo dos seguidos números, notas sociais, notícias internacionais e também ao abordar os esportes ocorridos na semana, em destaque o futebol. É possível pensar que o editorial do jornal preocupou-se em ampliar esse público-leitor na tentativa de alcançar os setores mais baixos da sociedade e/ou reforçar sua influência no público inicial já alcançado. O que permite pensar também a circulação de novos hábitos e interesses na sociedade mineira.

Os discursos presentes na imprensa católica de Belo Horizonte, repletos de interpretações, valores e simbologias religiosas, constituíram-se de uma proposta política articulada, construída por redatores ligados ao movimento leigo que procuravam reafirmar a presença da Igreja nos rumos da sociedade brasileira. Adotando uma linha declaradamente católica, o jornal era marcado pelo seu teor combativo presente nos textos doutrinários.

A linguagem do "O Horizonte" perpassa pelo uso frequente de imagens e argumentos, baseados em dicotomias, tais como "bom combate X forças das trevas", "boa fé X má fé", "ordem X desordem", "unitarismo X fragmentação", "nacionalismo X estrangeirismo". Segundo Souza (2002, p. 57), o repertório de simbologias religiosas da tradição católica ofereceu um "arsenal" muito vasto e diverso para o ataque e desqualificação de seus adversários. Desta maneira, todas as transformações "negativas" que ocorreram desde a ruptura protestante fariam parte de um plano de destruição da Igreja e de seus princípios. Essa percepção de que haveria inimigos articulados contra a Igreja funcionava como um dos mais

---

historiadores, médicos, advogados, as "melhores consciências", e dirigido por D. Antônio dos Santos Cabral, arcebispo de Belo Horizonte, assessorado por padres que cuidavam da administração interna desse Conselho de Imprensa (COSTA, 1989, p. 3).

importantes instrumentos retóricos para acentuar a necessidade de combatividade dos católicos.

> São inimigos de nossa Patria, não resta duvida, os 'pastores e missionario' protestantes americanos. Inimigos sim, porque está bastantemente provado e divulgado, que os protestantes têm a missão de desunir o Brasil, conquistal-o comercialmente e depois... talvez comer um bacado bom das nossas terras. (...) Donde se conclue que os brasileiros que se deixam enganar e seduzir pelos pastores protestantes e concorrem para a sua empresa, além de se tornarem apostatas da nossa Fé e inimigos da Igreja, são também traidores da Nação. (Commentarios..., O HORIZONTE, Bello Horizonte, 26/10/1927, anno V, N. 415, p. 1)

Um tema recorrente do discurso católico do período era a responsabilização da maior parte dos problemas da modernidade a grupos ou doutrinas que "pecavam" pela ação de suas ideias ou pela omissão diante de situações consideradas calamitosas. Entre os inimigos frequentemente denunciados pelo clero católico e pelos militantes leigos nos artigos do jornal, destaca-se: o liberalismo, a modernidade, os protestantes e suas escolas, o ensino laico, a maçonaria, o espiritismo e o comunismo. Com menor frequência, foram levantados denúncias à prática do catolicismo popular e também a expressões das religiões afro-brasileiras.

> Toda a imprensa brasileira tem dado o grito de alerta, ante esta invasão que se vem fazendo no campo religioso e que visa claramente, a destruição do vinculo mais poderoso da unidade nacional. Com a responsabilidade dos seus nobres encargos o nosso actual Ministro do Exterior, em memorável ensejo, proclamou a necessidade patriótica de manter o catholicismo no Brasil. Todavia, a despeito desta prudente orientação o que se vê praticamente é que o governo, por uma quase 'superstição do liberalismo' nada empreende para defender os interesses nacionais à idolatria de uma liberdade religiosa sem limites. (...) em vários Estados gosam os protestantes de uma verdadeira proteção e até de subvenções aos seus institutos (...) Infelizmente, também Minas, a catholica Minas, subvenciona arapucas protestantes e vae experimentando, (...), os efeitos desastrosos desta perigosa americanização. (...) E o remédio? Está em uma organização nacional, solida e aguerrida de todas as energias vivas que militam no nosso campo. (Infiltração Protestante, O HORIZONTE, Bello Horizonte, 24/02/1926, anno III, n. 248, p. 3.)

Com relação ao liberalismo, os artigos apresentam as liberdades individuais como uma das maiores aberrações políticas da modernidade, pois permitiram que o homem tomasse distância do senso de comunidade, tornando-se alheio às forças de organização social como, por exemplo, a Igreja. O liberalismo era visto como corruptor e desagregador, um verdadeiro "veneno" que abriria as portas para uma série de outros males.

Esse ataque aos princípios liberais geralmente era exemplificado com críticas à sociedade dos Estados Unidos da América, considerada como o maior exemplo da decadência gerada pelo liberalismo e pela cultura materialista. Essas críticas aos norte-americanos

também estavam associadas à aversão ao protestantismo. Vários foram as denúncias contra os maus-tratos da sociedade norte-americana contra os negros, além da publicação de notícias alarmantes referentes ao alto índice de vícios e suicídios entre a "população civilizada".

> Isto é, aos senhores ministros protestantes methodistas, bathistas, (...) e Cia & Limitada que levados pelo 'sagrado zelo' do evangelho, deixam milhares de fiéis nos Estados Unidos para vir converter (perverter?) os catholicos brasileiros, a elles oferecemos na arida, mas convincente eloquencia dos numeros, as noticias seguintes: 'Os assassinos que em 1917 chegavam a sete mil, augmentaram em 1927em cerca de onze mil, o que dá uma percentagem de um para cada mil habitantes. (...) É esta a civilização christã que os taes missionários tanto gabam e querem importar da sua terra para o Brasil (...)'(O HORIZONTE, 26/09/1929, num.622, p.2)

A partir do ano de 1927, o editorial do "O Horizonte" noticiou uma coluna intitulada "Refute, se é capaz!" direcionada exclusivamente para responder as acusações dos *acatólicos*, procurando desvincular a representação do protestantismo com o moderno, e desconstruir o discurso protestante presente no jornal "O Batista Mineiro" que associava o atraso econômico e o analfabetismo dos países ibéricos e latinos americanos à cultura católica.

> É um homem impagável M. Hearshh, grande proprietário de jornaes norte-americanos que se destacou por sua hostilidade contra a Igreja Catholica, (...). Para combater a candidatura catholica, Hearshh escreveu um artigo para provar que todos que foram educados nas escolas catholica serao maus cidadãos, porque não eram educados com seus concidadaos. Há pouco tempo, porém, o mesmo Hearsh, organisou um concurso literário, offerecendo um premio importante ao alumno que fizesse a melhor composição e o exame oral mais satisfatória em historia e instrucção cívica americana. Ora, como para desmentir suas affirmações, (...) o alumno que obteve o melhor lugar e o premio, era um menino catholico, educado numa escola catholica! (O HORIZONTE, 22/01/1930, num.646, p.2)

O discurso referente à modernidade era apresentado de maneira conflituosa no periódico católico. Isso porque as matérias ressaltando descobertas tecnológicas e científicas, tais como a própria imprensa e a ciência, principalmente nos Estados Unidos, contrastavam com as notícias dos conflitos sociais, econômicos e culturais nos países protestantes. Esse discurso aparentemente antagônico demonstra o esforço do movimento restaurador católico na reinserção da sociedade moderna com o intuito de combatê-la e reconduzi-la aos interesses do catolicismo.

A quantidade de notícias denunciando o protestantismo demonstra que esse tema preocupava o editorial do "O Horizonte". Segundo Azzi (1994, p. 80), o protestantismo era compreendido como um forte fator de desagregação social devido à valorização do livre

exame das Escrituras. Por isso, era acusada de ser o evento responsável por toda sorte de problemas no mundo moderno, especialmente o anarquismo e os conflitos revolucionários. A Reforma Protestante era denunciada como a responsável pela quebra na unidade católica, promovendo a valorização da dúvida como método de análise da realidade e a rejeição às instituições, que seriam algumas das suas "sementes" malignas (SOUZA, 2002, p. 57).

Os "seguidores de Lutero" foram diversamente atacados com adjetivos pejorativos, tais como "imorais" e "corrompidos". A própria doutrina protestante era abordada como algo exótico, uma espécie de "erva daninha" encaminhada ao Brasil com o intuito de "envenenar" o povo católico do país. Dessa forma, o discurso apresentado preocupava-se em associar a ideia dos missionários protestantes a uma infiltração estrangeira, especialmente norte-americana. Era frequente associar a atuação dos pastores protestantes à ação do "dólar americano" e os jornalistas católicos denunciavam e relacionavam o crescimento do protestantismo ao grande volume de recursos financeiros recebidos do exterior.

> O protestantismo não é uma religião, é uma seita commercial. Os seus pastores são enviados pelas sociedades biblicas da Inglaterra e dos Estados Unidos. (...) Essas sociedades (...) são verdadeiros Bancos Commerciais, e seus pastores, que aqui apparecem, são como caixeiros viajantes bem remunerados. (...) Os indígenas da Nova Zelandia, na Oceania, costumam dizer que os ministros protestantes lhe aconselham a olhar para o céo, e enquanto olham o céo, roubam-lhes suas terras para dar a Inglaterra. (O HORIZONTE, 24/08/1929, num.604, p.2)

> Esses collegios genuinamente protestantes, sustentados pelos banqueiros judeus de Wall Street, que traiçoeiramente attrahem a mocidade brasileira com o engodo das aulas e dos esportes, nao passam de officinas de deschristianização. (…) Paes e maes brasileiros, nao consitaes que os vossos filhos sejam presas dos abutres americano. Nós queremos o nosso Brazil, forte, coheso, independente, sem tutela de nação alguma. Combatamos com energia e coragem a propaganda protestante , cujo fim é estabelecer o domínio norte-americano na nossa pátria. (…) Eu me insurjo abertamente contra essa mania moderna, de aprender com os americanos. (Os taes collegios…, O Horizonte, Belo Horizonte, 26/10/1929, p. 2)

Foi possível perceber o nível de intolerância por parte dos jornalistas referente à doutrina protestante. O medo da expansão protestante no Brasil e sua ação "maléfica" voltada para a juventude nacional levou os intelectuais católicos à frente do "O Horizonte" a defenderem ações segregacionistas. Esta atitude de certo modo dimensiona o grau que o "perigo protestante" representava para o movimento restaurador católico. Particularmente, destaca-se a notícia "Os protestantes da Floresta, na rua" veiculada no jornal "O Horizonte" de 20 de agosto de 1924, que denuncia a ação dos colportores batistas ao venderem seus livros e Bíblias de porta em porta. Ao mesmo tempo, o editorial utilizou-se de discurso violento para denunciar as atividades batistas na Praça 12 de Outubro e, posteriormente, na Praça da Lagoinha.

> Os ditos protestantes da Floresta e com o mesmo *missionário*, afinaram o seu harmonium munidos de uma bíblia *das suas* e sahiram com o firme proposito de conquistar almas para o seu rebanho. [...] Ouvíamos toda aquella baboseira e, ainda mais nos parecia ouvir: 'O Brasil, dentro em pouco, si não reagir com rigor, será colônia norte-americana' [...] Um grupo de umas 30 pessoas mais ou menos, inclusive seis rapazes da Uniao dos Moços Catholicos, quebrou a monotonia, erguendo calorosos vivas à religião Catholica, ao sr. Arcebispo, às autoridades, ao Brasil, ao Nacionalismo, etc. [...] Assim procedem os catholicos [...] especialmente os moços, repelindo qualquer afronta à Religião Nacional [...] É preciso reagir contra os *maos* brasileiros, pagos pelos americanos para empreenderem a derrocada nacional, pervertendo os lares, e arrancando dos corações, o sentimento religioso. Dschristianizar o Brasil: oh, isto não – seja apenas o sonho de alguns americanos!... (O HORIZONTE, 20/08/1924, Anno II, n. 90, p. 1.)[157]

Percebe-se que o discurso presente no jornal católico alinhou-se com o crescente sentimento nacionalista presente no Brasil e no mundo ocidental, o qual combatia principalmente o "perigo vermelho", o liberalismo político e econômico valorizando assim, um Estado capitalista com características intervencionistas.

Um tema constante no jornal "O Horizonte", principalmente entre os anos de 1926 e 1928, foi a ênfase ao governo de Mussolini e sua relação com a Santa Sé que de certa forma, foi noticiado de forma contraditória. Algumas notícias exaltaram a ação do chefe de Estado Italiano contra as práticas culturais modernas, principalmente com relação aos hábitos femininos, tais como a vestimenta – uso da saia, corte de cabelo, cigarro e álcool – e a ocupação do mercado de trabalho. Ao mesmo tempo, era constante o uso das ações do governo italiano, principalmente com relação ao Estado Italiano e à Santa Sé, referindo ao ensino religioso nas escolas, como forma de pressionar os governantes mineiro e federal.

Essa temática foi alvo de críticas por parte do editorial do jornal "O Baptista Mineiro" que não poupou palavras para denunciar as disputas entre o governo fascista de Mussolini e a Santa Sé, denominada de "Questão Romana".[158] A notícia "Mussolini e o Papa" enfatizou o "formidável discurso" de Mussolini em resposta as tentativas intervencionistas do Papa ao tentar monopolizar o ensino religioso nos grupos escolares italianos.

> **¡**NESTE CAMPO SOMOS INTRATAVEIS**!** **¡**O ENSINO DEVE PERTENCER-NOS**!** [...] É que o Papa queria dominar a escola e a mulher, porque uma vez nas

[157] O editorial do jornal "O Baptista Mineiro" de agosto de 1924 refutou a referida notícia de agressão verbal e física por parte dos "moços da União" contra as iniciativas batistas na Praça da Lagoinha.

[158] De maneira geral, essa querela das disputas entre o Estado e a Igreja só terminou em 1929, quando Benito Mussolini, necessitando de apoio da Igreja e dos católicos, assinou com o Papa Pio XI a Concordata de São João Latrão. Por esse tratado, firmou-se um acordo pelo qual se criava o Estado do Vaticano, o Sumo Pontífice recebia indenização monetária pelas perdas territoriais, o ensino religioso era obrigatório nas escolas italianas e se proibia a admissão em cargos públicos dos sacerdotes que abandonassem a batina.

> suas mãos essas duas armas tinha vitória assegurada. ¡Pela escola, dominava a mocidade, que são os homens de amanhã; pela mulher, acorrentava a família, e assim ele seria o dono da Itália e de todo o mundo**!** (O BAPTISTA MINEIRO, Junho de 1929, Anno X, n. 6, p. 2)

Em linhas gerais, percebe-se que as atividades do episcopado católico em prol da "restauração católica" foi presente nos países ocidentais. Até mesmo os países predominantemente protestantes enfrentaram ações de grupos católicos visando ampliar sua influência na sociedade, como apresentam inúmeras notícias no jornal "O Horizonte" a respeito do crescimento da denominação católica em países como: os Estados Unidos, a Inglaterra e a Holanda. Ressalta-se que, para além dos aspectos em disputa, torna-se importante assinalar que os posicionamentos dos dois grupos envolveram também aproximações significativas, no caso específico, a compreensão da importância da educação como instrumento para o projeto civilizatório das respectivas denominações.

Nesse cenário educacional do período republicano no Brasil, reforçou-se a ideia da "escola como transformadora social" e, dessa forma, houve aumento na demanda por escola. A classe média começou a valorizar a educação escolar, tanto ao inserir seus filhos nos grupos escolares como ao aceitar pagar mensalidades, e investindo na educação deles. Com o intuito de disputar esse espaço educacional privado, as escolas batistas americanas propagandeavam suas "novas e modernas" práticas educacionais. Os educandários protestantes divulgavam suas inovações tais como o princípio co-educativo, colocando meninos e meninas, rapazes e moças nas mesmas salas de aula. Porém, essa prática, foi diversas vezes criticada no "O Horizonte", que compreendia que a mistura de gêneros entre as crianças no mesmo espaço educacional não era bem visto pela *tradicional* família católica e alertava os pais católicos contra a desvalorização da *boa moral*, ameaçando-os de excomunhão caso matriculam-se seus filhos em colégios acatólicos.

A partir do ano de 1925, o editorial do jornal "O Horizonte" publicou uma coluna denominada "Sem Titulo", assinada por A.T.. Utilizando-se de discurso irônico, na maioria das anedotas, o colunista narrou diversas histórias apresentando situações cotidianas entre católicos "desinformados" e missionários protestantes. Tudo indica que essa coluna tinha dupla finalidade: primeiramente, de buscar eliminar entre os católicos as práticas populares que se distanciavam da cultura religiosa do catolicismo romano e, ao mesmo tempo, propagar entre os fiéis católicos certa repugnância às práticas protestantes, desclassificando-as através do discurso em tom ridicularizante.

> - Seu Bernardino, com excomunhão não se brinca. Fique sabendo que o catholico que conscientemente coloca seu filho, parente ou protegido em collegio protestante, espirita, positivista ou em qualquer outro instituto acatholico, onde possa perder a fé fica excomungado (Codigo Canonico, Can. 2319, § 1º, n. 4) [...]
> Vamos cá: você é catholico? Preza a fé e reconhece ser ella um dom precioso e necessário a salvação? [...]
> Como, então, você quer expor seu filho ou sua filha a perder esse dom que você tanta preza? [...]
> Mas, se você quer ser catholico e quer que os seus também o sejam, obedeça, seu Bernardino, à Egreja, que antes do bisavo de seu tataravô sonhar em aparecer neste mundo, já existia, santa, sabia e infalível [...].
> Larga essa vaidade, meu amigo, e manda educar seu filho ou sua filha nalgum dos muitos e optimos collegios catholicos [...] no Estado.
> Deixa para lá os zecasbaptistas, as sinhãnabaptistas e outras barraquinhas enfeitadas do capêta <verdadeiras arapucas da fé>.
> (O HORIZONTE, 02/01/1926, Anno IV, N. 231, p. 4)

Além dos jornais confessionais, a oposição católica se dava também por meio de cartas pastorais dos bispos que exortavam os pais católicos a jurarem não confiar a educação de seus filhos a colégios protestantes.

> Já outras vezes temos despertado a atenção dos fiéis para o perigo em que precipitão seus filhos confiando-os a escolas acatholicas, mestres hereges, ímpios, escandalosos, ou infames por factos conhecidos; e sabemos que nossos cooperadores não se tem descuidado, nem se descuidarão, de resguardar suas ovelhas neste arriscado perigo. [...] Há muito trabalhão os methodistas, e outras seitas da América do Norte, por attrahir e arrastar os Brasileiros; mas suas industrias e esforços estacarão deante da resistência de nosso povo fiel. Por isso brademos aos Paes, com todas as forças d'alma, que por nenhuma razão, por nenhuma conveniência, por nenhuma solicitação de amigos confiem seus filhos ou pupilos a collegios protestantes, nem a mestres ímpios, ou de maos costumes. Cousa triste é a ignorância; muito mais triste porem é o erro em pontos de religião. O ignorante, mas crente e virtuoso, se salva; o instruído em sciencias humanas, mas sem a fé verdadeira, perder-se-á eternamente.
> (Carta Pastoral de dom Silvério Gomes Pimenta: O perigo dos collegios acatholicos. Mariana, 1921) (Grifo meu)

Em contrapartida, o editorial do jornal católico visou propagandear os colégios católicos de Bello Horizonte e do estado mineiro a partir da coluna "Os nossos collegios". De maneira geral, as notícias dos educandários católicos de ensino secundário eram acompanhadas de imagem que destacava o equipamento escolar. Ao mesmo tempo, eram divulgadas predominantemente no mês de janeiro no período do retorno das atividades letivas. Outra forma de divulgação dos colégios católicos eram as notícias dos eventos escolares, com destaque para as festas cívicas e as festas de encerramento do ano letivo, além das formaturas de conclusão do curso primário ou secundário.

Outro tema combatido ferozmente pelos jornalistas do "O Horizonte" foi o ensino leigo, compreendido como o germe de todas as ideias destruidoras da sociedade e corruptoras da moral e do caráter. Nesse sentido, ocorreu o incentivo pela luta em torno da adoção do ensino religioso nas escolas públicas, dentro do horário escolar, sem caráter obrigatório, dele se excetuando as crianças cujos pais assim o declarassem por escrito. De maneira geral, esse assunto foi bastante ressaltado nos editoriais dos diversos jornais católicos em Minas Gerais e no Brasil, como aponta a notícia "O Ensino Leigo" do jornal católico juiz-forano "O Lar Catholico",[159]

> Os collegios leigos, sobretudo os dos grandes centros, são os maiores factores da indifferenca religiosa e, mais ainda, do scepticismo. [...]
> Acontece o seguinte: o menino sempre respeitou um único credo, uma só doutrina e, no collegio, cada mestre tem uma religião diferente. O de portuguez, por exemplo, ao deparar na grammatica com um modelo que encerre uma verdade do catholicismo, não deixará, se fôr protestante, de fazer ver que aquillo é um erro. Esquecido da laicidade do estabelecimento (este esquecimento é fatal), estende-se em considerações, deprime o romanismo e enaltece o luteranismo. Na aula de Historia Natural, o professor poderá, a toda hora, dissertar sobre este ou aquelle principio philosophico, contrario a esta ou aquella religião. [...] Assim, no fim do dia, um menino de doze anos ouviu a apologia e a anathema de todas as religiões. Tudo isso actua sobre seu entendimento, ainda curto, abala-lhe a fé pouco consistente e, à noite, não sabe se deve rezar a Deus ou... ao Diabo. [...] Por isso, cada alumno depois de certo tempo de collegio, conclue: nenhuma religião presta; todas são falsas. E cae na irreligião [...]
> Os collegios leigos não só não ministram essa educação [que valoriza a Deus, Patria e família – a ordem do amor], como destroem o germen religioso que havia na creança. São eles portanto, os factores do indiffentismo e d'esta caterva sem numero de estadistas sem patriotismo e sem critério, que só trabalham *pro domo sua.*
> (O LAR CATHOLICO, Juiz de Fora, fevereiro de 1921) (Grifo meu).

De acordo com Costa (1989, p. 57), a luta pelo ensino religioso nas escolas públicas, programa de luta dos católicos que paulatinamente ganhou a adesão de educadores leigos e de autoridades governamentais, perpassava principalmente pela discussão de quem seria o pedagogo que deveria ajudar na superação da decadência moral e intelectual, que tanto "católicos" quanto "liberais"[160] pretendiam exorcizar da sociedade. Por parte dos católicos

[159] O periódico encontra-se no acervo do Memorial da Arquidiocese de Belo Horizonte, localizado no bairro Santa Efigênia, Belo Horizonte.

[160] Nos debates educacionais que se expressaram nos anos 1920, estendendo-se pela década seguinte, emergiram como atores privilegiados os educadores comumente identificados pela historiografia como "escolanovistas" – ou ainda como "renovadores", ou "liberais" – e os chamados "educadores católicos". Tais termos, que tendem, com frequência, a ser apresentados, em manuais de história de educação, entre outros tipos de publicação da área, até os nossos dias, de uma forma naturalizada e polarizada, carecem de precisão. Ainda que os utilizemos, como será o caso deste texto, torna-se necessário considerar essa imprecisão. Um primeiro ponto a destacar a respeito é o de que as posições – de confronto, em diversos aspectos – que educadores vinculados a esses grupos assumiram não envolveram polaridades rígidas, diferentemente do que aponta uma historiografia da educação ainda não suficientemente alimentada por pesquisas recentes de base empírica. (SCHULLER e MAGALDI, 2008, p. 48)

militantes existia o receio de que a história ensinada na escola tiraria o Cristo e colocaria o Caxias, ou seja, os símbolos nacionais, afinal os intelectuais republicanos instituem outras imagens, pois ao longo da primeira República, a cultura escolar passou a valorizar e cultuar os heróis nacionais.

Ao contrário dos discursos protestantes em prol do liberalismo e do individualismo, que eram árduos defensores do Estado laico com capacidade de gerir as disputas no mercado econômico e, no caso, o "mercado religioso/educacional". Os editoriais católicos procuraram deslegitimar a construção histórica que agregou valor ao ensino laico, compreendido na época como uma educação que valorizava a liberdade de pensamento, ancorada em bases científicas e filosóficas, capaz de promover uma nova realidade social. Para isso, foram utilizados argumentos que visavam associar o sentimento patriótico à religião "cristã universal", no caso a católica, que trazia consigo a verdade do evangelho e, portanto, do amor fraternal responsável pela união no seio familiar e por extensão, uma nação soberana. Ao mesmo tempo, os discursos procuraram menosprezar e deslegitimar as ações dos governantes defensores do princípio da laicidade, associando-os ao sentimento antipatriótico e ateísta, responsáveis por todas as mazelas da sociedade.

Com relação ao papel do professor dentro da sala de aula, percebe-se a acusação frente à autonomia do "ministro escolar" que professa sua crença religiosa e/ou filosófica para os "indefesos" alunos.[161] O discurso do editorial católico pretendeu abalar "a falsa laicidade escolar" ao denunciar as ações de certos professores que não se enquadravam nos princípios do catolicismo e, portanto, utilizavam-se do "púlpito escolar" para propagar suas "crenças". No caso específico, a notícia "Acusação – Defesa", escrita pelo Padre Leão Medeiros Leite, no jornal "O Horizonte" denuncia as ações de uma professora protestante que lecionava "lições de protestantismo as creanças" das escolas reunidas Mello Vianna – Carlos Prates.

> [...] disse ela com leal franqueza que 'está proporcionando às creanças deste bairro reuniões dominicaes, cujo programma consta de 4 partes, 1ª. Religiosa, etc; 2ª. moral, etc; 3ª. artística, etc; 4ª. ou sportista, constante de jogos infantis, ao ar livre, SENDO A FREQUENCIA INTEIRAMENTE LIVRE. Ora, parece-me que uma

[161] Como apontam SCHULLER e MAGALDI (2008, p. 55), a história da profissão docente e a trajetória de homens e mulheres no magistério, os processos de formação e as transformações históricas no exercício da docência ainda permanecem como questões a serem mais detidamente investigadas. A participação de professores e professoras no processo de produção de saberes, livros e materiais escolares, bem como sua atuação nos processos políticos de constituição de formas associativas como lugares de sociabilidades profissionais, constituem interessantes problemas de pesquisa a explorar. Importante destacar que os alunos, suas experiências e práticas educativas no cotidiano escolar, estão ainda para ser mais bem conhecidos. Especialmente as crianças, então transformadas em *aluno*, *sujeito* e *objeto* de intervenção de saberes e campos científicos diversos (pedagogia, higiene, medicina, psicologia, assistência social, direito, entre outros), aguardam sérios investimentos de pesquisa.

> Professora protestante não deixaria de ensinar sua própria religião, quando se lhe deparasse ocassião propicia. [...]
> Oh! sim, que bela lealdade essa – chamar, convidar crianças filhas de paes catholicos, para a titulo de arte e esportes lhes infiltrar a heresia protestante gotta a gotta, [...]
> 'As nossas crianças não constituem monopólio de quem quer que seja'. Isto escreveu a Exma. Professora.
> Alto lá. As crianças são pertences dos paes e a eles incumbe o dever sagrado de velar pelos filhos e educal-os. É um direito divino positivo que bem pode ser chamado um monopólio sagrado dos paes.
> Este direito a Exma. Professora [...] está violando damnosamente... Esta invadindo a educação catholica das famílias. [...]
> Aos catholicos de Carlos Prates, o brado de alerta! [...] Permittirdes aos vossos filhos frequência a taes 'reunioes dominicaes'[162] é crime de lesa religião e de lesa pátria.
> (O HORIZONTE, Bello Horizonte, 10/08/1929, Anno VII, n. 600, p. 1)

Percebe-se que a ideia de transformar o mundo pela escola apareceu frequentemente nos artigos e editoriais do jornal e, portanto, era importante conquistar a escola, concebida como lugar privilegiado capaz de formar a consciência e os hábitos desde a infância, na direção da formação do homem integral. A denúncia contra as práticas escolares dos professores *acatholicos*, no caso protestantes, permite a problematização com relação aos discursos das denominações protestantes a respeito da laicidade e, consequentemente, a disputa pelo "mercado educacional" com o Estado.

É possível pensar que, ao final da década de 1920, contexto marcado pela volta do ensino religioso aos grupos escolares, as denominações protestantes apropriaram-se do ensino religioso no ambiente escolar público para difundirem seus princípios confessionais e, assim, disputarem espaço de influência com os católicos no interior do grupo escolar. Nesse sentido, cabe a problematização com relação aos limites da laicidade na educação republicana anterior às políticas reformistas, ao levar em consideração toda a importância da tradição religiosa, especialmente católica, que marcou – e ainda marca – a sociedade e o cenário educacional brasileiro.

3.3 - A laicidade em questão: a Lei de 1.092 de 1929.

A década de vinte no Brasil caracterizou-se por um clima de efervescência intelectual e de agitações sociais, reflexo das transformações por que se passava a sociedade brasileira e

[162] Segundo OLIVEIRA (2011, p. 27), no governo de Júlio Bueno Brandão, cujo secretário do Interior era Delfim Moreira da Costa Ribeiro, houve muitas conquistas para a instrução escolar em Minas Gerais. A reforma Bueno Brandão (1915) não divergiu muito da Reforma João Pinheiro; mas inovou ao criar escolas rurais, prever as escolas dominicais – baseadas no ensino do Senhor – as instruções para exercícios físico em grupos escolares e escolas singulares, e, sobretudo, ao estabelecer a primeira escola infantil.

da consequente luta pela recomposição do poder político. Dentre as exigências por mudanças, destaca-se a ênfase pela necessidade da ampliação da escolarização na sociedade como instrumento de participação política, através do voto, com o intuito de fragilizar o monopólio exercido pelas oligarquias rurais da região sudeste.

Essa agitação na esfera social, política e cultural se encontrava no bojo do fortalecimento da indústria a partir do ano de 1914, e direcionada por grupos que defendiam o princípio da ideologia liberal, na qual a escola é um direito de todos. As possibilidades de estabelecimento de uma nova ordem social provocaram um processo de questionamentos frente às instituições políticas e sociais. Neste processo, a Semana da Arte Moderna, a fundação do Partido Comunista, o movimento Tenentista e as comemorações civis do Centenário da Independência são expressões, e constituem marcos importantes e, ao mesmo tempo, apontam para a heterogeneidade das manifestações no campo ideológico que caracterizou a década de 1920.

Segundo Peixoto (1981), no campo político, essa alteração ocasionou uma mudança no papel dos dirigentes do Estado. Até então de cunho liberal, as políticas governamentais passaram a apresentar caráter intervencionista, na medida em que controlou as rédeas da economia. No campo social, o intervencionismo estatal assumiu o papel de mediador entre diferentes grupos sociais, utilizando a educação como elemento estratégico na solução de questão social.

Nessa perspectiva, a autora afirma que as reformas de ensino executadas em âmbito estadual, ao longo da década de vinte, representam a antecipação da guinada de posição do governo, que se tornou cada vez mais intensa a partir da década de trinta, quando se acentuou a interferência do Estado no processo de desenvolvimento da economia capitalista no Brasil. Tais reformas representam o delineamento de um sistema em que a educação fundamental passa a ter importância em função do avanço da ordem social burguesa. Ao constituírem-se manifestações concretas do processo de mudança que se verificava no país, as reformas estaduais de ensino apontam a influência do "entusiasmo pela educação" do "otimismo pedagógico" e, especialmente da "Escola Nova", em vigor nos países "civilizados". Ressaltam-se as reformas em outros estados, em que seus elaboradores, dentre outros educadores, participaram ativamente do movimento escolanovista no Brasil.

Tabela 2: Reformas educacionais estaduais ocorridas na década 1920[163]

São Paulo	Ceará	Bahia	Minas Gerais	RJ (Dist. Federal)	Pernambuco
Reforma de 1920, a cargo de Sampaio Dória	Reforma de 1922-3, a cargo de Lourenço Filho	Reforma de 1925, a cargo de Anísio Teixeira	Reforma de 1927-30, a cargo de Francisco Campos	Reforma de 1922- 6 e de 1928, a cargo de Fernando de Azevedo	Reforma de 1928, a cargo de Carneiro Leão.

No estado de Minas Gerais, no conjunto das mudanças políticas realizadas pelo Presidente Antônio Carlos, destacam-se as reformas educacionais de 1927 e 1928, propostas por Francisco Campos, objetivando contornar a crise que atingiu o país. A reforma administrativa, a instalação da Universidade de Minas Gerais e da Justiça Eleitoral, a inauguração da Escola de Aperfeiçoamento, as Reformas do Ensino Primário e do Ensino Normal, além da reaproximação com a Igreja, são as marcas desse governo, cujo Programa se caracteriza por uma ação modernizadora.

Na plataforma de governo apresentada por Antônio Carlos, a educação ocupou lugar de destaque, cabendo ao secretário Francisco Campos concretizar as propostas educacionais apresentadas na campanha eleitoral. Embora tenha se criado uma universidade no estado mineiro, segundo Oliveira (2001, p. 30), essa reforma se destacou pelas modificações que foram feitas no ensino primário e normal ao introduzir ideais educacionais da "escola nova". Sob a responsabilidade de Francisco Campos, foi realizado em 8 de maio de 1927 o primeiro Congresso de Ensino Primário, do qual participaram vários professores mineiros para discutirem os assuntos referentes à pretendida reforma.

Na concepção de Francisco Campos, esses postulados representavam os ideais de modernidade que seu governo almejava alcançar. Contudo, essas mudanças possuíam limites definidos, pois não podiam abalar o compromisso das alianças políticas que formavam as bases sociais da estrutura do poder vigente. Segundo Peixoto (1993, p. 58), a preocupação conferida por Campos à participação do Estado no controle e na oferta dos serviços educacionais buscando apresentar um novo sentido à educação escolar,

> compatível com o avanço da ciência e da técnica e com as novas necessidades do Brasil, sua insistência em introduzir nas escolas um novo modelo de ensino baseados nos princípios da Escola Nova, a desoficialização imposta ao ensino ministrado nas escolas normais, em quase sua totalidade católica, e sua substituição por escolas públicas, provocam reações por parte da Igreja.

[163] In: OLIVEIRA, 2011, p. 22.

O ano de 1927 foi marcado por amplas discussões sobre a educação, o ensino religioso, a reforma educacional e o congresso de instrução primária. Inúmeros artigos sobre os referidos temas foram levantados no jornal "O Horizonte", sendo superados apenas em 1928, devido à realização do Primeiro Congresso de Catecismo no Brasil, ocorrido em Belo Horizonte, no prédio do Colégio Arnaldo, durante a primeira semana de setembro daquele ano (COSTA, 1989, p. 38).

Com relação ao Congresso de Instrução Primaria, o editorial do jornal "O Horizonte" apresentou discurso antagônico, pois

> é de se lamentar-se, no entanto, que a par de tão sabias e magníficas teses a serem proficientemente discutidas, não se tivesse incluída uma – a principal sobre todas as outras – que abordasse a necessidade da intromissão do ensino religioso como base fundamental à feitura do caráter dos homens de amanha.
> (O HORIZONTE, Bello Horizonte, 04/05/1927).

O fato de o editorial denominar algumas teses, apresentadas e discutidas no Congresso, de "sábias e magnificas" possibilita a reflexão com relação à apropriação de certos princípios escolanovistas por uma parcela do grupo católico. Isso aponta para a necessidade de problematização com relação a analise que tende a polarizar as concepções dos dois grupos. Ao mesmo tempo, compreende-se que entre a política escolar da Igreja e a nova política de educação da Reforma de 1927 existiram pontos de convergências, que provavelmente possam ser maiores que as divergências.

A posição assumida pelo episcopado e os militantes leigos católicos em relação à Reforma Campos foi uma das primeiras manifestações concretas da disputa que se travou no país em torno do controle da sociedade civil. Nesse sentido, as pressões do grupo católico pela reintrodução do ensino religioso nas escolas públicas podem ser compreendidas como uma reação ao avanço do governo no campo da educação escolar, durante o mandato do Presidente Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (1926-1930).

A realização do primeiro Congresso Brasileiro de Catecismo insere-se nesse contexto dos protestos católicos frente às medidas de cunho laicizante introduzidas no sistema escolar mineiro pela Reforma de 1927. Nesse sentido, esse congresso visava fortalecer a reaproximação/colaboração da Igreja mineira com o governo do Estado, mediante uma reivindicação antiga dos católicos após a instauração do regime republicano: o ensino do catecismo nas escolas públicas. Passos (1998) afirma que, no mesmo dia do encerramento de tal Congresso, foi publicado no Jornal "Minas Gerais" o decreto do Presidente Antônio Carlos

Ribeiro de Andrada, e que a seguinte mensagem foi então proferida aos participantes do evento:

> Comunico a V. Exa. [o presidente do Congresso catequístico] que o Sr. Presidente do Estado, atendendo a reiterados apelos lhe têm sido dirigidos da parte de várias associações católicas e do próprio Congresso Catequístico ora reunido nesta Capital, e considerando que vai ao encontro dos sentimentos e aspirações do povo mineiro, resolveu permitir que, uma vez por semana, e dentro do horário escolar, se ministre aos alunos dos estabelecimentos de instrução primária o ensino do catecismo. (CAMPOS *apud* LIMA, p. 272)

De acordo com Castro (1989, p. 42), a partir do Congresso de Catecismo, Dom Cabral conseguiu promover um grande acontecimento da Ação Social Católica, em nível nacional e, dessa forma, pôde conquistar a autorização para o ensino do catecismo dentro dos horários dos grupos escolares em Minas Gerais. Nesse contexto de conflitos por projetos educacionais civilizatórios, o movimento restaurador católico mineiro buscou mobilizar suas organizações para pressionar o governo Estadual em prol da aprovação da lei que sancionava o ensino religioso nos grupos escolares, a reforma João Pinheiro (1906). Esse objetivo foi alcançado somente a partir da sanção da lei n. 1.092 (12/10/1929)[164] que trouxe uma nova conjuntura nas relações de poder na disputa pelo campo educacional privado em Minas Gerais e, depois, na década de 1930, para todo Brasil com a instauração do governo Vargas.

Importante retomar a discussão a respeito da mobilização de outros grupos contrários a mobilização e pressão por parte dos grupos católicos pelo fim da laicidade escolar. No caso específico, os líderes batistas a partir do jornal "O Baptista Mineiro" utilizaram esse meio de comunicação para propagandear os princípios do liberalismo, individualismo e da laicidade. A partir do meado do ano de 1926 foi possível perceber a mudança no discurso do jornal batista que passou a ser mais enfático na defesa da educação laica e contra a pressão católica frente ao governo estadual pelo catecismo escolar. Sendo assim, os batistas procuraram através do discurso mobilizar seus fiéis ao denunciar a ilegitimidade da lei n. 1092 que segundo eles, abalava as bases do sistema Republicano do Brasil.

Essa lei representou o "coroamento" de um longo percurso do clero mineiro junto à sociedade civil e traduz o reconhecimento por parte do governo, da influencia da Igreja no Estado e da necessidade da sua cooperação na solução dos conflitos sociais. Ela formalizou os

[164] Segundo CURY, (2012, p. 49), em 1928, o presidente Antônio Carlos descartou a Constituição e baixou um decreto autorizando o ensino do catecismo católico nas escolas primárias do seu estado, à semelhança da reforma educacional de 1923 na Itália Fascista, denominada reforma Gentile. No ano seguinte, a Assembleia Legislativa mineira aprovou lei determinando o ensino da religião nas escolas estaduais primárias, secundárias e normais. A frequência às aulas seria facultativa, e não se mencionava nenhuma religião específica. Mas os procedimentos indicados eram tais que, na prática, somente o catolicismo poderia ser ensinado aos alunos.

laços que ligou o governo Estadual e o episcopado católico em Minas Gerais, até então rompidos com a instauração da república no Brasil, e ao mesmo tempo, foi responsável por alterar o "equilíbrio de forças" na disputa pelo campo educacional na cidade de Belo Horizonte e no estado de Minas Gerais.

Percebe-se, então, que ao longo da Primeira República a luta pelo direito da laicidade esteve em tensão constantemente através das intervenções dos diversos grupos sociais que disputavam entre si o "mercado religioso e/ou educacional", e concomitantemente com o governo Federal e Estadual, na busca de conquistar maior influência perante a sociedade. Portanto, o retorno do ensino religioso às escolas oficiais foi resultado de uma longa caminhada de batalhas. Em alguns casos, como o de Minas Gerais, houve uma flexibilização na aplicação da Constituição Federal, através da mobilização da Igreja e também da intervenção de alguns juristas católicos, sob a liderança de Dom Silvério Gomes Pimenta, arcebispo de Mariana, e de Dom Joaquim Silvério de Souza, bispo de Diamantina. Em outros estados também ocorreu a continuidade do ensino religioso nas escolas públicas, mas de forma facultativa. Dentre esses estados podemos citar: Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Sergipe.

* * * *

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

De um país oficialmente católico pela Constituição Imperial, a Carta Magna de 1891 instituiu um Estado laico com o reconhecimento da liberdade de religião e de expressão religiosa, vedando-se ao Estado o estabelecimento de cultos, sua subvenção ou formas de aliança. Mesmo nesse contexto, ao longo da Primeira República, especialmente no Sudeste brasileiro, a educação constituiu-se num campo de tensões entre o protestantismo e o catolicismo, confissões religiosas com concepções de mundo divergentes. Enquanto na cosmovisão protestante em geral, e na batista em particular, prevaleceu o individualismo, a descentralização da fé e a liberdade de pensamento, a visão de mundo católica foi marcada pela universalidade, pela centralização, pela hierarquia e pelo conservadorismo (PAIVA, 2003). Apesar dessa diversidade, tanto os batistas quanto os católicos buscavam difundir na sociedade brasileira não apenas as suas concepções religiosas, mas também seus respectivos padrões culturais, principalmente pela via escolar, com o intuito de educar os filhos das elites para que no futuro, ao ocuparem posições sociais em destaque, eles fossem capaz de civilizar a nação.

O conceito de evangelização compartilhado pelos missionários norte-americanos incluía conscientemente a educação como estratégia para compor, em longo prazo, uma nova sociedade. Mesmo com essas características educacionais marcantes, a história da participação protestante na educação escolar brasileira, apesar de trabalhos significativos, ainda está por ser escrita. Um dos aspectos que chama a atenção ao estudar a inserção do protestantismo no Brasil e a criação dos colégios de influência pedagógica norte-americana é a escassa presença de estudos que tomem por referência a denominação batista na região sudeste, em particular no espaço geográfico de Minas Gerais. Ou seja, existe certo silêncio sobre o projeto educacional batista no estado mineiro e, em particular, para a cidade de Belo Horizonte.

Em Minas Gerais, a concretude do projeto educacional batista ocorreu com a chegada do casal de missionários norte-americanos Otis e Ephigênia Maddox, quando em março de 1918 fundaram a *Escola Baptista em Bello Horizonte*. Entre o curto prazo de dois anos, com o intuito de implantar o curso secundário, os coordenadores do campo mineiro solicitaram expressivo empréstimo financeiro a Junta de Richmond para adquirirem terreno no bairro Floresta, para onde foi transferido o educandário batista. Isso demonstra certo atraso do projeto proselitista batista pela via educacional se comparado ao período de abertura das

escolas cofessionais católicas e mesmo protestante, no caso o educandário metodista Izabela Hendrix, predominantemente abertos na primeira década do século XX em Belo Horizonte.

Cabe ressaltar que antes do casal Maddox, na virada do século XIX para o século XX, houve experiências educacionais a partir das igrejas batistas fundadas no interior e na capital do estado mineiro. Essas Escolas Anexas, junto às igrejas, tiveram curto período de funcionamento devido a inúmeros problemas, seja de origem financeira, religiosa e também devido às disputas internas dentro da própria denominação batista.

A "Nova Capital" mineira foi escolhida pelos missionários batistas como espaço por excelência para as ações dos missionários no campo educacional ao se apropriarem das representações modernas da cidade. A Comissão Construtora da Nova Capital (CCNC) procurou se aproximar das ideias urbanistas vigentes à época na tentativa de reeducar os sujeitos na sua relação com a urbanidade, tanto através do processo de implementação da nova organização urbana em fins do século XIX, como pelo processo de organização escolar da cidade em seus primeiros anos de fundação. (VEIGA e FARIA FILHO, 1997, p. 204).

Foi nesse contexto das políticas de ordenação dos espaços direcionadas pelo urbanismo em Belo Horizonte, assim como em outras capitais, que a escola surgiu como uma das faces educadoras e civilizadoras, principalmente das populações pobres. Ressalta-se que o processo de construção dos grupos escolares, iniciada no ano de 1906 durante o governo do Presidente João Pinheiro, tinha como objetivo a substituição das escolas isoladas por "majestosos" grupos escolares. Aproveitando dessa política de governo, os diversos grupos religiosos, dentre eles os batistas, construíram e/ou adquiriram seus "templos educacionais" numa perspectiva que dialogava com o imaginário republicano de regenerar os "corações" e as "mentes" da população mineira.

Nesse sentido, ao longo da década de vinte, os dirigentes batistas compreenderam que era preciso dar visibilidade ao seu projeto educacional e nesse intuito, a comunidade batista mineira, com ajuda financeira internacional e nacional, adquiriu considerável terreno no bairro Floresta, para onde foi transferido o educandário no momento batizado de "Collegio Baptista Americano Mineiro", que passou a funcionar no palacete Sabino Barroso.

A transferência do educandário batista para o terreno do bairro Floresta representa um salto de qualidade no projeto educacional da denominação perante a sociedade mineira. Isso porque o novo equipamento escolar adequou-se ao discurso modernizante republicano da época e relacionou-se ao processo de urbanização do bairro Floresta, que no período recebia investimentos do poder público que simbolizavam a modernização das metrópoles do mundo

ocidental na época, tais como a ampliação da linha do bonde e da energia elétrica e a abertura de instituição escolar.[165]

É interessante salientar que o processo de urbanização ocorrido no bairro Floresta, apresenta profundas semelhanças com o processo de urbanização da própria cidade. É nesse sentido que compreender este processo dentro de um bairro da metrópole, auxiliou na compreensão da própria realidade metropolitana. O que não poderia ser diferente, uma vez que a história do bairro e a da cidade é de sobremaneira imbricadas, que formam uma totalidade, ainda que sujeita a fragmentações.

Ao mesmo tempo, a abertura do ensino secundário no educandário batista insere-se no contexto de expansão do número de igrejas e de fiéis batistas em solo mineiro. Esse crescimento quantitativo demandou um projeto para a qualificação dos futuros líderes que assumiriam os cargos nas novas instituições batistas. Percebe-se, portanto, que o projeto educacional batista perpassava-se pela via educacional centrado no colégio secundário de Belo Horizonte, estendendo-se para as respectivas "Escolas Annexas" e "Escolas Dominicais" que deveriam ser assumidas pelos "moços e moças" enviados pelas igrejas batistas para estudar no CBAM, no intuito de expandir o alcance educacional a fim de facilitar a evangelização batista da sociedade mineira.

Dessa forma, destaca-se a prioridade da educação batista direcionada principalmente para os filhos dos fiéis com o intuito de prepará-los para ocuparem cargos nas diversas funções eclesiásticas. Concomitantemente, o fato das escolas batistas apresentarem uma educação com novas práticas escolares, em diálogo com as ideias escolanovistas, contribuiu para que a classe média começasse a valorizar a escola, aceitando pagar mensalidades e investindo na educação de seus filhos. Nesse sentido, as famílias não batistas que matriculavam seus filhos no CBAM buscavam na instituição a oportunidade de proporcionar a eles uma educação tida como "moderna" e de qualidade, e não necessariamente um ensino que pudesse lhes oferecer uma nova religião.

Conforme apresentado, a oposição católica aos colégios protestantes, no caso destaque ao *Collegio Baptista Americano Mineiro*, ocorreu a partir da fundação de colégios particulares católicos nos grandes centros urbanos; do fomento da imprensa ultramontana a nível estadual e municipal; e dos documentos oficiais da Igreja romana proibindo, sob ameaça de excomunhão, as famílias católicas de matricularem seus filhos nos colégios dirigidos pelos missionários norte-americanos. Uma vez que, na visão das lideranças católicas, o educandário

[165] Inaugurado no dia 7 de setembro de 1921, o Grupo Escolar Barão de Macaúbas foi a primeira escola pública do bairro Floresta e, na época, atendia somente rapazes da Capital mineira.

batista constituiu-se um veículo não apenas a serviço do imperialismo “ianque”, mas também dos valores religiosos protestantes, que representava uma ameaça ao predomínio do catolicismo na sociedade brasileira. Por isso, a campanha católica contra as ações proselitistas da denominação batista foi marcada por um discurso em tom “ofensivo”, veiculado principalmente a partir do jornal católico “O Horizonte”.

Os batistas, por sua vez, não se silenciaram diante da ofensiva católica. Na medida em que os dirigentes batistas mineiro pretendiam evangelizar e civilizar a sociedade de Minas Gerais, a partir dos seus valores religiosos batistas e os valores culturais norte-americanos, a fim de conquistar a hegemonia ideológica-cultural, eles se opuseram ao ensino católico. Porém, essa oposição foi caracterizada de maneira geral por um estilo “reativo” vertendo ao longo dos anos vinte para o “ofensivo”, na medida em que a houve o avanço da mobilização católica e, consequentemente, a mudança no “equilíbrio de forças” na disputa do “mercado educacional” a partir do retorno do ensino religioso nas escolas oficiais. Essa reação e ofensiva se deram por meio da publicação de matérias, veiculadas no jornal “O Baptista Mineiro”, respondendo aos ataques das lideranças eclesiásticas e leigas da Igreja Romana e criticando o ensino católico; denunciando o não cumprimento da legislação republicana de caráter laico, tanto por parte das autoridades católicas como por parte das autoridades governamentais, e ao mesmo tempo, divulgando as qualidades do sistema de ensino batista.

Percebe-se que o campo educacional no regime da primeira república apresentou-se em disputa desde a proibição do ensino religioso nas escolas oficiais em 1891, na qual igreja católica se empenhou no restabelecimento desta disciplina ora no âmbito dos estados, ora no âmbito nacional, sobretudo por ocasião de mudanças constitucionais. Segundo Passos (1998), pode-se observar que o percurso em prol do ensino religioso na Primeira República foi realizado paulatinamente. A separação entre Igreja e Estado fez com que a instituição católica ocupasse um lugar desvinculado do poder político.

As ideias marcadas pela laicidade, presentes no novo regime, geraram crises no interior da Igreja Católica. Tais crises determinaram a busca por novos caminhos para a difusão da fé e da doutrina cristã, bem como movimentos para resgatar seus princípios e presença no interior da sociedade, cada vez mais marcada pelas ideias modernistas. Desta forma, o ensino religioso foi se tornando uma ferramenta preciosa para a difusão da fé cristã católica diante do “ensino neutro”, compreendido como ateu e oposto ao espírito católico da nacionalidade e identidade brasileira.

Destaca-se que a iniciativa de líderes do clero restaurador[166] e de leigos católicos para a organização dos Congressos Católicos tinha como objetivo principal a mobilização da sociedade civil. O investimento na luta pela educação, seja através dos colégios católicos como a partir da reconquista do ensino religioso nos grupos escolares, evidencia que os representantes católicos compreenderam ter a educação um papel preponderante na modelagem do homem e na formação moral do futuro adulto.

Nesse sentido, o advento da República no Brasil não trouxe completo rompimento com as estruturas do regime Imperial. Ou seja, a determinação legal do Estado e da educação laica não retirou efetivamente do catolicismo sua presença marcante, sobretudo na constituição dos valores morais e construção dos modos de vida na produção do cidadão. O campo educacional particular apresentou-se como espaço de conflito entre o *ethos católico* e o *ethos protestante* não apenas pela disputa por almas, mas, principalmente, por hegemonia cultural.

Percebe-se então, que ao longo da Primeira República, esteve em questão a implantação e consolidação de um Estado Republicano laico por parte de grupos sociais, dentre eles os protestantes batistas, que ansiavam implantar seus respectivos projetos civilizatórios. Devido aos conflitos e diálogos pela luta por direitos na sociedade torna-se delicado a tentativa de definição de Estado laico, por esse ser uma construção histórica, que não está acabada em nenhuma sociedade humana. Segundo Cury (2012, p. 11), no caso específico do Brasil, esse processo começou durante o Império, com a luta pela liberdade religiosa num Estado confessional católico; continuou na República, pela separação entre a Igreja Católica e o Estado, de modo a eliminar os privilégios dessa instituição e a retirada das limitações que pesavam sobre as demais; e prossegue com a reinvindicação da imparcialidade estatal diante do campo religioso. Esse processo não é uma linha continua, pois como apresentado, existem recuos e avanços no percurso da construção da laicidade do Estado.

Portanto, o retorno do ensino religioso nas escolas oficiais foi resultado de uma longa jornada de tensões, não sendo uma situação dada, muitas vezes naturalizada pelo discurso hegemônico que enfatiza a "marcante tradição católica" no estado mineiro. Em alguns casos, como o de Minas Gerais, houve uma flexibilização na aplicação da Constituição Federal, através da mobilização da ICAR e também da intervenção de alguns juristas católicos, sob a liderança de Dom Silvério Gomes Pimenta, arcebispo de Mariana, e de Dom Joaquim Silvério de Souza, bispo de Diamantina. Em outros estados também ocorreu a continuidade do ensino

[166] Termo referente ao Ultramontanismo, Romanização e Restauração Católica. A este respeito ver AZZI (1991).

religioso, nas escolas públicas, mas de forma facultativa. Dentre estes estados podemos citar: Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Sergipe. O que demonstra que as disputas a respeito da manutenção ou o encerramento da laicidade republicana, acentuaram-se ao longo da década de vinte e estiveram presentes nos diferentes estados da federação brasileira.

* * * *

REFERÊNCIA BIBLIOGRAFICA

AGUIAR, Tito F. R. *Vastos subúrbios da nova capital:* formação do espaço urbano na primeira periferia de Belo Horizonte. 2006. Tese (Doutorado em História) Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.

ANJOS, Maria de Lourdes Porfírio Ramos Trindade dos. *A presença missionária norte-americana no Educandário Americano Batista*. Dissertação(Mestrado em Educação) Sergipe: Universidade Federal de Sergipe, 2005.

ALMEIDA. Marcelina das Graças de. A Catedral de Boa Viagem de Belo Horizonte: fé, modernidade e tradição. In: DUTRA, Eliana Regina de Freitas; SILVEIRA, Anny Jackeline Torres. *BH: horizontes históricos.* Belo Horizonte: C/Arte, 1996. pp. 239-288.

ALMEIDA, Jane Soares de. Nada sei; nunca li letras: as mulheres na educação escolar brasileira. In: ALMEIDA, J. S. de. (Org.). *Estudos sobre a profissão docente.* São Paulo: Cultura Acadêmica, 2001.

_____. *O movimento missionário e educacional protestante na segunda metade do século XIX*: para cada igreja uma escola. Revista Educar, Editora UFPR: Curitiba, v. 20, p. 185-207. 2002.

_____. *Missionárias norte-americanas na educação brasileira*. Revista Brasileira de Educação, v. 12 n. 35 maio/ago. 2007.

ALVES, José. M. Pires. *Relações entre a escola privada e o estado brasileiro:* a atuação da educação confessional. Em Benefício da Educação. Vila Velha: Hoper, v. 1, 2006.

AQUINO, Mauricio. Modernidade republicana e diocesanização do catolicismo no Brasil: as relações entre Estado e Igreja na Primeira República (1889-1930). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 32, nº 63, p. 143-170, 2012.

ARAUJO, José Carlos Souza. Os grupos escolares em Minas Gerais: A Reforma João Pinheiro (1906). Disponível em: <http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/19JoseCarlosSousa.pdf > Acesso em: 26 set. 2012.

ASSIS, Áder Alves de. *Educação nos colégios batistas*: princípios e fins. Revista Educador. Rio de Janeiro: JUERP. Ano 1, n. 1, primeiro trimestre, 1992, p. 23-28.

BANDEIRA, Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1973.

BARRETO, Abílio. *Belo Horizonte: memória histórica e descritiva - história antiga e história média*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995.

BARBANTI, Maria Lúcia S. Hilsdorf. *Escolas americanas de confissão protestante na província de São Paulo*, um estudo de suas origens. Dissertação (Mestrado em Educação) São Paulo, Universidade de São Paulo, 1977.

BARROS, Vanda Terezinha Medeiros de. *A renovação educacional sob as bênçãos católicas:* um estudo sobre a aliança Estado/Igreja em Minas Gerais (anos 1920-1930). (Dissertação) Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2009.

BERCOVITCH, Sacvan. A retórica como autoridade: puritanismo, a Bíblia e o mito da América. In: SACHS, Viola [et al.]. *Brasil & EUA*: religião e identidade nacional. Rio de Janeiro: Graal, 1988. p. 141-158.

BORGES, Celina. A Cidade Republicana: Belo Horizonte 1897 – 1930. In: DUTRA, Eliana de Freitas (Org.) & BANDEIRA DE MELLO, Ciro Flávio (textos). *BH: Horizontes históricos.* Belo Horizonte: C/ Arte, 1996.

BRASIL. Constituição (1891). Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil: promulgada em 24 de fevereiro de 1891. Rio de Janeiro: Sala das Sessões do Congresso. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao91.htm>. Acesso em: 23 mar. 2012.

BRASIL, Taciana. *"Para o pleno desenvolvimento de nossas crianças":* a Escola Baptista de Bello Horizonte (1918 – 1927). (Monografia) Belo Horizonte: Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2009.

BRUNEAU, Thomas C. *Catolicismo brasileiro em época de transição*. São Paulo: Loyola, 1974.

BURKE, Peter. *História e teoria social*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

CABRAL, Antônio dos Santos (Dom). *Carta Pastoral do Episcopado da Província Eclesiástica de Belo Horizonte,* p*romulgando as determinações das Conferências Episcopais de 1927*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1927.

_____. C*arta Pastoral de Dom Antônio dos Santos Cabral, 1º arcebispo de Belo Horizonte; a Igreja e o Ensino.* Belo Horizonte: Imprensa Diocesana, 1925.

_____. *Carta Pastoral de Dom Antônio dos Santos Cabral, 1º arcebispo de Belo Horizonte, saudando os seus diocesanos*. Rio de Janeiro: Heitor Ribeiro & C., 1922.

CALVANI, Carlos Eduardo B. *A educação no projeto missionário do protestantismo no Brasil.* PUCPR, v. 1, n.1, Jan/ Jun. 2009.

CAMPOS, Francisco. Mensagem ao Congresso catequético. IN: LIMA, Mário de. *O bom combate.* Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1929.

CAMURÇA, Marcelo Ayres. A carta pastoral de Dom Justino e o "Juramento de Fidelidade à Igreja": controle do rebanho frente às ameaças do "lobo veraz" espírita. In: PEREIRA, Mabel Salgado e MIRANDA, Beatriz V. Dias (orgs.). Memórias eclesiásticas: documentos comentados. Juiz de Fora: EDUFJF, 2000, p. 93-107.

CAPELATO, Maria Helena. Imprensa, uma mercadoria política. In: *História e Perspectiva*. UFB: Uberlândia, n. 4, p. 131-139, jan./jun. 1991.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*: o imaginário da República do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. *Os bestializados*. O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____. *Pontos e bordados*: escritos de história e política. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

CARVALHO, Carlos Henrique de. Educação, religião e república: repercussões dos debates entre católicos e republicanos no Triângulo Mineiro – MG (1892-1931). In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (orgs.). *História, Sociedade e Educação no Brasil.* Campinas: Gráfica FE, 2006.

CARVALHO, Marta. M. C. de. A escola e a república e outros ensaios. Edusp: Bragança Paulista, 2003.

CATANI, Afrânio; OLIVEIRA, Romualdo Portela de. Constituições estaduais brasileiras e educação. São Paulo: Cortez, 1993.

CASASANTA, Ana Maria. *A educação no Brasil, anos 20.* São Paulo: Loyola, 1983.

CASTRO, Maria Ceres Pimenta Spínola. et. al. *Folhas do tempo:* imprensa e cotidiano em Belo Horizonte – *1895-1926.* Belo Horizonte: UFMG; Associação Mineira de Imprensa; Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 1997.

_____. Efêmeros e permanentes: os ardis da memória da imprensa de Belo Horizonte. In: LINHARES, Joaquim Nabuco. *Itinerários da imprensa de Belo Horizonte: 1895-1954.* Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995, p. 13-41.

CERTEAU, Michel. *A Invenção do Cotidiano*. Vozes, vol. 1. 1974.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril:* cortiços e epidemias na corte imperial. Companhia das Letras: São Paulo, 1996.

CHAMON, Carla Simone. *Maria Guilhermina Loureiro de Andrade***:** a trajetória profissional de uma educadora (1869/1913). Tese (Doutorado em Educação) Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2005.

CORDEIRO, Ana Lúcia Meyer. *A Missão Metodista em Juiz de Fora*: Relações com o Catolicismo entre 1884 e 1900. (Dissertação) Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2003.

_____. *Religião e projetos educacionais para a nação*: a disputa entre metodistas e católicos na Primeira República brasileira. Revista Horizonte: Belo Horizonte, v. 4, n. 7, p. 110-124, dez. 2005.

_____. Metodismo e educação no Brasil: as tensões com o catolicismo na Primeira República. (Tese) Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2008.

COSTA, Délcio. *Colunas Batistas no Brasil*. Casa Publicadora Batista: Rio de Janeiro, 1964.

COSTA, José Raimundo Lisboa da. *Pastoreio e combates*: Ordem, classe operária e História nas representações de "O Horizonte": 1923/ 1934. Belo Horizonte: UFMG; FAE, Dissertação defendida em 1989.

COSTA, Messias. *A educação nas Constituições do Brasil*: dados e direções. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

CRABTREE, A. R. *História dos Batistas do Brasil até o ano de 1906*. Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista, 2ª edição, 1962.

CUNHA, Luiz Antônio. *Educação e Religiões:* A descolonização religiosa da Escola Pública. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2013. 112 p.

CURY, Carlos Roberto Jamil. *Ideologia e Educação Brasileira*. Católicos e Liberais. São Paulo: Cortez&Moraes, 1978.

_____. *Cidadania republicana e educação*: governo provisório do marechal Deodoro e Congresso Constituinte de 1890-1891. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

_____. *A educação na Revisão Constitucional de 1925-1926*. Bragança Paulista, SP: Universidade São Francisco, v. 1, 2003.

_____. *Ensino religioso na escola pública*: o retorno de uma polêmica recorrente. REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO. Set /Out /Nov /Dez 2004, n. 27.

DIAS, Romualdo. *Imagens da ordem: a doutrina católica sobre autoridade no Brasil (1922-1933).* São Paulo: Editora da Unesp, 1996.

DIAS, Francisco Martins; ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO; XEROX DO BRASIL. *Traços históricos e descriptivos de Bello Horizonte.* Belo Horizonte: Typ. de Bello Horizonte, 1897. 108p.

DUTRA, Eliana Regina Freitas. *A Igreja e as classes populares em Minas na década de vinte*. Revista Brasileira de Estudos Políticos, Belo Horizonte, n. 49, p. 71-98, jul. 1979.

_____ (org.). *BH: Horizontes Históricos.* Belo Horizonte: C/Arte, 1996. pp. 49-118.

ELIAS, Beatriz Vicentini. *Inovação americana na educação do Brasil*. Nossa História, São Paulo, nº 23, p. 81-83, set. 2005.

CARTA PASTORAL COLETIVA DO EPISCOPADO BRASILEIRO (19 mar. 1890). In: RODRIGUES, Anna M. Moog (Sel. Org.). *A Igreja na República*. Brasília: Ed. UnB, 1981. p.43.

ESCOLANO, Agustin, (1998). Arquitetura como programa. Espaço escola e currículo. In: VIÑAO Frago, A. e ESCOLANO, A. *Currículo, espaço e subjetividade*. A arquitetura como programa. Rio de Janeiro: DP&A Editora. 1998. Tradução Alfredo Veiga-Neto.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A legislação escolar como fonte para a história da educação: uma tentativa de interpretação. In FARIA FILHO, Luciano M. *Educação, modernidade e civilização*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

_____. *Dos pardieiros aos palácios:* cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República. Passo Fundo: UPF, 2000.

_____; VIDAL, Diana Gonçalves. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. *Revista Brasileira Educação*, Rio de Janeiro, n. 14, ago. 2000.

FONSECA, Andrea Braga. *A palavra marcada*: imagens de progresso e modernidade no Projeto Batista Brasileiro (1901-1930). (Dissertação) Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2003.

FOUCAULT, M. A *Ordem do Discurso* – Aula inaugural no College de France. Pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo. Ed. Loyola: 1996.

GARRIDO, Stella. *A educação confessional protestante no Brasil*. Rio de Janeiro, 2005. Pedagogia em Foco. Rio de Janeiro, ago. 2006.

GOLDMAN, Frank. *Os pioneiros americanos no Brasil*: educadores, sacerdotes, covos e reis. São Paulo: Pioneira, 1972.

GONÇALVES, Irlen Antônio. *Cultura escolar:* práticas e produção dos grupos escolares em Minas Gerais: 1891-1918. Belo Horizonte: Autêntica: FUMEC, Faculdade de Ciências Humanas, 2006.

GUIMARÃES, Berenice Martins. *Cafuas, barracos e barracões*: Belo Horizonte, cidade planejada. (Tese) Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, 1991.

HARRINGTON, José Arnaldo. *50 anos:* Pequeno Histórico do Colégio Batista Mineiro – 1918-1968. Convenção Batista Mineira, 1968.

HARTOG, François. A arte da narrativa histórica. In: BOURTIER, Jean & JULIA, Dominique (orgs.). Introdução: Em que pensam os historiadores? In: *Passados Recompostos*: campos e canteiros da História. Rio de Janeiro: Editora UFRJ & FGV, 1998.

HESPANHA, António Manuel. Senso comum, memória e imaginação na construção da narrativa historiográfica. In: CARDIM, Pedro (org). A história: entre memória e invenção. Mira-Sintra, Portugal: Publicações Europa-América, 1998.

HILSDORF, M. Lucia S. *Escolas americanas de confissão protestante na província de São Paulo:* um estudo de suas origens. (Dissertação) São Paulo: Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 1977.

INSTITUTO METODISTA IZABELA HENDRIX. Izabela Hendrix Cem anos 1904 – 2004. Disponível em: <https://docs.google.com/file/d/0B1A4oZprJBUXNTdjNjdhOGUtNGNhOS00MmE1LWE0OTUtM2ZiMjgyZGFkODEx/edit?hl=pt_BR> Acesso em: 11 jan. 2013.

JINZENJI, Mônica Y. *Cultura Impressa e Educação da Mulher:* Lições de política e moral no periódico mineiro O Mentor das Brasileiras (1829-1832). Tese (Doutorado em Educação) Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*. Campinas: Sociedade Brasileira de História da Educação; Autores Associados, n. 1, jan./jun. 2001.

JULIÃO, Letícia. Belo Horizonte: itinerários da cidade moderna. In: DUTRA, Eliana Regina de Freitas; SILVEIRA, Anny Jackeline Torres. *BH: horizontes históricos*. Belo Horizonte: C/Arte, 1996. pp. 49-118.

KULESZA, Wojciech Andrzej. Igreja e educação na Primeira República. ANPED, 25a reunião nacional / História da Educação – GT 02, 2002. Disponível em: <http://www.cefetes.br/gwadocpub/Pos-Graduacao/Especializa%C3%A7%C3%A3o%20em%20educa%C3%A7%C3%A3o%20EJA/Publica%C3%A7%C3%B5es/anped2002/WojciechAndrzejKuleszat02.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2012.

LEÃO XIII. *Rerum Novarum*. 12ª. ed. São Paulo: Paulinas, 2000.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória***.** Campinas: Editora UNICAMP, 1994.

LÉONARD, Émile G. *O Protestantismo Brasileiro*: estudo de eclesiologia e história social. São Paulo: ASTE, 2002.

LESSA, Carlos. *O Rio de todos os Brasis:* uma reflexão em busca de autoestima. Editora Record: Rio de Janeiro, 2000.

LESSA, Renato. *As cidades e as oligarquias do antiurbanismo da elite política da Primeira República brasileira*. Revista USP, São Paulo, n. 59, p. 86-95, setembro/novembro 2003.

LIMA, Mário de. *O bom combate.* Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1929.

LIMA. Geraldo Gonçalves. *Impactos das reformas João Pinheiro (1906) e Francisco Campos (1927/28) em Patrocínio – MG***:** o Grupo Escolar Honorato Borges. V Congresso de Ensino e Pesquisa em História da Educação em Minas Gerais, Montes Claros, 2009.

LINHARES, Joaquim Nabuco. *Itinerário da imprensa de Belo Horizonte*: 1895 – 1954. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais; Editora UFMG, 1995.

LOMBARDI, José Claudinei, JACOMELI, Mara Regina M. & SILVA, Tânia Mara T (org.). *O público e o privado na história da educação brasileira*: concepções e práticas educativas. Campinas: Autores associados, 2005.

LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (orgs.). *História, Sociedade e Educação no Brasil.* Campinas: Gráfica FE, 2006. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo _027.html>. Acesso em 23 jun. 2012.

LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. A Igreja católica no Brasil república. São Paulo: Paulinas, 1991.

MACHADO, José Nemésio. *A contribuição batista para a educação brasileira.* Rio de Janeiro: JUERP, 1994.

_____. *Educação batista no Brasil*: uma análise complexa. São Paulo: Cortez , 1999.

MADDOX, Sarah Gill. *A história de Ephigênia Roe Maddox:* fundadora do Colégio Batista Mineiro. 2. ed. Tradução de Rita de Cássia S. S. Miranda. Belo Horizonte: Colégio Batista Mineiro, 2008.

MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. A quem cabe educar? Notas sobre as relações entre a esfera pública e a privada nos debates educacionais dos anos de 1920-1930. *Revista Brasileira de História da Educação.* Campinas: Editora Autores Associados, n. 5, jan./jun. 2003. p. 213-231.

MATOS, Henrique Cristiano José. *Um estudo histórico sobre o catolicismo militante em Minas*, entre 1922 e 1936. Belo Horizonte: O Lutador, 1990.

MAINWARING, Scott. *Igreja católica e política no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

MELLO, Ciro Flávio Bandeira de. A noiva do trabalho: uma capital para a República. *In:* DUTRA, Eliana de Freitas (Org.). *BH: horizontes históricos***.** Belo Horizonte: C/Arte, 1996. p. 11-48.

MENDONÇA, Antonio Gouvêa. *O Celeste Porvir*. A inserção do protestantismo no Brasil. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

MENDONÇA, José. A imprensa de Belo Horizonte na Fase Revolucionário (1925-1937). In: *ANAIS DO VI SEMINÁRIO DE ESTUDOS MINEIROS*. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1987, p. 45-81.

MENEZES O. P., Alano Porto de. *Furtado de Menezes:* servidor do pobre. Uberaba: Editora Vitória, 1994.

MESQUIDA, Peri. *Hegemonia norte-americana e educação protestante no Brasil*. Juiz de Fora: UFJF; Piracicaba: UNIMEP, 1994.

MESQUITA, Antônio Neves de. *História dos Batistas do Brasil: 1907 até 1935***.** Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista, 1940.

MICELI, Sérgio. *A elite eclesiástica brasileira,* 1890-1930. Rio de Janeiro: Bertrand, 2009.

MINAS GERAIS. *Regulamento da Instrucção Primaria e Normal do Estado de Minas*. Belo Horizonte, MG: Imprensa Official do Estado de Minas Gerais, 1906.

MOLTMANN, Jurgen. *Fundamentalismo e modernidade. In: Concilium/241. Petrópolis: Vozes, 1993, p. 141-148.*

MONARCHA, Carlos. *A reinvenção da Cidade e da Multidão*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.

_____. *Arquitetura escolar republicana: a escola normal da praça e a construção de uma imagem de criança. In.: FREITAS, Marcos Cezar de (org.) História Social da Infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 1997.*

MORAES, José Geraldo Vince de. *Cidade e cultura urbana na Primeira República*. São Paulo: Atual, 1994.

MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. *Belo Horizonte*: a cidade planejada e a metrópole em construção. In: MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. Belo Horizonte: espaços e tempos em construção. Belo Horizonte: PBH / CEDEPLAR, 1994. 93p.

MOURÃO, Paulo Kruger Corrêa. *O ensino em Minas Gerais no tempo da República*. Belo Horizonte: Centro Regional de Pesquisas Educacionais, 1962.

NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. São Paulo: EPU, 1974.

NASCIMENTO, Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do. A influência da pedagogia norte-americana na educação em Sergipe e na Bahia. REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, julho/dezembro 2001, n. 2.

_____. Os apóstolos da educação e o Instituto Ponte Nova. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Individ/Eixo3/064.pdf> Acesso em: 22 de mar. 2012.

OLIVEIRA, Pedro Assis Ribeiro de. *Religião e dominação de classe:* gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no brasil. Petrópolis: Vozes, 1985.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

OLIVEIRA, Zaqueu Moreira de. *Perseguidos, mas não desamparados:* 90 anos de perseguição religiosa contra os Batistas Brasileiros (1880 – 1970). Rio de Janeiro: Juerp, 1999.

OLIVEIRA, Éder Aguiar Mendes de. *A Imigração Italiana e a organização operária em Belo Horizonte nas primeiras décadas do século XX.* Pedro Leopoldo, 2004, 93p. Monografia (Especialização em História) – Centro de Pós Graduação Integradas de Pedro Leopoldo.

_____. *Donato Donati:* o homem atrás do personagem. In: Seminário Imigração Italiana em Minas Gerais, 5. Belo Horizonte, 26 de outubro a 01 de novembro de 2009. Anais V Seminário Imigração Italiana em Minas Gerais; História, Memória e Patrimônio Cultural de Belo Horizonte: a contribuição dos imigrantes italianos. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, 2009. 6 p.

OLIVEIRA, Ramiro Barbosa de. *O conservadorismo católico na imprensa de Belo Horizonte nas décadas de 1920 e 1930* - Os jornais o horizonte e o diário (1923-1937). (Dissertação) São João Del-Rei: Universidade Federal de São João Del Rei, 2010.

OLIVEIRA, Pamela Faria. Ações modernizadoras em Minas Gerais: a reforma educacional Francisco Campos (1926-1930). Dissertação (Mestrado em Educação) Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2011.

PASSOS, Mauro. *A pedagogia catequética e a educação na primeira república do Brasil* (1889-1930): seus pressupostos e suas relações. 1998. 540 f. (Tese) Roma: Faculdade de Ciências da Educação, Universidade Pontifícia Salesiana, 1998.

PARK, Robert Ezra. A Cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, Otávio Guilherme (org.). *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

PARKER, Hankins. *What Southern Baptists Believe*. Louisville: Park Hurst Publishers. 1988.

PEIXOTO, Ana Maria Casassanta. A luta dos católicos pela escola – Minas Gerais, anos 30. REVISTA DA EDUCAÇÃO, Belo Horizonte: 1993, n. 17, p. 56-63.

PEREIRA, José dos Reis. *História dos Batistas no Brasil (1882-1982).* Rio de Janeiro: JUERP, 1982.

PEREIRA, José dos Reis. *Breve história dos Batistas.* Rio de Janeiro: JUERP, 1987.

PIMENTA, D. S. G. *Carta pastoral:* o perigo dos collegios acatholicos. Mariana: Typ. Archiepiscopal, 1921.

PLAMBEL. *O mercado da terra na RMBH*. Belo Horizonte: Plambel, 1987.

OLTHUIS, James. On worldviews. In: Stained Glass: *Worldviews and Social Sciences*. 1989.

PROST, Antonie. Criação de enredos e narratividade; A história se escreve. In: *Doze lições sobre a História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

RANGEL, S. Herval. História da denominação Batista em Minas Gerais. 1930.

REILY, Duncan Alexander. *História documental do protestantismo no Brasil*. São Paulo: ASTE, 1984.

REIS, Edson Machado. O ensino religioso. Belo Horizonte: ICFT, mimeografado, 1980.

REVEL, Jaques. *Jogos de escalas, a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RIBEIRO, Boanerges. *Protestantismo e cultura brasileira*: aspectos culturais da implantação do protestantismo no Brasil. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1981.

ROCHA, Daniel. *Combatendo pela alma da nação*: alguns apontamentos sobre a subcultura política fundamentalista nos Estados Unidos. História Agora, v. 13, p. 108-123, 2013. Disponível em: <http://www.historiagora.com/dmdocuments/ Artigos/Histria%20Agora% 20n.13/dossi_7_combatentes_pela_alma_da_nao_alguns_apontamentos_sobre_a_subcultura_ poltica_fundamentalista_norte-americana.pdf> Acesso em: 13 de jan. 2013.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1987.

SANTOS, Hércules Pimenta dos. *Católicos e protestantes:* escolas confessionais fundadas por missionários estrangeiros, Belo Horizonte – MG (1900-1950). (Dissertação) Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.

SCHUELER, Alessandra. ***C****rianças e escolas na passagem do Império para a República*. Revista Brasileira de História**.** 1999, vol.19, n.37, pp. 59-84.

_____. *Formas e culturas escolares na cidade do Rio de Janeiro:* representações, experiências e profissionalização docente em escolas públicas primárias (1870-1890). (Tese) Niterói: Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, 2002.

_____; MAGALDI, Ana Maria. *Educação escolar na Primeira República:* memória, história e perspectivas de pesquisa. *Tempo.* Revista do Departamento de História da UFF, v. 26, p. 32-55, 2009.

SEVCENKO, Nicolau. *Orféu Extático na Metrópole*: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SILVA, Armindo de Oliveira. *Uma estrela que brilha na Floresta*: memórias de um educador batista. Belo Horizonte: Sistema Batista Mineiro de Educação, 2002.

SILVA, Cleni da. *Educação batista:* análise histórica de sua implantação no Brasil e de seus desafios no contexto atual. Rio de Janeiro: JUERP, 2004.

SILVEIRA, Anny Jackeline. *A influenza espanhola e a cidade planejada:* Belo Horizonte 1918. (Tese) Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2004.

SOUZA, Rafael R. R. *Das trilhas de Minas para a Estrada Real:* um panorama histórico da Convenção Batista Mineira. Rio de Janeiro: Ed. Convicção, 2008.

SOUZA. Rosa Fátima. *Templos de civilização:* A implantação da Escola Primária Graduada no Estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: Ed. da UNESP, 1998. 302p.

_____. *Tempos de infância*, *tempos de escola*: a ordenação do tempo escolar no ensino público paulista (1892-1933). *Educ. Pesqui*., Jul 1999, vol. 25, no.2, p. 127-143. (Disponível no Scielo – www.scielo.br).

TÔRRES, João Camillo de Oliveira. História de Minas Gerais. Belo Horizonte: Difusão Panamericana do Livro, [s.d.].

VAGO, Tarcísio Mauro. *Cultura escolar, cultivo de corpos:* educação physica e gymnastica como práticas constitutivas dos corpos de crianças no ensino público primário de Belo Horizonte (1906-1920). Bragança Paulista: EDUSF, 2002, 369 p.

VEIGA, Cynthia G. e FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *Belo Horizonte:* a escola e os processos educativos no movimento da cidade. Revista VARIA HISTORIA, Belo Horizonte, nº 18, Set/97, p.203-222.

_____. *Cidadania e educação na trama da cidade*: a construção de Belo Horizonte em fins do século XIX. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

VERIANO, Carlos Evangelista. *Belo Horizonte:* cidade e política – 1897-1920. (Dissertação) Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, 2001.

VIEGAS, Maria Ivanice de Andrade. "*A (Re) Produção do Espaço do Bairro Colégio Batista*". (Monografia) Belo Horizonte: Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, 2003.

VIEIRA, Carlos Eduardo. Jornal diário como fonte e como tema para a pesquisa em História da Educação: um estudo da relação entre imprensa, intelectuais e modernidade nos anos de 1920. *In:* OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de. *Cinco estudos em história e historiografia da educação.* Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 11-40.

VIEIRA, Sofia Lerche. *A educação nas constituições brasileiras*: texto e contexto. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 88, n. 219, p. 291-309, maio/ago. 2007.

VIEIRA, César Romero Amaral. *Americanismo x iberismo:* a influência do modelo educacional norte-americano no final do século XIX. Horizontes, v. 26, n. 1, p. 21-30, jan./jun. 2008.

_____. *Os republicanos e a educação idealizada*: a concepção evolutiva do pensamento educacional na primeira república. Universidade Metodista de Piracicaba, Programa de Pós-Graduação em Educação - Piracicaba, São Paulo, 2009.

VILLAÇA, Antonio Carlos. *O pensamento católico no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

VIÑAO Frago, A. e ESCOLANO, A. *Currículo, espaço e subjetividade*. A arquitetura como programa. Rio de Janeiro: DP&A Editora. 1998.

WARDE, Mirian Jorge. (2000a). Americanismo e educação: um ensaio no espelho. *São Paulo em Perspectiva.* São Paulo, vol. 14, n. 2, pp. 37-43.

_____. (2000b). *Americanismo e educação:* a fabricação do "homem novo". Projeto de pesquisa PUC/SP-CNPq.

YANCE, Norman A. *Religion Southern Style*. Danville: Association of Baptist Professors of Religion, 1978.

ZANONE, Valerio. Laicismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Org.) *Dicionário de política*. Trad. Carmen C. Varriale et al. 5.ed. Brasília: Ed. UnB; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000. p. 670.

DOCUMENTOS EM MEIO ELETRÔNICO

HOME AND FOREIGN FIELDS. Disponível em: http://archives.imb.org/solomon.asp

THE FOREIGN MISSION JOURNAL. Disponível em: <http://archives.imb.org/solomon.asp>

ACERVOS E FONTES PESQUISADOS

1. ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE
Acervo iconográfico da Coleção José Góes.
Mapas de Belo Horizonte da Coleção Comissão Construtora da Nova Capital.

2. ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO
Lei n. 1092, de 12 de outubro de 1929.

3. BIBLIOTECA DA PONTÍFICA UNIVERSIDADE CATÓLICA
O HORIZONTE, Bello Horizonte, 1921-1930.

4. IMPRENSA OFICIAL
BELLO HORIZONTE, Prefeitura. *Mensagem apresentada pelo prefeito Christiano Monteiro Machado ao Conselho Deliberativo de Bello Horizonte em 10 de setembro de 1929 e relatórios annexos.* Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1929, 305 p.
MINAS GERAES, Bello Horizonte, 1918 – 1930.

5.CENTRO DE MEMÓRIA DO COLÉGIO BATISTA MINEIRO

ATAS DA JUNTA EXECUTIVA DO C.B.M., julho de 1918 a dezembro de 1929.
CONVENÇÃO BAPTISTA MINEIRA. Segunda Reunião Annual realizada na Egreja do Caparó. Casa Publicadora Baptista, Rio de Janeiro: 1919.

JORNAL DE MINAS, Bello Horizonte, 3 fev. 1921.

PROSPECTO. Bello Horizonte: Collegio Baptista Americano Mineiro, 1921.

_____. Bello Horizonte: Collegio Baptista Americano Mineiro, 1924.

_____. Bello Horizonte: Collegio Baptista Americano Mineiro, 1927.

O BAPTISTA MINEIRO. Bello Horizonte, 1920 - 1930.

O Collegio Baptista Americano Mineiro. JORNAL DE MINAS, Bello Horizonte, 4 fev. 1921.

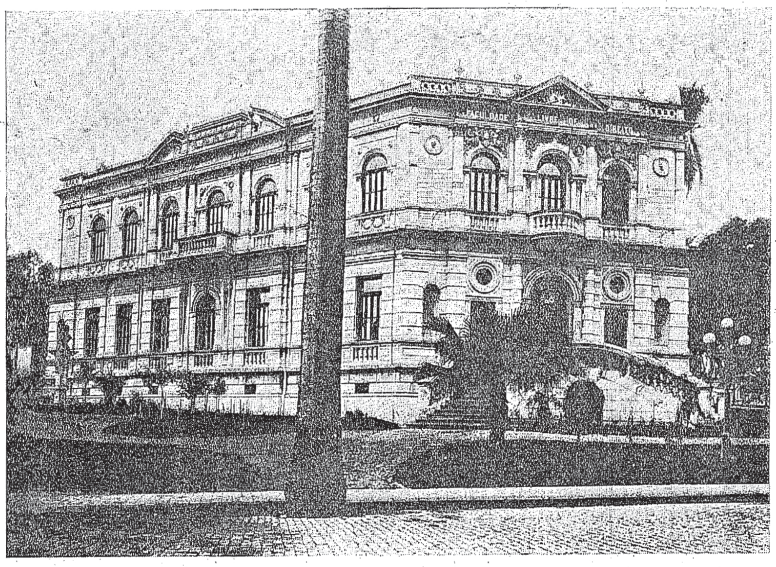
O perigo dos collegios acathólicos. A NOITE, Rio de Janeiro, 21 fev. 1921.

* * * *

ANEXOS

Anexo 1: Instrução Superior , Ensino Secundário e Profissional em Belo Horizonte - 1924

Faculdade de Direito



A Faculdade Livre de Direito deve sua existencia á iniciativa de um grupo de juristas mineiros que, em Ouro Preto, sob os auspicios do dr. Affonso Penna, então presidente do Estado, a fundaram no dia 10 de dezembro de 1892, sendo, em 1898, transferida para esta cidade.

O curso juridico é feito em cinco annos.

Corpo docente: — Director, dr. Mendes Pimentel; professores, drs. Estevam Pinto, Rodolpho Jacob, Jacques Maciel, Francisco Brant, Gudesteu de Sá Pires, Tito Fulgencio, Raphael Magalhães, Washington Pires, Magalhães Drumond, José Eduardo da Fonseca e Mario de Lima, em exercicio; Augusto de Lima, João Luiz Alves, Francisco Campos, Heitor de Souza, Affonso Penna Junior e Lincoln Prates, licenciados.

Acham-se matriculados 120 alumnos.

Duas importantes leis da Republica (a lei Cambial e a reguladora da extradicção internacional) foram elaboradas por dois lentes da Faculdade, cujos ante-projectos o Congresso Federal adoptou, quasi sem restricções. A Cambial é devida ao desembargador José Antonio Saraiva; a outra, ao dr. Mendes Pimentel.

Da sua Congregação, ascenderam-se, á presidencia da Republica, seu fundador e então director, dr. Affonso Penna; á presidencia do Estado, o professor Raul Soares, e, actualmente, são ministros do Supremo Tribunal Federal os tres preclaros docentes, Edmundo Lins, Arthur Ribeiro e João Luiz Alves.

Faculdade de Medicina

A Faculdade de Medicina, sita á avenida Oswaldo Cruz, foi fundada, nesta Capital, a 25 de junho de 1911, por iniciativa do saudoso dr. Cicero Ferreira, seu primeiro director, e sob os auspicios da Associação Medico-Cirurgica.

Inaugurou-se, solemnemente, a 8 de abril do anno seguinte, com uma *aula da cadeira de Physica medica*, prelecciónada, então, pelo professor Zoroastro Alvarenga.

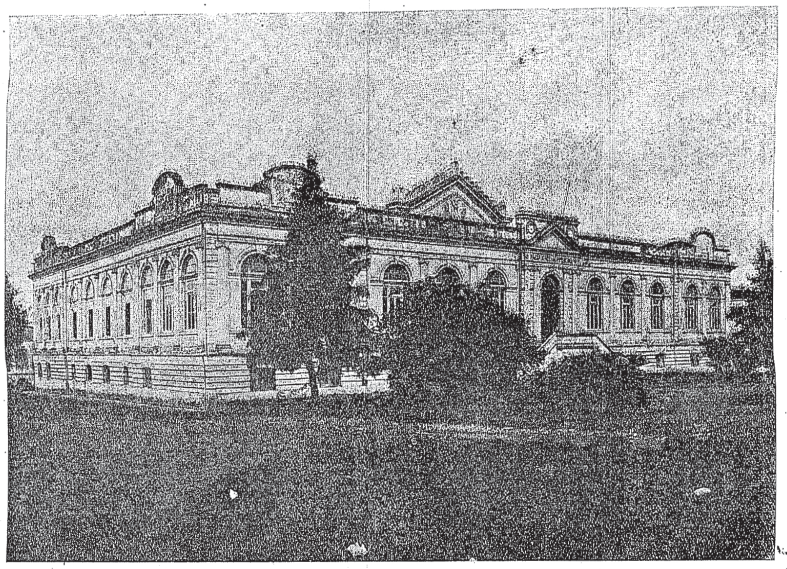
Sua equiparação ás officiaes data de 21 de março de 1918, sendo o dr. Guilherme Gonçalves o seu primeiro fiscal.

Mantém dois cursos: o de medicina, com seis annos, e o de pharmacia, com tres.

Os primeiros professores nomeados foram os seguintes: drs. Cornelio Vaz de Mello, Zoroastro Alvarenga, Cicero Ferreira, Eduardo Borges da Costa, Alfredo Balena, Hugo Werneck, Samuel Libanio, Octavio Machado, Antonio Aleixo, Honorato Alves e Olyntho Meirelles.

Actual corpo docente: director, dr. Eduardo Borges da Costa; professores, drs. A. L. Pimenta Bueno, Francisco Magalhães Gomes, Henrique Marques Lisbôa, Carlos Pinheiro Chagas, Luiz Adelmo Lodi, Octaviano Magalhães, Roberto de Almeida Cunha, Marcello Libanio, Zoroastro Vianna Passos, Henrique Marques Lisbôa, Carlos Pinheiro Chagas, Aurelio Pires, Octaviano de Almeida, Antonio Aleixo, Linneu Silva, Olyntho Meirelles, Alfredo Balena, Borges da Costa, João de Mello Teixeira, David Rabello, Renato Machado, Leontino Cunha, Hugo Werneck, Annibal Theotonio Baptista, Joaquim Santa Cecilia.

Acham-se matriculados, actualmente, nesse estabelecimento de ensino superior, 325 alumnos e 11 alumnas.



Escola de Engenharia

A Escola de Engenharia de Bello Horizonte, comprehendendo a Escola de Engenharia propriamente dita, as Officinas «Christiano Ottoni» e o Instituto de Chimica Industrial, com um patrimonio de cerca de 2.500:000$, foi fundada a 21 de maio de 1911 por um grupo de professores.

Mantém os cursos de Engenharia civil, Engenharia industrial, Agrimensura, Mechanica pratica e de Chimica industrial.

O seu corpo docente é composto dos professores drs. Arthur da Costa Guimarães, director; Cypriano de Carvalho, Pedro Rache, Alvaro da Silveira, Nelson de Senna, Fidelis Reis, Benedicto José dos Santos Alcindo da Silva Vieira, José da Silva Brandão, Lourenço Baeta Neves, Agnello de Macedo, Lucio José dos Santos, Antonio do Prado Lopes Pereira, Benjamin Jacob, José

Escola de Chimica Industrial

Eduardo da Fonseca, Carlos Pereira da Silva, José Renault Coelho, Antonio Mourthé, Adhemar Rodrigues, Alfred Schaeffer, Alfredo Lobo, Manoel Pires de Carvalho e Albuquerque, Caetano Lopes, Gil Guatimosin, João Baptista de Assis Martins, Otto Rothe, Annibal Theotonio Baptista, e preparadores, dr. Newton Pessanha e Raul Laranja.

A matricula nos diversos cursos da Escola, no corrente anno lectivo, foi a seguinte:

Engenharia Civil, 88 alumnos; idem industrial, 60 alumnos; Chimica industrial, 17 alumnos; Agrimensura, 7 alumnos; Mechanica pratica, 12 alumnos.

A Escola de Engenharia é subvencionada pelos Governos da União e do Estado. O curso de Engenharia civil é equiparado ao da Escola Polytechnica do Rio de Janeiro.

Escola de Odontologia e Pharmacia

A Escola de Odontologia e Pharmacia, fundada em 1907, funcciona á rua da Bahia n. 1600.

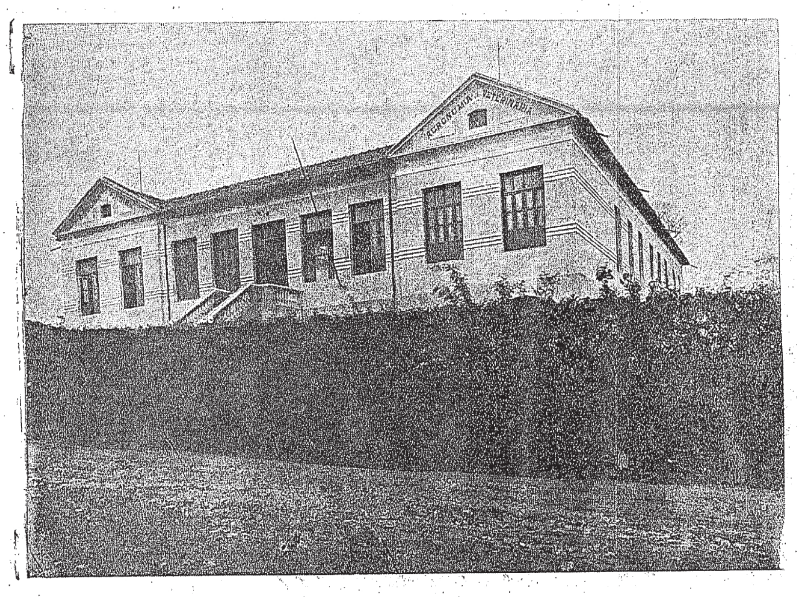
Tanto o curso de pharmacia como o de odontologia são feitos em 3 annos.

Corpo docente: — Drs. Washington Pires, director; João Ladeira, Theophilo Lage, Ubyrajára Vianna, Armando Vianna, J. Coelho Junior, Boaventura R. da Costa, Roberto de Almeida Cunha, Antonio Navarro, Elias Andrade, Gentil Salles, Julio Maria Benevenuto, Alcino Queiroz, Eugenio Silva e Evaristo de Lima.

Estão licenciados os professores drs. Virginio Bhering, João Vianna, J. J. Ferreira Rabello e José Ferreira Pires.

A matricula é de 111 alumnos e 15 alumnas.

Escola Mineira de Agronomia e Veterinaria



A Escola Mineira de Agronomia e Veterinaria, fundada a 31 de julho de 1914 pelos drs. José Dantas, Marques Lisboa, Alvaro da Silveira, Ignacio Martins e prof. Benjamin Flores, está situada á rua Carangola.

Cursos: Agronomia, Agrimensura e Veterinaria, feitos separadamente, em 4 annos, excepto o de agrimensura que é de dois annos.

Director—dr. Henrique Barbosa da Silva Cabral.

Corpo docente: dr. Henrique Barbosa da Silva Cabral, dr. Roberto de Almeida Cunha, dr. Henrique Marques Lisboa, dr. Octaviano de Almeida, dr. Isaac Newton da Silva Peçanha, dr. Alfredo Leal Pimenta Bueno, dr. Elias dos Reis, dr. José Dantas, dr. Antonio Navarro, dr. José J. Ferreira Rabello, dr. Joaquim Gomes Michaeli, dr. Waldemar S. Ribeiro, dr. Francisco Leite Alves Costa, dr. José Monteiro Machado, dr. João Claudio de Lima, dr. Carlos Pinheiro Chagas, Octaviano Lapertosa, dr. Arthur Hermeto Corrêa da Costa, dr. Orozimbo Nonato da Silva, dr. Oscar Monte de Almeida, dr. Aprigio Ribeiro de Oliveira, dr. Candido Naves, Paulo Kruger Corrêa Mourão, dr. Leonam de Azeredo Penna e Alfredo Duarte da Costa.

E' de 123 o numero de alumnos matriculados.

Escola de Commercio

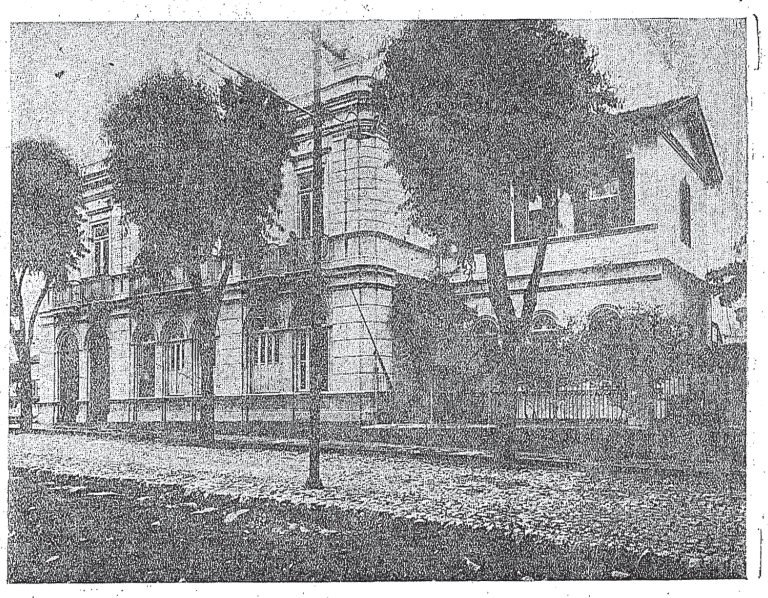
A Escola de Commercio de Bello Horizonte, cuja fundação foi a 5 de novembro de 1911, por iniciativa do dr. Rodolpho Jacob, profs. Tito Novaes, Benjamin Flores e outros, funcciona á rua Goytacazes.

No curso, que é de dois annos, são leccionadas as materias seguintes:

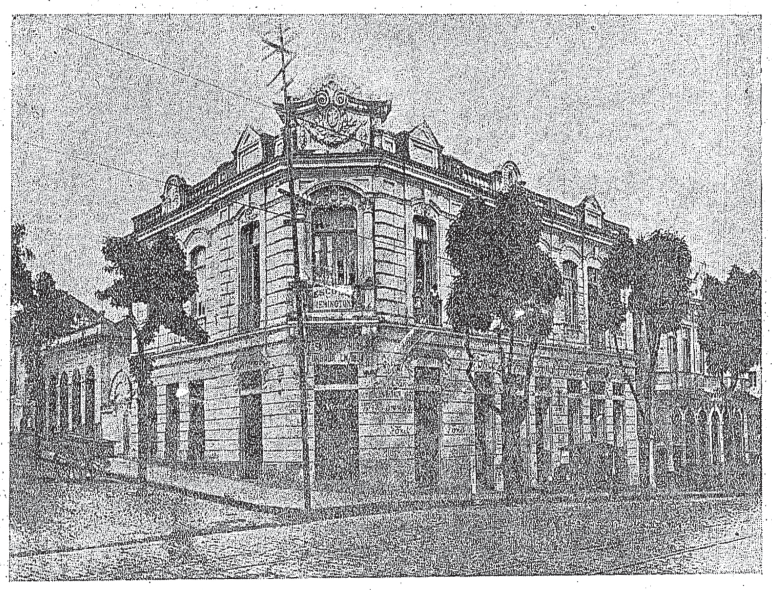
Portuguez, Francez, Inglez, Mathematica, Geographia, Contabilidade, Direito Commercial, Dactylographia, Tachygraphia e Desenho.

Fazem parte do corpo docente os professores dr. Rodolpho Jacob, Edson Barbosa, d. Therezina Gosling, Emilio Jacob, Henrique Renault e José Donato na Fonseca.

A matricula é de 35 alumnos e 6 alumnas, com frequencia média de 85 %.



Instituto "D. Silverio"



O Instituto «D. Silverio» funcciona sob a direcção do prof. Tito de Souza Novaes, á avenida Paraopeba, n. 104, desde sua fundação a 15 de outubro de 1918.

O curso, que é só externo, está dividido nas seguintes secções:

Curso Livre - em 1 anno, conferindo diploma de auxiliar de escriptorio;

— *Curso Technico* — em 2 annos. Diploma de guarda livros;

— *Curso de Contadores*, em 3 annos. Diploma de contador;

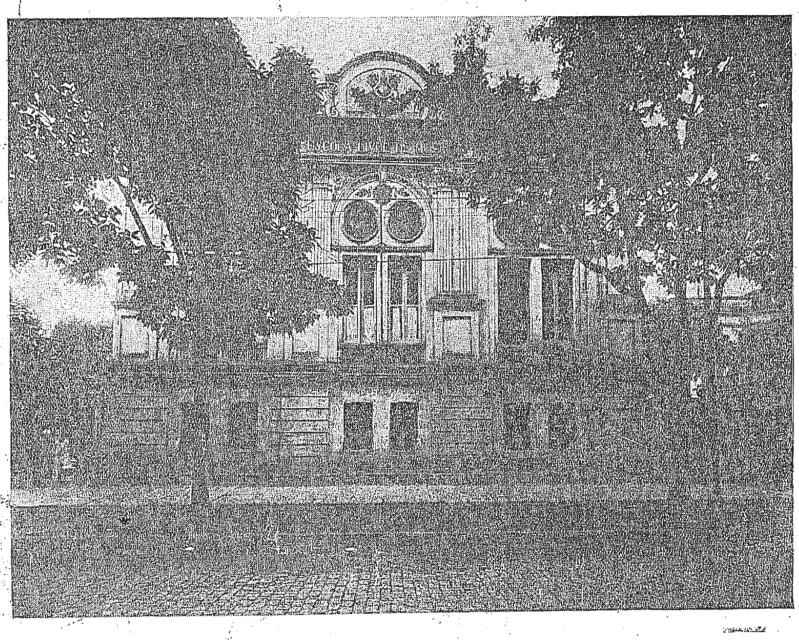
— *Cursos de Sciencias Commerciaes*, em 4 annos. Diploma de bacharel em sciencias commerciaes;

— *Curso de Pedagogia Mercantil*, em 5 annos. Diploma de professor de commercio e contabilidade.

Corpo docente. — Professores, Tito Novaes, A. Regis Silva, dr. J. J. Rabello, dr. Leopoldino Souza Netto, dr. Jean Achar, Joaquim S. Geronymo, Paulo Rehffeld, Paulo Mourão, J. R. Bastos, Hermogenes Nogueira, Epaminondas Novaes, Geraldo Maximiano, d. Maria Rita Burnier Coelho, d. Luiza Ciali, d. B. Delorme, d. Emilia Truran, d. Ephigenia Bragança, d. Elsie de Aguilar, d. Conceição Novaes, d. Antonieta Truran, d. Edina Santos.

A matricula é de 330 alumnos e 120 alumnas, sendo de 82 a média de estudantes frequentes.

Escola Livre de Musica



A Escola Livre de Musica, localizada á avenida Affonso Penna, deve sua fundação, que se realizou a 1.º de dezembro de 1901, ao seguinte grupo de professores: Francisco José Flores, José Nicodemos da Silva, Vicente F. do Espirito Santo, Alfredo Furst, José Ramos de Lima, dr. Ismael Franzen, José Felicissimo P. Xavier e dr. Leon Renault.

A Escola rege-se pelo regulamento do Instituto Nacional de Musica e mantém o curso de musica vocal e instrumental.

O corpo docente é composto dos professores Pedro de Castro, d. Esther Franzen de Lima, d. Branca de Carvalho Vasconcellos, Targino da Matta, Honorina Flores e d. Francisca Flores; ha, ainda, duas adjunctas e tres professores do curso annexo.

Estão matriculados 29 alumnos, 22 alumnas, sendo a frequencia media de 13 alumnos e 16 alumnas.

Collegio Arnaldo

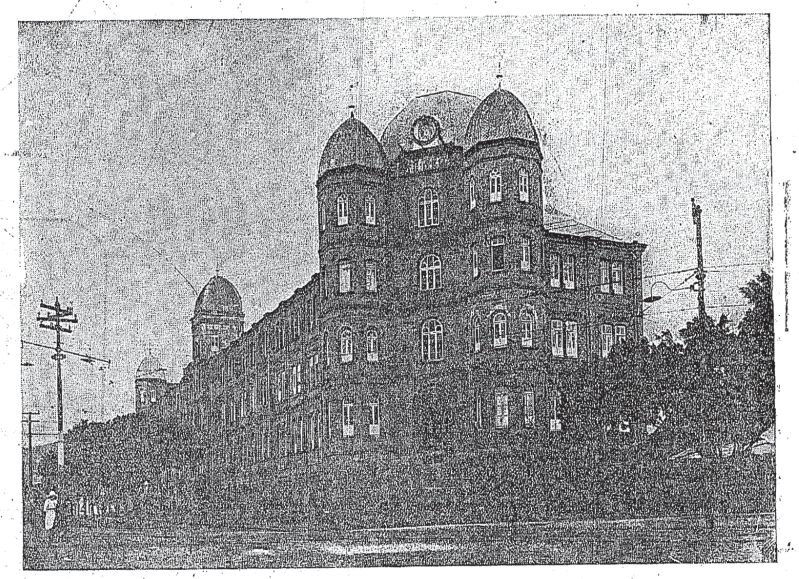
O Collegio Arnaldo, cujo predio fica á avenida Silviano Brandão, teve como fundador, em 1911, o revmo. padre Alfredo Piquet.

No curso secundario, tanto externo como interno e semi-interno, leccionam-se mathematica, linguas, sciencias naturaes, historia e geographia.

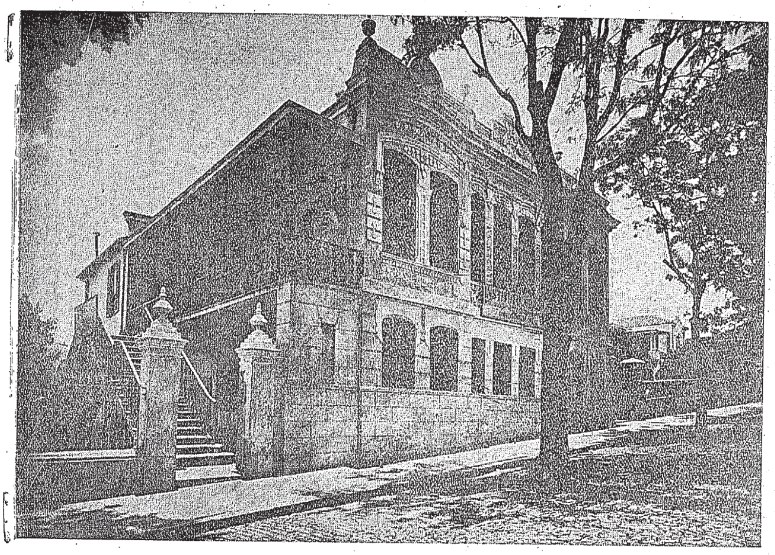
O ensino primario é feito em tres annos.

Corpo docente: — Director, Pe. José Symalla; professores, revmos. padres José Symalla, Mathias Villens, José Jendereck, Guilherme Gross, Manoel Hanner, Francisco Reimann e Reynaldo Elmer; drs. Lucio dos Santos e Roberto de Almeida Cunha; phco. José Antenor de Castro, srs. Adherbal Alvarenga, Sebastião Brandão, Josias Vaz de Oliveira, Domingos Horta e Antenor de Castro.

Ha 202 alumnos matriculados sendo de 180 a frequencia média.



Instituto Brasil



O Instituto Brasil, cuja fundação data de 25 de julho de 1914, pelo professor Josébento Angelo, foi transferido da cidade de Bambuhy para esta Capital, a 11 de janeiro do corrente anno.

O predio em que funcciona fica á avenida João Pinheiro, n. 417.

No curso interno e no externo, ensinam-se, além das materias constantes do programma gymnasial, contabilidade, dactylographia, estenographia, artes e officios.

O ensino divide-se em primario, de adaptação, pratico, commercial e de humanidades.

Corpo docente:— Director, Josébento Angelo; professores, Edson Barbosa, Carlos Feldmann, Alfredo Walter, Joaquim Jeronymo, Lilita Stambuch e Elzira de Oliveira.

O numero de alumnos matriculados é de 37, e o de alumnas, 8.

Collegio Santa Maria

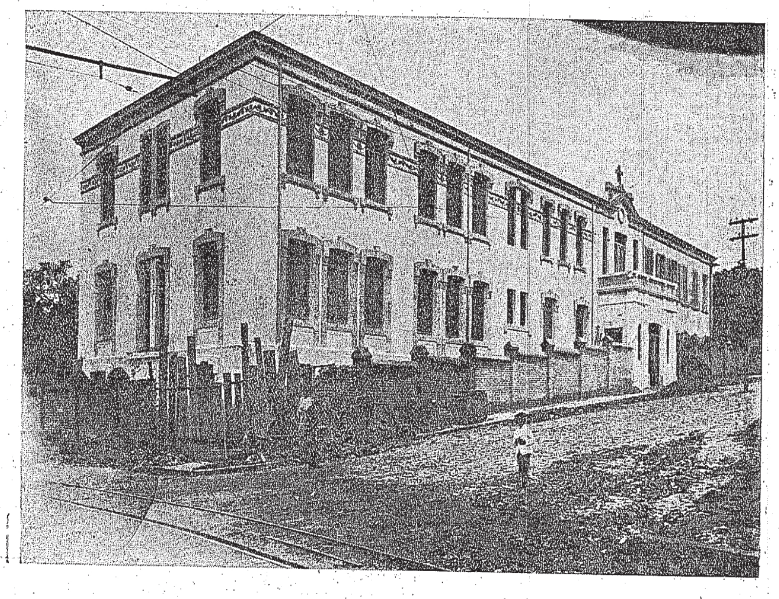
O Collegio Santa Maria acha-se installado á rua Pouso Alegre, n. 741 (Floresta) onde o fundou, em 1903, a rvma. irmã Colombe.

O curso divide-se em internato e externato, e comprehende as materias que se seguem: religião, portuguez, francez, litteratura, historia do Brasil e Universal, geographia, chorographia e cosmographia, arithmetica, geometria, sciencias naturaes, musica, desenho, pintura, trabalhos manuaes e dactylographia.

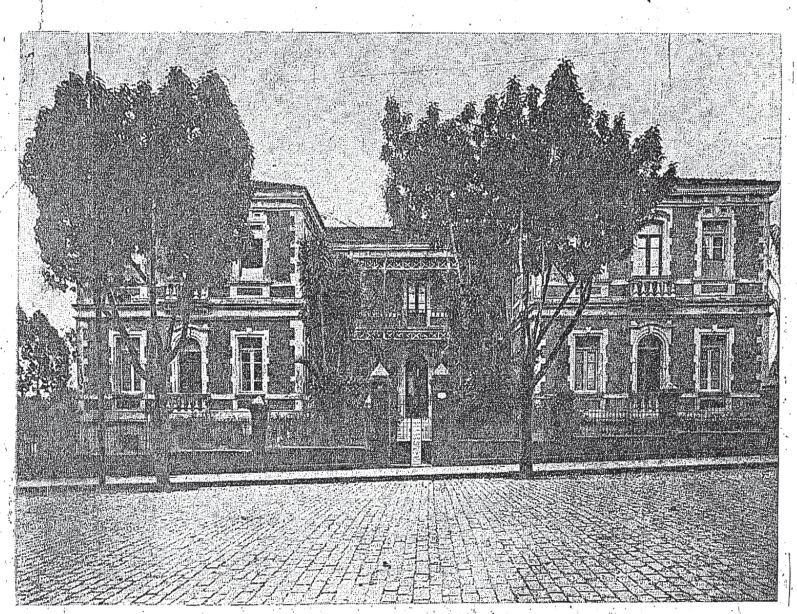
Fazem parte do corpo docente 22 professores.

A matricula é de 202 alumnas, sendo de 180 a frequencia.

O Collegio mantém ainda uma escola gratuita para meninos pobres do bairro da Floresta.



Collegio Izabella Hendrix



O Collegio Izabella Hendrix, fundado por miss Mattie Watts em 1904, funcciona á rua Espirito Santo, n. 605, com internato e externato para alumnos de ambos os sexos.

O curso primario é de 3 annos, e o secundario, de 4, constando o ultimo das materias seguintes: Portuguez, Francez, Inglez, Arithmetica, Algebra, Geographia, Historia, Desenho, Musica, Escriptura Sagrada e sport.

Corpo docente:— Directora, sra. Ema Christine; professores, drs. Augusto Velloso, Manoel Teixeira de Salles e Aguinaldo Costa; sras. Jeanny Artus, Iris Becker, Etelvina Becker, Edith Neves, Edith Lima e Jenny Machado.

Alumnos matriculados, 45; alumnas, 148. A frequencia é, em média, de 78 alumnos.

Collegio Coração de Jesus

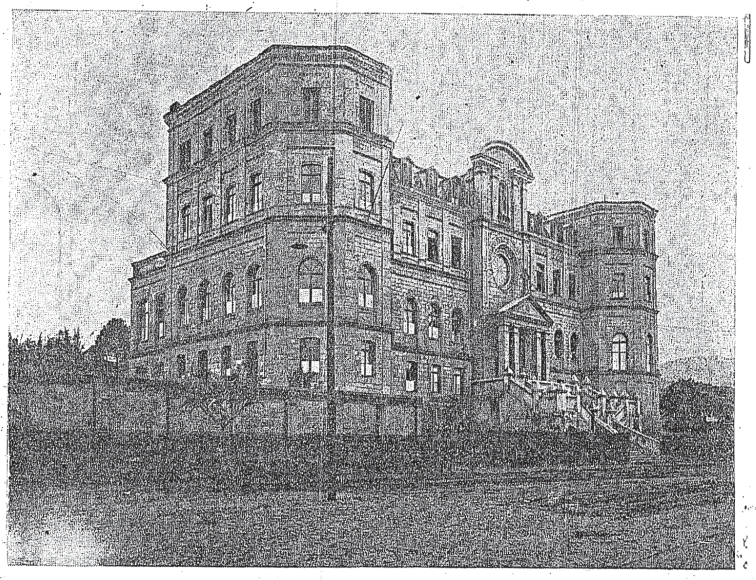
O Collegio Sagrado Coração de Jesus está situado á rua Parahybuna, n. 363, onde foi fundado em 1910 pela Congregação das Servas do Espirito Santo.

O programma adoptado no curso, que é interno e externo, corresponde ao da Escola Normal Modelo.

Além do curso normal, ha tambem o primario.

Corpo docente: — Drs. Thomaz Brandão e Affonso Santos, d. Francisca Brandão, d. Conceição Rodrigues e mais oito Irmãs da Congregação.

Corpo discente:—Ha 218 alumnas matriculadas.



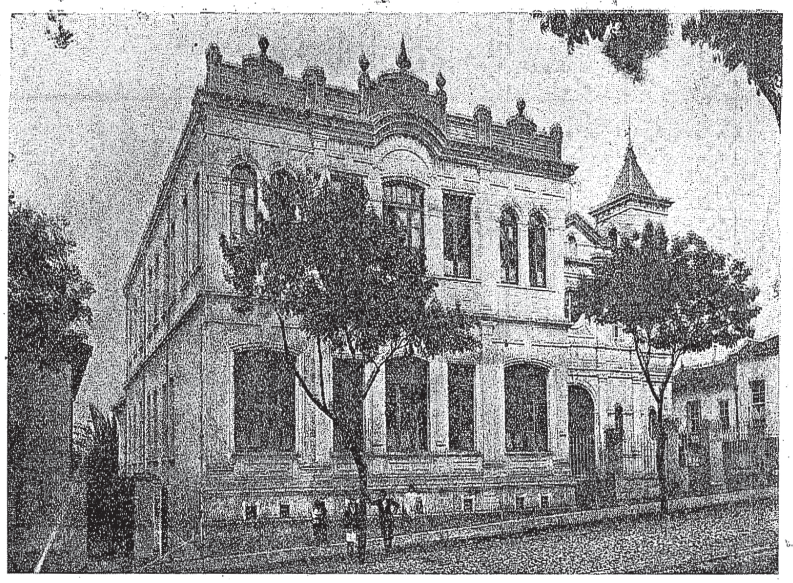
Collegio Immaculada Conceição

O Collegio Immaculada Conceição foi installado á rua Aymorés, n. 1.600, em 1917, pela exma. sra. dr. Angela Cipitria, que foi sua fundadora.

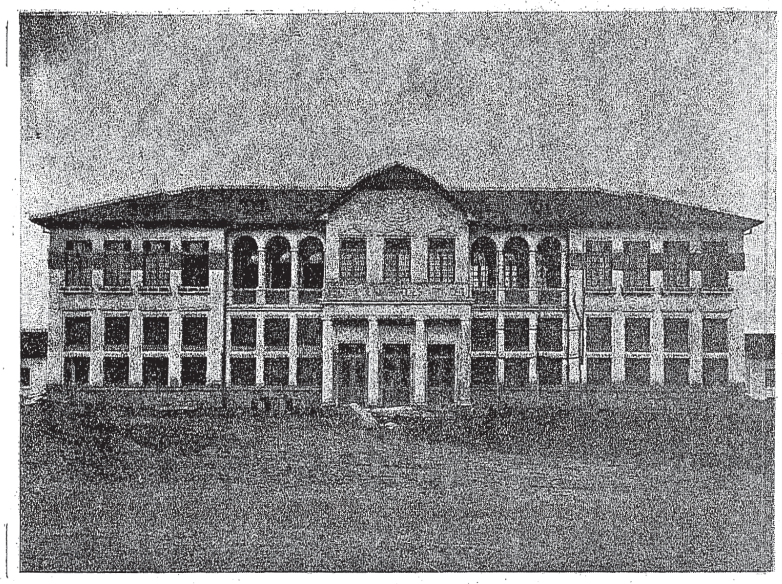
O curso está dividido em internato e externato, sendo leccionados Portuguez, Religião, Historia do Brasil e Universal, Geographia, Arithmetica, Sciencias naturaes, musica e trabalhos manuaes.

O corpo docente compõe-se de oito professores.

A matricula é de 120 alumnos.



Escola de Aprendizes Artifices



A Escola de Aprendizes Artifices de Minas Geraes foi creada pelo decreto n. 7.566, de 23 de setembro de 1909 e installada em 8 de setembro de 1910.

Funccionou desde a sua fundação, até este anno, no predio da Avenida Affonso Penna n. 1.534, e, no proximo anno lectivo passará a funccionar em predio proprio, á Avenida São Francisco, com capacidade para 300 alumnos.

No curso, que é de quatro annos, ensinam-se as seguintes materias: lingua patria, arithmetica, geographia, historia do Brasil, desenho, geometria e desenho linear.

Corpo docente: — Director, dr. Claudino Pereira da Fonseca Netto; professores, Manoel Penna, d. Thereza Barbosa do Amaral, d. Zulmira de Mendonça, Abellard Roméno, d. Antonieta Ribeiro da Silva, Tobias Rothier Duarte, João de Souza Leal Filho, Francisco Candido da Costa, José Carlos Ferreira e José Luiz Coutinho.

Além do director do estabelecimento, fazem parte tambem do pessoal administrativo os srs. Tibiriçá de Oliveira, encarregado do ensino profissional technico, de construcções metalicas e electro-technicas; dr. José Lopes de Magalhães, escripturario; Octavio Verdi Marra, almoxarife; e dois serventes.

O numero de alumnos matriculados no curso diurno é de 184 e no nocturno, 69, no corrente anno lectivo.

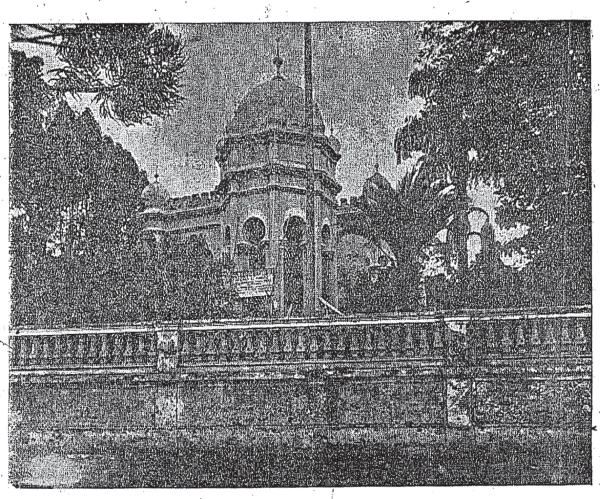
Collegio Baptista

O Collegio Baptista, que funcciona á rua Pouso Alegre (Floresta), foi fundado, em 1918, pelo sr. F. A. R. Morgan e d. Ephygenia Maddox.

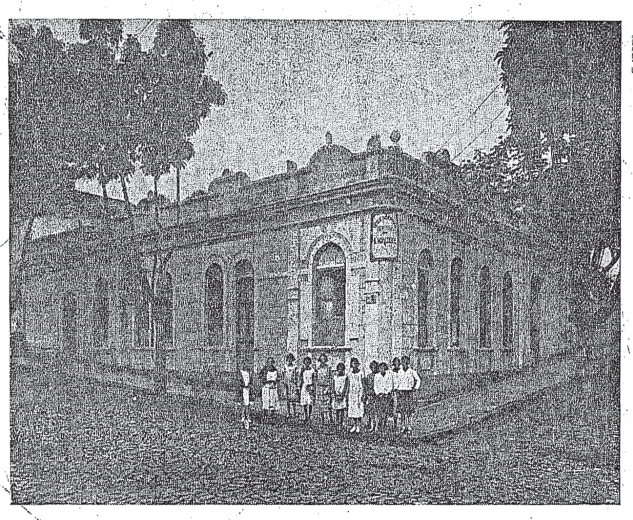
No ensino das materias observam-se os programmas officiaes do curso primario e secundario.

Corpo docente:—Director, F. A. R. Morgan; professores, dr. Aguinaldo Costa, Rubens Ribeiro, Casimiro de Oliveira, Gertrudes Morgan, Julieta Maia, Eularina Cardoso, Esther da Silva, Maria de Oliveira, Jennie Lon Swearengen, Ephygenia Maddox, M. Delorme, Maria Mc. Fadden, Adilia Rangel e Anna Pires.

Estão matriculados 71 alumnos e 63 alumnas, tendo sido a sua frequencia de 65 alumnos e 58 alumnas, no ultimo anno lectivo.



Escola Profissional Feminina



A Escola Profissional Feminina está localizada á rua Sergipe, esquina com Tymbiras, onde foi fundada a 20 de agosto de 1919 pelo prof. Benjamim Flores.

O estabelecimento mantém os cursos seguintes: normal, profissional, de 3 annos; commercial, de dactylographia e tachygraphia, pintura e arte decorativa, trabalhos de agulha, córte e costura, de 4 annos; de desenho e architectura, de 2 annos.

Corpo docente:—Director, prof. Benjamim Flores; professores, drs. Newton Peçanha, Mario de Lima, Lincoln Kubitschek, Noronha Guarany, sr. Francklin Peçanha, dd. Aurora de Almeida, Berenice Prates, Marieta Viotti, Guiomar Meirelles, Inah M. Costa, Desdemona Rabello, Yá Prates, Luiza Santa Cecilia, Olga Meirelles e Maria Renault e Benjamira Auxiliadora, secretaria.

Ha 167 alumnos matriculados, sendo 140 frequentes.

Collegio Malheiros

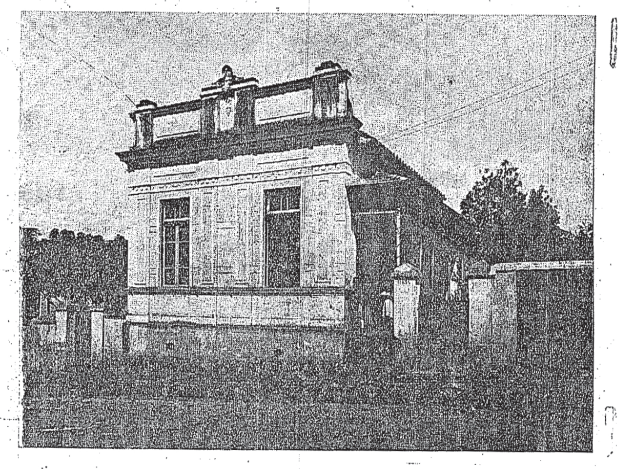
O Collegio Malheiros teve sua primitiva séde em Ouro Preto, onde d. Francisca de Paula Malheiros o fundou em 1899, sendo transferido para esta Capital em 1916.

Tanto no externato como no semi-internato e no internato, se ensinam as materias seguintes: Portuguez, Francez, Arithmetica, Geometria, Geographia, Historia do Brasil, Desenho, Costura e Catecismo.

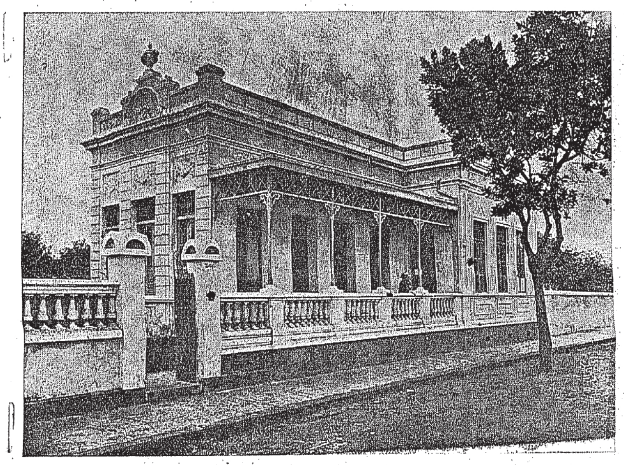
O curso divide-se em preliminar, de tres annos; medio, de dois, e de preparatorios.

Corpo docente: — Directora, d. Francisca de P. Malheiros, professoras, Georgina Penido, Estella M. Santos, Alvarina Malheiros, Hilda de Paula Ricardo e Helena Ciali.

A matricula é de 41 alumnos e 38 alumnas.



Seminario



O Seminario desta archidiocese foi creado, em 1921, por d. Antonio dos Santos Cabral, actual arcebispo de Bello Horizonte.

Ha, no estabelecimento, apenas o internato, com um curso secundario analogo ao do Gymnasio e o curso theologico.

Corpo docente: Mons. João Rodrigues de Oliveira, padres José Custodio Guedes, Sebastião Pujol, Roberto Wals, Vicente Soares e José Medeiros; drs. Affonso dos Santos e Furtado de Menezes, e sr. Lauro Wanderley.

A frequencia é obrigatoria para todos os alumnos matriculados, que são em numero de 43, actualmente.

Collegio Bello Horizonte

O Collegio Bello Horizonte fica á rua Espirito Santo, esquina com Guajajáras.

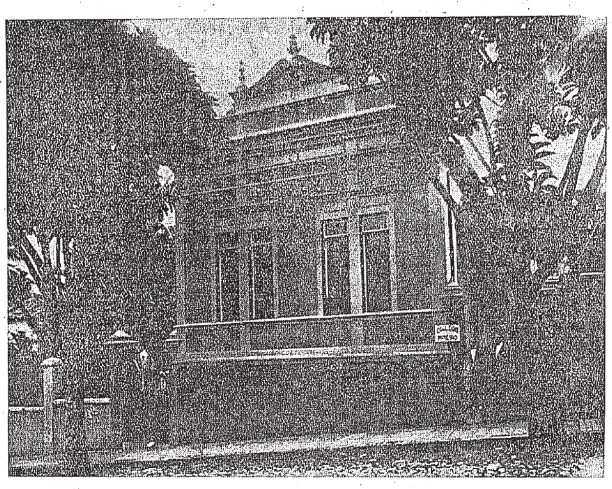
Sua fundação, pelo prof. Honorio Guimarães, data de 1.º de fevereiro de 1922.

O curso, tanto interno como externo, está dividido em primario, de preparatorios e especial, observando-se os programmas officiaes.

Corpo docente. — Directora, d. Margarida de Oliveira Guimarães; professores, Honorio Guimarães, Josébento Angelo, F. P. de Paula, A. G. da Nobrega, Therezina Gosling, Maria Aurora de Oliveira, Olivietta Lopes Camelo, B. Delorme, Lysie Delorme e Anneris Felix Flores.

Acham-se matriculadas 57 alumnas, sendo de 48 a frequencia média.

Collegio Mineiro



O Collegio Mineiro acha-se installado á rua Tymbiras, n. 1.355 onde funcciona desde 1.º de fevereiro de 1923, data de sua fundação pelo prof. Luiz Gonzaga Junior.

O curso interno e externo consta das materias do ensino primario e de preparatorios.

Corpo docente.— Director, Luiz Gonzaga Junior; professores, dr. Vianna Romanelli, dr. Edgard Renault, mons. João Rodrigues, Moacyr Gonzaga, José Valladares e José Borges.

Ha 76 alumnos matriculados.

Fonte: MINAS GERAES, domingo, 21 de dezembro de 1924, p. 5-14.

Anexo 2: Informativo enviado a Junta de Missões Estrangeiras de Richmond

COLLEGIO BAPTISTA AMERICANO MINEIRO
Rua Pouso Alegre 805
Bello Horizonte
MINAS -- BRAZIL

Back of these picturesque pines lie the quaint old buildings which have been remodeled from ancient dwellings to serve as the home of Collegio Baptista Americano-Mineiro.

FOUNDED: 1918 by Rev. and Mrs. O. P. Maddox, devoted missionaries of this field for thirteen years.

MISSIONARY FORCE: Mr. and Mrs. O. P. Maddox, Mr. and Mrs. J. R. Allen, Miss Ray Buster, Miss Jenny Lu Swearengen, and Mr. and Mrs. Wm. H. Berry.

BELLO HORIZONTE. Capital of Minas Geraes, present population 128,000, has paved streets, street cars, State University, many well-equipped schools, various hospitals, four daily papers, and eight banks. Bello Horizonte is only 36 years old.

Minas Geraes: This State has a population of 7,200,000, the largest of Brazil. The area is almost equal to that of Texas and there are 215 municipalities. In twenty of these there are Baptist Churches.

Fonte: Centro de Memória do Colégio Batista Mineiro.

Anexo 3: Lei nº 1092, de 12 de outubro de 1929

"Lei n. 1092, de 12 de outubro de 1929

Permitte a instrucção religiosa, dentro do horário escolar nos estabelecinentos mantidos pelo Estado.

O Povo do Estado de MG, por seus representantes, decretou, e eu, sancciono a seguinte lei:

Art. 1 - Nos estabelecimentos de ensino mantidos pelo Estado, é permittida a instrucção religiosa, dentro do horario escolar, por um tempo nunca maior de cincoenta mjnutos por dia, e não mais de três vezes por semana.

Art. 2 - é autorizado o Poder Executivo a expedir regulamento para sexecucao desta lei.

Art 3: revogam se as disposições em contrario.

Mando, portanto, a todas auctoridades a quem o conhecimento e execução desta lei pertencerem, que a cumpra e façam cumprir tão inteiramente como nella se contem. O Secretario de Estado dos Negócios do Interior a faca imprimir, publicar e correr. Dada no Palácio da Presidência do Estado de Minas Gerais, em Bello Horizonte, aos 12 de Outubro de 1929.

Antonio Carlos Ribeiro de Andrada

Mario Franzen de Lima"

Fonte: Arquivo Público Mineiro.